



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**MARIA LEOPOLDINA DANTAS MÁXIMO**

**CARTOGRAFIA E PODER: O *ATLAS DO IMPERIO DO BRAZIL* E A PROJEÇÃO  
INTELECTUALIZADA DO TERRITÓRIO NACIONAL POR CANDIDO MENDES  
DE ALMEIDA (1868 – 1889)**

**FORTALEZA**  
**2023**

MARIA LEOPOLDINA DANTAS MÁXIMO

CARTOGRAFIA E PODER:  
O *ATLAS DO IMPERIO DO BRAZIL* E A PROJEÇÃO INTELLECTUALIZADA DO  
TERRITÓRIO NACIONAL POR CANDIDO MENDES DE ALMEIDA (1868 – 1889)

Dissertação apresentada à banca do curso de Mestrado em História, do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História Social.

Orientadora: Ana Sara Ribeiro Parente Cortez Irfi

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas

---

- M419c Máximo, Maria Leopoldina Dantas.  
Cartografia e Poder : o Atlas do Imperio do Brazil e a projeção intelectualizada do território nacional por Candido Mendes de Almeida (1868-1889) / Maia Leopoldina Dantas Máximo. – 2023.  
193 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2023.  
Orientação: Profa. Dra. Ana Sara Ribeiro Parente Cortez Irffi.
1. Atlas do Imperio do Brazil. 2. Cartografia. 3. Construção da nação brasileira. I. Título.  
CDD 900
-

MARIA LEOPOLDINA DANTAS MÁXIMO

CARTOGRAFIA E PODER: O *ATLAS DO IMPERIO DO BRAZIL* E A PROJEÇÃO  
INTELECTUALIZADA DO TERRITÓRIO NACIONAL POR CANDIDO MENDES DE  
ALMEIDA (1868 – 1889)

Dissertação apresentada à banca do curso de Mestrado em História, do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História Social.

Aprovado em: 18 de agosto de 2023

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Ana Sara Ribeiro Parente Cortez Irffi.  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez Reis  
Universidade Regional do Cariri (URCA)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Márcia Maria Menendes Motta  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Para cada mulher que participou da construção da nação brasileira, mas não teve seu nome diretamente citado nas fontes consultadas nessa pesquisa.

## AGRADECIMENTOS

As boas energias.

A Neta, minha mãe e parceira de vida, que nunca mediu forças para que eu realizasse meus sonhos, agradeço por todo apoio, cuidado e determinação ao longo de toda minha vida.

A Ana Sara, pela maravilhosa orientação a cada passo desta pesquisa, por confiar no meu trabalho, pelas indicações certas, palavras de apoio e por sempre se fazer presente.

A Universidade Federal do Ceará, coordenação, professores e funcionários, pela atenção e contribuição na pesquisa.

As bibliotecas e arquivos consultados, que mesmo diante de uma pandemia continuaram a atender a distância, digitalizando documentos e textos e alimentando seus sites a fim de que historiadores de todo o Brasil conseguissem concluir seus trabalhos.

Ao laboratório em História Social – LABORE, local onde comecei minha formação como pesquisadora, pelo empréstimo de livros.

Aos professores Régis Lopes e Kênia Rios, pelas essenciais e proveitosas opiniões concedidas na banca de Qualificação.

As professoras Ana Isabel e Márcia Motta, por aceitarem participar da banca de defesa, fornecendo excelentes colocações e contribuições para essa pesquisa.

Aos meus tios e tias, em especial Aba (*in memoriam*) e Chica, por me ensinarem sobre a vida, família e perseverança, acreditando e compartilhando de minha felicidade a cada momento. E aos meus primos, por se fazerem presentes ao longo desse percurso.

A Denise e Debora, minhas primas e amigas, por ouvir minhas queixas e alegrias do mestrado e da docência, e ajudar sempre que possível.

A Bianca Amarante, minha querida (web)amiga do mestrado, pela escuta, força e contribuições ao longo da pesquisa e disciplinas online.

A meus queridos amigos da graduação, Ana, Maiara, Isadora, Jefferson por sempre estarem comigo, pela força e vibrações positivas. E a Ravenna, minha amiga de pesquisa, estágios e vida, por compartilhar das preocupações e possibilidades.

A Marcela, por escutar prontamente meus questionamentos, se disponibilizando a ler cada tópico, mesmo não sendo da área. Agradeço pela confiança, carinho e amparo.

A Vitória, que se tornou família ao longo de 10 anos de amizade, por se fazer presente nesse tempo compartilhando os momentos mais importantes comigo e sendo calma em meio as tempestades da vida.

Aos meus amigos, todos os que torceram por mim e acreditaram no meu trabalho.

A FUNCAP, pela concessão da bolsa, fundamental para a realização dessa pesquisa.

“Toda viagem se destina a ultrapassar fronteiras, tanto dissolvendo-as como recriando-as”  
Otavio Ianni

## RESUMO

Em setembro de 1868, Candido Mendes de Almeida publicava o que seria considerado o primeiro *Atlas Imperio do Brazil*. A obra, destinada ao colégio D. Pedro II, apresentava um compilado de mapas do território como pretensão de formar o Estado brasileiro e um texto histórico que se preocupava em descrever as fronteiras nacionais e provinciais a partir do seu processo de ocupação, fazendo parte do projeto mais amplo de construção dessa nação. A segunda metade do século XIX, marcava um processo de relativa estabilidade política, possibilitando aos agentes estatais e a elite, dirigir diversos esforços na produção de um ‘saber sobre o espaço’, que até então não era totalmente conhecido ou mapeado, permitindo utilizar a cartografia como um instrumento de poder. Baseando-se nessas discussões, foi realizada uma análise em torno do debate a respeito de como os mapas, as plantas e as cartas, alinhadas a um discurso histórico, foram utilizadas na produção de narrativas que procuravam definir as fronteiras de um Brasil, paradoxalmente representado como ‘natural’. A pesquisa analisa, como esse território, naturalizado nessas narrativas, foi construído e definido ao longo do século XIX, a partir de disputas e interesses dos envolvidos em suas representações. Examinando ainda, como a intenção da definição do território buscava auxiliar na idealização de uma identidade comum para o povo brasileiro, que era imaginado.

Palavras-chave: História Social; Atlas do Império do Brasil; cartografia; construção da nação brasileira.



## ABSTRACT

In September 1868, Candido Mendes de Almeida published what would be considered the first *Atlas do Imperio do Brazil*. The work, intended for the D. Pedro II College, presented a compilation of maps of the territory that formed the Brazilian State and a historical text that was concerned with describing the national and provincial borders from its occupation process, forming part of the most broad scope of construction of the Brazilian nation. The second half of the 19th century marked a process of relative political stability, allowing state agents and the elite to direct various efforts towards the production of 'knowledge about space', which until then was not fully known or mapped, allowing the use of cartography as an instrument of power. Based on these discussions, an analysis was carried out around the debate about how maps, plans and letters, clarified to a historical discourse, were used in the production of narratives that sought to define the borders of a Brazil, paradoxically represented as 'natural'. The research analyzes how this territory, naturalized in these narratives, was built and defined throughout the 19th century, based on disputes and interests of those involved in its representations. Still examining how the construction of the territory sought to help in the idealization of a common identity for the Brazilian people, which was imagined.

Keywords: social history; Atlas do Imperio do Brazil; cartography; construction of the Brazilian nation.

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Representação dos territórios que formavam a América Portuguesa e posteriormente o Brasil ao longo dos séculos. ....	14
Mapa 2 – Mapa do Ceará comparando as duas versões publicadas por Candido Mendes de Almeida no Atlas do Imperio do Brazil. ....	33
Mapa 3- Recorte dos mapas mundi e do Brasil II - mostrando as indicações dos roteiros das viagens dos “descobridores da América e do Brasil”.....	36
Mapa 4 - Propostas da fronteira entre Paraná e São Paulo existentes no século XIX.....	99
Mapa 5 - Trechos do rio São Francisco considerados navegáveis e estradas de ferro construídas em 1909 .....	105
Mapa 6 - Fronteiras naturais e artificias do Brasil em 1868.....	109
Mapa 7 – Mapa das dioceses da provincia de Minas Gerais. ....	121
Mapa 8 – Território que deveria pertencer a província do Oyapockia.....	126
Mapa 9 – Mapa da província de Pinsonia.....	130
Mapa 10 – Recorte do mapa do Ceará, mostrando Príncipe Imperial e Independência no Piauí; Tamboril e S. Gonçalo no Ceará .....	144
Mapa 11 – Fronteira do Ceará e Piauí antes e após a mudança de 1880.....	148
Mapa 12 – Recorte da Carte de l’Amérique Méridionale, demonstrando a representação dos espaços deixados em branco.....	156
Mapa 13 – Mapa da Província de São Paulo .....	160
Mapa 14 – Recortes dos mapas das províncias do Espirito Santo e São Paulo mostrando os espaços vazios .....	167
Mapa 15 – Mapa da Provincia de Sergipe.....	170
Mapa 16 – Províncias do Rio Grande do Norte e Grão Pará.....	172

## **LISTA DE IMAGENS**

Imagem 1 - Processo litográfico .....	68
Imagem 2 – Representação do Talvegue de um rio.....	104

## LISTA DE QUADROS, TABELAS E GRÁFICOS

Quadro 1 – Distribuição das disciplinas históricas e geográficas do Colégio Pedro II entre 1838-1862 .....	47
Tabela 1– Tratados entre o Brasil e países vizinhos.....	89
Tabela 2 – Extensão e população das maiores províncias.....	115
Tabela 3 – Invasões citadas por Candido Mendes de Almeida no Atlas do Império do Brasil .....	143
Tabela 4 – Número de mapas consultados por Candido Mendes para produzir o Atlas do Imperio do Brazil.....	162
Gráfico 1– Informações dos mapas consultados por Candido Mendes de Almeida .....	82
Gráfico 2 – Processo de influência entre os conceitos de Fronteira Natural, Posse não interrompida, Uti possidetis e o trabalhando de Candido Mendes segundo a teoria de Harold Bloom .....	96

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>CAPÍTULO 2 CONSTRUIR UMA NAÇÃO E FORMAR BRASILEIROS</b> .....	21
2.1 “Tempo ao espaço (e espaço ao tempo)”: a construção de uma história e de um território nacional brasileiro no <i>Atlas do Império do Brazil</i> .....	21
2.2 “Porque não ha paiz civilizado, que não tenha atlas especial para suas escolas”: o Atlas do Império do Brasil e o Colégio Dom Pedro II.....	42
<b>CAPITULO 3 MAPEANDO O IMPÉRIO, DEFININDO AS FRONTEIRAS E (RE)ORGANIZANDO O TERRITÓRIO</b> .....	66
3.1 Produção, circulação e consumo dos mapas: Candido Mendes de Almeida e o <i>teatro cartográfico</i> oitocentista.....	66
3.2 “O curso dos rios nenhuma duvida deixão na divisão dos territorios”: limites nacionais, fronteiras naturais e <i>Uti possidetis</i> .....	87
3.3 “Filhas do acaso”: o Atlas do Imperio do Brazil e a proposta de reorganização do território nacional.....	112
<b>CAPITULO 4 UNIDADE E AUTONOMIA: COMO JUNTAR TODAS AS PARTES DESSA NAÇÃO?</b> .....	135
4.1 “(...) se a Côrte tivesse mais visinha do norte”: distância, recursos e relações provinciais.....	135
4.2 “As trevas não nos he possível de todo espancar”: espaços “desconhecidos” e o poder de mapear .....	153
<b>5 Considerações Finais</b> .....	175
<b>Fontes</b> .....	180
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	183

## 1 INTRODUÇÃO

No processo de construção da nação brasileira, a partir de 1822, a cartografia, que já tinha seu poder conhecido pelos chefes de guerra e reis europeus, foi utilizada na produção de um saber sobre esse amplo território, que ainda não havia sido totalmente conhecido e controlado. Por meio dos mapas, o Estado poderia se fazer presente nesses locais, adquirindo uma consciência que era essencial, na efetivação de seu poder sobre o espaço e os sujeitos que neles viviam. Os mapas, portanto, eram uma forma de conhecimento que implicava poder, tanto no sentido já citado, relacionado à administração, mas também em um nível simbólico, auxiliando na produção de concepções socialmente construídas. De um modo ou de outro, os produtos cartográficos foram utilizados na produção de uma identidade nacional, que visava auxiliar na manutenção da continuidade do país, que por muito tempo não esteve assegurada.

Um desses produtos foi o *Atlas do Império do Brazil*, publicado em 1868, por Candido Mendes de Almeida, como parte dessa preocupação da elite intelectual de tornar o território mais conhecido. Os atlas se diferenciam dos outros produtos cartográficos, uma vez que apresentam mapas variados, e um texto histórico, sendo produzidos especialmente para um público sem conhecimento técnico. Essa estrutura permitia, em primeiro lugar, que autores como Candido Mendes, a partir de suas relações sociais e institucionais – como era o caso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB – apresentasse uma representação do território nacional, que fundamentada numa articulação temporal, imaginava um ‘Brasil natural’ que já estava definido desde a chegada dos portugueses. Em segundo lugar, possibilitava que o *Atlas* fosse destinado ao ensino, auxiliando na disseminação desse saber sobre o espaço entre a elite e de uma identidade que era baseada na continuidade com o passado colonial.

No entanto, esse papel da cartografia só se tornou possível no Brasil, com a ampliação das técnicas litográficas na segunda metade do século XIX, que permitiu gravar os mapas de forma mais rápida e com menores custos, atingindo um público mais diversificado. No caso do *Atlas*, Mendes abriu uma litografia exclusivamente para gravar seu trabalho. Nesse sentido, é necessário analisar os processos de produção, circulação e consumo dos mapas, uma vez que elas revelam diferentes modos de mapear, ou seja, diferentes projeções do espaço que eram construídas a partir de documentos que deveriam ‘comprovar’ a posse do território. Foi baseado nesses documentos que Mendes propôs uma reorganização dos limites nacional, com o intuito de que as províncias passassem a ter um tamanho aproximado entre si, abandonando uma organização que para ele se assemelhava aos Estados atrasados. Nesse sentido, para além de

mapear a nação, ele procurou (re)definir esse espaço, apresentando, através de suas linhas um projeto que era influenciado pelo tempo e sociedade que ele estava inserido.

Assim, à medida que os mapas passavam a serem entendidos como documentos autoevidentes, que replicavam as estruturas do mundo, não tendo suas intenções questionadas por esse novo público que começava a utilizá-los, era possível mobilizá-los na naturalização de territórios que ainda estavam sendo definidos, bem como na produção de concepções, tanto positivas como negativas, a respeito dos sujeitos e dos espaços. No *Atlas*, essas concepções podem ser percebidas na própria preocupação dos intelectuais e do governo com o conhecimento do território. É nítida a diferença de Candido Mendes ao tratar das informações que se possuía a respeito das províncias do Norte e do Sul. Era sob a parte Norte do país que se dirigiria o apelo e a preocupação para mais estudos em seu trabalho, mesmo que uma parte considerável da província de São Paulo e Espírito Santo, tivessem locais ainda não mapeados destacados nos seus mapas.

Esse desconhecimento do país era reflexo dos processos sociais e políticos envolvidos em sua construção. Até 1808 com a abertura dos portos, a América Portuguesa encontrava-se oficialmente fechada para o restante do mundo, podendo apenas os portugueses permanecerem nessa região, sendo proibida a entrada de sujeitos de outras nacionalidades, incluindo pesquisadores que muitas vezes eram considerados espíões. O território, com proporções continentais, não havia sido totalmente explorado pelos portugueses, chegando ao século XIX ainda desconhecido de seus próprios governantes. Essa questão, citada por diversos intelectuais ao longo do oitocentos, era percebida como prejudicial para administração e manutenção do Brasil enquanto nação, principalmente em um momento em que sua unidade não estava assegurada, tendo em vista que séculos de colonização haviam resultado em regiões distintas e dispersas, com ténues vínculos entre si<sup>1</sup>.

Para construir uma nação, portanto, se percebia essencial desenvolver uma produção intelectual que ajudasse a tornar esse Brasil conhecido, tanto de seus próprios filhos como também no ‘velho mundo’, ressaltando, como explica Manoel Luiz Salgado Guimarães, o perfil desse Estado “ilustrado” como portador da civilização e motor do progresso<sup>2</sup>. A elaboração de uma história que desse sentido ao espaço e de um território onde essa história se desenvolvia, que já era vista como importante na construção de uma identidade vai ser assim, incentivada na segunda metade do século XIX pelo próprio Governo Imperial, aumentando consideravelmente

---

<sup>1</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. *História do Brasil Império*. São Paulo: contexto, 2017, p. 08.

<sup>2</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

as publicações. Foi nesse contexto, e sendo diretamente influenciado por ele, que o *Atlas do Império do Brasil* foi produzido, sendo publicado em 1868.

Candido Mendes de Almeida nasceu, em 16 de outubro de 1818, em São Bernardo do Brejo dos Anapurus (atual Brejo), na província do Maranhão. Assim como a maior parte dos intelectuais que citaremos ao longo da dissertação, ele era formado em direito, tendo concluído o curso em 1839, na Faculdade de Pernambuco. No entanto, no ano seguinte, passou a atuar como professor de História e Geografia do Lyceu Maranhense, permanecendo por 15 anos. Esse cargo seria, inclusive, citado logo na introdução do *Atlas* com o intuito de legitimar suas discussões. Enquanto intelectual, publicou, antes do *Atlas* outros trabalhos relacionados ao Direito e a religião católica, mas só em 1878 foi aceito no IHGB. Já sua vida política iniciou em 1843, quando assumiu o cargo de deputado pela província do maranhão, mudando-se em 1854 para o Rio de Janeiro e sendo nomeado em 1871 senador do Império, cargo no qual permaneceu até sua morte em 1881.

As relações estabelecidas por Mendes nesses locais, sobretudo com sujeitos que eram sócios do IHGB, influenciaram o modo que ele representou o território, bem como seu projeto de produzir não só um mapa, mas uma reunião de mapas, tanto gerais como provinciais, que eram ordenados em uma lógica com pretensão totalizante. Esses são fatores que merecem atenção, uma vez que a construção de uma identidade físico-geográfica para o Brasil não era compartilhada da mesma forma por todos os intelectuais do Império. Projetos distintos eram desenvolvidos em locais como IHGB e a Secretaria de Negócios Estrangeiros – SNE, que apresentavam diferentes perspectivas desse espaço com o objetivo de produzi-lo, gerando disputas e discussões entre os intelectuais e os agentes estatais, que na maioria das vezes se confundiam.

Baseando-se, portanto, nas ideias e normas estabelecidas pelo IHGB, Mendes construiu uma representação cartográfica partindo de uma ideia de continuidade com o passado colonial, apresentando um Brasil “natural”, que já teria seus limites definidos, pelas serras, montanhas e hidrografia, desde a chegada de Pedro Álvares Cabral<sup>3</sup>. Assim, a utilização dos tratados como documento para produção dos mapas e negociação das fronteiras do Império eram criticadas. A narrativa produzida por autores anteriores a Mendes e creditados pelo IHGB, como Manoel Aires Casal e José Feliciano Fernandes Pinheiro, era utilizada tanto na idealização do território nacional, como na produção de um nacionalismo, a partir da crença de

---

<sup>3</sup> PEIXOTO, Renato Amado. *A Máscara da Medusa: a Construção do Espaço Nacional Brasileiro Através das Corografias e da Cartografia no Século XIX*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2005.



que todos os brasileiros compartilhavam de uma mesma origem e por isso possuíam uma mesma identidade.

Assim, essa narrativa que fazia a extensão do país emergir da natureza, era na verdade a magia do nacionalismo, que se apoiava na legitimidade fornecida pela permanência dos elementos naturais para transformar acaso em destino<sup>4</sup>. Mesmo porque, se o passado fornecia exemplos, o componente que perpassa as gerações e que cortava o território antes mesmo da chegada dos portugueses, precisava ser percebido como uma fonte de sabedoria. No entanto, o território que formava a colônia portuguesa e posteriormente o Brasil independente, passou por diversas modificações, sendo, aos poucos, definido. Essas mudanças foram registradas nos mapas e demais representações desse território, que tinha seus limites ampliados e reduzidos a partir de conquistas e negociações, muitas vezes endossadas pelos próprios mapas. Ao sobrepor os mapas produzidos ao longo de quatro séculos (mapa 1), é possível perceber essas mudanças e permanências, como o espaço que se tentava naturalizar nessas narrativas, era na realidade resultado de disputas, jogos de poder e diferentes perspectivas.

A partir do suporte científico dos mapas, o território que estava sendo produzido passava a ser entendido como o real, uma vez que a representação era entendida de forma equivocada, como uma janela transparente para o mundo<sup>5</sup>. Essa percepção dos mapas, inclusive, permanece na atualidade possivelmente de um modo ainda mais forte, tendo em vista que eles são utilizados com uma maior frequência e um por um público infinitamente mais diversificado que no século XIX. No mundo globalizado, a cartografia é empregada cotidianamente, em aplicativos de transportes, sites de compras, ou no GPS, fazendo com que os mapas sejam muitas vezes entendidos como uma representação neutra do espaço, ganhando atribuições do senso comum. Esse processo faz com que a produção desse território nacional seja discutida em praticamente todos os textos históricos que tratam sobre a construção da nação brasileira, mas que dificilmente os mapas sejam utilizados como fontes históricas. É mais comum serem usados como metáforas importantes por acadêmicos em diversas disciplinas, continuando não tendo seu princípio fundamental examinado<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> ANDERSON, Op. Cit, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

<sup>5</sup> HARLEY, J.B. *La Nueva Naturaleza de los Mapas. Ensayos sobre la historia de la Cartografía*. México, Fondo de Cultura, 2005, p. 61.

<sup>6</sup> EDNEY, Matthew H. Teoria e História da Cartografia. *Espaço e cultura*, UERJ, RJ, n.39, 2016, p. 211.

**Mapa 1 – Representação dos territórios que formavam a América Portuguesa e posteriormente o Brasil ao longo dos séculos.**



Fontes: 1748 – Carte de l'Amérique méridionale, Jean Baptiste d'Anville. 1808 – Brazil, or trans-atlantic Portugal, John Luffman. 1857 – Carta Geral do Brasil, Henrique de Beaurepaire Rohan. 1868 – Mapa do Brasil II, Candido Mendes de Almeida. 2021 – Google Maps.

Nessa pesquisa, utilizamos as discussões realizadas por Brian Harley e Matthew Edney a respeito dos conceitos e possibilidades dos mapas enquanto categoria de análise. A partir da ideia desses autores, entendemos essa cartografia como uma construção da realidade, imagens carregadas de intenções e consequências, produzidas a partir das necessidades e objetivos dos envolvidos na sua realização<sup>7</sup>. Partimos de uma análise que considera os processos de produção, circulação e consumos desses mapas<sup>8</sup> para compreender, os sujeitos que produziram esse

<sup>7</sup> HARLEY, Op. cit, 2005.

<sup>8</sup> EDNEY, Matthew H. Cartography: the ideal and its history. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2019.

espaço e a rede de sociabilidade em que eles estavam inseridos, passando a entendê-los como um instrumento de poder sobre o espaço.

No entanto, como saber estratégico, mesmo após a ampliação das técnicas de gravação, ele continuou situado nas mãos de alguns sujeitos que iriam aprender a ler e empregar esses mapas na organização nação e a serviço do Estado. Em seu livro *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*, Yves Lacoste chama atenção para a existência de duas geografias: a dos Estados-Maiores, utilizada como poder pelo governo, ligada a práticas políticas e militares; e a dos Professores, que ensinada a um público mais amplo nas escolas, era construída para parecer ‘inútil’. É interessante perceber como no Brasil, uma vez que a educação já era reservada a uma elite, que provavelmente no futuro ocuparia cargos governamentais, a geografia ensinada em colégios como o Pedro II, situado no Rio de Janeiro, longe de “mascarar a importância estratégica dos raciocínios centrados no espaço”<sup>9</sup> deveria prepará-los para melhor administrar o país.

Eles precisavam estudar o Brasil, conhecer seus limites, sua história e organização, para no futuro, como afirmava Candido Mendes “collocar os destinos da nossa nacionalidade em firme, eminente e glorioso pedestal”<sup>10</sup>. Nesse sentido, essa pesquisa aponta para o fato de que as informações e discussões apresentadas no *Atlas*, portanto, não eram apenas para serem decoradas, permanecendo distantes da realidade dos alunos, se assemelhava muito mais a uma geografia dos Estados-Maiores, mas nesse caso, condicionada aos interesses do Estado. A discussão a respeito das fronteiras nacionais, ou a própria apresentação de um projeto para sua reorganização, eram assuntos políticos importantes. Candido Mendes já em 1857, havia levado ao senado a proposta de construção de uma nova província denominada Pinsônia, que teria como capital o Macapá, utilizando seu *Atlas* para apresentar um mapa de quais deveriam ser os limites deste território.

Do mesmo modo, também se infere na pesquisa que suas críticas ao fato de alguns limites provinciais, sobretudo as situadas ao norte, não serem discriminados por legislações, bem como a tentativa de defini-los a partir da apresentação de documentos por ele selecionados, provavelmente não seriam discutidas em um material destinado ao ensino em outro momento. Essas eram propostas que, para ele, deveriam ser instituídas a fim de tornar o Brasil civilizado. Para que pudesse ocupar esse *glorioso pedestal*. Nesse sentido, as ideias apresentadas por

---

<sup>9</sup> LACOSTE, Yves. *A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. 19ª ed, Campinas, São Paulo: Papyrus, 2012, p. 31.

<sup>10</sup> ALMEIDA, Candido Mendes de. *Atlas do Imperio do Brazil*. Rio de Janeiro: Instituto Philomathico, 1868, p. 08.

Candido Mendes pareciam conformar uma proposta para ser desenvolvida a longo prazo, num futuro ainda não definido. Entretanto, as crianças que aprenderiam sobre o país a partir de suas ideias, poderiam no futuro instituí-las, tendo em vista seu espaço na sociedade.

A análise desses projetos apresentados por ele possibilita perceber quais eram os interesses e preocupações de uma parte do governo e da elite nesse período, uma vez que só é possível estudar o mapa a partir das relações com o tempo e o espaço em que ele foi produzido. Sendo assim, a própria diferença entre a representação e o discurso das províncias do Norte e do Sul no *Atlas*, é decorrente desse lugar que Mendes ocupava e dos interesses que defendia. Outro ponto importante de se perceber é que o território e suas fronteiras definidas por Candido Mendes, eram na verdade uma possibilidade, uma vez que, esse espaço articulado nos mapas não estava vazio. Mesmo os mapas servindo como instrumento de vigilância e controle desses territórios a partir de um saber intelectualizado, as pessoas que o ocupavam, mesmo não necessariamente estão envolvidas na sua definição, resistiam de diversas maneiras.

Como explica Matthew Edney, “o Estado não é o monopólio maciço que esmaga qualquer dissidente; o poder é, na verdade, negociado entre classes de uma sociedade, assim como no interior destas”<sup>11</sup>. Nessa perspectiva, torna-se necessário analisar os sujeitos que vivenciam e lidavam com esses territórios, bem como, de que forma eles resistiam a essas definições territoriais e significações que essa elite governamental procurava impor. As resistências aos levantamentos, por exemplo, podem ser percebidas a partir dos locais vazios que vão sendo deixados nos mapas. Espaços que ainda não haviam sido conquistados e, por isso, eram desconhecidos para o governo, mas continuavam sendo inseridos no universo da representação cartográfica, por serem entendidas como áreas à espera do processo civilizador desse Império. Esse era o caso de províncias como: São Paulo, Espírito Santo, Grão Pará e Amazonas

Sendo assim, ao analisarmos o discurso de Candido Mendes a respeito do pouco conhecimento cartográfico dos brasileiros, ou da pouca quantidade de informações que se tinha de determinadas regiões, devemos levar em conta qual conhecimento geográfico eles se referiam, tendo em vista que os sujeitos que ocupavam esses territórios também os produziam, inclusive, como vazio.

Conforme essa perspectiva, as fontes cartográficas constituíram o principal grupo documental dessa dissertação. Para além do *Atlas do Império do Brasil*, foi necessário consultar os materiais por Candido Mendes citado, a saber, mapas, cartas, plantas e corografias, tendo em

---

<sup>11</sup> EDNEY, Op. Cit, 2016, p. 217.

vista que eles haviam sido utilizados na composição do *Atlas*. Não sendo possível apresentar a imagem de todos eles ao longo do texto, foi indicado em rodapé, sempre que possível, o link para consulta online do mapa. Analisamos também, o parecer de Duarte da Ponte Ribeiro a respeito do *Atlas*, intitulado ‘*Pró-memória 126: Golpe de vista sobre o Atlas do Imperio do Brazil publicado pelo senhor Candido Mendes de Almeida, e considerações aos mappas que ele diz ter adotado por base da demonstração geographica que apresenta*. No manuscrito o diplomata criticava as fontes utilizadas por Mendes.

Os periódicos também foram destacados com frequência nessa pesquisa. Neles foram publicados textos escritos por Candido Mendes, bem como cartas e anúncios enviados por intelectuais e amigos do autor, nas quais enfatizavam a relevância da obra para nação brasileira. Para encontrar esse material seguimos o rastro de Mendes e do *Atlas* pelos jornais, sendo assim, alguns como o *Diário do Rio de Janeiro* (1821-1878), *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico Universal* (1848-1868) e *O Apostolo: periódico religioso, moral e doutrinário, consagrado aos interesses da religião e da sociedade* possuíam mais publicações, no entanto, utilizamos também outros periódicos de diversas províncias. Também foram consultados alguns documentos oficiais, como os Anais do Senado, do Parlamento, e da Assembleia Provincial do Rio de Janeiro, assim como, os Relatórios da Repartição dos Negócios do Império.

Por meio da análise destas fontes, alinhadas com uma discussão historiográfica em torno da utilização dos produtos cartográficos no projeto mais amplo de construção da nação brasileira, organizamos a dissertação em três capítulos. Em sua totalidade pretendemos apresentar uma análise coesa em torno do debate a respeito de como os mapas, as plantas e cartas, alinhadas a discurso histórico, foram utilizadas na produção de narrativas históricas que procuravam definir as fronteiras desse Brasil que paradoxalmente era rerepresentado como natural. O intuito é analisar, como esse território, naturalizado nessas narrativas, foi construído e definido ao longo do século XIX, a partir de jogos de poder e interesses dos envolvidos em suas representações. Percebendo como ele foi sendo produzido em meio a um *teatro cartográfico*<sup>12</sup> formado por esses sujeitos, que distribuídos em inúmeros palcos, procuravam escrever e reescrever o roteiro.

O primeiro capítulo intitulado, **Construir uma nação e formar brasileiros**, está dividido em dois tópicos. No primeiro, “**Tempo ao espaço (e espaço ao tempo)**”: **a construção de uma história e do território brasileiro no *Atlas do Imperio do Brazil***, examinamos como Candido Mendes, seguindo normas e regras definidas no Instituto Histórico

---

<sup>12</sup> PEIXOTO, Op. Cit, 2005.

e Geográfico Brasileiro – IHGB, tentou produzir uma narrativa que ajudasse na construção de um saber sobre o espaço, legitimado por uma história sistematizada. Essa narrativa, tinha como objetivo tornar a nação, que estava em construção mais conhecida, dando ao povo brasileiro uma identidade própria, e auxiliar na administração do território, que ainda não era totalmente mapeado. Nesse sentido, procuramos analisar como Mendes, a partir dos ensinamentos que seriam fornecidos pela história, apresentou no *Atlas* um “Brasil natural”, naturalizando um território, que na verdade, era definido a partir de disputas e negociações. Procuramos também compreender como essa narrativa foi utilizado na apresentação de um discurso nacionalista, que deveria ser disseminado entre os brasileiros por meio de obras como *Atlas*.

No segundo tópico, **“Porque não ha paiz civilizado, que não tenha atlas especial para suas escolas”**: o *Atlas do Imperio do Brazil* e o Colégio Dom Pedro II, investigamos como a tentativa de organizar uma educação sistematizada estava relacionada ao projeto de construção da nação. Examinando o *Atlas* enquanto compêndio destinado ao ensino, procuramos compreender quais os objetivos de Candido Mendes ao destinar seu trabalho ao Colégio Pedro II, que formava os filhos da elite brasileira. Mediante uma análise dos Relatórios de Instrução Pública da província do Rio de Janeiro, percebemos mudanças nos conteúdos das disciplinas de História e Geografia, que visavam incluir mais conteúdos relacionados ao Brasil. Essas mudanças marcam a época em que o *Atlas* foi produzido e publicado sendo considerado essencial para o ensino, que só tinha até então obras estrangeiras. Sendo assim, procuramos compreender como o trabalho em questão servia aos interesses do Estado, ajudando tanto na disseminação de um sentimento de nacionalismo entre os alunos, como também ensinando-lhes sobre o país que no futuro iriam governar, tendo em vista que seriam os mesmos sujeitos que ocupariam cargos em órgãos governamentais. Por fim, analisamos ainda quais interesses estavam relacionados na utilização dos mapas, antes restritos aos governantes, no ensino.

O segundo capítulo intitulado, **Mapeando o Império, definindo as fronteiras e (re)organizando o território**, encontra-se dividido em três tópicos. No primeiro, **Produção, circulação e consumo dos mapas: Candido Mendes de Almeida e o Teatro Cartográfico oitocentista**, foi examinado como os processos de composição e editoração do *Atlas*, bem como as relações entre sujeitos e instituições, influenciavam na forma como o território era apresentado nos mapas. Iniciamos a análise procurando compreender, como as mudanças técnicas e socioeconômicas foram essenciais para que *Atlas* como o de Mendes fossem publicados, modificando o acesso e os papéis sociais que os mapas possuíam dentro da nação em construção. A partir dessas novas características, examinei os interesses e relações sociais que guiaram o trabalho de Mendes como editor da obra, investigando o que levou ele a escolher

determinados documentos em detrimento de outros. Buscando investigar como esses documentos eram entendidos e utilizados pelos intelectuais na construção de um espaço brasileiro, foi possível perceber que esse processo de escolha tanto envolvia interesses e relações, como influenciava nas projeções geográficas, existindo uma discussão relacionada aos documentos que envolvia instituições como IHGB e a Secretaria de Negócios Estrangeiros – SNE. Essa disputa em torno da representação do espaço e sua definição foi aqui denominada de *teatro cartográfico*, seguindo as ideias de Renato Amado Peixoto.

No segundo, **“o curso dos rios nenhuma duvida deixão na divisão dos territorios”**: **limites nacionais, fronteiras naturais e *uti possidetis***, foi analisado o discurso de Candido Mendes de Almeida a respeito das fronteiras provinciais e os interesses em torno de suas definições. Cabe perceber como se deu a construção dos conceitos de fronteira natural e *uti possidetis* dentro desse *teatro cartográfico* e como eram mobilizados, em narrativas como a de Mendes, para legitimar os traçados dando um histórico a essa definição. É importante perceber que mesmo se tratando de algo posto como natural, Mendes chamava atenção para indefinição dos limites das províncias afirmando que eram modificados constantemente e alguns eram desconhecidos, buscando defini-los em seus desenhos. Tendo em vista que o território ainda não estava definido, buscaremos compreender os jogos de poder e interesses envolvidos nos traçados desses limites, como eles serviram para ajudar na manutenção da unidade territorial do Império.

No terceiro, **“Filhas do acaso”**: **o *Atlas do Imperio do Brazil* e a proposta de reorganização do território nacional**, foi examinado a proposta de Candido Mendes para uma reorganização do território brasileiro, a partir da definição de novos limites provinciais que substituíssem a desigualdade territorial que existia entre elas, apresentada por ele em seu *Atlas*. Pretendeu-se perceber os motivos que levaram o autor a associar a divisão existente do território ao atraso, e as possíveis relações com instituições como o IHGB, tendo em vista que Francisco Adolfo Varnhagen, havia apresentado proposta similar, em 1850, no livro *Memorial Orgânico*. Visamos também perceber como esse projeto foi debatido pelos órgãos administrativos, como o senado e a câmara dos deputados, tendo em vista que a reorganização racional do espaço sempre é uma reorganização da estrutura mediante a qual o poder social é expresso<sup>13</sup>. Por fim, buscaremos perceber como esse projeto pode ter aparecido no desenho do território nacional, e de que forma essa foi uma opção técnica ou possuía viés político para reforçar seu projeto de redefinição.

---

<sup>13</sup> HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

O terceiro capítulo intitulado, **Unidade e Autonomia: como juntar todas as partes dessa nação?**, está dividido em dois tópicos. No primeiro, **“se a Côrte tivesse mais vizinha do norte”**: **distância, recursos e relações provinciais**, buscou-se compreender como as questões políticas e sociais entre as províncias influenciavam na representação do território. Partindo das críticas apresentadas pelos políticos nortenhos acerca da disparidade dos projetos e recursos enviados para o Norte e para o Sul, analisamos como esse discurso aparecia no *Atlas*, colocando em questão a própria unidade da nação que era idealizada nas letras e linhas ali apresentadas. Mediante uma análise nos Anais do Parlamento, foi possível perceber que essa era uma questão recorrente entre os políticos, que assim como Mendes se queixavam, afirmando que o Norte não era valorizado pelo Governo. Por meio dessa discussão, procuramos investigar como essas questões estavam relacionadas aos debates em torno da reorganização do território e definição das fronteiras internas, uma vez que, a população e riqueza da província influenciava na quantidade de representantes que essa teria no Parlamento e Senado, local onde eram disputados os recursos.

No segundo, **“as trevas não nos he possível de todo espancar”**: **espaços “desconhecidos” e o poder de mapear**, foram analisadas as diferenças no discurso de Candido Mendes ao descrever as províncias do Norte e do Sul em seu *Atlas*. Tratamos de perceber os motivos que o levaram a representar as primeiras como um espaço não totalmente conhecido, que necessitava de mais mapas e estudos, enquanto, na segunda não existia quase nenhum um apelo nesse sentido, mesmo que parte do território também ainda não tivesse sido levantado pelo governo. Tal discussão ajuda a pensar, como os pedidos por novos mapas, longe de ser uma crítica negativa a província, buscava reivindicar atenção do governo para a região que era colocada como abandonada. A partir disso buscou-se discutir a respeito das relações políticas e sociais que envolveram as representações cartográficas, tendo em vista que, os mapas são produtos de mentes individuais como de valores culturais mais amplos em sociedades específicas. Por isso, o *Atlas do Brasil*, publicado em 1909, pelo Paulista Homem de Melo, foi analisado visando perceber como os locais ainda não mapeados, foram percebidos e representados por um sujeito com interesses e realidade social distinta.



## CAPÍTULO 2 CONSTRUIR UMA NAÇÃO E FORMAR BRASILEIROS

### 2.1 “Tempo ao espaço (e espaço ao tempo)”<sup>14</sup>: a construção de uma história e de um território nacional brasileiro no *Atlas do Imperio do Brazil*.

Seja no texto, seja nos mappas, este livro nos familiarisa com tudo quanto hoje se sabe desta abençoada região. V. Ex. grava-nos na mente e nos olhos do Brasil geográfico – politico – historico – administrativo – ecclesiastico – eleitoral. Torna-nos sócios das viagens de Colombo e Cabral. Faz-nos conhecer os donatários dos primeiros territórios descobertos. Patenteia-nos todas as grandes ilhas e lagos, mede-nos todos os notáveis rios que serpenteiam pelo Brasil; sobe-nos aos cumes de todas as serranias, até o Ayuruoca, a Lapa, o Itatiaya, dando-nos tanto essas enormes alturas, como as proporcionalmente diminutas do corcovado ou morro do castello. Mette-nos pelos olhos a configuração e os accidentes phisicos do império, bem como as suas limitações com as tres guyanas e as varias republicas<sup>15</sup>

Em 6 de outubro de 1868, José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha<sup>16</sup> enviou uma carta para Candido Mendes de Almeida que “embora não fosse destinada á imprensa”<sup>17</sup>, foi publicada dias depois no *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico Universal*. Tratava-se de um elogio a mais recente obra publicada por Mendes, o *Atlas do Imperio do Brazil*. Na passagem transcrita acima, retirada dessa correspondência, Noronha ao listar os temas abordados neste trabalho, apresentava os tempos e espaços percorridos e traçados por Candido Mendes.

Essa relação entre o tempo e espaço dava o tom das obras publicadas no período. Não bastava mapear o território nacional, mostrar sua hidrografia, seu relevo e suas fronteiras, era necessário construir uma narrativa, até mesmo através da cartografia, que mostrasse sua história, como se desenvolverá ao passar do tempo. A “descoberta” da América, do Brasil, os primeiros donatários. Era a apresentação de um espaço naturalmente definido, mas que na verdade era construído pela magia do nacionalismo, que convertia acaso em destino<sup>18</sup>.

É, portanto, com a intenção de elaborar um material histórico e geográfico para a nação brasileira que substituísse a escassez de informações que se tinha até então desse território e tornasse-o “bem conhecido e apreciado por seus filhos, como pelos estranhos”<sup>19</sup>, que em 1868, Candido Mendes de Almeida publicou aquele que seria considerado o primeiro *Atlas do*

<sup>14</sup> RAMOS, Francisco Regis Lopes. *O Fato e a Fabula: o Ceará na escrita da História*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012, p. 37.

<sup>15</sup> *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico Universal*, 11 de outubro de 1868, p. 1.

<sup>16</sup> Nasceu em 4 de março de 1810, em Portugal. Formou-se em direito na faculdade de Coimbra e em medicina na França. Fundou alguns jornais e revistas em Lisboa, como a *Revista Universal Lisboense*. Em 1846, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde fundou o jornal *Iris*, trabalhou como tradutor e atuou como advogado. Faleceu em março de 1879.

<sup>17</sup> *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico Universal*, 11 de outubro de 1868, p. 1.

<sup>18</sup> ANDERSON, Op. Cit, 2008, p. 39.

<sup>19</sup> ALMEIDA, Op. Cit, 1868, p. 07.

*Imperio do Brazil*. Nele eram apresentados um compilado de mapas do território que formava o Estado brasileiro e um texto histórico que se preocupava em descrever as fronteiras nacionais e provinciais a partir do seu processo de ocupação.

Dedicado ao Imperador e destinado ao Colégio Pedro II, a obra fazia parte do projeto mais amplo de construção de uma nação brasileira que, em 1822, havia nascido em fragmentos, não só pela diversidade cultural, mas também porque a unidade sonhada pelos letrados veio acompanhada dos apegos regionais<sup>20</sup>. Séculos de colonização haviam resultado em regiões dispersas, com atividades econômicas e costumes distintos<sup>21</sup>, em virtude do antigo modelo de espaço da América Portuguesa, composto em razão da dificuldade de comunicação imposta pelas condições geográficas e por necessidades administrativas<sup>22</sup>.

A própria ideia de nação não era muito delimitada nesse período, a mesma palavra poderia significar coisas muito diferentes já que até 1822, ela ainda era usada em referência a Portugal. Existia, sem dúvida, uma identificação e compromisso maior entre os sujeitos e suas províncias de que com a unidade do país. O sentido político de nação, que servisse ao Estado Brasileiro e envolvesse os seus habitantes como parte do todo, precisava ser criada pelos intelectuais e agentes estatais que assumiram a direção política, pois como explica Eric Hobsbawm “é o Estado que faz a nação e não a nação que faz o Estado”<sup>23</sup>.

A ruptura com Portugal, nesse sentido, não havia sido uma luta da nação pela sua liberdade, não significou uma ligação direta entre independência e nacionalismo, muito menos o controle de todo o país pelo poder central sediado no Rio de Janeiro<sup>24</sup>. Na verdade, o Brasil poderia ser independente, mas sua unidade estava longe de ser assegurada e o exemplo da antiga América Espanhola, que havia se fragmentado em diversas Republicas após a independência, assustava parte da elite brasileira que viu essa unidade ficar ainda mais ameaçada com as agitações políticas e revoltas provinciais de cunho separatista, desencadeadas, após a renúncia do Imperador d. Pedro I<sup>25</sup>, de norte a sul do Império<sup>26</sup>.

---

<sup>20</sup> RAMOS, Op. Cit, 2012, p. 27.

<sup>21</sup> DOLHNIKOFF, Op. Cit, 2017, p. 8.

<sup>22</sup> PEIXOTO, Op. Cit, 2005, p. 16.

<sup>23</sup> HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programas, mito e realidade*. 8ª ed. São Paulo: paz e terra, 2020, p. 61.

<sup>24</sup> GUIMARÃES, Op. Cit, 2011, p. 239.

<sup>25</sup> CARVALHO, José Murilo. A Vida Política. In: CARVALHO, José Murilo (coord.). *História do Brasil Nação (1808-2010) – volume 2 – A construção nacional (1830-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 87.

<sup>26</sup> Entre 1835-1840 a Cabanagem na província do Pará, que declarou independência, tendo sido uma das revoltas mais sangrentas da história do país resultando em 30 mil mortos. Entre 1835 e 1845 a Farroupilha no Rio Grande do Sul, que em 1836 proclamou a independência formando uma republica com o nome de Piratini. E por fim, entre 1837 e 1838 a Sabinada na Bahia, que também declarou a independência da província, mas nesse caso valeria somente até a maioria do Imperador.

A unidade do território, entendida como um traço essencial na configuração do Estado Imperial, foi tomada como referência na idealização e consolidação do Brasil enquanto nação, uma vez que a estrutura e a definição dos Estados modernos eram essencialmente territoriais<sup>27</sup>. Desta forma, era necessário produzir uma narrativa geográfica que legitimasse a sua indivisibilidade e proporcionasse uma identidade comum compartilhada pelos seus membros, dando conta da heterogeneidade do Império. Ou como afirmou Manuel Luiz Salgado Guimarães, tratava-se “de definir com precisão os contornos físicos dessa nação [...] capaz de viabilizar num futuro não definido a realização plena de sua identidade”<sup>28</sup>, transformando o amplo território brasileiro em um único Estado nacional.

Tendo em vista que, como explica Alfredo Bosi, “as ideias não vivem no ar. Sua difusão e a faculdade de alterarem a rotina de uma nação dependem em boa parte da existência de instituições que lhes deem suporte material e social”<sup>29</sup>, essa identidade físico-geográfica do país, foi formulada a partir de locais como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB. Fundado no Rio de Janeiro, em 1838, sobre proteção direta do Estado, tinha o papel de espalhar “luz” e civilização por todo Império dando conta da totalidade e construído a nação em sua diversidade e multiplicidade de aspectos, ideia que se ajustava sem prejuízo a política estatal de centralização administrativa<sup>30</sup>.

A partir do IHGB, esforços foram direcionados tanto para a construção de um ‘saber sobre o espaço’, a partir do arquivo de mapas antigos e modernos e de um estudo do território e de suas fronteiras, que buscava diminuir o desconhecimento do país. E para uma escrita sistematizada da História do Brasil, que não deveria se tratar mais, como até então, de elaborar crônicas e narrativas, mas de uma pesquisa profunda com base em metodologias adequadas e que retratasse a nação em sua totalidade. Nesse local, os moldes para composição das narrativas a respeito do Brasil foram definidos, tornando-o uma área de debate e “instância crítica” dos trabalhos que eram publicados dentro e fora do instituto.

Contudo, diferentes modelos de espaço se desenvolveriam a partir das discussões do IHGB, que remetiam a produção de um mito fundador cuja finalidade era a definição de um espaço nacional. Mas esses modelos derivariam das narrativas construídas na década de 1830,

---

<sup>27</sup> HOBBSAWM, Op. Cit., 2020, p. 32.

<sup>28</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. N. 1, 1988, p. 23.

<sup>29</sup> BOSI, Alfredo. Cultura. In: CARVALHO, José Murilo (coord.). *História do Brasil Nação (1808-2010) – volume 2 – A construção nacional (1830-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 260.

<sup>30</sup> GUIMARÃES, Op. Cit, 2011.

por José Feliciano Fernandes Pinheiro<sup>31</sup>, primeiro presidente da instituição, que apresentava a definição dos contornos do Brasil por meio dos principais traços da natureza, e de José Antônio Pimenta Bueno<sup>32</sup>, que, por sua vez, defendia um alargamento desse espaço, por meio da comprovação da posse do território através de ‘provas históricas’, estabelecendo o conceito de posse não interrompida. Sobretudo criticavam a utilização dos tratados, como, por exemplo, o de Santo Idelfonso e o de Madri, na negociação e definição das fronteiras, o que até então era a política oficial do governo a partir da Secretaria de Negócios Exteriores – SNE<sup>33</sup>.

Duarte da Ponte Ribeiro<sup>34</sup>, que estabeleceu uma ligação entre a SNE e o IHGB na década de 1840, utilizou-se das ideias de Pinheiro e Pimenta Bueno, operando uma transformação essencial no conceito de fronteiras naturais, encadeando o conceito de posse não interrompida ao *uti possidetis*, um antigo instrumento político. Essa só se tornou a posição oficial do governo em 1848, mesmo assim, Ribeiro conseguiria utilizar essa ideia em algumas de suas negociações a serviço da SNE. Todavia, tendo em vista essa ligação, o *uti possidetis* acabaria sendo ligado ao Tratado de Madrid, uma vez que acreditavam que ele apresentava uma vantagem para o Brasil<sup>35</sup>.

A partir dessas mudanças endossadas pelas discussões do IHGB, sobretudo por meio da comissão geográfica, parte dos membros começaram a tecer críticas a esse modelo do espaço utilizado nas negociações. A partir da divulgação das corografias do século XVIII, eles defendiam um retorno radical à origem, onde o espaço brasileiro deveria alcançar o limite máximo da expansão portuguesa verificado nessas obras que por sua vez desqualificava os tratados. Eles buscavam ainda, apresentar o território nacional como predefinido, a partir da

---

<sup>31</sup> Nasceu em 9 de maio de 1774, na capitania São Paulo. Formou-se em direito pela Universidade de Coimbra em 1798, voltando para o Brasil em 1801, ocupando o cargo de juiz das alfândegas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Atuou como deputado geral da Assembleia Constituinte em 1823, e como senador do Império de 1826-1847. Também ocupou o cargo de ministro da justiça em 1827. Tendo sido um dos sócios fundadores do IHGB, foi eleito o primeiro presidente, escrevendo o denominada Programa Geográfico para o instituto. Faleceu em 1847.

<sup>32</sup> Nasceu em 1803 na capitania de São Paulo, formando na academia jurídica da mesma cidade. Ingressou na vida pública como desembargador da Relação do Maranhão em 1844 e da corte em 1847, sendo logo em seguida nomeado ministro do supremo tribunal da justiça. Ainda na década de 1840, foi encarregado de negócios do Brasil no Paraguai, a partir de então tornou-se consultor da SNE. Como sócio do IHGB escreveu diversos textos históricos, geográficos e a respeito do Direito nacional. Faleceu em 1778.

<sup>33</sup> PEIXOTO, Op. Cit, 2005.

<sup>34</sup> Nasceu em 2 de março de 1795 em Portugal, vindo para o Brasil em 1807 com a família real. Formou-se em medicina no Hospital Militar do Morro do Castelo, não seguindo na área. Iniciou sua carreira como diplomata em 1826. Em 1844 foi chefe da 3ª Seção da Secretaria de Estado dos Negócios Exteriores dedicada a América Sul, sua principal área de atuação como diplomata. Entre 1829-1851 trabalhou no Peru, na Bolívia e Chile, nessas negociações, ele aprimorou e defendeu a utilização do princípio jurídico *uti possidetis* para a definição das fronteiras do brasileiras. Se tornou sócio do IHGB em 1838, participando ativamente das discussões intelectuais até meados de 1853, quando tornou-se conselheiro dos ministros de Estado dos Negócios Estrangeiros. Se afastou do cargo em 1857, se dedicando a escrita de diversas obras histórico-geográficas. Faleceu em setembro de 1878.

<sup>35</sup> PEIXOTO, Op. Cit, 2005.

associação com um passado comum entre a metrópole e a nova nação, destacando-se a manutenção das tradições.<sup>36</sup>

Essa percepção do espaço diferia muito em relação ao que propunha nas negociações, o que os levava a acreditar que elas envolviam grandes cessões do território nacional. Sendo assim, a partir da década de 1850, a comissão geográfica começaria a priorizar a ligação com as origens a partir da discussão e colaboração com autores como Francisco Adolfo de Varnhagen<sup>37</sup>, o que colocava o instituto em contraposição à SNE<sup>38</sup>. Varnhagen, que possuía uma ligação direta com o Estado e seus representantes, sendo percebido como aquele que havia concretizado o projeto do IHGB de escrever uma história do Brasil, foi uma das principais referências para Mendes. Seu livro *História Geral do Brasil*, publicado em 2 volumes (1854/57) foi citado como material consultado para a elaboração, tanto textual como dos mapas históricos, do *Atlas*.

Deste modo, Candido Mendes estava inserido nessa “teia sociocultural” que circunscrevia o projeto de um estudo do Brasil enquanto nação civilizada, que era financiado pelo próprio Estado. Foi a partir dos temas e normas articulados pelo IHGB, que ele construiria suas ideias, a fim de atender as necessidades do governo e para que seu trabalho cumprisse suas funções políticas e culturais. Em sua narrativa, a extensão do território nacional era entendida pelo aspecto do divino, a partir da ideia de que “a aglomeração de territórios [que] forma[va] o Imperio do Brazil” não tinha sido resultado do acaso, mas sim, um “um facto providencial”<sup>39</sup>, já que os Brasileiros possuíam

**uma missão a desempenhar na terra.** Se não fora providencial aquelle facto, uma constante fortuna não teria acompanhado nossos maiores na luta com os indígenas, e com outros povos que nos disputarão a posse, e o domínio dos terrenos que hoje ocupamos [grifo nosso]<sup>40</sup>

Citada em outros momentos no *Atlas*, a missão era de civilizar a nação, espalhando “luz” e “ordem” pelo Império, ajudando no seu desenvolvimento e tornando-o digno de figurar entre as nações civilizadas europeias<sup>41</sup>. Essa tarefa ‘divina’ era representada como uma justificativa para o fato de os portugueses terem conseguido manter o controle sobre esse

<sup>36</sup> Idem, ibidem.

<sup>37</sup> Militar, diplomata e historiador Brasileiro, nasceu em 1816 na capitania de São Paulo. Tornou-se socio do IHGB em 1840, atuando como um dos mais assíduos colaboradores. Recebendo financiamentos do próprio Imperador para realização de suas pesquisas, foi o responsável por escrever aquela que seria considerada a primeira História do Brasil. Para além desse livro, publicou muitas outras obras sobre a história do Brasil como *Historia das lutas com os holandeses no Brazil: desde 1624 a 1654* (1872) e o *Memorial orgânico* (1849) que será melhor discutido no 2 capítulo dessa dissertação. Faleceu em 1878.

<sup>38</sup> PEIXOTO, Op. Cit, 2005.

<sup>39</sup> ALMEIDA, Op. Cit, 1868, p. 08.

<sup>40</sup> Idem, ibidem.

<sup>41</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 2ed. São Paulo: Hucitec, 2011.

espaço, vencendo países como a Holanda, que durante o século XVII havia tentado formar colônias desse lado do Atlântico, e sendo utilizada, por Mendes, como fator de legitimação da unidade nacional.

Esses embates, ganhavam significado simbólico na historiografia em construção, a partir de trabalhos como de Varnhagen, que interpretava a luta contra os holandeses como o início de um sentimento nacional do qual abria possibilidade de definir o Brasil como algo particular<sup>42</sup>. Na citação, transcrita anteriormente, Candido Mendes apresentava uma ligação direta entre aqueles que haviam combatido os inimigos da metrópole – que em sua perspectiva incluía os indígenas – e os membros da nação agora independente, se referindo a eles como “nossos maiores”. Para ele, os brasileiros como “herdeiros da civilização do antigo continente e continuadora de suas glórias”<sup>43</sup>, tinham o dever de prosseguir com esse papel civilizatório, que havia sido iniciado pela política colonial portuguesa e era entendido como tão favorável para o Brasil<sup>44</sup>.

Mas para cumprir essa missão era essencial estudar o Brasil tornando-o mais conhecido dos seus habitantes, que poderiam “fazer valer os seus recursos, e suas qualidades meritórias”<sup>45</sup>, e para Candido Mendes isso só era possível através do cultivo da geografia. Pois a nação era formada da “doutrina que adopta esse povo, do território e do clima que lhe [imprimiam] certas disposições e tendencias”<sup>46</sup>, fazendo com que essas especificidades precisassem ser examinadas para o desempenho desse dever, que era, basicamente, o de governar e efetivar seu poder sobre um território e um povo definido. Os sujeitos que deveriam conhecê-la eram, por conseguinte, mais precisamente os membros da classe abastada, que diferente do resto da população, tinham acesso à educação e ocupavam a direção política do Império<sup>47</sup>, tornando indispensável que soubessem pensar o espaço.

A precariedade de informações precisas sobre o Brasil era um assunto constante entre os intelectuais que pensavam a nação nesse momento. Em 1843, na revista *Minerva Brasiliense* constatava que o Brasil era “quase totalmente desconhecido dos brasileiros”<sup>48</sup>, 25 anos depois,

<sup>42</sup> GUIMARÃES, Op. Cit, 2011, p. 193.

<sup>43</sup> ALMEIDA, Op. Cit, 1868, p. 08

<sup>44</sup> GUIMARÃES, Op. Cit, 2011, p. 232.

<sup>45</sup> ALMEIDA, Op. Cit, 1868, p. 08.

<sup>46</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>47</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem/Teatro das Sombras*. 4ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

<sup>48</sup> *Minerva Brasiliense*. Rio de Janeiro, 1 (2), nov./1843, p.51.

Francisco Ignacio Homem de Melo<sup>49</sup>, ao escrever um opúsculo intitulado *Atlas do Império do Brasil pelo Dr. Candido Mendes de Almeida, noticia litteraria*, tratou da mesma situação afirmando que o vasto Império do Brasil possuía “regiões ainda mal exploradas e quase desconhecidas”<sup>50</sup>. Em seu trabalho, Candido Mendes criticava essa situação, afirmando, na introdução, que o Brasil se configurava como um “povo anti-geographico”, tendo herdado “essa incúria ou menosprezo de Portugal”<sup>51</sup>, para ele era necessário tornar o estudo da geografia eminentemente popular para resolver, o que entendia como um atraso que causava frutos amargos. O *Atlas*, nesse sentido, foi feito para o uso nos estabelecimentos secundários do Império, sobretudo o Colégio Pedro II, que era responsável por formar os filhos da elite brasileira<sup>52</sup>, possuindo uma função pedagógica.

Conhecer a nação garantiria ao Governo Imperial uma consciência do espaço, ajudando a dominar e controlar não só o território, que seria definido em razão das necessidades de deslocamento e administração, mas também, os sujeitos, a natureza e as riquezas da terra, ou seja, as partes que constituíam o país. Por isso, Candido Mendes para além de representar esse território informava a respeito de suas divisões administrativas, eclesiásticas, eleitorais e judiciárias, apresentava dados estatísticos sobre a população, comarcas e municípios que formavam o Império, e esmiuçava os rios, as montanhas e, sobretudo, suas fronteiras que ganharam destaque nessa narrativa.

A cartografia, utilizada pela elite para representar esse espaço brasileiro se tornou essencial nesse processo, visto que por intermédio dos mapas era possível visualizar de forma concreta o território, permitindo-lhes organizá-lo e supervisioná-lo, sem que para isso fosse necessário sair dos seus centros de poder<sup>53</sup>. Reservadas a elite dirigente, os mapas eram utilizados como um instrumento de poder sobre os espaços e as pessoas que neles viviam<sup>54</sup>, cumprindo ainda, uma função social e política, uma vez que conscientemente ou não, não

---

<sup>49</sup> Nasceu em 1 de maio de 1837 em São Paulo, formou-se na Faculdade do Direito do Largo de São Francisco em 1858, se tornando membro do partido liberal em 1860. Foi professor do Colégio Pedro II entre 1864, quando foi exonerado a pedido por ter sido nomeado Presidente da Província de São Paulo, tendo sido também presidente da província do Ceará (1865-1866), Rio Grande do Sul (1867-1868) e Bahia (1878). Foi Inspector da Instrução Publica em 1873. Tornou-se membro do IHGB em 1859. Após a Proclamação da República retornou ao magistério, lecionando História e Geografia no Colégio Militar do Rio de Janeiro. Entre suas várias obras, estão o *Atlas do Império do Brasil* publicado em 1882 e o *Atlas do Brasil* (1909).

<sup>50</sup> A Instrução Publica: publicação hebdomadária, 8 de junho de 1873 p. 1.

<sup>51</sup> ALMEIDA, Op. Cit, 1868, p. 07.

<sup>52</sup> Ver nessa dissertação o tópico “*Porque não ha paiz civilisado, que não tenha atlas especial para suas escolas*”: *O Atlas do Império do Brasil e o Colégio Dom Pedro II*.

<sup>53</sup> BORGES, M. E. L.; Atlas Históricos: com eles também se escrevem memórias nacionais. In: DUTRA, Eliana R. de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. (Org.). *Política Nação e Edição. O lugar dos Impressos na Construção da Vida Política. Brasil, Europa e Américas. sécs. XVII-XX*. 01ed. São Paulo: Annablume, 2006, v. 01, p. 372.

<sup>54</sup> LACOSTE, Op. Cit, 2012, p. 23.

reproduziram somente o entorno em sentido abstrato, mas também os imperativos territoriais de um sistema político<sup>55</sup>. Nesse sentido, por meio desses mapas o Brasil seria produzido enquanto Estado territorial.

Essa utilidade da cartografia já tinha se mostrado evidente para o Estado desde o começo das grandes revoltas no período regencial<sup>56</sup>. Contudo, é necessário ressaltar que foi a partir da década de 1840 e 1850, com as transformações políticas que permitiram uma relativa estabilidade e centralização administrativa que o fluxo de trabalhos publicados sobre o Brasil foi ampliado, assim como a produção de mapas, pelo governo ou de algum modo financiado por ele. Destacando essa mudança nas publicações nacionais, Luiz Honório Vieira Souto, em uma sessão Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro em 1868, afirmava que

Até agora passavão-se annos e annos sem que se fizesse alguma publicação importante; **nestes últimos tempos, e sobretudo no presente anno, não só se tem escripto muito e bem, como se tem publicado; e não só na corte, como tambem nas províncias.** Este movimento deve ser animado, para que vá diminuindo a dôr com que contemplamos os catálogos das numerosas obras publicadas todos os annos [grifo nosso]<sup>57</sup>

O Estado, portanto, como promotor e criador da nação, colocou como tarefa apoiar importantes setores da vida social, sobretudo aqueles em que era possível promover o despertar de um sentimento de comunidade<sup>58</sup>, tornando-se um dos maiores financiadores e incentivadores dessa produção intelectual elaborada no Brasil. O IHGB, por exemplo, que desde sua inauguração estava sob proteção do governo, durante o Segundo Reinado passou a ser quase totalmente financiado por ele. De acordo com Manoel Luiz Salgado Guimarães, a partir de 1843, passou a ter 75% do seu orçamento advindo dos cofres públicos, em substituição aos 44% estabelecido na primeira subvenção, em 1839<sup>59</sup>. Foi a partir dessas políticas, que D. Pedro II, construiu uma imagem de monarca intelectual e amigo das letras<sup>60</sup>, passando a ter uma presença mais assídua e participante no IHGB, sugerindo temas para discussões e prêmios para publicação de trabalhos de natureza científica.

Contudo, no que se refere a cartografia, esses novos trabalhos continuavam tratando de mapas específicos das províncias, organizados pelas mesmas a partir das necessidades e dos interesses locais. Em alguns casos até eram produzidos mapas do Brasil como um todo, como

<sup>55</sup> HARLEY, B. *Mapas, saber e poder*. Confins, n.5, p.1-24, 24 abr. 2009, p. 3.

<sup>56</sup> A respeito das revoltas do período regencial ver: BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila e SALLES Ricardo (org.) *O Brasil Imperial, volume II (1831-1870)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

<sup>57</sup> Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro. Sessão 17 de dezembro de 1868, p. 516.

<sup>58</sup> GUIMARÃES, Op. Cit, 2011, p. 246.

<sup>59</sup> Idem, p. 75.

<sup>60</sup> CARVALHO, Op. Cit, 2012, p. 28.



era o caso da *Carta Corographica do Imperio do Brasil*<sup>61</sup> produzida por Conrado Jacob de Niemeyer<sup>62</sup>, em 1846, em parceria com o IHGB e dedicada a instituição. No entanto, eram cartas mais gerais e com grandes dimensões, possuindo um tamanho de 1,50 m de altura por 1,50 m de largura. Homem de Melo em seu opúsculo chamava atenção para essa produção mais específica, relacionando-a com a dificuldade de conhecer a nação. Segundo ele

tem continuado a subsistir entre nós a dificuldade de estudar e conhecer com exactidão a geographia patria. Os trabalhos do Marechal Cunha Mattos e do Visconde de S. Leopoldo são circumscripotos á Goyaz e ao Rio Grande do Sul. Os do Senador Saturnino são tambem parciais<sup>63</sup>

A necessidade de trabalhos que tratassem do Brasil como um todo, dando menos ênfase as regiões em suas particularidades, foi levantada pelo pesquisador naturalista e etnógrafo alemão Karl Friedrich Philipp von Martius<sup>64</sup>, em seu texto intitulado *Como se deve escrever a História do Brasil* (Munique, 1843). A obra em questão, ganhou o concurso promovido pelo IHGB para eleger o melhor trabalho que apresentasse um plano para a escrita da história do Brasil formulando os princípios que corresponderiam ao conceito de história utilizado pelo instituto<sup>65</sup>. Mesmo se referindo, mais especificamente a produção de uma história do Brasil, suas ideias e orientações podem ajudar a compreender os discursos e interesses de intelectuais como Homem de Melo e do próprio Candido Mendes, mesmo porque seu trabalho mais que geográfico também era histórico.

Para von Martius, as obras que até então eram publicadas sobre as províncias em separado era de apressado estimável, todavia, elas não faziam as “exigências da verdadeira historiografia”<sup>66</sup>. Os mapas que, como afirmava Homem de Melo, estavam circunscritos a partes específicas do Império, possuíam influência e importância dentro do *teatro de narrativa*, entretanto, utilizavam escalas diferentes e isso significava apresentar o território sob uma outra perspectiva, com outros objetivos. Como explica Revel, “mudar as escalas de representação em cartografia não consiste apenas em representar uma realidade constante em tamanho maior ou

<sup>61</sup> Ver em: [http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo\\_sophia=7435](http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=7435).

<sup>62</sup> Nasceu em 1788 em Lisboa, vindo para o Brasil em 1809 a serviço da coroa. Engenheiro militar, lutou contra a invasão francesa e revoluções pernambucanas de 1817 e 1824. Produziu diversas cartas, mapas e plantas das províncias. Era monarquista e restaurador. Atuou na seção de Obras Públicas da Província do Rio de Janeiro, e como oficial da Repartição Geral das Terras Públicas. Foi encarregado da confecção da Carta Corográfica do Império. Socio do IHGB desde 1838, teve diversas colaborações com a instituição ganhando o concurso de uma monografia de como deveria ser escrita a História do Brasil. Faleceu em 1868.

<sup>63</sup> A instrução publica: publicação hebdomadária, 8 de junho de 1873 p. 1.

<sup>64</sup> Médico, botânico e antropólogo, nasceu em 1779 em Munique. Veio para o Brasil em 1817 acompanhado do cientista Johann Baptist von Spix com o intuito de pesquisar o Brasil e formar uma coleção botânica e zoológica. Suas pesquisas eram muito reconhecidas pelo IHGB, sobretudo a que correspondia a região do Amazonas.

<sup>65</sup> GUIMARÃES, Op. Cit, 2011, p. 127-128.

<sup>66</sup> MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. *Como se deve escrever a História do Brasil*. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 1844, p. 51.

menor, e sim transformar o contudo da representação”<sup>67</sup>, e isso significa, escolher aquilo que é ou não representável.

Nesse sentido, Candido Mendes organiza seu *Atlas* a partir de um jogo de escalas, que o possibilitava construir uma unidade simbólica entre o todo e suas partes, dialogando com o passado e projetando um futuro<sup>68</sup>. Apresentando um compilado de 27 mapas, o leitor iniciava sua viagem através do tempo e do espaço por um mapa mundi, que localizava o país no globo terrestre. Só depois passava-se para sua representação mais específica, com quatro mapas do Brasil, mostrando respectivamente sua divisão Administrativa, Eclesiástica, Eleitoral e um físico – denominado por ele como “mudo” – e um mapa para cada província brasileira, que eram vinte, em 1868<sup>69</sup>. Além disso, antes da representação do território, ele apresentava um longo texto introdutório no qual informa a “razão da obra, mostra sua necessidade, apresenta o seu plano, entra em longo desenvolvimento de cada mappa”<sup>70</sup>.

Essa configuração apresentada nos atlas dava a eles uma autoridade simbólica que transcendia a de mapas individuais<sup>71</sup>, por isso a publicação em questão foi considerada pelos intelectuais da época como um importante avanço no saber sobre o espaço nacional. Thomaz Pompeu de Sousa Brasil<sup>72</sup>, em uma carta escrita para Candido Mendes agradecendo pelo envio de um exemplar do seu trabalho, afirmava que aquele havia “realizado um tão importante melhoramento a geographia patria, emprehendendo e executando uma obra única até hoje na litteratura nacional”<sup>73</sup>, única porque os atlas utilizados no país até então eram todos desenvolvidos por europeus, possuindo só um mapa geral do Brasil ou sendo considerados muito imprecisos.

Esse era o caso das *Cartas topographicas e administrativas das provincias do Brasil*<sup>74</sup> organizada pelo visconde J. de Villiers de L’ile-Adam, entre 1847-1850, que possuía um mapa

---

<sup>67</sup> REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL (Org.). *Jogos de Escalas: experiência da microanálise*. 01ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 20.

<sup>68</sup> BORGES, Op. Cit, 2006, p. 370.

<sup>69</sup> Os outros 2 mapas eram referentes ao Município Neutro e a proposta de criação de uma província denominada Pinsonia que teria como capital Macapá.

<sup>70</sup> Jornal Diario do Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1868, p. 2.

<sup>71</sup> BLACK, J. *Mapas e História: Construindo imagens do passado*. Bauru: Edusc, 2005, p. 31.

<sup>72</sup> Nasceu em 6 de julho de 1818, na província do Ceará. Formou-se em direito na Faculdade de Direito de Recife, tendo sido um dos fundadores do Liceu do Ceará, professor de Geografia e História entre 1845-1849 e seu primeiro diretor. Foi eleito deputado em 1845 e nomeado senador em 1864, tendo sido chefe do partido liberal. Socio do IHGB escreveu diversos trabalhos históricos e geográficos, entre eles o já citado Compendio Elementar de Geografia Geral e Especial do Brasil, que primeiro foi indicado para os Liceus do Ceará em 1851, e aumentado em 1856 para o Colégio Pedro II. Faleceu em 2 de setembro de 1877.

<sup>73</sup> Correio Mercantil, e Instructivo, Politico Universal, 10 de novembro de 1868, p. 01.

<sup>74</sup> Ver em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart67925/cart67925.htm](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart67925/cart67925.htm).

“physico e administrativo do Brasil” e representações de todas as províncias do Império<sup>75</sup>, mas era tido como cheio de ‘erros’. Em 1856, o engenheiro B. Webb, em um Relatório do Estado dos Trabalhos da Estada Mangaratiba, na província do Rio de Janeiro, reclamava desses ‘erros’ e da falta de mapas que o Brasil possuía, de acordo com ele: “quando escolho um ou outro ponto d`esta planta, vejo a falsidade d`ella, e conheço que são taes plantas miseráveis guias. [...] Pode-se dizer que o paiz está totalmente sem plantas verdadeiras”<sup>76</sup>. Cenário que Candido Mendes pretendia modificar.

No entanto, não se trata do *Atlas* apresentar representações totalmente exatas e sem ‘erros’. O espaço nacional não havia sido totalmente dominado ou definido, algumas partes eram sequer conhecidas em sua totalidade, impossibilitando que o território fosse totalmente cartografado. Os dados estatísticos também apresentavam informações parciais que poderiam estar cheias de equívocos, considerando a conhecida dificuldade para contar no Império, datando apenas de 1872 o primeiro senso completo<sup>77</sup>. E para além disso, como explica Fernand Joly, “mesmo o mais detalhado dos mapas é uma simplificação da realidade”<sup>78</sup>, tanto por uma questão técnica, relacionada a dificuldade para representar a superfície curva da terra em uma folha de papel, que por sua vez é plana, como também por uma questão social, já que eles são uma construção seletiva do espaço influenciada pelos interesses dos seus produtores.

Um desses considerados “erros” apresentados no *Atlas*, pode ser percebido no mapa do Ceará. A depender do exemplar consultado se tem acesso a duas versões diferentes do mapa da província. Isso porque, o primeiro foi produzido com um erro de longitude, fazendo com que o território apareça com um formato bem diferente de como normalmente era representado na época, sendo litografada na diagonal da folha. Segundo Joly, os erros de longitude foram por muito tempo quase inevitáveis, tendo em vista a dificuldade de calculá-la. Isso porque, obtém-se a longitude comparado a hora do lugar a do meridiano de origem, e a grande dificuldade consistia em conhecer a hora exata desse meridiano no momento da observação<sup>79</sup>.

Essa diferença, no entanto, só foi percebida depois da impressão desse mapa, fazendo com que o autor produzisse uma outra versão considerada mais “correta”, informando no artigo relacionado a província do Ceará o equívoco em questão.

No mappa que ora apresentamos cumpre dar um desconto de 25’ para leste nos grãos de longitude, **por engano que houve em traça-los, falta que já**

<sup>75</sup> BEIER, José Rogério; MARHTIN, Daniel. Aspectos da representação do território paulista em sua cartografia impressa: uma análise cartobibliográfica (1833-1932). *CONFINS (PARIS)*, v. 1, 2018, p. 07.

<sup>76</sup> Diário do Rio de Janeiro, 20 de abril de 1856, p. 02.

<sup>77</sup> CHALHOUB, Sidney. População e Sociedade. In: CARVALHO, José Murilo (coord.). *História do Brasil Nação (1808-2010) – volume 2 – A construção nacional (1830-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 37.

<sup>78</sup> JOLY, Fernand. *A Cartografia*. 17 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1990, p. 07.

<sup>79</sup> Idem, p. 33.

**acha reparada nos outros exemplares tendo-se gravado de novo este mappa [grifo nosso]<sup>80</sup>**

Esse segundo mapa, no entanto, é mais difícil de encontrar nos arquivos, possivelmente, porque tenha tido menos tiragens. O primeiro mapa produzido do Ceará pode ter sido entendido como “errado”, depois que muitas de suas cópias já haviam sido litografadas. Quando sobrepomos as duas versões dos mapas (Mapa 2), geofereciado<sup>81</sup> pelo rio Jaguaribe, conseguimos perceber a disparidade entre eles. É interessante perceber como o território, de certa forma, era desconhecido até mesmo por aqueles sujeitos que estavam envolvidos em sua produção.

No entanto, não é possível afirmar nessa pesquisa o que fez Mendes modificar a representação, ou quem foi o responsável por apresentá-la como não correta. Mas é importante perceber que ele partiu de outras representações para produzir este mapa. Utilizando do *método gabinete*<sup>82</sup>, ele analisou documentos e outros produtos cartográficos, que foram listados no *Atlas*, para obter informações e a partir deles traçar a sua própria representação. Porém, nenhum desses mapas consultados, apresentavam a província do Ceará desta maneira; sendo assim, é possível questionar se essa modificação não foi consciente.

Nesse sentido, é necessário ter em mente algumas questões a respeito do que era considerado ‘erros’ por esses intelectuais. Os mapas representam a perspectiva de um sujeito sobre um determinado espaço. Como uma construção social do mundo, longe de ser uma simples imagem da natureza que pode ser verdadeira ou falsa, reescrevem o mundo em termos de relações e práticas de poder, preferências e prioridades culturais<sup>83</sup>. Sendo assim, os erros poderiam variar desde uma visão equivocada do espaço ou falta de informações, a modificações conscientes, principalmente no caso do Brasil cujo território ainda estava sendo definido.

---

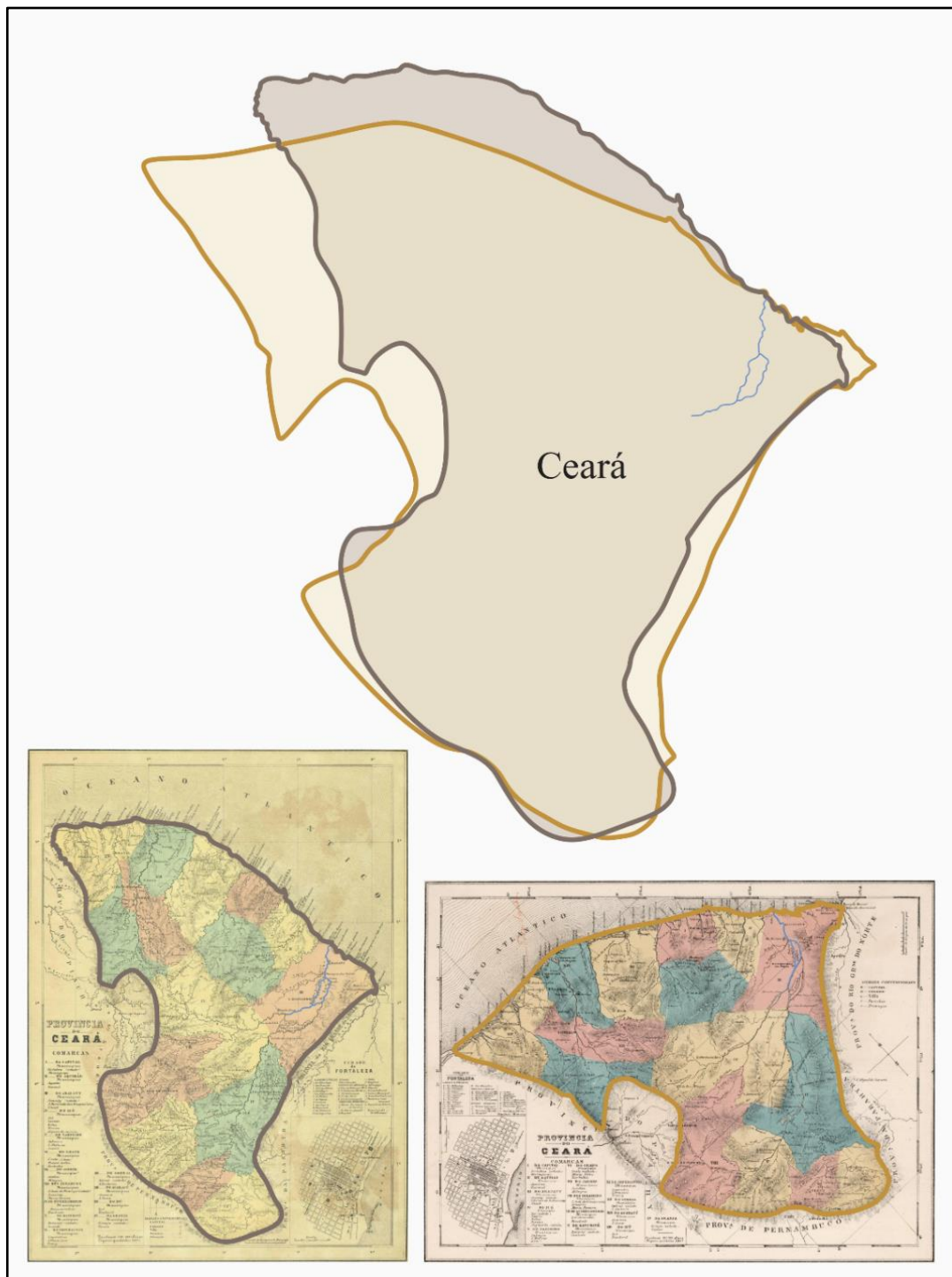
<sup>80</sup> ALMEIDA, Op. Cit, 1868, p. 13.

<sup>81</sup> O georreferenciamento é um processo realizado com base no levantamento de dados topográficos, coletados através dos dados físicos do espaço, nesse caso o rio Jaguaribe, tornando suas coordenadas específicas. Aqui, foi utilizado com meio para comparar os mapas produzidos por Candido Mendes, utilizando o rio como ponto de controle.

<sup>82</sup> Ver nessa dissertação: *Produção, circulação e consumo dos mapas: Candido Mendes de Almeida e o teatro cartográfico oitocentista*.

<sup>83</sup> HARLEY, Op. Cit, 2005, p. 61.

**Mapa 2 – Mapa do Ceará comparando as duas versões publicadas por Candido Mendes de Almeida no *Atlas do Imperio do Brazil*.**



**Fonte:** produzido pela autora a partir do *Atlas do Imperio do Brazil* (1868).

Em sua carta, Thomaz Pompeu escrevia sobre a possibilidade da existência desses erros no *Atlas*. Explicando que não era “possivel evita-los com os elementos deficientes que existem no paiz”<sup>84</sup>, ele afirmou que o mapa do Ceará possuía o que ele denominou de ‘defeitos’,

<sup>84</sup> Correio Mercantil, e Instructivo, Político Universal, 10 de novembro de 1868, p. 01.

já repetidos em mapas como o de António José da Silva Paulet<sup>85</sup> produzido ainda no período colonial<sup>86</sup> e no de Niemeyer, mas destacava que “não obstante é a que mais se aproxima da exactidão”<sup>87</sup>. A dificuldade em questão estava ligada justamente, a utilização predominante de materiais cartográficos estrangeiros ou antigos até segunda metade do século XIX, não havendo grandes investimentos nessa área no Brasil, onde se preservou o processo de composição cartográfica manuscrita, com características de individualização e sigilo<sup>88</sup>.

João Baptista Pereira, em uma sessão da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro que discutia a compra de exemplares do *Atlas* para a província, chamou atenção para a forma como as obras estrangeiras retratavam o Brasil afirmando que eram “publicadas com o fito de nos apresentar aos olhos do mundo como um paiz ainda bárbaro”<sup>89</sup>. Consistia aí a diferença entre os erros apontados nos mapas estrangeiros e aqueles que poderiam existir no *Atlas*. Os primeiros apresentavam uma representação do espaço que atendia os objetivos dos produtores estrangeiros, e não do Brasil, o que Candido Mendes fazia enquanto autor nacional ligado ao IHGB. Sua perspectiva da nação partia, de interesses que eram compartilhados por parte dos intelectuais e pelo Estado situados dentro do *teatro de narrativa*.

É nesse sentido que surge uma preocupação do estudo da pátria pelos seus próprios integrantes, que deveria substituir as publicações estrangeiras e ressaltar o perfil desse Estado “ilustrado”, como portador da civilização e motor do progresso<sup>90</sup>. Tal questão foi levantada, pelo Imperador d. Pedro II no seu discurso de inauguração das novas instalações do IHGB, em 1849, no qual ele afirmava que para mostrar “ao velho mundo o apreço, que no novo também merecem as aplicações da inteligência”, era necessário que não só reunissem “os trabalhos das gerações passadas, ao que vos tem dedicado quasi que unicamente, como tambem, pelos vossos próprios, torn[ar] aquela que pertença digna realmente dos elogios da posteridade”<sup>91</sup>.

Nesses trabalhos, a questão da identidade nacional surgiu como um fator importante, posto que o “território, para ser nacional, precisava de um tempo nacionalista”<sup>92</sup>. A elite letrada então dedicou-se a composição de obras que tinham como tema principal o Brasil e visavam

---

<sup>85</sup> Engenheiro Militar português, nascido em 1778. Veio para capitania do Ceará em 1812, como ajudante de ordens do governador. Nessa capitania, produziu o primeiro plano urbanístico para cidade de Fortaleza, projetando também a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção e o passeio público. Voltou para Portugal, em 1820, falecendo em 1837.

<sup>86</sup> Carta da capitania do Ceará: levantada por ordem do Governador Manoel Ignacio de Sampaio por seu ajudante e ordens Antonio José da S. Paulet, 1818.

<sup>87</sup> Correio Mercantil, e Instructivo, Politico Universal, 10 de novembro de 1868, p. 01.

<sup>88</sup> PEIXOTO, Op. Cit, 2005.

<sup>89</sup> Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro. Sessão 17 de dezembro de 1868, p. 515.

<sup>90</sup> GUIMARÃES, Op. Cit, 2011, p. 232.

<sup>91</sup> Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, Tomo XII, Parte Segunda, 1849. p. 552.

<sup>92</sup> RAMOS, Op. Cit, 2012, p. 09.

examinar suas especificidades construindo uma narrativa que fizesse seus diferentes membros se reconhecerem como parte do país em construção. Mas ao contrário do que havia acontecido na antiga América Espanhola, onde a formação de uma identidade pós independência havia se dado por meio da diferenciação com a metrópole e valorização da cultura indígena<sup>93</sup>, no Brasil, ela foi produzida a partir da assimilação do passado Colonial, que visava auxiliar na própria manutenção da unidade da nação.

Baseando-se na continuidade, e utilizando obras do século XVIII, construiu-se um imaginário no qual tudo havia iniciado com a chegada dos portugueses, percebidos como os descobridores e conquistadores que teriam dado as condições e garantias morais e físicas para a formação de um reino independente, cujo o território, encontrava-se prefigurado na natureza já na viagem de Pedro Álvares Cabral. Assim, mediante a associação histórica com um Estado existente ou com um Estado passado recente razoavelmente durável, que segundo Eric Hobsbawm era um critério para um povo ser classificado como nação<sup>94</sup>, criava-se, uma crença de que todos os brasileiros compartilhavam de uma mesma origem e por isso possuíam uma mesma identidade.

Apontando aos leitores esse imaginário, Candido Mendes apresentou no seu *Atlas* dois mapas históricos, ou seja, mapas desenhados para descrever eventos passados, que representavam justamente esse início da história nacional. Explicando a razão para a elaboração dos mapas, o autor afirmava que tinham sido feitos em razão do interesse histórico no Brasil e da América, com o intuito de dar “um testemunho de gratidão, á esses venerandos atletas. [...] que ligarão ao Velho Mundo, e á civilização chistã, os territórios desconhecidos ou olvidados do Novo Continente”<sup>95</sup>. Essa civilização proporcionada pelos portugueses, que como já citado anteriormente era vista como uma missão por Mendes, era percebida, portanto, como o que dava sentido ao espaço, marcando, sobretudo para essa elite intelectual, o começo da formação da nação brasileira.

Os mapas históricos, nessa perspectiva, apareciam sobrepostos aos dois primeiros mapas, em pequenos quadros. O primeiro anexado ao mapa mundi, representava a descoberta da América em 12 de outubro de 1492, mostrando a rota que Colombo havia trilhado do Velho Mundo até as Antilhas. Já o segundo, foi anexado ao mapa Brasil, que tratava da divisão administrativa do Império, e de forma mais completa apresentava uma representação do Oceano

---

<sup>93</sup> GUIMARÃES, Op. Cit, 2011, p. 35.

<sup>94</sup> HOBBSAWM, Op. Cit, 2020, p. 62.

<sup>95</sup> ALMEIDA, Op. Cit, 1868, p. 08.

Atlântico com a “indicação aproximada dos roteiros das viagens dos Descobridores do Brasil”<sup>96</sup> (Mapa 3).

**Mapa 3- Recorte dos mapas mundi e do Brasil II - mostrando as indicações dos roteiros das viagens dos “descobridores da América e do Brasil”**



Fonte: *Atlas do Imperio do Brazil*, Candido Mendes de Almeida, 1868.

<sup>96</sup> Idem, Mapa do Brasil II.



Por intermédio desses mapas era possível “fixar o passado em termos cartográficos”<sup>97</sup>, consolidando na narrativa territorial a antiguidade da nação que estava sendo produzida. A partir da ligação com o passado português, era criada a ideia de que a unidade desse território estava inscrita na natureza no momento de sua descoberta. Em vista disso, uma “identidade coletiva originária, que uniria diferentes experiências individuais e de grupos”<sup>98</sup> era construída por meio de sua identificação com a terra, na qual os que a ocuparam anteriormente serviam de suporte na construção de um passado, que apresentava o amplo território nacional como um “gigante pela própria natureza”.

Deste modo, a natureza era acionada na idealização de uma unidade territorial preexistente, através, por exemplo, do conceito de fronteiras naturais articulado na década de 1840. Esse entendimento, que pode ser percebido já em meados de 1817, em livros como *Corografia Brasileira* de Manoel Aires Casal<sup>99</sup>, afirmava a existência de um “Brasil natural”, com sua unidade demarcada pelas serras e montanhas, e sobretudo, pela hidrografia. A partir do encontro das bacias do Prata e do Amazonas, construía “uma linha quase que continua, interrompida em apenas uns poucos côvados”<sup>100</sup>, destacando o Brasil do restante da América. A ligação dessas bacias era mobilizada no desenvolvimento de um mito geográfico, que imaginava o Brasil como uma grande ilha envolvida pelas águas desses dois rios cujas fontes situavam-se em um lago unificador<sup>101</sup>. A nação, portanto, não poderia se fragmentar, pois sua continuidade emergia da natureza.

Na tentativa de dar “tempo ao espaço (e espaço ao tempo)”<sup>102</sup> a história e a geografia foram utilizadas para fundamentar essa projeção de unidade territorial, por meio de uma relação entre os sujeitos e o espaço nacional e da construção de um passado para legitimar o presente, gerando a ideia de que a nação havia sido herdada dos portugueses. O Estado-Nação era, assim, imaginado através de uma espacialização e territorialização da história e de uma historicização do território e do espaço<sup>103</sup>.

---

<sup>97</sup> BLACK, Op. Cit, 2005, p. 15.

<sup>98</sup> MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Patria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808/1912)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997, p. 202.

<sup>99</sup> Nasceu em 1754, em Portugal. Sacerdote, geógrafo e historiador, veio para o Brasil para exercer o cargo de Capelão da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro (1796). Atuando também na capitania do Ceará, em 1815. Retornou para Portugal em 1821, junto com a família real. Entre outras obras publicadas, foi considerado o primeiro a transcrever a Carta de Pero Vaz de Caminha. Ver nessa dissertação: *Produção, circulação e consumo dos mapas: Candido Mendes de Almeida e o Teatro Cartográfico oitocentista*.

<sup>100</sup> PEIXOTO, Op. Cit, 2005, p. 202.

<sup>101</sup> MAGNOLI, Op. Cit, 1997, p. 45.

<sup>102</sup> RAMOS, Op. Cit, 2012, p. 37.

<sup>103</sup> PEIXOTO, Op. Cit, 2005, p. 52.

Como explica Jeremy Black, havia uma tendência crescente entre os autores dos atlas de relacionar tempo e lugar, buscando uma história informada pela cartografia precisa e uma cartografia que por sua vez deveria ser historicamente exata<sup>104</sup>. Buscando respaldo histórico para a representação, Mendes informava, nos próprios mapas históricos, que eles haviam sido feitos a partir dos escritos de Varnhagen, cuja ordem dos capítulos iniciais do seu livro *História Geral do Brasil – descobrimento da América e depois do Brasil*<sup>105</sup> – era replicada nos mapas históricos, o que, sem dúvida, lhe dava credibilidade, levando em conta o destaque do autor na historiografia nacional. Ligando formalmente a geografia à história era possível fazer do novo antigo, bem como encontrar naturalidade em um passado que na maioria das vezes, além de recente não passava de uma seleção<sup>106</sup>.

Candido Mendes destaca também, a importância da geografia para o entendimento da história. Para ele, sem a primeira a segunda ficava sem base, tornando-se inútil e incompleta, uma vez que não poderia ser compreendida sem as características geográficas que as informam:

Exclui-o, e a mais viva fotografia dos factos perderá o seu relevo, sua cardeal importância [...] a história santa, e a profana não passariam de meros passatempos, fáceis de olvidar na voragem dos quotidianos acontecimentos. A da patria, dos feitos heroicos e memoraveis de nossos benemeritos patricios, vivificados pelo conhecimento das localidades, perderiam em grande parte o seu fugor, desprendido mais um incentivo para os fazer avultar e engrandecer na memoria dos que quisessem **aprecia-los, louva-los e imita-los** [grifo nosso]<sup>107</sup>

Desta forma, a história, na concepção de Candido Mendes, só tinha sentido quando relacionada com a geografia, que dava as fronteiras do tempo e descrevia os espaços onde elas se passavam, fornecendo informações importantes. Para se ter ideia da totalidade era imprescindível, então, que tempo e espaço, história e geografia, estivessem relacionados<sup>108</sup>. É importante ter em mente que a história nesse período tinha uma função esclarecedora, tendo em vista que era “a exposição dos resultados da marcha e vida de um povo na terra, e por tanto dos seus triunphos e de seus desacertos”, sendo assim, ela fornecia exemplos e modelos para “guiar no presente, e resguardar o futuro”<sup>109</sup>, o que era indispensável para aqueles que ocupavam a vida política.

<sup>104</sup> BLACK, Op. Cit, 2005.

<sup>105</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil*. 1 ed, v. 1.

<sup>106</sup> ANDERSON, Op. Cit, 2008, p. 10.

<sup>107</sup> ALMEIDA, Op. Cit, 1868, p. 07.

<sup>108</sup> CARLOS, Lilian Beatriz. *Uma relação a dois: a história e a geografia nos primeiros anos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-graduação em História, São Leopoldo, 2008.

<sup>109</sup> ALMEIDA, Op. Cit, 1868, p. 07.

A complementaridade da história e da geografia é percebida, por exemplo, no IHGB, que normalmente é mais lembrado pela sua organização de uma escrita da história do Brasil, mas também apresentava uma preocupação direta com os temas geográficos desde sua fundação, no qual seus cinquenta membros ordinários estavam divididos em 25 no setor de história e 25 no setor de geografia<sup>110</sup>. O instituto propiciou, ainda, viagens de exploração com o objetivo de conhecer e descrever esse território, possuía uma comissão geográfica e publicou ou teve seus membros envolvidos na produção de diversos trabalhos relacionados ao espaço nacional e as suas fronteiras.

Essas narrativas geográficas, permitiam ainda que os territórios, definidos a partir de disputas e negociações, fossem ‘naturalizados’ passando a ser percebidos pelas gerações seguintes como natureza<sup>111</sup>, como se realmente sempre tivessem existido dessa forma. A expressão “Brasil Colônia” é um exemplo prático que sintetiza esse processo, resultado desse imaginário geográfico, subtende-se a existência de um Brasil anterior a 1822. Os mapas, como uma formalização do espaço, contribuíram para a materialização dessa concepção, uma vez que era tomado emprestado “o estatuto de verdade de seu suporte científico”<sup>112</sup>. Percebidos como uma réplica do mundo, eram tidos, frequentemente, como a verdade pelos sujeitos que não possuíam conhecimento especializado e não utilizavam como instrumento de poder.

Esse caráter dos mapas que viabiliza utilizá-los para “re-presentar o tipo de comunidade imaginada correspondente a nação”<sup>113</sup>, possibilitou que a geografia fosse utilizada na edificação e disseminação de um sentimento de nacionalismo. Como explica Yves Lacoste, a ideia nacional tem algo mais que conotações geográficas, ela se formula em grande parte como um fato geográfico. O território nacional, o solo sagrado da pátria, a carta do Estado com suas fronteiras e sua capital, são símbolos da nação<sup>114</sup> que proporcionam vínculos coletivos e a promoção do patriotismo. Como já citado anteriormente, esse nacionalismo precisou ser construído pela elite letrada da segunda metade do século XIX, visto que a emancipação política não tinha significado o fim dos apegos regionais e a nacionalidade era uma ideia nova que pressupunha um novo ideal de sociedade, composta por fronteiras nunca antes conhecidas<sup>115</sup>.

Segundo von Martius em suas orientações para a escrita da história do Brasil, os trabalhos aqui produzidos deveriam difundir entre os contemporâneos o sentimento e

<sup>110</sup> GUIMARÃES, Op. Cit, 2011, p. 74.

<sup>111</sup> SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014, p. 83.

<sup>112</sup> PEIXOTO, Op. Cit, 2005, p. 23.

<sup>113</sup> ANDERSON, Op. Cit, 2008, p. 55.

<sup>114</sup> LACOSTE, Op. Cit, 2012, p. 55.

<sup>115</sup> RAMOS, Op. Cit, 2012, p. 25.

pensamentos do mais nobre patriotismo, combatendo as ideias republicanas que surgiam pelo Império e

reanimar em seus leitores brasileiros amor da pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas. O Brasil está afeto, em muitos membros de sua população, de ideias políticas imaturas. **Ali vemos republicanos de todas as cores. [...] para eles deverá ser calculado o livro, para convence-los,** por uma maneira destra, da inequidade de seus projetos utópicos [...] e **da necessidade de uma monarquia em um país onde há um tão grande numero de escravos.** Só agora principia o Brasil a sentir-se como um **Todo Unido** [grifo nosso]<sup>116</sup>

No entendimento do autor, a monarquia, percebida como um símbolo da continuidade com o passado colonial português, era uma resposta a ameaça de desintegração republicana, servindo como mediador das relações instituídas entre as diferentes províncias do Império. Como símbolo da integridade, deveria ser relacionada ao nacionalismo, fazendo com que a lealdade dos brasileiros com o país fosse entendida como, necessariamente, a lealdade para com a coroa, que junto do Estado e da nação apareciam reunidos numa só unidade<sup>117</sup>.

Em seu *Atlas* Candido Mendes, apresentava um forte discurso nacionalista que por diversos momentos foi relacionado diretamente a figura do Imperador. O trabalho já iniciava com uma longa dedicatória para d. Pedro II, tipografada em letra cursiva, como uma carta escrita à mão e divulgada para os leitores, na qual o autor afirmava que

A. V. M. Imperial mais do que á ninguém compete a dedicação do presente trabalho, porque, **como eminente cultor das letras, tem sido o mais forte e mais desvelado promotor do estudo da Geographia e História patrias. Satisfazendo como Brasileiro á tão grato dever** [...] Propuz-me tão sómente acompanhar a V. M Imperial no seu elevado empenho, prestando á nossa Patria o bolo que permitião minhas débeis forças. [...] nutro a convicção do que V. M. Imperial por sua provada extrema benevolência não desdenhará de acolhe-lo como **um singelo mas sincero tributo da mais profunda homenagem ao inexcedível patriotismo** [grifo nosso]<sup>118</sup>

Reconhecendo a imagem de monarca amigo das letras atribuída ao Imperador em virtude do seu atuante papel como financiador da produção intelectual elaborada no Brasil, o autor, ao passo que se apresentava como um intelectual a serviço da pátria, também se colocava a serviço da monarquia, solicitando seu reconhecimento e se afirmando como seu “reverente subdito”<sup>119</sup>. Assim como havia orientado Von Martius, Mendes, escrevia como aliado da monarquia, relacionando a integridade do território nacional a sua continuidade, visando auxiliar na disseminação desse sentimento de nacionalismo.

<sup>116</sup> MARTIUS, Op. Cit, 1844, p. 54.

<sup>117</sup> GUIMARÃES, Op. Cit, 2011, p. 239.

<sup>118</sup> ALMEIDA, Op. Cit, 1868, p. 05.

<sup>119</sup> Idem, ibidem.

De acordo com o próprio Candido Mendes e com as cartas para ele enviadas, a própria produção do *Atlas* era percebida com um símbolo desse patriotismo. Um anúncio publicado no *Diário do Rio de Janeiro* afirmava que a obra era “um verdadeiro esforço de trabalho e erudição inspirado pelo amor da sciencia e patriotismo, que custou ao seu autor annos de profundo estudo e investigação”<sup>120</sup>. Nesse sentido, a dedicação de Mendes para produzir o *Atlas* era mobilizada na representação de sentimento de nacionalismo que era ali pregado, quando na verdade, buscava-se forja-lo justamente por meio desses discursos. Os interesses pessoais de Mendes eram assim, camuflados dentro desse projeto mais amplo de nação.

A dedicatória ao Imperador e seu discurso nacionalista em defesa da monarquia, por exemplo, para além de servir aos interesses do Estado, eram essenciais para que suas ideias fossem aceitas dentro do que é possível chamar de *teatro da narrativa*. Elas serviam aos seus próprios interesses, que envolvia coisas básicas como a própria comercialização do *Atlas*. Nessa perspectiva, as publicações relacionadas a construção do espaço nacional estavam envolvidas em uma série de jogos de poder e interesses, tanto individuais quanto coletivas, daqueles associados a suas produções, e que influenciavam de forma direta o modo com que o território era percebido e representado pelos sujeitos inseridos dentro desse *teatro da narrativa*.

Não é à toa, portanto, que o início da elaboração do *Atlas do Imperio do Brazil* data, justamente, o mesmo ano da Guerra do Paraguai (1864)<sup>121</sup>, que como explica José Murilo de Carvalho constituiu um poderoso fator na formação de uma identidade nacional. Pela primeira vez todas as províncias se envolviam contra um inimigo que era claramente identificado<sup>122</sup>, o que gerou, ao menos no início do confronto, uma mobilização nacional capaz de fazer parte de seus membros se voluntariarem, colocando suas vidas em risco para defender a nação<sup>123</sup>.

Candido Mendes possuía, sem dúvida um interesse geográfico e político no conflito, publicando já em 1865 um mapa da guerra intitulado *Carte du théâtre de la guerre entre le Brésil, la confédération Argentine, la République de L'Uruguay e le Paraguay*<sup>124</sup>, que litografado na França possuía uma planta da vila de Montevideú, algumas indicações de estradas e as fronteiras desses países. A unidade do território e manutenção de suas fronteiras

<sup>120</sup> Jornal Diario do Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1868, p. 3.

<sup>121</sup> Em seu *Atlas*, Candido Mendes informou que em 1864 o Ministro da Guerra expediu um officio permitindo o acesso ao acervo de mapas do Arquivo Militar que seriam consultados para a produção de seu trabalho. Ver nessa dissertação o tópico: “*Porque não ha paiz civilisado, que não tenha atlas especial para suas escolas*”: *o Atlas do Império do Brasil e o Colégio Dom Pedro II*.

<sup>122</sup> CARVALHO, Op. Cit, 2012, p. 109.

<sup>123</sup> Não se pode esquecer, todavia, que boa parte daqueles que compunham os corpos de voluntários da pátria, sobretudo após a mobilização inicial, estavam lá não por vontade própria e sim por causa do recrutamento forçado.

<sup>124</sup> Ver em: <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb40736914x>.

ganharam lugar de destaque no *Atlas* publicado em 1868, no qual Mendes procurou definir os contornos exatos dessa nação que era cercada por Repúblicas caracterizadas como rivais.

A ampliação da litografia, na segunda metade do século XIX, possibilitou a impressão de mapas em larga escala, aumentando a produtividade do setor e o barateamento da impressão com cores, fazendo com que os mapas começassem a ser popularizados entre a elite letrada, se tornando parte integrante de seus repertórios de socialização<sup>125</sup>. Destinado a um número maior de pessoas, os mapas ofereciam uma certa experiência de simultaneidade. Por meio deles era possível visualizar a nação brasileira em sua integridade, conhecendo e estudando espaços nunca antes visitados, mas sobretudo, era possível se reconhecer como parte desse espaço nacional, da comunidade imaginada, bem como, perceber outros sujeitos, cuja existência lhe é indubitável, mas a identidade era totalmente desconhecida<sup>126</sup>.

No entanto, não bastava que esses mapas tomassem o mundo público sendo comercializados entre a elite. O governo precisava ainda, ensinar seu valor, como poderiam ser utilizados na definição e no poder sobre o espaço de acordos com os interesses do Estado. Como explica Yves Lacoste, as cartas, para quem não aprendeu a lê-las ou utilizá-las, não tem qualquer sentido, como não teria uma página escrita para quem não aprendeu a ler<sup>127</sup>. No Brasil, as décadas de 1850-1860 marcam mudanças no ensino de geografia, principalmente relacionadas ao Colégio Pedro II, que era a instituição de referência para os demais colégios do Império. A relação entre a ampliação dos saberes cartográficos, a disseminação de um sentimento de nacionalismo e uma conscientização geográfica que visava preparar os cidadãos, para que “no futuro [pudessem] colocar os destinos da nossa nacionalidade em filme, eminente e glorioso pedestal”<sup>128</sup>, serão discutidos no próximo tópico.

## **2.2 “Porque não ha paiz civilizado, que não tenha atlas especial para suas escolas”<sup>129</sup>: o Atlas do Império do Brasil e o Colégio Dom Pedro II.**

Quando o *Atlas do Imperio do Brazil* foi publicado, Candido Mendes de Almeida dedicou o seu trabalho aos estabelecimentos nacionais de instrução secundária, no qual ocupava em primeiro lugar o ‘Collegio Imperial de Pedro II’<sup>130</sup>. Fundado em, 02 de dezembro de 1837, no Rio de Janeiro, pelo ministro interino do Governo Imperial, Bernardo Pereira de

<sup>125</sup> PEIXOTO, Op. Cit, 2005, p. 125.

<sup>126</sup> ANDERSON, Op. Cit, 2008.

<sup>127</sup> LACOSTE, Op. Cit, 2012, p. 38.

<sup>128</sup> ALMEIDA, Op. Cit, 1868, p. 08.

<sup>129</sup> Anais do Senado Brasileiro. Sessão de 18 de agosto de 1870, p. 117.

<sup>130</sup> ALMEIDA, Op. Cit, 1868, p. 07

Vasconcellos<sup>131</sup>, o Colégio funcionou como local de formação secundarista de parte dos filhos da elite do país, sendo construído como um modelo padrão de excelência a ser seguido pelas demais escolas públicas e particulares<sup>132</sup> e, marcava o início de uma organização sistemática do ensino que substituíra as aulas avulsas herdadas da colônia<sup>133</sup>.

A fundação do Colégio e sua atuação ao longo do século XIX, revelava a preocupação do Governo-Geral com a formação dos que virtualmente deveriam constituir o “mundo do governo”<sup>134</sup>, tendo em vista que desde as primeiras décadas da independência (1822) – ao menos nos projetos e leis – a instrução pública havia sido uma das preocupações centrais do Governo Imperial, fazendo parte do projeto mais amplo de consolidação do Estado-Nação. A educação, fosse ela superior ou secundarista, se configurava como um elemento poderoso de unificação ideológica entre a elite imperial<sup>135</sup>, sendo utilizada como meio “de fixar os caracteres que permitiam reconhecer os membros que compunham a sociedade civil, assim, como os que lhe eram estranhos, para além da fria letra do texto constitucional”<sup>136</sup>, o que era reforçado, pelos locais dessas formações e seus currículos.

Por meio do Colégio Pedro II, “construído como estabelecimento de padrão modular [...] cuja exemplaridade esperava-se ver imitada pelo conjunto das províncias”<sup>137</sup>, o governo procurava exercer um controle, mesmo que indireto, sobre a instrução pública provincial, que após o Ato Adicional de 1834, havia passado a ser legislado pelas respectivas Assembleias Provinciais, ficando sob responsabilidade do Governo-Geral apenas o ensino primário e secundário do Município Neutro da Corte e do ensino superior do país.

Um exemplo desta tentativa de ‘controle indireto’ efetuada pelo Governo-Geral, foi a proposta de uniformização do ensino secundário do Império apresentada à câmara dos deputados, em agosto de 1851 por José Pedro Dias de Carvalho<sup>138</sup>. Como não poderiam definir

<sup>131</sup> Nasceu em Ouro Preto, Minas Gerais em 27 de agosto de 1795; formou-se em direito na Universidade de Coimbra em 1819, retornando para o Brasil foi nomeado juiz de fora em Guaratinguetá, São Paulo, em 1820. A partir de então, teve uma intensa carreira política que teve início com sua eleição, em 1824, para deputado pela província de Minas Gerais. Integrou o grupo de oposição ao governo de Pedro I em 1831, apresentou o projeto do Ato Adicional de 1834, mesmo ano em que foi reeleito deputado geral e assumiu a liderança conservadora. Em 1837 foi indicado ao cargo de secretário de Estado dos Negócios da Justiça e do Império e em 1838 tornou-se senador. Passou a integrar o Conselho de Estado em 1842, cargo que permaneceu até sua morte em 1850.

<sup>132</sup> ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. O Colégio Pedro II e a Institucionalização da Geografia Escolar no Brasil Império. *Giramundo*, Rio de Janeiro, V.1, N. 1, p. 15-34, 2014, p. 16.

<sup>133</sup> ZOTTI, Solange Aparecida. O Ensino Secundário no Império Brasileiro: considerações sobre a função social e currículo do Colégio D. Pedro II. *Revista Histerbr*, Campinas, N.18, livro 3, p.117.

<sup>134</sup> MATTOS, Op. Cit, 2011, p. 277.

<sup>135</sup> CARVALHO, Op. Cit, 2008, p. 65.

<sup>136</sup> MATTOS, Op. Cit, 2011, p. 277.

<sup>137</sup> Idem, p. 279.

<sup>138</sup> Político e jornalista, nasceu em 16 de julho de 1808 na província de Minas Gerais. Foi deputado pela mesma província entre 1834-1856 e nomeado senador em 1858. Entre 1876-1881 integrou o Conselho de Estado, tendo

de forma direta, ou seja, “por meio de medidas legislativas que obriguem as províncias a cingirem-se às mesmas disposições que forem decretadas pela Assembléa Geral para o município neutro”, o deputado defendia a possibilidade de utilizar o Colégio Pedro II para alcançar o que ele entendia como a “vantagem da uniformidade do ensino”<sup>139</sup>.

De acordo com a proposta, uma emenda havia sido formulada autorizando o governo conceder às escolas provinciais que seguissem os planos, cadeiras e materiais utilizados pelo Colégio Pedro II, “a garantia de darem aos seus alumnos o gráo de bacharel em letras e poderem elles ser admittidos nos estabelecimentos de instrucção publica superior independentemente de exame”<sup>140</sup>, como já acontecia com os alunos do Pedro II. A partir de tal proposta, esperava-se que as Assembleias Legislativas seguissem os mesmos sistemas que fossem estabelecidos na corte, construindo uma continuidade do que seria ensinado, que, por sua vez era, definido a partir dos interesses do governo imperial.

Por meio de uma instrução ‘homogênea’ dos que eram apresentados como futuros cidadãos do império, esperava-se que fosse possível romper as trevas que caracterizavam o passado colonial, a partir da difusão de uma civilidade que possibilitasse que o Império se colocasse ao lado das ‘nações civilizadas’<sup>141</sup>. Por isso, não se tratava mais de apenas ensinar a “ler e escrever e contar”, como acontecera nas escolas coloniais. De acordo com Ilmar Mattos, deveria-se também difundir o mais amplamente possível a “língua nacional” e sua gramática, informações matemáticas mais complexas e conhecimentos geográficos, “particularmente os referentes ao território do Império, de modo que um número crescente de cidadãos em formação tomasse pela Nação, este território em sua integridade, indivisibilidade e ausência de comoções”<sup>142</sup>.

Conhecer o Brasil, ou como afirmou Candido Mendes de Almeida “saber o que he, e o que vale o territorio patrio”<sup>143</sup>, era percebido nesse contexto, como essencial para governar um país que havia tomado o território como centro de referência da unidade nacional. A geografia, como saber estratégico estritamente ligado a um conjunto de práticas políticas e militares<sup>144</sup>, foi tomada como fundamental na defesa desse território contra os inimigos externos, caracterizados pelas nações limítrofes com o Brasil, que nesse momento encontrava-

---

sido ministro da fazenda entre 1864-1866. Liberal e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, publicou o Manifesto aos Mineiros em 1842. Faleceu em 26 de julho de 1881.

<sup>139</sup> Anais do Parlamento Brasileiro. Sessão de 25 de agosto de 1851, p. 693.

<sup>140</sup> Anais do Parlamento Brasileiro. Sessão de 25 de agosto de 1851, p. 693.

<sup>141</sup> MATTOS, Op. Cit.

<sup>142</sup> Idem, p. 276.

<sup>143</sup> ALMEIDA, Op. Cit, 1868, p. 07.

<sup>144</sup> LACOSTE, Op. Cit, 2012, p. 23.



se em meio a uma guerra com o Paraguai; bem como, dos inimigos internos, que desafiassem a unidade do Império ou a sociedade civil, entendida como constantemente ameaçada pela “barbárie dos sertões”<sup>145</sup>.

A tentativa de utilizar o ensino de geografia para auxiliar na manutenção da unidade territorial, seja por meio da construção de um sentimento de pertencimento, ou de seu uso de modo prático para governar o país são perceptíveis na introdução do *Atlas*, na qual Candido Mendes explicou a necessidade de conhecer e estudar o território nacional, para o desempenho de qualquer profissão que viesse a ser adotada pelos cidadãos desse império. Segundo ele,

a pátria he a caza em ponto grande. Como dirigiriam bem seu domicilio quem lhe desconhesse os compartimentos? Como nas duvidas com os visinhos, discriminar o nosso do domínio alheio?

No mesmo caso está o Paiz para com os que o habitão e o governão.

O desenvolvimento de qualquer indústria existente, a introdução de novas, o alargamento das relações commerciaes, os pontos de defeza de um Paiz, não se poderião estabelecer e crear vantagem, se á geographia com sua luz não viesse aposta-los á sagacisade e intelligencia de qualquer Governo, por mais bem inspirado que fosse.<sup>146</sup>

Tendo em vista que a elite política da época era pouco representativa em termos econômicos, educacionais e ocupacionais<sup>147</sup>, Candido Mendes apresentou em sua metáfora, uma evidente analogia entre o governo da Casa e o governo do país, utilizando um componente que já fazia parte da vida prática e cotidiana dos leitores, para instruir os futuros governantes do Estado o respeito da importância de conhecer a Nação para melhor administrá-la. A metáfora apresentava justamente a ligação prática entre esses dois mundos que eram ocupados, basicamente, pelas mesmas pessoas, visto que os sujeitos que participavam ativamente da vida política eram os membros da classe abastada com educação superior, o que de acordo com José Murilo de Carvalho, correspondia a 0,3% da população.<sup>148</sup>

Esses sujeitos, nesse contexto, conheciam bem, ou pelo menos já haviam tido algum contato, com a ‘governabilidade da Casa’ citada por Candido Mendes, sendo responsáveis por governar a família, a propriedade (dinheiro, terras, escravos, imóveis e mercadorias) e os agregados<sup>149</sup> e, provavelmente, entenderiam de forma mais simples, a partir da metáfora utilizada pelo autor, para tratar de um assunto ainda pouco difundido e de uma Nação que ainda encontrava-se em construção.

<sup>145</sup> MATTOS, Op. Cit, 2011, p. 277.

<sup>146</sup> Idem, p. 07.

<sup>147</sup> CARVALHO, 2008, Op. Cit.

<sup>148</sup> Idem, p. 98.

<sup>149</sup> MATTOS, Op. Cit, 2011.

Nação essa, que como explica Benedict Anderson, é uma comunidade política imaginada, uma vez que mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão a maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a viva imagem da comunhão entre eles<sup>150</sup>. Nesse sentido, a Casa funcionava ainda como uma representação simbólica da família, do espaço amado, do senso de fidelidade e comunidade, sentimentos que se procurava difundir entre os brasileiros como membros de uma pátria comum.

Ao relacionar Casa e pátria, o autor estabelecia – ao menos em sua metáfora – uma ligação, tanto prática quanto simbólica, entre o território, saber geográfico e a vida cotidiana dos leitores. Por meio do *Atlas*, o ensino da Geografia, portanto, deveria cumprir uma dupla realização, difundindo um instrumento conceitual que ajudasse na apreensão racional e estratégica de pensar o melhor o espaço e, sobretudo, naturalizar “fisicamente” os fundamentos da ideologia nacional<sup>151</sup>.

Contudo, para alguns autores, como o geógrafo Genylton Odilon Rêgo da Rocha, os conteúdos geográficos ensinados em Colégios como o Pedro II, não serviram para difundir uma ideologia do nacionalismo patriótico, uma vez que cumpriam nítida orientação clássica, sendo assistemáticos, descritivos e distantes da realidade dos alunos<sup>152</sup>. Para o autor, não havia nenhuma evidência que o fizesse pensar que quando inserido no Brasil, o ensino dessa disciplina tivesse tido “outra finalidade que não fosse a de fornecer informações genéricas, verdadeiramente enciclopédicas, de um mundo franco em processo de expansão”<sup>153</sup>.

O currículo do Colégio passou por diversas reformas<sup>154</sup> ao longo do século XIX, que modificaram, entre outras coisas, as características do ensino histórico e geográfico que eram ali ensinados (Quadro 1). A análise dos Programas de Ensino, publicados anualmente nos Relatórios da Repartição dos Negócios do Império e anexados aos Regulamentos, permitem perceber que existe uma disputa mais complexa relacionada a tais disciplinas, tendo em vista que, como explica Maia, mesmo no caso dos objetivos do ensino de Geografia não tenham sido os de inculcar a ideologia do nacionalismo, como defendido por Rocha, tampouco foi o de inserir uma disciplina que tivesse a função de “mascarar a importância estratégica dos raciocínios

---

<sup>150</sup> ANDERSON, Op. Cit, 2008, p. 32.

<sup>151</sup> LACOSTE, Op. Cit, 2012.

<sup>152</sup> MAIA, Eduardo José Pereira. *A Geografia Escolar na Província de Minas Gerais no período de 1854 a 1889*. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2014.

<sup>153</sup> ROCHA, Op. Cit, 2014, p. 17.

<sup>154</sup> Houveram mais precisamente oito reformas nos estatutos do Colégio Pedro II entre 1838-1878, sendo elas: o Decreto de 1 de fevereiro de 1841; o Decreto Nº 1556 de 17 de fevereiro de 1855; Decreto Nº 2883 de 1 de fevereiro de 1862; Decreto Nº 4468 de 1 de fevereiro de 1870; Decreto Nº 6130 de 1 de março de 1876; e por fim, o Decreto Nº 6884 de 20 de abril de 1878.

centrados no espaço”<sup>155</sup>. Sendo assim, as próprias modificações dos currículos apontam para uma preocupação por parte do governo e dos intelectuais que faziam parte do corpo docente do colégio, com os conteúdos que eram ensinados, mesmo que o currículo de cunho enciclopédico fosse o que se mantinha predominantemente.

**Quadro 1 – Distribuição das disciplinas históricas e geográficas do Colégio Pedro II entre 1838-1862**

	1838	1841	1855	1857	1862
1 ANO	X	X	X	GEOGRAFIA	GEOGRAFIA
2 ANO	X	GEOGRAFIA DESCRITIVA	X	GEOGRAFIA (ÁSIA E ÁFRICA)	GEOGRAFIA
3 ANO	X	GEOGRAFIA DESCRITIVA	GEOGRAFIA	GEOGRAFIA (EUROPA, AMÉRICA E OCEANIA)	GEOGRAFIA
4 ANO	X	GEOGRAFIA DESCRITIVA	GEOGRAFIA	COROGRAFIA E HISTÓRIA DO BRASIL	GEOGRAFIA E COSMOGRAFIA
			COROGRAFIA BRASILEIRA E HISTÓRIA NACIONAL		
5 ANO	X	GEOGRAFIA DESCRITIVA	GEOGRAFIA	COROGRAFIA E HISTÓRIA DO BRASIL	X
6 ANO	GEOGRAFIA	GEOGRAFIA DESCRITIVA	GEOGRAFIA	X	X
7 ANO	GEOGRAFIA	GEOGRAFIA MATEMÁTICA E CRONOLOGIA	X	X	COROGRAFIA E HISTÓRIA DO BRASIL
		GEOGRAFIA DESCRITIVA			
8 ANO	GEOGRAFIA				

Fonte: elaborado pela autora, a partir dos estatutos do Colégio Pedro II.

O interesse em incluir no conteúdo um material que fosse menos assistemático e descritivo, já aparece na primeira reforma dos estatutos realizada em fevereiro de 1841 por intermédio do então reitor do colégio, Joaquim Caetano da Silva<sup>156</sup>, que em 21 de janeiro do mesmo ano havia enviado um ofício, ao Ministro do Império, no qual tratava da necessidade de uma reforma no ensino para que a instituição atendesse os objetivos definidos na sua criação, que não consistia em “dar à talentosa mocidade brasileira uma educação menos má do que recebia, mas sim uma educação absolutamente boa”<sup>157</sup>. As modificações eram, segundo o

<sup>155</sup> LACOSTE apud MAIA, Op, Cit, p. 33.

<sup>156</sup> Nasceu em 2 de setembro de 1810, em Jaguarão. Formou-se em medicina na Faculdade de Montpellier, em 1837. Foi professor de Português, Retórica e Grego do Colégio Pedro II a partir de 1838, tornando-se reitor no ano seguinte. Em 1851 foi nomeado encarregado de negócios do Brasil na Holanda e, em 1854, cônsul-geral no mesmo país. Em 1864 foi nomeado Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte. Socio do IHGB, escreveu a Memória sobre os limites do Brasil com a Guiana Francesa, transformando em um livro publicado em francês, L’Oyapock et l’Amazone (1861). Faleceu em fevereiro de 1873.

<sup>157</sup> Relatório da Repartição dos Negócios do Império. Anexo 11, 1872, p. 43.

ofício, reivindicadas também pelos professores das respectivas disciplinas, incluindo o de História e Geografia.

No que dizia respeito a essas disciplinas, o ‘melhoramento’ estava relacionado a duas principais modificações. Em primeiro lugar, a descentralização das aulas de Geografia Descritiva, que até então estavam concentradas nos três últimos anos do curso, quando quase todo o conteúdo de História – distribuído entre o 1º e 6º ano – já havia sido ensinado, sendo considerado um “notável defeito principiar o estudo da historia antes do da geographia; quando mais completar aquelle antes de haver dito deste nem uma palavra”<sup>158</sup>. Com a reforma, o conteúdo geográfico deveria ser distribuído entre o 2º e 7º ano, iniciando um ano antes das aulas de História.

E, em segundo lugar, a indicação da inclusão de uma nova disciplina denominada, Geografia Matemática e Cronologia, que deveria ajudar na formação relacionada ao estudo do espaço, tendo em vista que até então, a única disciplina com esta unção era a de Geografia Descritiva. Caetano da Silva explicou no ofício a diferença entre as duas matérias que para ele só de nome se pareciam já que a “Geographia Mathematica era sciencia de raciocinio”, e a “Geographia Descriptiva, sciencia de memoria”<sup>159</sup>, devendo ser ministrada pelo professor de Matemática. O reitor, enfatizou tal diferenciação para que a disciplina fosse introduzida no currículo, demonstrando uma preocupação em “subir gradualmente o alumno das regiões da memoria ás memoria regiões do raciocinio”<sup>160</sup>, como se essa última fosse superior e mais importante do que a primeira. No entanto, a disciplina só era ministrada no último ano do curso, com apenas duas lições, o que era proporcionalmente pequeno quando comparamos com a Descritiva que continuava predominando com um total de dez.

A preocupação com a inclusão de conteúdos geográficos relacionados a nação brasileira também estava presente nos Relatórios de Instrução Publica das décadas de 1840 e 1850, como resultado das constantes discussões entre os políticos do Rio de Janeiro, a respeito da necessidade de uma reorganização e uniformização do ensino público e particular da corte. A reforma que se tornou real em 17 de fevereiro de 1854, por meio do Decreto n. 1.331-A, aprovava o “Regulamento da instrucção primaria e secundaria do Municipio da Côrte”<sup>161</sup>, mas no que se referia aos conteúdos e métodos que seriam adotados pelo Colégio Pedro II ainda

---

<sup>158</sup> Relatório da Repartição dos Negócios do Império. Anexo 11, 1872, p. 44.

<sup>159</sup> Relatório da Repartição dos Negócios do Império. Anexo 11, 1872, p. 44.

<sup>160</sup> Relatório da Repartição dos Negócios do Império. Anexo 11, 1872, p. 44.

<sup>161</sup> Coleção das Leis do Império do Brasil de 1854. Rio de Janeiro, Tomo XVII, parte II, 1854.

existia certa instabilidade e disputa, o que culminou na reforma dos estatutos em 1855 e novamente em 1857, menos de dois anos após a primeira modificação.

Em relação as mudanças necessárias requeridas pelos políticos que debatiam a reorganização do ensino estava, justamente, a necessidade de conhecer e estudar a nação. Em 1851, o deputado Justiniano José da Rocha<sup>162</sup> escreveu, a pedido do governo, um relatório a respeito das aulas públicas e escolas particulares da capital, no qual examinava “cada uma daquelas aulas, seu regime e moralidade, adiantamentos dos alunos, nacionalidade dos diretores e mestres, método, matérias de ensino e compêndios a elas destinados”<sup>163</sup>. No documento, anexado ao relatório ministerial daquele ano, o autor afirmava que

Hum dos cardeaes objectos da educação da mocidade deve ser infundir o culto da patria, o conhecimento das suas glorias, o amor ás suas tradições, o respeito aos seus monumentos artísticos e litterarios, a nobre aspiração a torna-la mais bela e mais gloriosa. Esse sentimento de religiosa piedade para com a nossa mai commum não se ensina com prelecções cathedricas, comunica-se porêm nas mil occasiões que opportunas se apresentam no correr da vida e das lições collegiaes... mas para communica-lo, he necessario te-lo<sup>164</sup>

Era necessário, portanto, criar meios que tornasse possível ensinar o amor e o respeito a pátria, e esse papel cabia, como já acontecia entre os intelectuais, à História e à Geografia. Nesse sentido, o regulamento de 1853, ao definir as disciplinas que seriam adotadas pelos colégios secundaristas da corte, estabelecia duas cadeiras de “história e geographia, ensinando o professor de huma a parte antiga e media das referidas materias, e o da outra a parte moderna, com especialidade a historia e geographia nacional”<sup>165</sup>. Já a segunda reforma do Colégio Pedro II, realizada em 1855, ao passo que diminuía a quantidade de aulas de Geografia Descritiva e encerrava a disciplina de Geografia Matemática e Cronologia, inseria na grade uma nova matéria, intitulada Corografia Brasileira e História Nacional que era justamente focada, como o nome sugeria, na Geografia e História do Brasil.

Até então, a disciplina de Geografia Descritiva era direcionada para o estudo mais geral do globo, não se concentrando no que se referiria ao Brasil, que tecnicamente deveria entrar na parte Moderna. A escolha dos nomes para as matérias já apontava para seus objetivos, enquanto se entendia que a Geografia era responsável por a descrição global da terra, a

<sup>162</sup> Nasceu em 8 de novembro de 1812, no Rio de Janeiro. Formou-se em direito na Faculdade de São Paulo em 1833. Atuou como advogado, professor de geografia e história do Colégio Pedro II e da Escola Militar. Publicou em 1838 o Compendio de Geografia. Foi eleito deputado em 1843. Faleceu em 10 de julho de 1862.

<sup>163</sup> OLIVEIRA, Luiz Eduardo. O Partido Conservador e a educação literária no Império brasileiro (1841-1863). *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 4, 2015, p. 939.

<sup>164</sup> Relatório da Repartição dos Negócios do Império. Exposição sobre o Estado das Aulas Publicas de Instrucção Secundaria, e dos Collegios e Escolas Particulares da Capital do Imperio, 1851, p. 9.

<sup>165</sup> Coleção das Leis do Império do Brasil de 1854. Rio de Janeiro, Tomo XVII, parte II, 1854, p. 61

corografia deveria tratar da descrição particular de uma região ou país<sup>166</sup>, nesse caso o Brasil. A disciplina se manteve no currículo durante todo o século XIX, existindo apenas variações dos nomes que lhe eram empregados e dos conteúdos, que iam sendo modificados com o passar das reformas curriculares.

Se o regulamento de 1855 criava, pela primeira vez, uma disciplina especialmente para o estudo nacional, a reforma, 2 anos depois, aumentava a quantidade de aulas, dividindo o conteúdo entre o 4º e 5º ano. Entretanto, é provável que a disciplina só tenha começado a funcionar a partir de 1857, tendo em vista que o relatório desse ano informa que a matéria, agora com o nome de Corografia e História do Brasil, havia sido criada “separando-a da de historia moderna e contemporanea, como tinha sido prometido na reforma de 1854, e era conveniente”<sup>167</sup>. A não utilização dos estatutos aprovados por decreto para o colégio, pode estar ligada ao fato, dessa reforma propor um currículo que fosse menos literário e que atendesse “á necessidade geralmente sentida de dar maior extensão aos conhecimentos indispensáveis para a carreira industrial e commercial”<sup>168</sup>, o que destoava da tradição até então adotada pelo estabelecimento. E como explica Eduardo Maia, a prescrição não é garantia de que de fato foi ensinado e o prescrito não é única e exclusivamente imposição das “classes dominantes”<sup>169</sup>.

Já em 1860, Eusebio de Queiros Coutinho Matoso da Câmara<sup>170</sup>, que desde de 1855 atuava como Inspetor Geral da Instrução Primaria e Secundaria, apresentava críticas ao estatuto em vigor defendendo a necessidade de novas modificações, com o fim de “organizar o plano de estudo do collegio de modo que se restringissem algumas materias menos necessárias, cujo excessivo desenvolvimento prejudicava ao ensino de outras disciplinas mais indispensáveis”<sup>171</sup>. As mudanças vieram com o Decreto n. 2.883, de 1 de fevereiro de 1862, no qual as disciplinas de Alemão e Italiano deixavam de ser obrigatórias, Desenho, Musica, Ginastica e Dança deveriam ser praticadas no “tempo livre” e as disciplinas de Zoologia e Botânica foram compiladas em única denominada História Natural<sup>172</sup>.

No que se referia às disciplinas centradas no espaço, o Decreto criava a matéria de Geografia e Cosmografia, ao mesmo tempo que Corografia e História do Brasil passava a ser

---

<sup>166</sup> MAIA, Op. Cit, 2014, p. 49.

<sup>167</sup> Relatório da Repartição dos Negócios do Império. Anexo C, 1857, p. 9.

<sup>168</sup> Relatório da Repartição dos Negócios do Império. Anexo 11, 1872, p. 51.

<sup>169</sup> MAIA, Op. Cit, 2014, p. 34.

<sup>170</sup> Nasceu em maio de 1812 na Angola, mudando-se para o Rio de Janeiro já em 1815. Formou-se em ciências jurídicas na faculdade de direito de Olinda em 1832, fazia parte do partido conservador, sendo eleito deputado provincial em 1838 e geral em 1842. Entre 1848-1852 foi ministro da justiça, sendo autor da lei Eusebio de Queiros de setembro de 1850, que proibia o trafego negreiro. Foi nomeado senador em 1854, se aposentando em 1864. Faleceu em maio de 1868.

<sup>171</sup> Relatório da Repartição dos Negócios do Império. Anexo 11, 1872, p. 55.

<sup>172</sup> Relatório da Repartição dos Negócios do Império, 1862, p. 68-87.

ministrada apenas no 7º ano do curso. Tendo em vista que as aulas de História e Geografia dos anos anteriores não tratavam do conteúdo relacionado ao Brasil, já que a de Corografia tinha sido criada para essa finalidade específica, os alunos só iriam estudar a nação da qual faziam parte no último ano de escola. A disciplina, portanto, mesmo tendo sido incluída no currículo com o intuito de ajudar na construção de um nacionalismo patriótico, ocupava pouco espaço na instituição.

É interessante perceber que mesmo o Colégio Pedro II, tendo sido a primeira instituição do Império a separar as disciplinas de História e Geografia, ministrando seus conteúdos individualmente, o mesmo não acontecia no que se referia ao estudo pátrio, tendo em vista que, “a ilustração geográfica e social do país, por meio do instrumental da geografia e da história, constituía dois momentos de um processo cujo fim era a estruturação do quadro geral da nação”<sup>173</sup>. Todavia, a disciplina de Corografia e História do Brasil possuía poucos conteúdos geográficos especificados nos programas de ensino, cenário que não mudou até a reforma dos estatutos de 1876, que especificava o estudo da “Physiographia; divisão administrativa, ecclesiastica e judiciaria; instituições estatísticas, synopse da constituição política do Imperio” como parte do conteúdo corográfico.

Essa metodologia definida pelo regulamento de 1862, no entanto, foi criticada por parte dos intelectuais brasileiros na segunda metade do século XIX. O periódico *O Apostolo* ao escrever, uma resenha sobre o *Atlas* em 1868, afirmou que o ensino geográfico do país era negligenciado até mesmo pelos estabelecimentos mais organizados, o qual possivelmente se encaixaria o Colégio Pedro II. Segundo o jornal, limitavam-se

simplesmente a exigirem que o estudante canse a memoria aprendendo de cór nomes, que logo depois esquece e muitas vezes para sempre.

Esse mal não de limita só á geographia geral, estende-se ao estudo da nossa geographia particular e tem-nos feito sensível damno e fará ainda por muito tempo si não nos convenceremos da absoluta necessidade de conhecerem os povos o que lhes é peculiar de preferencia ao que pertence aos outros<sup>174</sup>

De acordo com o geógrafo francês Yves Lacoste, essa geografia de tipo enciclopédico, caracterizada pela enumeração de elementos conhecidos mais ou menos ligados entre si e pela anúncio de nomenclatura, havia surgido no final do século XIX, sendo extirpada de práticas políticas e militares. Para o autor, desde então poderia se considerar a existência de duas geografias: a “dos Professores”, citada anteriormente e a dos “Estados-Maiores”, que de origem mais antiga, era percebida como um saber eminentemente estratégico pelas minorias dirigentes,

---

<sup>173</sup> GUIMARÃES, Op. Cit, 2011, p. 116.

<sup>174</sup> O Apostolo. Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1868, p. 02.

que as utilizava como instrumento de poder no controle e organização dos homens que povoam seu território e para a guerra<sup>175</sup>.

Era essa a perspectiva geográfica que Candido Mendes parecia ter quando escreveu o *Atlas*. Propondo um compêndio com conteúdos diferentes dos que normalmente eram ministrados na disciplina de Corografia e História do Brasil, o autor apresentava um material mais prático, com temas relacionados ao cotidiano dos alunos e que deveriam servir para suas futuras profissões ligadas ao governo. Criticando já no início da introdução o atraso que ele acreditava existir no estudo da Geografia no Brasil, “máxime a do territorio patrio”<sup>176</sup>, Mendes apresentou como um dos seus objetivos produzir um trabalho que ajudasse a modificar essa situação, sendo, segundo ele, essa a razão que o levou a dedicar seu trabalho “á mocidade estudiosa, e esperançosa do Brasil”<sup>177</sup>.

Essa opinião era compartilhada pelos intelectuais que escreveram resenhas e comentários a respeito de seu trabalho na época da publicação. Em setembro de 1868, Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, que entre 1861-1864 havia sido professor de História do Colégio Pedro II e atuaria como Inspetor Geral da Instrução Publica em 1873, publicou uma notícia literária de 26 páginas acerca do *Atlas do Imperio do Brazil*, na qual também criticava o ensino geográfico e destacava como a metodologia adotada por Candido Mendes supria com vantagem “todos estes inconvenientes”<sup>178</sup>. Segundo ele,

a geographia não é, como se pensa, um estudo arido e ingrato. Como a ensinam nas escolas, como a desfiguram compendios escriptos sem criterio por pessoas ignorantes, ella torna-se em verdade um esforço mechanico de memoria, que esmorece e faz recuar os espíritos mais ávidos de saber.

Para intelligencias mais elevadas, ella torna-se ao mesmo tempo um estudo util e ameno. [...]

O verdadeiro geographo, o homem da sciencia, alonga os olhos pelo vasto theatro que rodeia, percorre com um dedo perscrutador o relevo do solo, e estuda a structura dos continentes. Assim se assignalam os grandes accidentes physicos da terra, os elementos que podem ser aproveitados pela mão do homem, bem como os vestígios deste na superficie do globo, por elle occupado. Deste modo uma grande região torna-se como um todo harmônico, cujas partes ligam-se todas entre si<sup>179</sup>

Tais características podem ser percebidas na própria organização do *Atlas*. Diferente dos compêndios produzidos anteriormente, Candido Mendes optou por uma junção de texto e mapa, no qual tratando primeiro do Brasil e depois de cada província especificamente, o autor

<sup>175</sup> LACOSTE, Op. Cit, 2012.

<sup>176</sup> ALMEIDA, Op. Cit, 1868, p. 07.

<sup>177</sup> Idem, ibidem.

<sup>178</sup> A Instrucção Publica: publicação hebdomadária, 8 de junho de 1873, p. 01.

<sup>179</sup> A Instrucção Publica: publicação hebdomadária, 18 de maio de 1873, p. 02.



apresentava uma lista dos materiais consultados para a confecção de cada mapa, seguido por uma breve descrição do histórico de organização das fronteiras nacionais e provinciais que contextualizava os 27 mapas posteriores. A escolha do autor de primeiro tratar dos conteúdos relacionados ao Brasil e depois partir gradualmente para as partes desse território não era aleatória, essa era, na verdade, a forma correta de escrever a História do Brasil, pelo menos de acordo com as orientações de von Martius em seu trabalho *Como se deve escrever a História do Brasil*, publicado em 1845, na revista do IHGB.

Para Von Martius, os autores brasileiros não poderiam desprezar as diferenças regionais; entretanto, o inventário das diferenças, a ser aplicado em todo Império, não poderia ceder aos apelos regionais. Em resumo, o que ele queria era evitar que cada província se contentasse com a sua própria história e começasse a entender que “por lei orgânica se pertenci[am] mutualmente”<sup>180</sup>, formando uma unidade. “Para evitar esse conflito”, escrevia o autor, tornava-se “necessário que em primeiro lugar” fosse

representado o estado do país em geral, conforme o que tenha de particular em suas relações com a mãe pátria, e as mais partes do mundo; e que passando logo para aquelas partes do país que essencialmente diferem, seja realçado em cada uma delas o que houver de verdadeiramente importante e significativo para a história<sup>181</sup>

Seguindo essa metodologia, Candido Mendes conseguia construir uma unidade simbólica entre o território nacional, na medida que apresentava as províncias de modo homogêneo, como parte de um todo, que como especificava Homem de Mello em seu texto, deveria ser harmônico. Essa unidade era ainda intensificada pelo fato dele apresentar também uma representação visual desse espaço; os mapas, entendidos como agentes da verdade, eram percebidos como documentos autoevidentes que replicavam as estruturas do mundo sem nenhuma interferência humana<sup>182</sup>, fazendo com que se imaginasse que o espaço era exatamente como desenhado, sem questionar os processos que levaram a tal representação.

A produção de um *Atlas* como de Candido Mendes, atendia de forma direta as necessidades dos intelectuais que procuravam construir um saber sobre a nação brasileira e ensinar a elite, que deveria conhecer e estudar o país do qual faziam parte. Preocupação que já havia sido demonstrada a partir de iniciativas como o concurso promovido em 1840, pelo IHGB para escolher um manual de como deveria ser escrita a História do Brasil, e da criação de disciplinas como a de Corografia e História do Brasil em 1855 no Colégio Pedro II. O trabalho

---

<sup>180</sup> MARTIUS, Op. Cit, 1844, p. 402.

<sup>181</sup> Idem, p. 400.

<sup>182</sup> EDNEY, Op. Cit, 2016, p. 215.

de Candido Mendes, portanto, preenchia “uma lacuna vergonhosa”, dizia o senador Francisco Otaviano, “porque não ha paiz civilisado, que não tenha atlas especial para suas escolas, onde se dê menos attenção á geographia patria do que ao numero e nome dos departamentos da França, como entre nós”<sup>183</sup>.

Sendo assim, Candido Mendes construiu um “atlas geographico peculiar ao Imperio do Brasil”<sup>184</sup>, no qual ao passo que apresentava os territórios que formavam a nação brasileira, como se organizavam e quais eram suas fronteiras, construía, também, uma narrativa histórica que explicava como esse território havia chegado ao que era e legitimava os contornos que ele havia definido para o país em seus desenhos. A metodologia adotada, deveria possibilitar aos alunos conhecer toda a “vasta extensão do país”<sup>185</sup>, transformando a geografia da “nomenclatura estreita das escolas”<sup>186</sup> em um estudo útil e ameno, a partir da apresentação de um conteúdo que deveria servir para a vida prática dos leitores, como cidadão de uma nação civilizada e como futuro membros do estado.

Utilizar as categorias definidas por Yves Lacoste no caso brasileiro é complexo, tendo em vista o contexto histórico e a relação dos professores de Geografia e dos autores dos manuais escolares – como o próprio Candido Mendes – com o quadro político e instituições como o IHGB<sup>187</sup>. No entanto, as relações entre as características do que seria a “Geografia dos Estados-Maiores” com a metodologia e discurso defendido por Candido Mendes no *Atlas do Imperio do Brazil*, e entre a “Geografia dos Professores” e o ensino adotado no Colégio Pedro II e nas demais escolas do Império são facilmente perceptíveis revelando divergências metodológicas e, conseqüentemente, relacionadas aos projetos políticos e ao *teatro de narrativa*<sup>188</sup>.

Este último, na década de 1860, foi marcado por uma disputa entre o IHGB e a Secretaria de Negócios Estrangeiros – SNE, em torno do regime de narrativa a ser utilizado na construção de um tempo e espaço pra Nação que vinha sendo formulada nessas instituições. Nesse período, na SNE um novo regime de narração organizado por Duarte da Ponte Ribeiro confluía para um debate internalizado, destinado a suprir as necessidades do Estado e guiado por uma tradição cartográfica portuguesa baseada na composição manuscrita, no sigilo e na setorização. Enquanto isso no IHGB, a derivação a norma narrativa se consolidava e a Comissão Geográfica tomava uma posição de crítica ao uso restrito do *uti possidetis*, incentivando a

<sup>183</sup> Anais do Senado Brasileiro. Sessão de 18 de agosto de 1870, p. 118.

<sup>184</sup> ALMEIDA, Op. Cit, 1868, p. 07.

<sup>185</sup> MARTIUS, Op. Cit, 1844, p. 402.

<sup>186</sup> A Instrucção Publica: publicação hebdomadária, 18 de maio de 1873, p. 02.

<sup>187</sup> MAIA, 2014, Op. Cit.

<sup>188</sup> PEIXOTO, Op. Cit, 2005.

ampliação da discussão geográfica entre a elite e, inclusive, publicando trabalhos que haviam sido censurados pelas Comissões dos anos anteriores<sup>189</sup>.

A disputa entre esses dois regimes de narrativa e suas formulações, no entanto, foi resultado de um conflito anterior percebido em meados de 1853 no interior do próprio IHGB. Para Renato Amado Peixoto, a derivação teria surgido a partir de críticas feitas por alguns membros do Instituto ao uso restrito do *uti possidetis* nas resoluções das questões dos limites com os países circunvizinhos do Brasil<sup>190</sup>, opinião que, por sua vez, ia contra as ideias defendidas pela Comissão Geográfica daquele momento que tinha como um dos principais membros o próprio Duarte da Ponte Ribeiro.

Tal situação, levou a uma querela no Instituto entre a norma de narrativa que era imposta pela Comissão, que possuía o poder de censurar ou legitimar trabalhos publicados por meio de pareceres definindo “o conhecimento e os fatos que a história deve[ria] registrar”<sup>191</sup> e a derivação, que ganhou força dentro da Comissão Geográfica na década seguinte. Já o novo regime de narração desenvolvido na SNE por Ribeiro, teria surgido após as tensões de 1853, que havia levado ao rompimento dos laços de ambos com o IHGB, sendo influenciado pelas características da *norma narrativa*<sup>192</sup>.

Mesmo Candido Mendes de Almeida não se tornando sócio do IHGB até 1878, a produção e publicação do *Atlas* estava diretamente envolvida nos conflitos do regime de narrativa, tendo em vista, a relação do autor com membros do IHGB como Henrique de Beaurepaire Rohan<sup>193</sup>, uma das poucas pessoas agradecidas nominalmente no *Atlas*. Este agradecimento era referente a um ofício que Rohan havia expedido em 1864, quando ocupava o posto de Ministro da Guerra, liberando o acesso de Mendes as cartografias do Arquivo Militar<sup>194</sup>.

A importância dessa ação se explica quando se recorda que os mapas até então produzidos a respeito do Brasil, se configuravam como a base de seu trabalho enquanto

---

<sup>189</sup> PEIXOTO, Op. Cit, 2005, p. 322.

<sup>190</sup> Idem, p. 226.

<sup>191</sup> Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo XVI, 3 (XII), 1853, p. 515.

<sup>192</sup> PEIXOTO, Op. Cit, 2005, p. 257.

<sup>193</sup> Nasceu no Rio de Janeiro, em 12 de maio de 1812. Seguiu carreira militar, servindo no corpo de Engenheiros em 1835. Em 1843 foi enviado para o Mato Grosso com a missão de explorar o Baixo Paraguai, publicando na sua volta o histórico de sua viagem no *Jornal do Comércio*, o que o fez ser admitido no IHGB. Em 1859 foi eleito diretor das obras militares da corte e em 1864 foi convidado para ocupar a Pasta da Guerra. Foi encarregado de levantar a Carta Geral do Império, que figurou na Exposição de Viena, em 1874. Era abolicionista, tendo escrito textos como: *O abolicionismo e seus adversários*. Faleceu em julho de 1894.

<sup>194</sup> ALMEIDA, Op. Cit, 1868, p. 07.

*Cartógrafo de Gabinete*<sup>195</sup>. Era no Arquivo Militar que Mendes conseguiria a maior parte dessas cartas, tendo em vista que, o principal objetivo da instituição, desde sua fundação em 7 de abril de 1808, era “conservar em bom estado todas as cartas geraes e particulares, geographicas, ou topographicas de todo o Brazil e mais Dominios Ultramarinos”<sup>196</sup>. No entanto, sem a intervenção de alguém interno, como é o caso do Ministro da Guerra, dificilmente ele poderia ter acesso aos documentos ali contidos. Produzidos por e para o Estado, os mapas possuíam um caráter oficial sendo reservados para poucos sujeitos ligados a cargos administrativos.

A relação, ao menos no campo dos projetos, continuou entre os dois intelectuais e em 1869, Rohan, que junto com Pedro Torquato Xavier de Brito<sup>197</sup> integrava a Comissão Geográfica, foi o responsável por escrever um parecer altamente favorável a respeito do *Atlas*, no qual, sintomaticamente, as fontes utilizadas na composição do trabalho foram elogiadas. Segundo o parecer, a obra era o “resultado do mais paciente estudo sobre todos os documentos que o autor pôde adquirir relativamente á nossa cartographia”<sup>198</sup>. O posicionamento favorável da Comissão estava relacionado ainda, ao estilo de narrativa utilizado por Mendes que possuía características diretamente relacionadas à derivação, tal como a defesa da ampliação dos conhecimentos geográficos, uma das ideias centrais defendidas naquele trabalho.

Na introdução do *Atlas*, Mendes apresentou uma crítica à política de segredos do novo regime de narração afirmando que

pelo que respeita aos limites internacionaes do Imperio procuramos trata-los de fôrma a não se tornarem um segredo de que alguns estudiosos mais pacientes estão de posse. O conhecimento desta matéria, tanto quanto possa torna-se necessario ao commum de nossos concidadãos, pôde ser adquirido com facilidade no nosso Atlas<sup>199</sup>

Nesse sentido, a partir do *Atlas* deveria ser possível que uma parcela maior da população tivesse acesso à geografia de caráter mais político e militar, denominada por Yves Lacoste de ‘Geografia dos Estados-Maiores’, e que, até então, estava reservada a alguns intelectuais e aos sujeitos diretamente ligados ao Estado. Tanto a narrativa construída na SNE como no IHGB era pautada nessa ‘Geografia dos Estados-Maiores’, no entanto, diferente da

---

<sup>195</sup> Ver nessa dissertação o tópico: *Produção, circulação e consumo: Candido Mendes e o teatro cartográfico oitocentista*.

<sup>196</sup> Coleção das Leis do Império do Brasil, 1891, Decreto de 7 de abril de 1808, p. 13.

<sup>197</sup> Nasceu em 26 de fevereiro de 1822, no Rio de Janeiro. Em 1837 entrou para a Escola Militar, tendo se formado em matemática pela Escola Central. Arquivista do Arquivo Militar em 1857, era também socio do IHGB e fundador do Instituto Politécnico Brasileiro. Publicou em 1867, uma versão reduzida da Nova Carta Chorographica do Imperio do Brazil, produzida por Conrado Jacob Niemeyer e outros officiaes engenheiros (1856). Faleceu em março de 1880.

<sup>198</sup> Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo XXXII, parte I, 1869, p. 298.

<sup>199</sup> ALMEIDA, Op. Cit, 1868, p.36.

norma narrativa que defendia o sigilo da parte mais técnica desse saber para os oficiais do Estado, a derivação, propunha que essa geografia fosse ensinada nos colégios do país em substituição a ‘Geografia dos Professores’.

A aproximação entre o estilo de narrativa adotado por Candido Mendes e a derivação que ganhava força no IHGB possibilitou ao autor o apoio de parte dos intelectuais da época, e o parecer da Comissão Geográfica, endossava as críticas feitas por Mendes e legitimava sua perspectiva de que “o estudo da geographia patria pass[asse] dos domínios da erudição para o ensino elementar”<sup>200</sup>. De acordo com a carta enviada por José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha a Candido Mendes parabenizando-o pela publicação de seu trabalho, o método apresentado no *Atlas* era um dos seus grandes méritos<sup>201</sup>, segundo ele

o autor conduz-nos suavemente pela mão, desde o pincaro do monte até ás extremas do valle; desde as altas idéas sobre a conveniência de taes estudos, ate á sua applicação, primeiro nos grandes traços, depois nas ultimas particularidades. Seja no texto, seja nos mappas, este livro nos familiarisa com tudo quanto hoje se sabe desta abençoada região. V. Ex. grava-nos na mente e nos olhos do Brasil geográfico-politico-historico-administrativo-ecclesiastico-eleitoral<sup>202</sup>

Diferente da que, segundo o jornal *O Apostolo*, era ensinada nos colégios do país, o *Atlas* possibilitaria – ou deveria possibilitar – que o ensino de geografia deixasse de ser “um esforço mechanico de memoria, que esmorece e faz recuar os espíritos mais ávidos de saber”<sup>203</sup>, ajudando a “regenerar o estudo da geographia patria”<sup>204</sup>. Não se tratava, portanto, apenas de aprender a respeito dos relevos, climas, vegetação ou população, mas também de compreender como esses elementos desenhados nos mapas poderiam ajudar na administração do país e na sua defesa, dando a geografia ensinada nas escolas um caráter político.

No entanto, como bem lembrou Benedict Anderson, “o nacionalismo não é o despertar das nações para a autoconsciência: ele inventa nações onde elas não existem”<sup>205</sup>, sendo assim, em primeiro lugar, mesmo o *Atlas* tendo muitas das características da ‘Geografia dos Estados-Maiores’ as informações que Mendes apresentou nos mapas e na parte textual não são as mesmas que construiria uma cartografia produzida para os órgãos oficiais, aquelas utilizadas na guerra, em negociações ou na administração do território pelo governo. Tanto por uma questão técnica, relacionada a escala que esses mapas precisariam ter para dar conta de todas as informações que o permeariam, como por uma questão de interesse do governo e dos

<sup>200</sup> A Instrução Publica: publicação hebdomadária, Rio de Janeiro, 8 de junho de 1873 p. 01.

<sup>201</sup> Correio Mercantil, e Instructivo, Politico Universal. Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1868, p. 01.

<sup>202</sup> Correio Mercantil, e Instructivo, Politico Universal. Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1868, p. 01.

<sup>203</sup> A instrução publica: publicação hebdomadária. Rio de Janeiro, 18 de maio de 1873 p. 01.

<sup>204</sup> O Apostolo. Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1868, p. 02.

<sup>205</sup> ANDERSON, Op. Cit, 2008, p. 32.

intelectuais que não tinham o desejo de mostrar o que se passava por trás das cortinas desse *teatro de narrativa*.

O poder da geografia enquanto instrumento de mobilização e controle do espaço e dos sujeitos, era conhecida pela elite governamental, mas esse saber ensinado nas escolas e construído em livros para um público mais amplo, como o *Atlas*, mesmo quando não se baseava em um ensino enciclopédico e não era extirpado de práticas políticas e militares, não visava conscientizar os sujeitos sobre tais pontos, mas instruir de como utilizá-las a favor do Estado-Nação que estava em construção, e, por isso, eram sempre relacionados com questões do campo privado, como a Casa e a família.

Em segundo lugar, a proposta de ampliação dessa ‘Geografia dos Estados-Maiores’ era, na verdade, entre um público bem específico. A maior parte dos sujeitos que possuíam acesso ao ensino secundário nesse período eram os filhos das famílias abastadas que normalmente, seguiam para o ensino superior e para cargos públicos, tornando-se os futuros dirigentes do Império. Em função disso, era possível, e até mesmo visto como necessário, que desde o início de suas formações fosse-lhes ensinada essa geografia de caráter mais estratégico, articulada aos conhecimentos relativos ao espaço, que era percebida como tão necessária para governar a Nação.

Era a essa pequena parcela da população, que Candido Mendes se referiu quando defendeu a necessidade de tornar a “geographia uma sciencia eminentemente popular”<sup>206</sup>. Destinado ao Colégio Pedro II e vendido a 30 mil réis<sup>207</sup>, o *Atlas* não era um produto para o público geral, nem atingia a maioria da população que habitava o território representado nos mapas<sup>208</sup>. O *Atlas* tinha sido feito para guiar o olhar da ‘mocidade’ letrada brasileira, que como afirmou o jornal *O Apostolo*, deveriam compreender “a estrada, que lhe abriu o Dr. Candido Mendes, e que bem saiba percorrê-la para olhar melhor para o desenvolvimento do Brazil, do que a mocidade que o dirige”<sup>209</sup>.

Sendo assim, se tinha um entendimento bastante preciso do que se pretendia com o projeto de ampliação do conhecimento geográfico, e ele só era possível em consequência da delimitação da abrangência do ensino e da sua hierarquização. Em vista disso, mesmo que desde o início do século XIX, a difusão da instrução “por todas as classes” tivesse sido percebida

<sup>206</sup> ALMEIDA, Op. Cit, 1868, p. 07.

<sup>207</sup> Anais do Senado Brasileiro. Sessão de 18 de agosto de 1870, p. 117.

<sup>208</sup> CAVENAGHI, Airton José. O Atlas do Império do Brasil e as Representações Existentes no Livro: “História da Vida Privada no Brasil”: Império a Corte e a modernidade de Nacional. *História, Historiadores, Historiografia, Projeto História*, nº 41, 2010, p. 385.

<sup>209</sup> O Apostolo, Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1868, p. 03.

como uma condição para a Nação alcançar a civilidade e superar a “barbárie dos Sertões e a desordem das ruas”<sup>210</sup>, o entendimento de ‘instrução’ se diferenciava a depender das origens da classe social e dos destinos ocupacionais desses alunos<sup>211</sup>.

Conforme lembra Ilmar Mattos, entre aqueles que defendiam essa difusão, ocorria o entrecruzar de uma concepção a respeito da sociedade, que lastreada por um “sentimento aristocrático”, reconhecia como “classe” os “brancos ou a boa sociedade”, o “povo mais ou menos miúdo” e os “escravos” – em decorrência da política que progressivamente se impunha, a qual colocava a questão da escravidão no centro das discussões em substituição à nativista<sup>212</sup>. Para os escravos e pretos africanos, ainda que livres e libertos, esse entrecruzar resultou na sua desqualificação, sendo interditado seu ingresso nas “escolas públicas de instrução primária da província, conforme vinha dito expressamente na lei provincial de 21 de janeiro de 1837”<sup>213</sup> que regulava a instrução primária.

Já entre os homens livres, o ensino foi dividido entre o currículo de tradição acadêmica, que visava formar os “brancos ou a boa sociedade” sobre os princípios gerais dos conhecimentos humanos e da ciência, preparando-os para os estudos superiores, ou seja, justamente aquele adotado por instituições como o Colégio Pedro II. E, o currículo utilitário, empregado, sobretudo, nos estabelecimentos de caridade pública destinado ao “povo mais ou menos miúdo” – mas principalmente para os órfãos pobres – com a finalidade de fornecer uma instrução mínima e prepará-los, convenientemente, para o exercício de ofícios honestos e proveitosos<sup>214</sup>, servindo tanto para a eliminação da indigência e delinquência, como uma maneira de encontrar trabalhadores que permitissem poupar a força de trabalho escravizada<sup>215</sup>.

A instrução do “povo”, portanto, era voltada para uma educação mecanizada, não sendo entendido como necessário para suas formações o ensino de matérias de cunho acadêmico e científico, como Latim, Francês, História e a Geografia<sup>216</sup>. Essa hierarquização do ensino pode ser percebida nas discussões que envolveram a criação do próprio Colégio Pedro II em 1837, visto que sua fundação marcou o fim do Seminário de São Joaquim, uma instituição

---

<sup>210</sup> MATTOS, Op. Cit, 2011, p. 272.

<sup>211</sup> PENNA, Fernando A. *Sob o nome e a capa do Imperador: a criação do Colégio de Pedro Segundo e a construção do seu currículo*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008, p. 98.

<sup>212</sup> MATTOS, Op. Cit, 2011, p. 274.

<sup>213</sup> Idem, ibdem.

<sup>214</sup> PENNA, Op. Cit, 2008, p. 106.

<sup>215</sup> MATTOS, Op. Cit, 2011, p. 277.

<sup>216</sup> PENNA, Op. Cit, 2008, p. 128.

voltada para “promover a formação da força de trabalho diretamente ligada à produção”<sup>217</sup>, que, até então, funcionava naquele espaço.

Desta forma, a escola na época da sua fundação recebeu diversas críticas, no senado brasileiro e na imprensa, que afirmavam não existir “qualquer explicação especiosa, que parecesse justificar a criação do Collegio Pedro II sobre as ruínas de um estabelecimento destinado pela filantropia e educação industrial dos moços indigentes”<sup>218</sup>. Tais críticas, no entanto, não eram referentes a criação do colégio em si, mas ao fato de que o Seminário São Joaquim seria fechado. A explicação para a criação de uma escola com as características do Pedro II era conhecida entre a elite, estando inserida no projeto de construção da nação, não é gratuito que datam também desse período, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Arquivo Nacional, ambos em 1838.

Buscando “certamente, calar a oposição que apontava para o caractere elitista da nova instituição”<sup>219</sup>, Bernardo Pereira Vasconcelos sugeriu que fossem ofertadas vagas no Colégio para os alunos do antigo Seminário, ideia que não foi bem aceita pelos senadores que eram contra o projeto. A respeito da admissão de alunos da classe trabalhadora em um colégio com tradição acadêmica, o senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro<sup>220</sup>, que era um dos principais opositores a Vasconcelos, afirmou que não sabia se era

um bem em essa admissão; **no meo conceito, a melhor educação, que se póde dar a um pobre é ensinal-o a trabalhar (*apoiado*): destinar um pobre ás sciencias, muitas veses é fazêr-o infeliz**, porque, estando habituado ao trabalho, nem tendo modo algum de vida, quando sahe do Collegio, há de necessariamente recorrer ao governo para lhe dar meios de viver; ha de ir augmentar o numero dos pretendentes de empregos publico; o que não lhe aconteceria se trouxesse com a theoria a pratica das artes e habito do trabalho [grifo nosso]<sup>221</sup>

As preocupações dos senadores, longe de estarem relacionadas com a formação do povo, pareciam estar relacionadas ao receio do Estado em perder a mão de obra que era formada naquela instituição, para esses sujeitos “a sociedade lucraria mais se eles fossem educados para

<sup>217</sup> CUNHA, Luiz Antonio. As raízes da escola de ofício manufatureiros no Brasil – 1808 – 1820. In: *Fórum Educacional*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 1979, p. 16.

<sup>218</sup> Jornal Aurora Fluminense, 21/09/1838, p. 01.

<sup>219</sup> MENDONÇA, Ana Waleska P. C.; LOPES, Ivone Goulart; SOARES, Jefferson da Costa; PATROCLO, Luciana Borges. A criação do Colégio de Pedro II e seu impacto na constituição do magistério público secundário no Brasil. *Educ. Pesquisa*, vol.39, n.4, 2013, p. 990.

<sup>220</sup> Nasceu em Portugal, em 20 de dezembro de 1778. Formou-se em direito pela Universidade de Coimbra em 1801, vindo para o Brasil em 1803. Em 1823 foi eleito deputado geral para a Assembleia Constituinte, entre 1826-1828 deputado província de São Paulo, atuando na Assembleia Provincial entre 1835-1847, em 1829 havia sido eleito senador pela província de Minas Gerais. Ocupou a pasta no Ministério da Fazenda em 1832 e da Justiça em 1847. Era liberal e fazendeiro, defendendo a imigração estrangeira e inclusive a incentivando; tornou-se membro do IHGB ainda em 1838 e escrevendo livros como Memória Histórica sobre a Fundação da Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, na Província de São Paulo (1832). Faleceu no Rio de Janeiro, em 18 de setembro de 1859.

<sup>221</sup> Jornal Aurora Fluminense, 21/09/1838, p. 02.



serem artífices do que para ganharem o título de bacharéis em letras”<sup>222</sup>. Na passagem anterior, fica evidente, portanto, a diferenciação existente entre o que se entendia como a instrução do povo e a das classes abastadas, enquanto a primeira deveria prepará-los para assumir ofícios de baixo status em oficinas, fábricas e arsenais, a segunda era responsável por formar os futuros governantes da nação.

Por meio dessa operação de diferenciação, que restringia o ensino da Geografia à elite, era possível que o conhecimento antes reservado aos oficiais, fosse ampliado entre esse pequeno grupo, sem que isso representasse uma ameaça para o Estado. Substituindo a metodologia adotada anteriormente, que não preparava os jovens para os seus futuros cargos, essa modificação deveria possibilitar o estudo do Brasil, fazendo com que eles conhecessem a Nação e aprendessem a utilizar os conhecimentos geográficos na organização e manutenção da integridade dos territórios.

No entanto, como no Brasil havia-se optado inicialmente pela contratação de mão de obra estrangeira e pela utilização de cartas e mapas antigos<sup>223</sup>, não existia até então, nenhum atlas escolar com as características do de Candido Mendes para ser usado na educação. Segundo o jornal *O Apostolo*, no Brasil só se tinha tido até então

neste genero trabalhos imperfeitos e de lavra estrangeira; tão imperfeitos que muitos podem bem ser chamados mapas de erros, antes que de cidades, etc., e é por estes errados mestres que nossa mocidade tem estudado, **acrescendo que á imperfeição da sciencia juntava-se a falta de coleção de mapas; o que há era um mappa geral, oferecendo irregularmente a divisão topographica do paiz e nada mais [grifo nosso]**<sup>224</sup>

De acordo com os programas de ensino publicados nos Relatórios Anuais de Instrução Pública do Império<sup>225</sup>, os manuais adotados para a disciplina de Corografia e História do Brasil na década de 1860 eram: o *Compêndio Elementar de Geografia Geral*, produzido em 1851, por Thomaz Pompeo de Sousa Brazil, o *Compêndio da História do Brasil*, produzido em 1843, por José Inácio de Abreu e Lima<sup>226</sup>, e por fim, o *Lições de História do Brasil*, produzido em 1861,

<sup>222</sup> PENNA, Op. Cit, 2008, p. 128.

<sup>223</sup> COSTA, Antônio Gilberto. *Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007, p. 163.

<sup>224</sup> *O Apostolo*. Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1868, p. 03.

<sup>225</sup> Relatórios da Repartição dos Negócios do Império.

<sup>226</sup> Nasceu em 6 de abril de 1794, na província de Pernambuco. Ingressou na Academia Real Militar em 1812. Saiu do Brasil em 1819 após a execução do pai, Jose Inácio Ribeiro de Abreu e Lima, em função do seu envolvimento na Revolução Pernambucana. Fora, participou das guerras de Independência da América Espanhola, mas ao voltar para o Brasil, em 1832, assumiu uma postura de defensor da monarquia. Membro do IHGB entre 1839-1844, tendo saído do Instituto por conta de discordâncias com outros membros, entre eles Adolfo de Varnhagen. A partir da década de 1840, dedicou-se ao trabalho de escritor e jornalista. Faleceu em 8 de março de 1869.

pelo então professor da disciplina, Joaquim Manoel de Macedo<sup>227</sup>. No entanto, nenhum desses compêndios possuíam mapas, limitando-se apenas na descrição textual, o material cartográfico disponível para ser utilizado na disciplina era o que compunha o *Atlas de Delamarche*, que segundo os programas, era o compêndio utilizado na disciplina de Geografia.

O atlas em questão era um manual escolar produzido pelo geógrafo Felix Delamarche e muito utilizado no ensino de geografia francês, a principal referência do Colégio Pedro II desde sua fundação. Durante o século XIX, alguns atlas de sua autoria foram publicados e encontram-se disponíveis no site da David Rumsey Map Collection<sup>228</sup>, no entanto, não foi possível localizar qual deles foi o adotado nas escolas brasileiras, uma vez que eles não foram publicados originalmente com o mesmo título utilizado no Brasil. Contudo, sabe-se que o Atlas de Delamarche tratava mais profundamente dos países europeus, o que não surpreende, tendo em vista, que ele havia sido feito para utilização francesa. A respeito de outros países, como o Brasil, existia apenas um mapa geral, que segundo o jornal *O Apostolo* não preenchia “o fim desejável em relação ao Brasil”<sup>229</sup>.

Tendo em vista que os programas de ensino do Colégio Pedro II, indicavam normalmente dois compêndios para serem utilizados nas disciplinas, o *Atlas* não deveria ser o único material utilizado para o ensino do conteúdo, nem tinha sido feito com essa intenção. Diferente dos compêndios já adotados pelo colégio, Candido Mendes não apresentava os principais fatos históricos brasileiros, como havia feito Abreu e Lima e Manoel de Macedo, nem discorria acerca dos principais conceitos geográficos como Thomaz Pompeu. Tratava-se, especificamente, de um estudo geográfico da nação pelo o qual os alunos poderiam conhecer o espaço no qual aquelas histórias haviam se passado, se reconhecer como parte desse território, e aprender a utilizar os conhecimentos geográficos nas suas futuras profissões. O *Atlas* funcionaria, portanto, como um complemento aos materiais que já eram utilizados no colégio, sendo possível, a partir de então, aproximar os alunos dessa geografia mais técnica.

No entanto, pelo que os documentos indicam, o *Atlas* só passou a ser realmente utilizado pela instituição em meados de 1877. Infortunadamente, a partir de 1867 os programas de ensino deixaram de ser anexados aos Relatórios da Instrução Pública, e mesmo em outras partes do relatório, não foram encontradas indicações diretas relacionadas a adoção do trabalho

---

<sup>227</sup> Nasceu em 24 de junho de 1820, na província do Rio de Janeiro. Formou-se em Medicina em 1844, mesmo ano que publicou seu primeiro e mais conhecido romance, *A Moreninha*. Foi socio fundador do IHGB, tendo sido também jornalista e professor de Corografia e História do Brasil no Colégio Pedro II. Possui uma longa lista de romances publicados. Membro do partido liberal, foi eleito deputado provincial em 1850, deputado geral em 1864, cargo que ocupou até 1881. Faleceu em abril de 1882.

<sup>228</sup> Ver mais em: <https://www.davidrumsey.com/>.

<sup>229</sup> *O Apostolo*. Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1868, p. 03.

de Candido Mendes nos anos seguintes a sua publicação. Contrariamente, o anúncio publicado pelo autor nos jornais ao longo dos anos 1870, parecia ter tido suas palavras muito bem escolhidas ao afirmar que o *Atlas* se encontrava “**aprovado** por aviso do ministério do império de 22 de outubro de 1868 [...] para servir nas aulas do externato e internato do Collegio Pedro II” [grifo nosso]<sup>230</sup>. Nesse sentido, o autor mostrava o reconhecimento dado pelo colégio, mas em nenhum momento afirmava que o material estava sendo por ele utilizado.

Eduardo Maia, em sua tese, ao listar os manuais adotados pelas disciplinas geográficas entre 1856 e 1882, apresentou o *Atlas* com a obra utilizada em 1877 na disciplina de Corografia do Brasil, em companhia do compêndio intitulado Noções Corographicas do Brasil de Joaquim Manoel de Macedo<sup>231</sup>. Um ano antes da data apresentada por Maia, os estatutos do Colégio haviam passado por uma nova reforma que havia, justamente, dividido a disciplina de Corografia e História do Brasil em duas, separando a parte histórica da geográfica. A modificação pode ter gerado a necessidade de um material realmente focado na geografia brasileira, fazendo com que o *Atlas* passasse a ser utilizado no Colégio.

Já a espera de nove anos para esta adoção podia estar relacionada ao valor pelo qual eram vendidos os exemplares. O senador Francisco Otaviano, em uma sessão do senado que discutia a concessão de um prêmio de dois contos de réis para Candido Mendes pela publicação de um compêndio para uso nas aulas, criticou o preço salientando a impossibilidade de o livro ser utilizado no ensino elementar. O senador questionava se um *Atlas* vendido a

a 30\$ o exemplar, póde ser considerado livro adaptado ás necessidades da educação do povo e se fazemos um serviço á instrucção geral, animando obras cujo plano obrigue seus autores a exigir preços tão elevados? [...] esses atlas, Sr. presidente, são redigidos de modo a poder ser adoptados ao ensino geral: ha entre elles os elementares e os de instrucção mais elevada; os primeiros descem até o preço de um franco e poucos centimos e os segundos, por mais importantes que sejam, passam por edições populares, de pequeno custo, afim de não ficarem encravados no dominio de meia duzia de familias. [...] São livros para as mãos do sabio e do homem illustrado, e não para crianças, que, dentro de uma semana, estragam o primeiro exemplar que se lhes dá e já precisam de segundo. (Risadas). lhes marco limite [...] mas com a condição de que este livro se torne util para instrucção do povo e não seja vedado pelo preço ao ensino das classes pobres. E é bom entendermo-nos: quando digo classes pobres, digo quasi toda a sociedade, porque nós mesmos não podemos comprar para nossos filhos livros elementares a tal preço<sup>232</sup>

Realmente, como afirmava Francisco Otaviano, os outros compêndios utilizados pelo Colégio Pedro II, e já aqui citados, eram comercializados por um preço muito inferior ao do

<sup>230</sup> Dezeseis de Julho: órgão conservador. 15 de março de 1870, p. 04.

<sup>231</sup> MAIA, Op. Cit, 2014, p. 97.

<sup>232</sup> Anais do Senado Brasileiro. Sessão de 18 de agosto de 1870, p. 118.

*Atlas*. Os anúncios das livrarias nos jornais das décadas de 1860 e 1870, anunciavam os livros de Manoel de Macedo, Abreu e Lima e Thomaz Pompeu pelos valores de 2\$000, 2\$500 e 5\$000 mil réis respectivamente<sup>233</sup>. O valor do *Atlas*, no entanto, baixou para 20\$ mil réis em 1874<sup>234</sup>, podendo ter atingido um valor inferior no ano em que foi adotado pelo Pedro II.

Para Thomaz Pompeu, Candido Mendes não teria como vender seu trabalho por um valor menor, tendo em vista, as dificuldades e custos que ainda existiam para produzir mapas no Brasil. Mas reconhecendo a necessidade da obra para o Estado, o senador propõe que o governo poderia “tomar 1,000 exemplares pelo preço porque o autor os vende, e mandal-os, senão distribuil-os pelas aulas, ao menos vender por um preço muito modico, para que pudesse chegar ao alcance de todos”<sup>235</sup>. O projeto aparentemente não foi realizado, mas demonstra o interesse do governo pelo trabalho do autor, tendo em vista que, em 1868, o governo provincial do Rio de Janeiro já havia comprado 200 exemplares do *Atlas* para serem distribuídos nas escolas públicas provinciais e fornecidos aos alunos que frequentavam a escola normal<sup>236</sup>.

Isso por que, para os intelectuais da época que escreveram os comentários a respeito do *Atlas*, a lacuna que a falta de um trabalho a respeito da nação deixava, resultava em uma educação incompleta, já que na maior parte das vezes os ‘literatos’ conheciam melhor os outros países do que o Brasil, do qual era “possivel que muitas vezes ou[visse] com espanto falar de sua divisão administrativa, judiciaria, politica e ecclesiastica”<sup>237</sup>, o que refletia diretamente nas informações geográficas que apareciam nos documentos oficiais do governo.

Francisco Ignácio Homem de Mello por exemplo, em sua notícia literária sobre o *Atlas*, reclamou a respeito da crescente desinformação entre os membros do governo, afirmando que era de “admirar a ignorancia, que sobre a geographia do paiz aparece em documentos officiaes, ainda com relação á pontos há muito explorados e conhecidos”<sup>238</sup>. Para justificar sua crítica, ele apresentou inúmeros casos de engenheiros, ministros e presidentes de província que tinham cometido equívocos em seus trabalhos por falta de conhecimentos – entendidos por ele como básicos – em relação a geografia brasileira, o que segundo ele assinalava “a decadencia dos estudos geographicos”<sup>239</sup>, o que reforçava, mais uma vez, a necessidade de seu estudo no ensino secundário para fins de utilidade prática.

<sup>233</sup> Anúncios publicados no Jornal do Commercio.

<sup>234</sup> Jornal do Commercio. 6 de outubro de 1874, p. 06.

<sup>235</sup> Anais do Senado Brasileiro. Sessão de 18 de agosto de 1870, p. 119.

<sup>236</sup> Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro. Sessão de 10 de novembro de 1868, p. 190.

<sup>237</sup> O Apostolo. Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1868, p. 03.

<sup>238</sup> A Instrução Publica: Publicação Hedomadária. Rio de Janeiro, 25 de maio de 1873, p. 01.

<sup>239</sup> A Instrução Publica: Publicação Hedomadária. Rio de Janeiro, 25 de maio de 1873, p. 02.

O *Atlas do Imperio do Brazil*, nesse sentido, era visto como um trabalho que preenchia “uma lacuna bem sensível que havia na geographia do paiz”<sup>240</sup>, ajudando a melhorar o ensino e na disseminação da civilidade – que se buscava alcançar por meio da instrução pública – uma vez que estudar e conhecer a Nação, era entendido como uma espécie de dever dentre a elite. Para isso, Candido Mendes apresentava um trabalho especificamente a respeito do Brasil, contendo não apenas informações e mapas gerais, mas também de todas as províncias individualmente, sempre como parte do todo.

Pela primeira vez, a elite letrada poderia encontrar em um só livro, informações sobre as fronteiras nacionais e provinciais, dados históricos sobre a conquista e administração do território e mapas do Brasil sob várias perspectivas. Mas essa ampliação dos saberes cartográficos, possibilitando que esse material fosse utilizado no ensino e como instrumento destinados a inscrever a ideia do Estado-Nação, desempenhando um importante papel na formação da cidadania e unidade, somente se tornou possível com os avanços relacionados ao processo de produção dos mapas. Sobretudo, a partir da ampliação das técnicas litográficas no Brasil, desenvolvidas nas primeiras décadas do século XIX.

---

<sup>240</sup> Jornal Diario do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1868, p. 01.

## CAPITULO 3 MAPEANDO O IMPÉRIO, DEFININDO AS FRONTEIRAS E (RE)ORGANIZANDO O TERRITÓRIO

### 3.1 Produção, circulação e consumo dos mapas: Candido Mendes de Almeida e o *teatro cartográfico* oitocentista

– GEOGRAFIA – O Sr. Candido Mendes de Almeida acaba sem duvida de prestar um bom serviço com a publicação de um *Atlas do Imperio do Brazil*, especialmente destinado á instrução publica mais que póde ser util a todas as classes [...]

**Os mappas são nitidamente impressos, e uma circunstancia que merece mencionar-se, é que todo o trabalho, tanto de lithographia como typographia, foi feito no paiz [grifo nosso]<sup>241</sup>**

O trecho acima, retirado de um comentário divulgando a publicação do *Atlas do Imperio do Brazil* que estampava a primeira página *Jornal do Comercio*, destaca os processos técnicos utilizados por Candido Mendes na produção deste trabalho e evidencia as dificuldades relacionadas a editoração de mapas em larga escala no Brasil oitocentista. Os atlas, diferente de outros produtos cartográficos, desde o início teve sua produção relacionada ao mercado consumidor que surgia a partir das transformações econômicas, políticas e culturais que tornava indispensável aos homens saber pensar o espaço<sup>242</sup>.

Destinados a um público mais diversificado e sem formação técnica, os mapas, nesse processo, além de um instrumento de um poder reservado ao Estado, passaram a ser entendidos também como um produto cultural, sendo produzidos em larga escala. No entanto, até o século XIX, essa produção ficou centralizada nos países onde o Estado era capaz de arcar com os custos das impressões, ou onde existia um mercado apto para atrair empreendimento particulares<sup>243</sup>. Isso porque o método mais usual para a produção de mapas e atlas era a gravação em cobre, que por sua vez era um processo caro, trabalhoso e altamente especializado, já que os profissionais precisavam gravar em alto-relevo numa placa de cobre os detalhes dos mapas manuscritos, transformando-a em uma matriz de impressão.

Como explica Renato Amado Peixoto, a técnica era um dos principais limitadores da expansão do saber cartográfico nos países periféricos, que na maior parte das vezes acabavam importando atlas estrangeiros por falta de condições de produzir os seus próprios<sup>244</sup>. Esse era o caso do Brasil, que continuou com uma composição cartográfica predominantemente manuscrita durante as primeiras décadas após a independência, uma vez que havia herdado as

<sup>241</sup> *Jornal do Comercio*, 10 de setembro de 1868, p. 1.

<sup>242</sup> LACOSTE, Op. Cit, 2012, p. 52.

<sup>243</sup> PEIXOTO, Op. Cit, 2005, p. 240.

<sup>244</sup> Idem, p. 118.

condições tecnológicas e culturais de Portugal, que diferente dos outros países europeus, não havia investido nas artes gráficas em decorrência do que Jaime Cortesão denominou de “política de segredo”<sup>245</sup>.

Implementada pela metrópole durante o período colonial visando manter em sigilo as informações relacionadas ao novo continente, os mapas da América foram concebidos como documentos que continham segredos do Estado<sup>246</sup> e que, por isso, precisavam ser manuseados e guardados com cuidado, ficando restritos a poucos sujeitos ligados ao governo. A partir de uma produção manuscrita e em quantidades diminutas, tentava-se restringir a circulação desses mapas, não existindo, portanto, interesse, ou necessidade, de desenvolver meios para uma produção com caráter comercial. Esse sistema influenciou diretamente no desenvolvimento da cartografia no Brasil, que ficou inicialmente estagnada.

Esse processo, no entanto, mudaria no século XIX, com o desenvolvimento de um novo meio de gravação, que possibilitava imprimir mapas de forma mais rápida e com menos custos do que a em cobre. Denominada de litografia, a arte de reproduzir imagens ou textos a partir da pedra calcária, desenvolvida pelo alemão Alois Senefelder, em 1798, foi uma das grandes responsáveis por fazer os atlas atingirem uma nova etapa de produção, modificando a forma de circulação e consumo dos mapas, que ao longo do século se popularizaram entre a elite letrada e passaram a ser utilizados no ensino. Além disso, a litografia permitiu, também, que países, sem uma tradição cartográfica em escala, pudessem iniciar sua própria produção, uma vez que além de custos menores, possuía uma técnica de impressão que exigia uma menor especialização dos artistas, eliminando etapas que eram necessárias na gravação em cobre<sup>247</sup>.

A técnica era realmente mais simples se comparado a outras que existiam no período e baseava-se na incompatibilidade entre duas substâncias: a gordura e a água. Para litografar algo, o artista usando como base uma pedra calcária<sup>248</sup>, desenhava em sua superfície, com uma tinta à base de gordura, a imagem ou texto que seria impressa. A pedra, captava essa substância e a detinha, sendo em seguida umedecida com uma solução de ácido nítrico e goma arábica, que era absorvida somente pelas partes não desenhadas, ou seja, desengorduradas. Esse processo, fazia com que essas áreas rejeitassem a tinta a óleo usada para impressão, criando

---

<sup>245</sup> CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Brasília: FUNAG/Imprensa Nacional do Estado de São Paulo, 2006. Tomo I, p. 333.

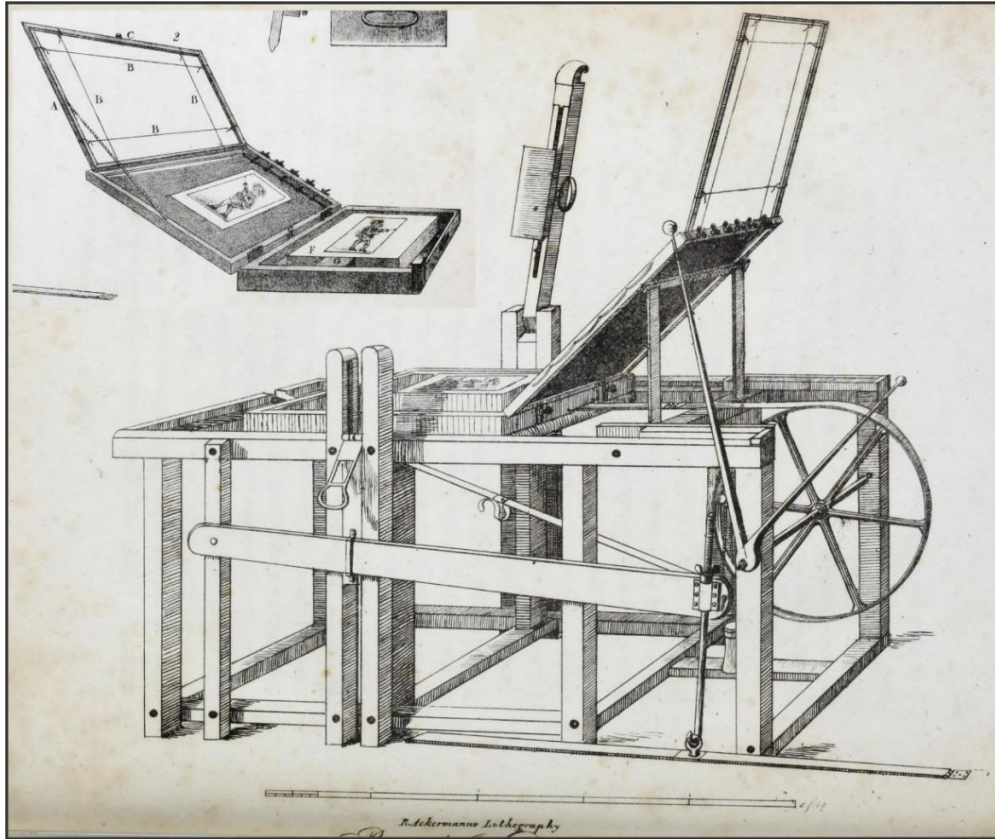
<sup>246</sup> COSTA, Op. Cit, 2007.

<sup>247</sup> PEIXOTO, Op. Cit, 2005.

<sup>248</sup> Um exemplo de pedra calcária é a pedra cariri, encontrada em abundância na cidade de Santana do Cariri - Ce.

uma matriz que poderia ser facilmente modificada, já que a imagem não era talhada e, sim, desenhada<sup>249</sup>.

### Imagem 1 - Processo litográfico



Fonte: SENEFELDER, Alois. *A complete course of lithograph: containing clear and explicit instructions in all the different branches and manners of that art*. Londres: Ackermann, 1819.

A litografia chegou relativamente cedo no Brasil, segundo Luciana Fernandes Boeira, por volta de 1819 já não era algo desconhecido do público leitor carioca, acostumado a ver publicado nos jornais anúncios alusivos a esse processo de Impressão<sup>250</sup>. Já no final da década de 1820, litógrafos de várias nacionalidades começavam a fixar oficinas, sobretudo no Rio de Janeiro, especializadas na criação e gravação de livros, estampas, embalagens, cartazes e outros materiais. No entanto, a utilização desta técnica para a impressão de produtos cartográficos demoraria mais. Mesmo após a criação de uma oficina litográfica no Arquivo Militar, em 1825, a composição dos mapas permaneceu predominantemente manuscrita, já que eles compunham

<sup>249</sup> SENEFELDER, Alois. *A complete course of lithograph: containing clear and explicit instructions in all the different branches and manners of that art*. Londres: Ackermann, 1819.

<sup>250</sup> BOEIRA, Luciana Fernandes. Lendo imagens: a litografia no Brasil do século XIX. *SAECULUM: Revista de História*, João Pessoa, 2013, p. 158.



uma parte muito restrita da produção do Arquivo Militar que se concentrou, até 1850, na elaboração de plantas e projetos em geral<sup>251</sup>.

Desta forma, os produtores que queriam gravar seus mapas, na maior parte das vezes, os enviavam para litografias estrangeiras, sobretudo francesas. Esse costume perduraria por todo o século, em 1881, por exemplo, um anúncio no jornal *O Cearense* tratando da publicação da *Carta Corographica do Ceará, organizada segundo os documentos existentes*<sup>252</sup>, do engenheiro Antonio Gonçalves da Justa, destacava a possibilidade de “mandar litografar na europa a carta [...] afim de que o seu trabalho [pudesse] ser vulgarizado na provincia com vantagem para todos e especialmente para o serviço publico”<sup>253</sup>. O projeto provavelmente não foi levado a diante, tendo em vista que não foram encontrados uma versão do mapa litografado ou publicações nos jornais anunciando sua comercialização.

Mesmo com essas dificuldades – que podem ser observadas em muitos outros casos – o processo de gravação de imagens passava por mudanças importantes na segunda metade do século XIX, a partir dos avanços das técnicas litográficas, que passavam a ser automatizadas, e da crescente demanda por imagens que surgia a partir das mudanças políticas e culturais do Brasil. É considerável o aumento no número de oficinas, que de acordo com Paulo Roberto de Jesus Meneses, passou de três, em 1844 para treze, em 1855, atingindo o número de trinta e duas nos anos de 1874/1875<sup>254</sup>.

É perceptível também o aumento nas gravações dos mapas na litografia Arquivo Militar, que passou a imprimir em larga escala, com tiragens que chegavam a 2.000 exemplares. Esse foi o caso da “redução” de Pedro Torquato Xavier de Brito da *Nova carta chorographica do Imperio do Brazil*<sup>255</sup>, gravada em 1867 para ser divulgado na Exposição de Paris, e da *Carta Geográfica de uma parte do Império do Brasil confinante com a Confederação Argentina e a República do Paraguai*<sup>256</sup>, produzida pela SNE e gravada em 1856, com uma tiragem menor de 1.550 exemplares.

Para Renato Amado Peixoto, esses já eram números muito altos para época<sup>257</sup>. Sendo assim, mesmo com os avanços da litografia no país, que indubitavelmente influenciaram direta e indiretamente a produção do *Atlas*, não existia uma oficina, no Brasil, com condições técnicas

<sup>251</sup> PEIXOTO, Op. Cit, 2005, p. 244.

<sup>252</sup> Ver em: [http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo\\_sophia=14383](http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=14383).

<sup>253</sup> O Cearense, 4 de setembro de 1881, p. 2.

<sup>254</sup> MENEZES, Paulo Roberto de Jesus. *Sociedade, imagem e biografia na litografia de Sebastião Sisson*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social, Rio de Janeiro, 2008, p. 20.

<sup>255</sup> Ver em: [http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo\\_sophia=60869](http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=60869).

<sup>256</sup> Ver em: [http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo\\_sophia=3151](http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=3151).

<sup>257</sup> PEIXOTO, Op. Cit, 2005, p. 280.

para imprimir um trabalho como o de Candido Mendes, ou ao menos que já tivesse se disposto. Isso porque o *Atlas do Imperio do Brazil* tinha uma tiragem de 3.000 exemplares<sup>258</sup>, o que por si só já era maior do que os números citados anteriormente, mas além disso, não se tratava de uma representação a ser replicada milhares de vezes. O atlas é uma reunião de mapas, cada um dos exemplares era formado – além da parte tipográfica – por vinte sete mapas coloridos, o que resultava em um total de 81.000 páginas a serem impressas. É importante ter em mente ainda, que para cada um desses mapas era necessário a construção de uma matriz de impressão (em pedra calcária) diferente, o que demandava tempo e dinheiro.

Diferente dos trabalhos citados anteriormente, o projeto em questão não era financiado pelo Estado, era necessário vender o produto para conseguir recuperar seu investimento particular. Os mapas assim, precisavam possuir uma boa qualidade e custos razoáveis de produção, para que se transformassem em um produto vendável do qual era possível de aferir lucros aos autores e distribuidores<sup>259</sup>. Nesse sentido, com intuito de atender todas essas demandas, Candido Mendes fundou o Instituto Philomathico, uma oficina litográfica e tipográfica que situada no Rio de Janeiro, seria responsável por imprimir a totalidade do *Atlas*, colocando sobre sua direção os processos relacionados a gravação do trabalho.

Fundada especialmente para imprimir o *Atlas do Imperio do Brazil*, as informações disponíveis sobre a empresa são, na verdade, bastante limitadas. Não é possível definir nesse trabalho, exatamente, quando ela iniciou e terminou sua atuação, ou se existiam outros investidores além de Candido Mendes. Sabe-se que ela continuou funcionando após 1868, atuando mais ativamente como tipografia, onde foram impressos livros tanto de Mendes como de outros autores<sup>260</sup>, funcionando até meados de 1874, já que não foram encontradas publicações do Instituto após essa data.

A qualidade da impressão foi destacada pelos anúncios e comentários a respeito do *Atlas* publicados nas páginas dos jornais brasileiros a partir de setembro de 1868. De acordo com o professor e jornalista David Moreira Caldas<sup>261</sup>, que possuía um de seus mapas<sup>262</sup> citados

<sup>258</sup> Anais do Senado Brasileiro. Sessão de 18 de agosto de 1870, p. 118.

<sup>259</sup> MENEZES, Op. Cit, 2008, p. 280.

<sup>260</sup> Alguns livros publicados foram: o *Codigo Philippino, ou, Ordenações e leis do Reino de Portugal : recopiladas por mandado d'El-Rey* (1870) por Candido Mendes de Almeida; *Investigações historicas e scientificas sobre o Museu imperial e nacional do Rio de Janeiro: acompanhadas de uma breve noticia de suas collecções e publicadas por ordem do Ministerio da Agricultura D. Philippe I* (1870), por Ladislau Netto; e a sexta edição de *Lições de hum pai a huma filha sua na primeira idade* (1871) de Roque Ferreira Lobo.

<sup>261</sup> Nasceu em 1836 no Piauí. Atuou como professor de História e Geografia do Liceu piauiense entre as décadas de 1860-70, tendo sido também deputado provincial, escritor e jornalista. produziu alguns mapas relacionados a província. Membro do partido liberal, apresentou diversas criticas a monarquia a partir de seus textos nos jornais.

<sup>262</sup> Plantas topographicas do delta do rio parnahyba por Simplicio Dias da Silva (1809), Ignacio Agostinho Jauffret (1853) e David Moreira Caldas (1867) (ALMEIDA, 1868, p. 12).

no artigo referente a província do Piauí, “o trabalho lithographico [era] completo, e torna[va]-se notável por ter sido executado no paiz, em officina própria do illustrado autor”<sup>263</sup>. As conhecidas dificuldades na editoração de mapas, tornava essa, uma circunstância que merecia ser mencionada. Jose Feliciano de Castilho Barreto e Noronha em uma carta remetida a Candido Mendes e publicada no *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico Universal* “embora não fosse destinada á imprensa”, destacava essas dificuldades

fallo das condições materiaes da obra! **Para quem conhece as circunstancias da actualidade neste ramo, é assombroso com V. Ex. pôde, em estabelecimento particular, seu,** especial, com coadjuvação de nacionais sómente, desajudado de protecção publica, obrigado a distrahir sua attenção para estas miudezas, **presentear o seu paiz com um volume, que parece sahido de officinas de nações tidas pelas mais adiantadas [grifo nosso]**<sup>264</sup>

Essas publicações serviam como uma espécie de propaganda, não só para o *Atlas*, mas também dos avanços técnicos nacionais, uma vez que mostrava “o estado de adiantamento a que espíritos da energia do de V. Ex. podem mostrar ter já chegado este paiz”<sup>265</sup>, ainda segundo Barreto e Noronha. De acordo com Micael M. Herschmann e Carlos Alberto Messeder Pereira, a ciência técnica, nesse momento, era tida como crucial na formação do Brasil enquanto nação civilizada pelos intelectuais e os membros da elite, que tomavam como referência uma modernização “a europeia”<sup>266</sup>, afim de estar de pé de igualdade com as nações denominadas ‘mais adiantas’ na citação anterior.

Todavia, Candido Mendes não alcançaria qualidade técnica dos mapas sozinho, para isso ele contratou uma equipe, que diferente dele, possuía um saber especializado. O trabalho de gravação e tiragem foi distribuído entre cinco litógrafos especialistas em áreas distintas, os quais ele agradeceu no *Atlas* chamando-os de Srs. artistas

O Sr. Paulo Ludwig, artista de reputação formado por trabalhos lithographicos de incontestável merito foi o que em sua officina nos preparou com não menos zelo quanto intelligencia, a impressão colorida dos nossos mapas. A respectiva gravura foi compartilhada pelos Srs. Claudio Lomelino de Carvalho, José Teixeira, C. Schwestka e O. Koegel: artistas talentosos, cada um em sua especialidade, e que crearão um nome no nosso paiz, se ao esforço e interesse pela arte juntarem a boa vontade com que nos auxiliarão<sup>267</sup>

O prussiano Paulo Ludwig aparentemente era o mais experiente do grupo, possuindo uma oficina litografia no Brasil desde 1845, deve ter dado suporte para produção. O Instituto

<sup>263</sup> A Imprensa: periódico politico, 12 de dezembro de 1868, p. 1.

<sup>264</sup> Correio Mercantil, e Instructivo, Politico Universal, 11 de outubro de 1868, p. 1.

<sup>265</sup> Correio Mercantil, e Instructivo, Politico Universal, 11 de outubro de 1868, p. 1.

<sup>266</sup> HERSCHMANN, Micael M. & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O imaginário moderno no Brasil. In: HERSCHMANN, Micael M. & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (orgs). *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

<sup>267</sup> ALMEIDA, Op. Cit, 1868, p. 36.

Philomathico situado na rua Sete de Setembro, centro do Rio de Janeiro, ficava, inclusive, bem próximo da oficina do autor, localizada na rua do Hospício (atual Bueno Aires), provavelmente para tornar a parceria mais prática, tendo em vista que na citação anterior, Mendes dá a entender que parte do trabalho foi feito na oficina de Ludwig.

Os outros artistas também já atuavam na área, no entanto, é difícil encontrar informações sobre suas carreiras. A respeito de Cláudio Lomelino de Carvalho só é possível obter notícias que datam o final do século XIX. Em 1879 ele publicou o mapa *Província de S. Paulo*; e em 1882, organizou e gravou, em parceria com o Barão Homem de Melo, o único outro atlas do Brasil publicado durante o período Imperial. Já Carlos Schwestka e O. Köegel tinham uma parceria anterior ao Instituto de Mendes, haviam trabalhado juntos no Imperial Instituto Artístico<sup>268</sup>. Enquanto Schwestka era responsável pela parte gráfica, Köegel era especializado na gravação de nomes, parte importante e pouco conhecida do preparo de mapas<sup>269</sup>.

São os trabalhos técnicos desses sujeitos, citados rapidamente no final do *Atlas*, que possibilitou a Cândido Mendes receber os elogios a respeito da qualidade técnica alcançada em seu trabalho. Por outro lado, também é importante perceber que as cartas e resenhas publicadas nos jornais eram escritas por amigos ou colaboradores do autor, sendo assim, não faziam críticas diretas ao trabalho. Obviamente ele as recebeu, porém pouco apareceram nos periódicos. Esse foi o caso do opúsculo produzido, em 1871 por Maximiano Lopes Machado<sup>270</sup> intitulado *A Parahyba e o Atlas do Dr. Cândido Mendes de Almeida*. Em uma pequena passagem do trabalho transcrita no jornal *O Commercio*, o autor afirmava que “conhecendo a província da Parahyba do litoral ao centro, não me pareceu leal, depois do convite de S. Ex., conservar-me silencioso, nem deixar de me exprimir com a franqueza com que S. Ex. a todos se dirigio”<sup>271</sup>, essa é uma das poucas vezes que o opúsculo foi citado nos jornais. Maximiano era um liberal

---

<sup>268</sup> Gravaram juntos, em 1865, o Mappa do Sul do Imperio do Brazil e Paizes Limitrophes, produzida por Antonio Francisco de Paula Souza e Carlos Krauss como parte da Carta Geral do Imperio. Ver em: <http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000017481&page=1>.

<sup>269</sup> Os dois abriram ainda uma oficina na mesma rua do Instituto Philomathico, em 1869, denominada de Instituto Litographico e Topographico Koegel & Schwestka, que se dizia especialista em impressão de mapas (FERREIRA, Orlando da Costa. *Imagem e Letra: introdução à bibliologia brasileira: a imagem gravada*. São Paulo: EDUSP; Melhoramentos; Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977, p.261.

<sup>270</sup> Nasceu em 1821 na província da Paraíba. Formou-se em direito pela Faculdade de Olinda, iniciando sua carreira publica na promotoria pública desta mesma cidade. Atuou também como juiz municipal e delegado da cidade de Areia. Participou da revolução praieira. Foi eleito deputado provincial e professor. escreveu *A História da Província da Paraíba*.

<sup>271</sup> Jornal do Commercio, 15 de setembro de 1871, p. 1.

paraibano, que havia participado da revolução praieira na província de Pernambuco, sendo preso e anistiado em 1852<sup>272</sup>, ideias que divergiam das de Mendes.

Outra crítica pode ser percebida no artigo do geógrafo alemão Johann Eduard Wappäus<sup>273</sup> publicado nos *Annuncios scientificos de Gotinga*, em 1873. O autor, ao analisar o *Atlas do Imperio do Brazil*, teceu inúmeros elogios a respeito da obra e sobre sua gravação, citando inclusive a oficina de Mendes, mas ao mesmo tempo fugiu dessa ideia de perfeição apresentada pelos intelectuais brasileiros. Segundo ele

Todas as cartas do atlas são, é verdade, gravadas em uma só lithographia, mas, **em geral, a execução é muito para louvar, comquanto em todas as provincias não é a gravura igualmente boa. E não obstante deixa o desenho do terreno alguma cousa a desejar**, estas cartas, no geral, não ficam de modo algum aquem das melhores cartas desta especie que recebemos da América do Norte (Estados-Unidos); e até excedem a outras, de fórma que a execução destas cartas faz honra á lithographia do Instituto Philomatico do Rio de Janeiro [grifo nosso]<sup>274</sup>

Essas publicações nos jornais, portanto, apresentam informações importantes sobre a circulação e aceitação do *Atlas* entre os intelectuais. O projeto de construção do Estado-nacional e de um espaço brasileiro defendido por Candido Mendes, era apenas um, entre os vários que se confrontavam naquele momento. Como explica Miriam Dolhnikoff, não havia consenso no interior da elite sobre o caminho a ser adotado, mesmo existindo alguns pontos fundamentais que eram partilhados pela maioria de seus membros<sup>275</sup>. Assim, os elogios tecidos por determinados sujeitos e o pouco espaço que as críticas ganharam na imprensa, revelam as relações e os interesses que circunscreviam tais projetos.

Como foi possível perceber até agora, a produção e circulação de um produto cartográfico envolve sujeitos variados, que muitas vezes não são diretamente citados, mas que precisam ser considerados na análise. Isso porque mais que um simples desenho do território, esses mapas representavam interesses e perspectivas de sujeitos situados em um espaço-tempo específico. Eles eram uma *projeção* desse espaço, representada a partir de uma rede de símbolos e sinais mais ou menos complexos, que propunham uma certa imagem do mundo<sup>276</sup>. Nesse sentido, influenciadas pelos múltiplos projetos de nação, variadas *projeções* do espaço foram

<sup>272</sup> PEREIRA, João Paulo Costa Rolim Pereira. *Os indígenas na primeira história da Paraíba: um estudo sobre a História da Província da Parahyba de Maximiano Lopes Machado*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em História, João Pessoa, 2012, p. 21.

<sup>273</sup> Geógrafo alemão, nasceu em 1812. Participou de viagens exploratórias no Brasil na década de 1830, ainda sobre o Brasil, escreveu livros como o *Handbuch der Geographie und Statistik des Kaiserreichs Brasilien*, 1871 (Manual de Geografia e Estatística do Império Brasileiro).

<sup>274</sup> PERDIÇÃO, Carlos Frederico Marques. *Gazeta jurídica: revista mensal de doutrina, jurisprudencia e legislação*. Ano 3, volume VI, 1875, p. 328.

<sup>275</sup> DOLHNIKOFF, Op. Cit, p. 8.

<sup>276</sup> JOLY, Op. Cit, 1990, p. 9-10.

construídas pelos sujeitos e instituições que produziam corografias, mapas e plantas do Brasil, ou de parte dele, na segunda metade do século XIX.

Mesmo aqueles reunidos em torno de um mesmo projeto, como, por exemplo, a produção do *Atlas*, não o vivenciavam de modo totalmente homogêneo, uma vez que ele não opera no vácuo, mas a partir de premissas e paradigmas culturais compartilhados por universos específicos. Existem, portanto, projetos individuais, que surgem a partir de negociações e interações inéditas<sup>277</sup>, e que de algum modo, influenciavam o projeto compartilhado. Essas relações, experiências e ações formavam um *teatro de produção cartográfica*, no qual os mapas eram utilizados para marcar um roteiro.

A própria preocupação de Candido Mendes em abrir uma litografia no Brasil que fosse capaz de imprimir o *Atlas*, fazia parte desse projeto de construção da nação. Sem dúvida, possuía um poder simbólico que endossava o discurso nacionalista apresentado no trabalho, uma vez que permitia a produção do primeiro atlas do império do Brasil, feito no Brasil e por um brasileiro. A produção de trabalhos como este se fazia essencial, em um país que, como explica Manoel Luiz Salgado Guimarães, buscava por aquilo que era nacional, tendo o Estado incentivando uma produção intelectual que deveria ter como tema o Brasil, ajudando na elaboração de sua identidade. Assim, esse fato, tão destacado pelos intelectuais, era essencial tanto para que o trabalho de Mendes circulasse e fosse aceito dentro do *teatro cartográfico*, que tinha como um de seus palcos o IHGB, como para que pudesse servir ao Estado.

O nome do instituto philomático destaca como ele estava inserido nesse processo que era legitimado pela racionalidade “positiva” do saber científico<sup>278</sup>. Era comum que as oficinas possuíssem o sobrenome dos donos, como é o caso de algumas citadas anteriormente, tradição que Mendes parece seguir em um primeiro momento já que alguns mapas aparecem com a indicação que haviam sido impressos na “lith. de C.M. de Almeida”<sup>279</sup>. Entretanto, o autor não continua com o nome, optando por philomático, que significa amigo das letras do conhecimento. Por isso, Matthew H. Edney afirma a necessidade de analisar os produtos cartográficos a partir de uma abordagem processual, onde os processos de produção, circulação e consumo dos mapas devem ser igualmente considerados, à medida que eles revelam modos de mapeamento<sup>280</sup>.

<sup>277</sup> VELHO, G. *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

<sup>278</sup> KROPF, Simone Petraglia. O saber para prever, a fim de prover: a engenharia de um Brasil moderno. In: HERSCHMANN, Micael M. & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (orgs). *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 222.

<sup>279</sup> ALMEIDA, Op. Cit, 1868.

<sup>280</sup> EDNEY, Op. Cit, 2019.

Para legitimar sua *projeção* do espaço, o seu roteiro dentro desse *teatro cartográfico*, Candido Mendes informou na introdução do trabalho que produziu o *Atlas* a partir de

todas as cartas, mappas e plantas antigas e modernas que nos foi possível obter, seja nos arquivos publicos, seja em mão de particulares, que generosamente pozerão á nossa disposição; como poderá o leitor apreciar da relação que acompanha o artigo de cada Provincia, quando tratamos do *Material e outros auxilios consultados e aproveitados nos mappas e plantas do Atlas do Imperio do Brasil*

Além desses documentos recorreremos, na falta de outros dados, a obras de diferentes authores que tivemos em mão [grifo do autor]<sup>281</sup>

Os documentos citados por Mendes foram utilizados na produção tanto da parte textual, em que ele explicava como as fronteiras provinciais e nacionais tinham se constituído por meio de uma narrativa histórica, como também, na produção dos mapas. Nesse segundo caso, as informações coletadas nesses documentos serviam no processo de mapeamento do espaço, a partir de uma técnica denominada Método Gabinete, utilizada desde o século XVIII por cartógrafos franceses como Jean-Baptiste Bourguignon d'Anville<sup>282</sup>.

O método cartográfico consistia, basicamente, segundo Júnia Furtado, na habilidade de realizar uma crítica extensa a vários documentos subsidiários de natureza geográfica e a partir disso produzir novos mapas, sem que para isso fosse necessário sair de seus gabinetes<sup>283</sup>. Nesse caso, em vez de percorrer todo o território brasileiro e colher informações, Mendes poderia analisar uma produção cartográfica realizada por diferentes sujeitos, mapeando espaços que ele nunca havia estado. O que poderia ser importante no caso do Brasil, tendo em vista o tamanho do seu território e a dificuldade para percorrer determinadas regiões.

Essa dinâmica construída por meio da complementaridade entre história e a geografia, fazia os documentos possuírem uma dupla função no *Atlas*. Além de apresentar informações importantes para mapear os espaços, serviam também, como uma fonte de legitimidade para as linhas traçadas por Mendes, a partir da construção de uma narrativa histórica onde os que se foram forneciam sentido ao tempo e esclareciam as razões pelas quais o presente chegou ao que é<sup>284</sup>.

Em uma notícia a respeito do *Atlas* publicada no jornal *O Cearense*, os redatores destacavam que o trabalho possuía cartas geográficas “com a exactidão, que era possível obter

<sup>281</sup> ALMEIDA, Op. Cit, 1868, p. 07.

<sup>282</sup> Geógrafo e cartógrafo francês nascido em 1867, produzia mapas desde os doze anos. Nomeado geógrafo do Rei, possuía forte influência na Europa, trabalhando para embaixador português dom Luís da Cunha. Para esse, produziu a *Carte de l'Amérique méridionale* que deveria servir de base para o tratado de Madrid.

<sup>283</sup> FURTADO, Júnia. *O Mapa que descobriu o Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Versal; São Paulo: Odebrecht, 2013.

<sup>284</sup> RAMOS, Op. Cit, 2012, p. 69.

nos numerosos documentos, que estiveram á sua disposição”<sup>285</sup>, estabelecendo uma relação entre a precisão apresentada nos mapas e os documentos consultados para sua execução. Guiados pelo cientificismo positivista, era comum entre os intelectuais essa preocupação com a representação exata do território, tendo em vista que como explica Brian Harley, na cultura ocidental, a cartografia é percebida como uma ciência concreta, se espera que o mapa ofereça uma janela transparente do mundo, sendo preciso<sup>286</sup>. Essa precisão, por sua vez, deveria ser assegurada a partir de uma série de documentos, percebidos, nesse período, como uma verdade em si, autossuficiente e reveladora do passado.

Desta forma, a arma mais poderosa era o documento<sup>287</sup> e a partir dele, conforme José D’Assunção Barros, esperava-se que o historiador demonstrasse, ou mesmo comprovasse no sentido mais especificamente jurídico, as informações que ficassem no decorrer de sua narrativa<sup>288</sup>. Para isso, Candido Mendes iniciou os artigos relacionados a cada mapa com uma lista dos materiais consultados. Obedecendo sempre uma mesma ordem, partia listando os mapas, as plantas e cartas, depois seguia para obras de autores conceituados na época, e por fim, para o que ele chamou de “memórias”, impressas na *Coleção de notícias para a históricas e geográficas das nações ultramarinas*, publicada pela academia Real de Academia de Ciência de Lisboa e na revista do IHGB<sup>289</sup>. Já os documentos produzidos pelo Estado, como relatórios de presidente de província, decretos e ofícios foram sendo citados ao longo dos artigos.

Segundo Antônio Carlos Villaça no seu livro *O senador Candido Mendes* de 1981, o autor do *Atlas* havia sido “um pesquisador preocupado com as fontes, com a compilação dos documentos”<sup>290</sup>, no entanto, essa preocupação em informar cuidadosamente os materiais consultados, mais que uma simples característica sua, era um modo de garantir credibilidade e atribuir legitimidade a seu trabalho. A metodologia adotada, era comum entre os atlas desde Abraham Ortelius<sup>291</sup>, que em 1570, ao publicar o *Teatro do Mundo*, abria a obra com uma galeria de 87 nomes de geógrafos e cartógrafos reconhecidos na Europa<sup>292</sup>. Mendes apresentava uma galeria de autores e documentos, tinha consciência que para seu projeto de nação brasileira

<sup>285</sup> O Cearense, 15 de outubro de 1868, p. 2.

<sup>286</sup> HARLEY, Op. Cit, 2005, p. 61.

<sup>287</sup> RAMOS, Op. Cit, p. 75.

<sup>288</sup> BARROS, José D’Assunção. *Introdução aos seus usos historiográficos*. Petrópolis: Vozes, 2019.

<sup>289</sup> ALMEIDA, Op. Cit, 1868, p. 10.

<sup>290</sup> VILLAÇA, Antônio Carlos. *O Senador Candido Mendes*. Rio de Janeiro: EDUCAM, 1981. p. 63.

<sup>291</sup> Nasceu em 1527 na Antuérpia. Foi um cartografo considerado o idealizador do primeiro atlas. Nomeado cartógrafo do rei da Espanha.

<sup>292</sup> BORGES, Op. Cit, 2006, p. 376.



ser aceito dentro desse *teatro de cartográfico* precisava estar amparado pela força de persuasão de dados “cientificamente comprovados”<sup>293</sup>.

Essa parte inicial do *Atlas*, denominada de *Material e outros auxílios consultados e aproveitados nos mappas e plantas do Atlas do Império do Brazil*, foi considerada “um trabalho de grande utilidade por compendiar tudo quanto temos em mappas, em memorias, tratados, em peças officiaes etc, sobre os limites do império; e das províncias”<sup>294</sup>. No entanto, esses materiais apresentados por Candido Mendes haviam sido, na verdade, escolhidos para estarem ali. Como editor do trabalho, era o responsável por definir “o repertório dos mapas que integrariam a confecção do mosaico”<sup>295</sup>, estando longe de apresentar um inventário completo sobre o que existia. Essa ‘galeria’ coloca o leitor em contato, muito mais com o universo sociocultural dos produtores e do público-alvo, possibilitando entender os jogos de poder que envolviam a produção do território nacional a partir da construção de um ‘saber sobre o espaço’.

É preciso ressaltar que esse processo de seleção dos materiais era influenciado por algumas limitações e interesses. Como geógrafo de gabinete, Mendes dependia de colaboradores, para lhe ceder parte dessas documentações, principalmente se tratando de um trabalho referente a todas as províncias do Império. Suas escolhas, portanto, eram feitas a partir de uma seleção anterior, que estava associada aos sujeitos que ele possuía relações e interesses em comum, que de alguma forma haviam se colocado à disposição de ajudá-lo na produção do *Atlas*. Como era o caso de Henrique de Beaurepaire Rohan que franqueou o acesso de Mendes ao Arquivo Militar<sup>296</sup>, cedeu documentos do seu acervo particular e teve alguns de seus próprios trabalhos citados no *Atlas*.

Mesmo entre esses documentos que Mendes teve acesso, ele escolheu aqueles cujo discurso serviria para assegurar suas ideias, ou seja, que estavam relacionados com o projeto de nação que ele defendia. Como já foi discutido nos tópicos anteriores, seu trabalho convergia com as ideias do IHGB e de seus membros, como o próprio Rohan. Sendo assim, Mendes utilizou obras geográficas e históricas publicados pelos sócios da Instituição, ou que eram acreditados em seu debate, se beneficiando do cânone ali consagrado<sup>297</sup>. Esse era o caso dos mapas do engenheiro Conrado Jacob de Niemeyer, que foram citados em artigos de diversas províncias, servindo de base para inscrição das fronteiras do *Atlas*.

---

<sup>293</sup> Idem, p. 383.

<sup>294</sup> Jornal Diário do Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1868, p. 2.

<sup>295</sup> PEIXOTO, Op. Cit, 2005, p. 263.

<sup>296</sup> Ver tópico: “*Porque não ha paz civilisado, que não tenha atlas especial para suas escolas*”: o *Atlas do Império do Brazil e o Colégio Dom Pedro II*.

<sup>297</sup> PEIXOTO, Op. Cit, 2005, p. 246.

Mendes demonstra ter acesso a muitos dos trabalhos do Engenheiro, citando mapas publicados entre 1838-1858, produzidos só por Niemeyer ou em colaboração com seu primo Pedro Alcantara Bellegarde<sup>298</sup>, que assim como ele, era socio fundador do IHGB. No entanto, o mapa mais citado, sem dúvida, foi a *Carta Corographica do Imperio do Brasil*, publicada em 1846 e dedicada ao IHGB. Essa havia sido a primeira Carta Geral do Brasil e estabeleceu padrões técnicos e estéticos que seriam endossados em mapas posteriores<sup>299</sup>, como os de Mendes. Sendo assim, além de servir como fonte de informação para construir os mapas, o método utilizado por Niemeyer nesse trabalho, também influenciou os traçados de Mendes.

Em uma análise mais superficial, a semelhança entre os dois trabalhos que primeiro saltaria a vista seria a anexação de plantas de cidades ao mapa principal, a partir de pequenos quadros. Assim como Niemeyer, Mendes incluiu esses quadros em seus trabalhos, cada mapa provincial acompanhava uma planta de sua capital. Como tudo em seu *Atlas*, ele se preocupou em estabelecer uma padronização, diferente de Niemeyer que apresentou plantas “das Cidades, Capitaes e outros lugares importantes”<sup>300</sup> de algumas províncias do Império<sup>301</sup>, que inclusive, foram citados separadamente ao longo do *Atlas*.

Entretanto, em uma análise mais profunda, outras influências são percebidas. Ambos os autores, produziram seus mapas a partir de uma base cartográfica e de obras, como relatos de viajantes, produzidos por autores nacionais e estrangeiros aceito no IHGB. A *Corografía Brasileira* de Manoel Aires Casal, publicada em 1817, por exemplo, foi utilizada como suporte para definições dos limites provinciais tanto na Carta de 1846, como no *Atlas*. A obra dedicada a D. João VI e incentivada por este, discutia a ideia de um ‘Brasil Natural’, se aproximando do conceito de “fronteiras naturais”, que seria melhor desenvolvido na segunda metade do século XIX, por isso, era citada como fonte de autoridade<sup>302</sup>. Mendes usou ainda, alguns outros autores estrangeiros consagrados no debate do IHGB como La Condamine<sup>303</sup>, Alexander von Humboldt e o já citado von Martius.

---

<sup>298</sup> Engenheiro militar, nasceu em 1807 na Nau Príncipe Real que trazia a família real para o Brasil. Foi encarregado de negócios no Paraguai em 1852, retornando para o Brasil como brigadeiro e assumindo o cargo de ministro da guerra entre 1853 e 1855. Atuou como chefe da comissão dos limites entre Brasil e Uruguai. Faleceu em

<sup>299</sup> PEIXOTO, Op. Cit, 2005, p. 245.

<sup>300</sup> *Carta Corographica do Imperio do Brazil, dedicada ao Instituto Histórico e Geographico Brasileiro pelo coronel engenheiro e socio efetivo Conrado Jacob de Niemeyer*, 1846.

<sup>301</sup> A saber, as províncias fora: Pará, São Paulo, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Maranhão, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia.

<sup>302</sup> PEIXOTO, Op. Cit, 2005, p. 133.

<sup>303</sup> Cientista e explorador francês, nasceu em 1701. Apoiado por Voltaire, ingressou na missão do Peru. É considerado o primeiro cientista a descer o curso do rio Amazonas, publicando na Europa descrições de sua geografia, fauna e flora. Viajou também para o norte da África e Oriente Médio.

No entanto, esses documentos não eram vistos por todos dentro do *Teatro Cartográfico*, como os ‘corretos’ de serem utilizados. A SNE por exemplo, não se valia na composição de seus mapas das narrativas do setecentos, por acreditar que elas pareciam assegurar ao Brasil um território que não se podia mais garantir na prática. Portanto, a lista de materiais utilizados para a composição dos mapas apresenta informações importantes sobre a circulação dos produtos cartográficos entre os produtores. A partir delas é possível perceber quais ideias eram consultadas pelos sujeitos ligados aquele projeto, já que as ideias apresentadas nessas obras, permaneciam validados e atualizados, à medida que continuavam a circular nos discursos dos produtores.<sup>304</sup>

A querela entre o IHGB e a SNE através da figura de Duarte da Ponte Ribeiro<sup>305</sup> e o surgimento de um *novo regime da narração*<sup>306</sup>, consolidaria um novo material baseado em outros tipos de documentos, que, por sua vez, condizia com as ideias que eles defendiam. Nesse sentido, um projeto encabeçado por Ribeiro seria desenvolvido, com o objetivo de construir um acervo na Secretaria, com documentos remetidos da Europa e, principalmente, do Arquivo Militar, que esteve franqueado a ele entre 1841-1850, sendo permitido retirar material do acervo, sob a premissa que seriam copiados na SNE<sup>307</sup>.

Eram dos arquivos que advinha, todo o conhecimento julgado essencial e exato, segundo Ribeiro. Sendo assim, diferente de Mendes e Niemeyer, ele não utiliza mapas provinciais ou atlas e obras estrangeiras, compõe suas cartas a partir de documentos selecionados e armazenados em seus arquivos. Nesse sentido, ainda em outubro de 1868, Ribeiro escreveu um “Golpe de vista sobre o Atlas do Imperio do Brazil publicado pelo senhor Candido Mendes de Almeida, e considerações aos mappas que ele diz ter adotado por base da demonstração geographica que apresenta”<sup>308</sup>, que havia sido requerido por José Maria da Silva Paranhos, então secretário da SNE.

---

<sup>304</sup> EDNEY, Op. Cit, 2019, p. 48.

<sup>305</sup> Autor discutido no tópico 1.1.

<sup>306</sup> Ver tópico: “*Porque não ha paiz civilizado, que não tenha atlas especial para suas escolas*”: o *Atlas do Imperio do Brazil e o Colégio Dom Pedro II*.

<sup>307</sup> PEIXOTO, Op. Cit, 2005, p. 266.

<sup>308</sup> Duarte da Ponte Ribeiro, ‘Pró-memória 126: Golpe de vista sobre o Atlas do Imperio do Brazil publicado pelo senhor Candido Mendes de Almeida, e considerações aos mappas que ele diz ter adotado por base da demonstração geographica que apresenta. Acompanhado de um mappa da fronteira setentrional do Imperio organizado em conformidade com trabalhos das comissões scientificas e outros peritos, que examinaram aquela parte do territorio’, 1868. AHI, Arquivo Particular de Duarte da Ponte Ribeiro, Lata 288, Maço 2, Pasta 1, Documento 1.

Nele eram criticadas a utilização de trabalhos provenientes de viajantes estrangeiros, mas especificamente La Condamine, Alexandre Humboldt<sup>309</sup>, von Martius e Johann Baptist von Spix<sup>310</sup>, em substituição a documentos existentes nos arquivos. Para ele

a demonstração das localidades, feita por essas comissões, e outros peritos especialmente encarregados de examinal-as não pode ser portergada pelas opnioes dos sábios condamine, Humboldt e outros, **quando esta se referem a territorios onde elles não estiveram e o descreverão só por informações [grifo nosso]**<sup>311</sup>

As comissões a que ele se referia eram as científicas, nomeadas “pelo antigo e o moderno governo do Brazil”<sup>312</sup>, que segundo ele, tinham produzidos diversos diários e planos topográficos que serviriam a Candido Mendes, sobretudo para as províncias do Amazonas, Grão-Pará e Mato Grosso, por ele examinadas. Já os autores a que ele se referiu, como já dito anteriormente, eram consagrados no debate do IHGB. O setecentista La Condamine, era citado nos trabalhos publicados na Revista do Instituto como referência às questões Amazônicas. Humboldt, por sua vez, era sócio honorário desde 1839, tendo suas obras elogiadas pela instituição. Já a aproximação de von Martius com o IHGB, foi melhor discutida nos tópicos anteriores.

Diferente dos outros dois autores, cuja justificativa para a não utilização de seus trabalhos estava relacionada ao fato dos geógrafos não terem explorado todo o território, para *A carta do curso do rio Amazonas* produzida por von Martius e Spix, o autor afirmava que por ser um mapa “destinado a dar huma ideia abstracta do paiz que estes sábios viajantes percorrerão, está longe de mostrar o que só pode encontrar-se em planos topographicos”<sup>313</sup>. Portanto, os mapas possuíam deficiências que eram passadas para os trabalhos de Mendes, que, segundo Ribeiro, ao invés deles poderia ter usado os planos topográficos produzidos pelas comissões científicas.

Para dar a minha opnião sobre o Atlas do Império do Brazil recém-publicado pelo senhor Candido Mendes D’Almeida, na parte compreensiva da Fronteira com os Estados visinhos devo antecipar algumas considerações tendentes a **mostrar que os mapps de authores celebres por elle citados, como tendo servido de base ao seu atlas, não são isentos de erros** na parte que elle, não percorrerão e configurarão e descrevão por informações das localidades do

<sup>309</sup> Geógrafo e naturalista prussiano. Viajou para a américa em 1799 permanecendo até 1804. Desta viagem, escreveu alguns textos descrevendo-a de um ponto de vista científico. Foi impedido de permanecer no Brasil pelos portugueses. Faleceu em 1859.

<sup>310</sup> Naturalista alemão nascido em 1781. Realizou, em 1817, junto de Von Martius uma expedição no Brasil cujo objetivo era descrever sua fauna e flora. A viagem terminou em 1820 e Spix voltou para a Europa com cerca de 9 000 espécies de plantas e animais. Desta viagem, resultou a obra *Viagem pelo Brasil 1817-1820*. Faleceu em 1826.

<sup>311</sup> Duarte da Ponte Ribeiro, Pró-memória 126.

<sup>312</sup> Duarte da Ponte Ribeiro, Pró-memória 126.

<sup>313</sup> Duarte da Ponte Ribeiro, Pró-memória 126.

Brazil que tem sido examinadas por commissoes e peritos especiaes que dão perfeito conhecimento dellas.

**He indubitavel que da preferente consulta destes trabalhos, e da sua fiel reprodução, resultaria hum mappa do império mais exato [grifo nosso]<sup>314</sup>**

Não é possível saber se Candido Mendes não teve acesso a tais documentos, ou preferiu não os utilizar. No entanto, sabe-se que ele citou apenas um único trabalho produzido por Ribeiro e não lhe enviou em cortesia, um exemplar de seu *Atlas*, como havia feito com a maioria dos intelectuais da época que retribuíram escrevendo as cartas e anúncios publicados nos jornais. Segundo Ribeiro, José Maria da Silva Paranhos<sup>315</sup> tinha lhe mandado um exemplar do *Atlas* para que ele examinasse e desse um parecer, que, por sua vez, teria sido “entregue ao Sr. Paranhos com o Atlas”<sup>316</sup>. Tendo em vista, as ideias conflitantes entre os dois intelectuais, parece correto imaginar que Mendes não teria acesso a esses mapas, uma vez que Ribeiro defendia uma produção cartográfica baseada no sigilo e na setorização, mantendo a maior parte do material de seus arquivos e da SNE privados de seus próprios ministros<sup>317</sup>.

Em seu opúsculo intitulado *Atlas do Império do Brazil pelo Dr. Candido Mendes de Almeida, noticia litteraria*, Homem Melo afirmava que as possíveis deficiências apresentadas nos mapas de Mendes estavam relacionadas a falta de documentos. Segundo ele, “em um trabalho tão extenso, e com a deficiência do material que temos, algum bastante vivenciado, seria impossível que não se insinuasse ahi alguma falta, ou alguma inexactidão” [grifo nosso]<sup>318</sup>, o que poderia ser uma crítica ao controle da massa documental por Ribeiro. Em relação a quantidade de documentos cartográficos a que Candido Mendes teve acesso – aqui limitado a mapas, cartas e plantas – variou muito de província para província. Em algumas, como é o caso do Rio Grande do Norte, Parahyba, Alagoas, Sergipe e Amazonas, não passou do número de sete, enquanto outras chegavam a 28.

Mendes também citou poucos mapas produzidos durante o período Colonial e até mesmo na primeira metade do século XIX. A grande parte de seus dados eram provenientes dos produtos cartográficos publicados nas décadas de 1850-60, o que estava relacionado ao fato dele conseguir os trabalhos dos próprios produtores, como também a mudança na produção que

<sup>314</sup> Duarte da Ponte Ribeiro, Pró-memória 126.

<sup>315</sup> Nasceu na província da Bahia em 1819. Formou-se em 1841 e logo entrou na Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, formou-se na escola militar com a patente de alferes no Corpo de Engenheiros. Iniciou sua carreira política como deputado provincial do Rio de Janeiro em 1845, tendo sido nomeado logo em seguida como secretario provincial. Atuou ainda como ministro dos negócios estrangeiros entre 1868 e 1870 e ministro da guerra. Teve grande atuação na política e na diplomacia, exercendo as funções de secretário na missão especial no Rio da Prata.

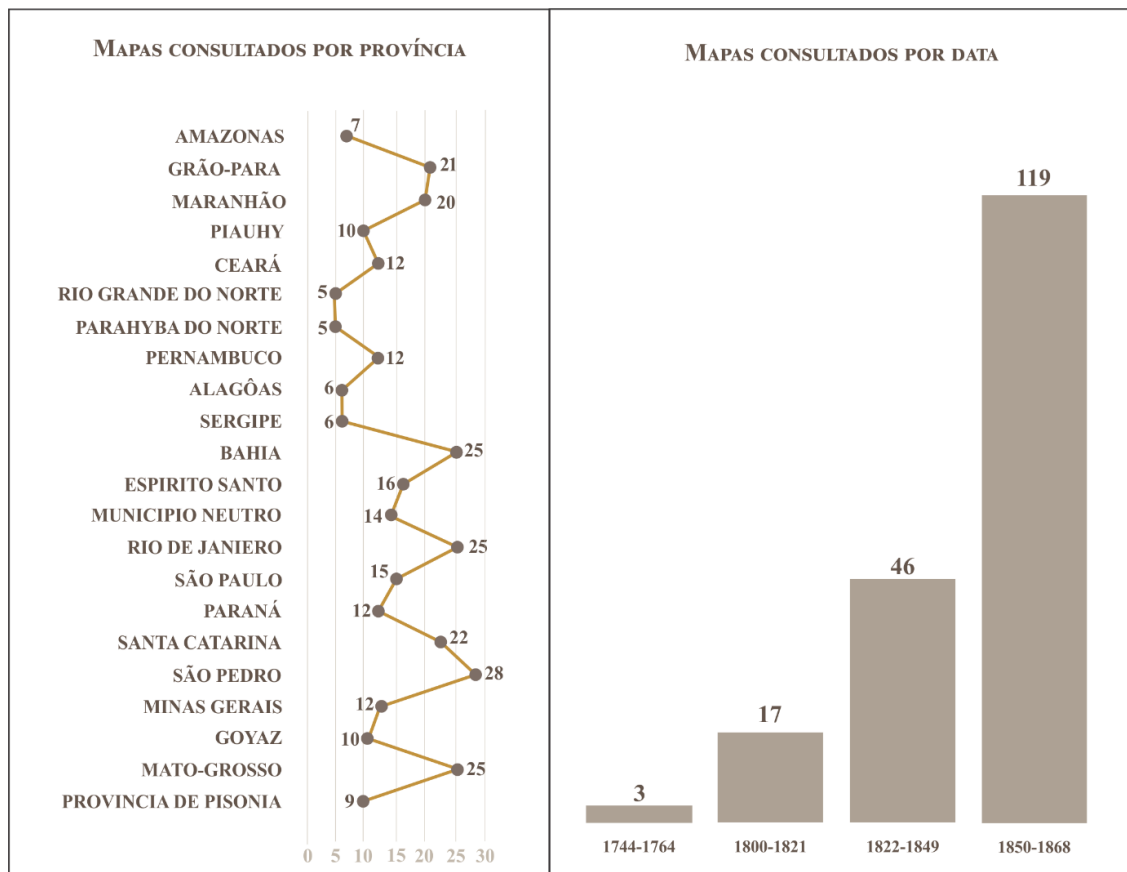
<sup>316</sup> Duarte da Ponte Ribeiro, Pró-memória 126.

<sup>317</sup> PEIXOTO, Op. Cit, 2005, p. 264.

<sup>318</sup> A instrução publica: publicação hebdomadária, 8 de julho de 1873 p. 2.

fez os mapas serem publicados em larga escala nesse período, circulando por um público mais amplo e diversificado. Esses produtores eram, em grande parte, membros da comissão geográfica do IHGB, que endossavam seu projeto e método adotado. Entre eles estavam Pedro Torquato Xavier de Brito e José Joaquim Machado de Oliveira<sup>319</sup> (Gráfico 1).

**Gráfico 1– Informações dos mapas consultados por Candido Mendes de Almeida**



Fonte: dados retirados do *Atlas do Imperio do Brazil*.

Era justamente relacionado à província do Amazonas que Ribeiro afirmava ser possível utilizar as plantas topográficas produzidas pelas comissões científicas, de acordo com ele, “temos para isso numerosos planos topographicos de vários pontos do Brazil, sobretudo das províncias confinantes com outros Estados, Pará, **Amazonas**, Matto Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul” [grifo nosso]<sup>320</sup>. Destas, a do Amazonas era a única cujo um número baixo de matérias havia sido consultado, no entanto, Mendes utilizou inúmeros mapas produzidos por esses ‘Estados confinantes’. O mapa da província da Paraíba também passou por críticas de

<sup>319</sup> Nasceu na capitania de São Paulo em 1790. Militar, participou da legião de voluntários reais, participando dos combates de São Borja e Passo do Uruguai em 1816. Foi eleito deputado das assembleias de São Paulo e Santa Catarina e também presidente das províncias do Pará (1832), de Alagoas (1834), de Santa Catarina (1837) e do Espírito Santo (1844). Publicou diversos trabalhos pelo IHGB.

<sup>320</sup> Duarte da Ponte Ribeiro, Pró-memória 126.

Maximiliano Lopes, em 1870. Em ambos os casos, os autores produziram novos mapas para demonstrar qual seria a representação ‘exata’ do território.

De um modo ou de outro, as fontes utilizadas pelos autores, modificavam como esse território era percebido e representado. Sendo assim, essa era uma disputa em torno do *regime de narrativa* a ser utilizado na construção e definição do espaço nacional. Em seu parecer, Ribeiro afirmava que sua preocupação estava ligada ao receio de que o traçado de Candido Mendes, influenciasse as negociações de definições das fronteiras, de modo que causasse perdas para o Brasil. De acordo com Ribeiro:

Em hum atlas tão categoricamente publicado para dar a conhecer extensão dos limites do Brasil he essencial a indição dos pontos principaes da raia: **huma omissão, ou erro pode tornar-se como reconhecimento do direito do Estado vizinho, ou como prova de não sabermos aonde chega o nosso [...]** Estas asserções e a fronteira exhibida no atlas **além de injustificáveis, são inconvenientes, sobre tudo se o atlas receber sanções do governo Imperial [grifo nosso]**<sup>321</sup>

Desde o Congresso de Utrecht (1712-1715), os mapas passaram a ser utilizados para sustentar pretensões territoriais e para resolver litígios de fronteira<sup>322</sup>, as informações contidas nos documentos, eram percebidas como comprovação da ocupação de uma nação sobre determinado território. Nesse sentido, Ribeiro temia, que a *projeção* de fronteira apresentada no *Atlas* fosse utilizada em negações, mesmo que por outros países, tendo em vista que esse era um dos principais temas ali abordados, o que, junto das possíveis sanções do governo Imperial, lhe dava credibilidade.

Em uma notícia publicada no Jornal *The Anglo Brazilian Times* anunciando a publicação do *Atlas*, tratava sobre essas sanções. Os redatores do jornal afirmavam que acreditavam que o Imperador d. Pedro II iria reconhecer “a grande vantagem que o Brasil colheria com a vulgarização desta obra em todos os seus povoados; assim como em todas as legações e consulados brasileiros”<sup>323</sup>. Essas ideias de que o *Atlas* não servia apenas para o ensino, mas também para “todos que quizerem adquirir noções certas e exactas da geographia do Brasil”<sup>324</sup>, é compartilhada por muitos intelectuais da época que escreviam sobre o trabalho de Mendes.

Todavia, a própria defesa de Candido Mendes pela ampliação do saber cartográfico – mesmo que entre a elite – ia de encontro a ideia de sigilo praticada por Ribeiro. Como ele

<sup>321</sup> Duarte da Ponte Ribeiro, Pró-memória 126.

<sup>322</sup> FERREIRA, Mário Clemente O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid: a cartografia a serviço da diplomacia. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37, 2007.p. 52).

<sup>323</sup> Correio Paulistano, 7 de outubro de 1868, p. 2.

<sup>324</sup> Correio Mercantil, e Instructivo, Politico Universal, 26 de outubro de 1868, p. 2

mesmo afirmou *para além de injustificáveis*, as projeções de Mendes eram *inconvenientes*, elas não representavam o que ele ou a SNE defendiam e procuravam estabelecer como território brasileiro. Por isso a crítica. Mas talvez, Mendes soubesse que comentários como esses pudessem surgir. Já nas primeiras páginas da obra ele afirmava que

Apontar os erros e remedia-los he obrigação da critica, a cuja perspicacia sujeitamos essa deficiente producção. Dos críticos competentes, ainda que austeros, esperamos utilizar os doutros reparos. **E nossa gratidão será sem limites, se com o fanal de suas descobertas podermos, em outra edição mais castigada, pagar os descuidos e senões de nossa obra [grifo nosso]**<sup>325</sup>

Possíveis correções viriam, portanto, em uma segunda edição, que se beneficiaria das informações dos críticos, como também de intelectuais que ele enviado uma cópia do *Atlas* em cortesia. Esse era o caso do presente da província de Alagoas, José Bento da Cunha Figueiredo Junior<sup>326</sup> que em seu comentário a respeito do *Atlas*, prometeu enviar para Mendes “quaisquer dados que a este respeito obtiver, quanto á geographia e historia patria”<sup>327</sup>. Dessa forma, Mendes conseguiria outras informações e documentos para aperfeiçoar o seu trabalho.

Para sua segunda edição, além das correções, Mendes afirmava querer também adicionar um mapa do país “tendo cada rio o nome indígena primitivo, assim como as ilhas, povoados, etc.; e na costa os nomes que os primeiros navegadores impozerão aos cabos, pontas, promotorios, bahias, enseadas”<sup>328</sup>. Segundo Manoel Guimarães, a história indígena despertava interesse dentro do quadro do conceito de história do IHGB, que nutria a expectativa de encontrar provas de uma “época áurea” dos índios, sob Influência das ideias de von Martius<sup>329</sup>. Para esse autor, o documento mais geral e significativo para investigar a vida e a história dos aborígenes era a partir de métodos linguísticos<sup>330</sup>, provavelmente daí a preocupação de Mendes em relação a como os espaços eram nomeados pelos nativos americanos.

Mas essas segundas edições eram muito comuns entre os atlas. Assim como Mendes, os autores costumavam adicionar mapas, aperfeiçoar os já publicados, bem como apresentar aqueles que possuíam rápida obsolescência, como era o caso dos mapas de ferrovias<sup>331</sup>. Como um produto cultural destinado ao mercado consumidor, essas modificações aceleravam o processo de publicação tornando-os sempre ‘novos’, já que apresentavam informações atualizadas, transformando o anterior em obsoleto. Isso porque, como explica Ana Isabel R. P.

<sup>325</sup> ALMEIDA, Op. Cit, 1868, p. 8.

<sup>326</sup> Nasceu em 1833 na província de São Paulo. Atuou como presidente das províncias do Rio Grande do Norte (1860), Ceará (1864), Alagoas (1868) e Maranhão (1872).

<sup>327</sup> Jornal Diario do Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1868, p. 1.

<sup>328</sup> ALMEIDA, Op. Cit, 1868, p. 35.

<sup>329</sup> GUIMARÃES, Op. Cit, 2011, p. 144.

<sup>330</sup> MARTIUS, Op. Cit.

<sup>331</sup> PEIXOTO, Op. Cit, 2005, 1844, p. 250.



C. Reis, a segunda metade do século XIX, “foi um período no qual a noção de modernidade ditava a superação do vivido, sujeito às intempéries do tempo, pelo desenvolvimento tecnológico ocidental, observado em países como França e Inglaterra”<sup>332</sup>. O interesse de Candido Mendes em publicar uma segunda edição, portanto, longe de estar ligado apenas ao fato de corrigir possíveis erros apresentados pela crítica, estava também ligada a esse mercado.

Não se pode esquecer que Mendes possuía uma litografia, aberta especialmente para gravação dos *Atlas*, e que, para continuar funcionando, precisava de outros projetos como esse, e nada mais apropriado do que uma segunda edição. No entanto, ela não se concretiza, o próximo atlas só seria lançado no Brasil em 1882<sup>333</sup>, nos anos finais de seu Império. Como explica Benedict Anderson, os livros foram a primeira mercadoria industrial com produção em série, ao mesmo tempo, sempre se distinguiram dos demais bens de consumo duráveis pelo mercado intrinsecamente limitado, “qualquer pessoa com dinheiro pode comprar carros tchecos, mas apenas quem lê tcheco comprará livros escritos nesse idioma”<sup>334</sup>. No caso do Brasil, um número pequeno de pessoas teria dinheiro para comprar o *Atlas*, e menos ainda sabiam ler.

Um dos maiores consumidores do *Atlas*, nesse sentido, foi o próprio Estado. Estrategicamente, Mendes enviou exemplares de seu trabalho para os presidentes das províncias e exectores da instrução pública, bem como para diretores de colégios particulares, pedindo-lhes que admitissem a obra no ensino secundário. Nesse sentido, o Estado precisava comprar os exemplares para serem distribuídos entre os professores e alunos. Esse foi o caso da província do Rio de Janeiro, que já em 1868, discutia na Assembleia Legislativa o “projecto n. 603, mandando comprar 200 exemplares do *Atlas do Imperio do Brazil* organizado pelo Dr. Candido Mendes de Almeida”<sup>335</sup>, o que segundo o diretor da instrução pública, era um número excessivo, tendo em vista que

apenas 38 professores públicos da provincia estavam habilitados para com proveto ensinar para geographia a seus alumnos, parecendo-lhes, pois, que para eles **bastarão 50 exemplares da excellente obra do Dr. C. Mendes de Almeida; e que igual numero de exemplares seria sufficiente para alumnos** da aula de geographia da escola normal, os quaes não passam este ano de 35 [grifo nosso]<sup>336</sup>

<sup>332</sup> REIS, Ana Isabel R. P. C. *O Espaço a Serviço do Tempo: a estrada de ferro de Baturité e a invenção do Ceará*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2015, p. 33.

<sup>333</sup> Trata-se do já citado *Atlas do Imperio do Brazil segundo os dados officiaes existentes e outros documentos fornecidos pelo Ex. mo Snr. Conselheiro Barao Homem de Mello e Tenente-Coronel de Engenheiros Francisco Antonio Pimenta Bueno e pelos mesmos revisto*. produzido por Claudio Lomelino de Carvalho.

<sup>334</sup> ANDERSON, Op. Cit, 2008, p. 67.

<sup>335</sup> Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro. Sessão de 10 de novembro de 1868, p. 190

<sup>336</sup> Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro. Sessão de 14 de dezembro de 1868, p. 471.

A comissão, contudo, insistiu na compra dos 200 exemplares, pois acreditavam que Mendes merecia “ser reconhecido e recompensado, não só afim de que se anime o autor de tão importante trabalho a amplia-lo e melhora-lo quanto seja possível, como para que isso sirva de incentivo a outras emprezas de semelhante auxilio”<sup>337</sup>. Para além disso, afirmavam que o custo da compra dos exemplares não significaria uma grande despesa para a província, sendo um valor justo em relação a utilidade do trabalho e necessidade da nação. Para justificar a compra de todos os exemplares, o deputado Luís Honorio Vieira Solto então, propôs que uma parte dos *Atlas* fossem distribuídos nas Câmaras Municipais da província e outra fosse reservada para “os professores que forem sendo nomeados e tiverem habilitações”<sup>338</sup>. Assim, decidiram-se por comprar um número maior do que realmente era necessário, utilizando como argumento incentivar a produções de obras como a de Mendes.

É importante lembrar, que o mesmo valor do *Atlas*, que para essa comissão não representava uma grande despesa para a província, foi criticado no senado em 1870, o que levanta o questionamento se o argumento da assembleia provincial não foi influenciado por possíveis relações que Mendes possuía com alguns dos deputados. Não foi possível encontrar informações detalhadas sobre os membros da comissão, ou do próprio Luís Honorio Vieira Solto, que defendeu a compra e se colocou como responsável para escrever a emenda que previa a distribuição nas câmaras municipais.

De qualquer modo, essa crítica ao valor do *Atlas*, levou a uma possível compra de 1.000 exemplares pelo governo. Isso porque, Thomaz Pompeu de Souza Brasil, ao defender o preço de 30\$ réis, por acreditar que “o autor não o pode[ria] vender por menos, á vista das despesas de seu custo”, apresentou emenda, que visava “tomar 1,000 exemplares pelo preço porque o autor os vende, e mandal-os, senão distribuil-os pelas aulas, ao menos vender por um preço muito modico, para que podesse chegar ao alcance de todos”<sup>339</sup>. A discussão dessa emenda pelos senadores não foi transcrita para os Anais, tendo sido apenas indicado que os “Srs. Zacarias e visconde de Itaborahy fizeram algumas observações”<sup>340</sup>, mas após isso, o Senador Pompeu afirmou que a retiraria.

Para além dessas duas propostas, o *Atlas* foi adotado ainda nas províncias de Maranhão e Alagoas. Em relação a primeira, não é possível afirmar o número de exemplares adquiridos, mas o relatório de 1869, já indicava que ela havia sido adotada nas aulas da província<sup>341</sup>. Já na

<sup>337</sup> Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro. Sessão de 14 de dezembro de 1868, p. 471.

<sup>338</sup> Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro. Sessão de 17 de dezembro de 1868, p. 515.

<sup>339</sup> Anais do Senado. Sessão em 18 de agosto de 1870, p. 119.

<sup>340</sup> Anais do Senado. Sessão em 18 de agosto de 1870, p. 119.

<sup>341</sup> Relatório do Presidente da Provincia de Maranhão, 4 de abiu de 1869, p. 22.

de Alagoas cópias dos ofícios trocados pelo presidente e a Inspetoria Geral dos estudos foram publicados no jornal Diário do Rio de Janeiro. Nestes foi indicada a compra de 50 exemplares do *Atlas*, já que “além do lyceu, bibliotheca e aulas primarias de 1 e 2 categoria, devem tambem possuir exemplares desse primoroso atlas a assembléa legislativa provincial, camaras municipaes e algumas repartições publicas da província”<sup>342</sup>.

É importante perceber, como os governantes sempre utilizavam as mesmas justificativas para defender a compra de um número considerável de exemplares, em um país onde ainda possuía poucos estudantes, tendo em vista que o ensino ainda era reservado a elite e em alguns locais se quer existiam escolas organizadas de modo sistematizado. Como pode se perceber, em primeiro lugar relacionavam com a importância que eles acreditavam que a obra possuía para nação, afirmando que ela havia realizado “um importante melhoramento, a que não tínhamos atingido”<sup>343</sup>, garantindo que as copias restantes seriam distribuídas em outros espaços públicos da província. Em segundo lugar, reafirmavam a necessidade de incentivar a produção de obras relacionadas ao Brasil, já que tal tarefa era entendida como essencial pelo Estado que havia se colocado como promotor e criador da nação<sup>344</sup>.

Assim, mostrando uma narrativa construída a partir de um discurso nacionalista que servia aos interesses desse Estado, Candido Mendes conseguia que seu trabalho fosse aprovado por grupos, como o IHGB, dentro desse *teatro cartográfico*, garantindo a comercialização de seu trabalho e o incentivo público que ajudasse nos custos do processo de produção. No entanto, essa narrativa apresentada por ele servia também para legitimar as ideias e projetos entendidas pelo grupo a que pertencia como essenciais para o ‘melhoramento’ e ‘crescimento’ do Brasil. A partir desse discurso, Mendes chamava atenção para necessidade de mudanças na organização do território, como por exemplo, a necessidade de definir os limites províncias por legislações, traçando em seu *Atlas*, a partir dos documentos por ele selecionados, como deveriam ser. Tais processos são o tema do nosso próximo tópico.

### **3.2 “O curso dos rios nenhuma duvida deixão na divisão dos territorios”<sup>345</sup>: limites nacionais, fronteiras naturais e *Uti possidetis***

A fronteira oriental da província por onde confina com a do Piauhy, consta de todo o curso do rio Parnahyba desde sua foz, pela barra principal, a das Canarias, até as nascentes, na serra das Mangabeiras, ou melhor na contra-forte onde essa serra se liga com as do Piauhy e Taguatinga.

<sup>342</sup> Jornal Diário do Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1868, p. 1.

<sup>343</sup> Anais do Parlamento Brasileiro. Sessão de 17 de agosto de 1869, p. 515.

<sup>344</sup> GUIMARÃES, Op. Cit., 2011, p. 249.

<sup>345</sup> ALMEIDA, Op. Cit., 1868, p. 12.

**Esta fronteira, tão natural e tão clara, parece que foi estabelecida pelos Decretos supracitados de 1772 e 1774, quando separados os governos das duas Capitanias geraes do Maranhão e do Grão-Pará [grifo nosso]<sup>346</sup>.**

Ao longo do *Atlas do Imperio do Brazil*, Candido Mendes de Almeida conduz o leitor a uma viagem pelos rios e serras que, segundo ele, constituíam a fronteira entre a referida província e a do Piauí. Ao longo do texto, assim como na citação, a natureza, vinculada a documentos históricos, era mobilizada na definição das fronteiras, a partir da ideia de uma antiga posse que deveria comprovar o direito de determinada província sobre o território. Nesse sentido, os limites eram projetados a partir de dois conceitos essenciais na construção do espaço nacional brasileiro e de seus limites: as Fronteiras Naturais e o *Uti possidetis*.

No entanto, como visto no tópico anterior, os interesses, as relações sociais e os documentos utilizados, influenciavam no modo em que os territórios nacionais eram percebidos e representados nos mapas, uma vez que os limites e o espaço continuaram mutáveis, fluidos e, sobretudo, imaginados<sup>347</sup> durante quase todo o período Imperial. Esses conceitos, portanto, também eram permeados dessas variáveis. A forma utilizada por Mendes para definir as fronteiras províncias, mesmo já estando consolidada na década de 1860, era uma ‘variação’ dos conceitos formulados por diferentes agentes, ao longo das décadas de 1840 e 1850. Esse processo, se desenrolou em diversos palcos, como o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – IHGB e a Secretaria de Negócios Estrangeiros – SNE, que faziam parte de um amplo teatro cartográfico, cujas representações projetavam cenários que divergiam e se influenciavam.

Por meio da produção de livros, mapas e memórias, as discussões levantadas no IHGB por autores como José Feliciano Fernandes Pinheiro, José Antônio Pimenta Bueno e Duarte da Ponte Ribeiro, visavam influenciar na definição das políticas que seriam utilizadas nas negociações dos limites internacionais do Império pela SNE. Esses intelectuais muitas vezes ocupavam, ou ocupariam funções nas duas instituições, em virtude do que José Murilo de Carvalho, denominou de “fenômeno da ocupação múltipla”<sup>348</sup>, fazendo com que a construção do espaço, primeiramente, se consolidasse no IHGB por meio do debate, para que depois, através da circulação e do consumo<sup>349</sup>, seus termos fossem entronizados e traduzidos, na prática da política externa brasileira<sup>350</sup>.

Foi justamente a partir da década de 1840, que o tema passou a ser percebido cada vez mais como essencial para a consolidação da nação, uma vez que nesse período começou-se a

<sup>346</sup> Idem, p. 12.

<sup>347</sup> PEIXOTO, Op. Cit, 2005, p. 14.

<sup>348</sup> CARVALHO, Op. cit, 2008, p. 95.

<sup>349</sup> EDNEY, Op. cit, 2019.

<sup>350</sup> PEIXOTO, Op. cit, 2005, p. 217.

crer que o Brasil se encontrava ameaçado, tanto pelas repúblicas vizinhas, como pela França, Inglaterra e Estados Unidos na Amazonia<sup>351</sup>. Nesse contexto, tornava-se fundamental para o Império garantir suas fronteiras físicas, que eram alvo de preocupação desde a década de 1820, uma vez que em seu tradicional sentido jurídico-político, a fronteira tanto determina a área territorial precisa de um Estado, dando coesão e unidade a sua base física, como funciona como uma espécie de barreira que impede a atuação estrangeira no espaço nacional<sup>352</sup>. Analisando o texto inicial do *Atlas*, onde Mendes trata dos limites internacionais do Império, é possível perceber que praticamente todos os tratados de limite, realizados entre Brasil e os países vizinhos citados pelo autor datam da década de 1850 (Tabela 1).

**Tabela 1– Tratados entre o Brasil e países vizinhos**

<b>TRATADOS DO BRASIL</b>	<b>DATAS</b>
Tratado de Comercio e Navegação, de Extradicação e de Limites <b>(Brasil – Uruguai)</b>	1851
Tratado de Amizade e Limites <b>(Brasil – Venezuela)</b>	1852
Tratado de Amizade e Limites <b>(Brasil – Nova-Granada)</b>	1853
Tratado de Amizade, Comércio e Navegação <b>(Brasil – Paraguai)</b>	1856
Tratado de Amizade, Comércio e Navegação <b>(Brasil – Argentina)</b>	1857
Tratado de Limites e Navegação Fluvial <b>(Brasil – Venezuela)</b>	1859
Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extradicação <b>(Brasil – Bolívia)</b>	1867

Fonte: elaborado pela autora, a partir do *Atlas do Imperio do Brazil*, Candido Mendes de Almeida, 1868

A única exceção, era o tratado com a Bolívia, de 1867, destacado de verde no quadro. Inclusive, segundo Candido Mendes, esse era “o único Estado conterraneo com quem [tínhamos] limites assentados e demarcados”<sup>353</sup>. Tal circunstância se deve ao fato de que, na prática, o tratado em si não significava a definição da fronteira, na verdade, ela só era realmente estabelecida quando a demarcação se processava impedindo a contestação por parte dos Estados fronteiriços. Por isso, muitas vezes os limites acordados acabavam não sendo demarcados ou fixados, expirando-se os prazos definidos para realização das trocas de território expressadas

<sup>351</sup> Idem, p. 200.

<sup>352</sup> VARGAS, Fábio Aristimunho. *Formação das Fronteiras Latino-Americanas*. Brasília: FUNAG, 2017, p. 35.

<sup>353</sup> ALMEIDA, Op. cit., 1868, p. 10.

no documento<sup>354</sup>. Esse processo, tornava necessário novas negociações e a possível conquista de limites que atendessem da melhor forma aos interesses de um determinado país, levando a uma retomada cíclica do conflito<sup>355</sup>.

É importante perceber também que a preocupação do governo e dos intelectuais com o tema derivava da necessidade de desenvolver narrativas que possibilitassem manter os territórios conquistados durante o período colonial, desviando-se das fronteiras indicadas nos tratados entre Portugal e Espanha nos séculos anteriores. A preocupação em definir limites que ultrapassasse a linha de Tordesilhas, mantendo o interior que havia sido conquistado por longas expedições, já existia desde o período colonial quando trabalhos como a *Carte de l'Amérique Méridionale* e o *Mapa das Cortes*<sup>356</sup> foram produzidos para defender os interesses de Portugal no Tratado de Madri. Esses mapas, produzidos respectivamente em 1748 e 1749, foram os primeiros a representar a colônia portuguesa com um formato triangular bastante semelhante à feição que viria a ter o Brasil, propondo novos limites de fronteiras, que não correspondiam à realidade da época<sup>357</sup>.

Nesse sentido, a construção de uma narrativa que possibilitasse a definição do território nacional a partir de sua ocupação e conquista, e de uma natureza que era compreendida como anterior ao próprio homem, construía uma trama de legitimidade as novas propostas de definições. Foi baseado nessas questões, que José Feliciano Fernandes Pinheiro publicou, ainda na primeira metade do século XIX, duas obras defendendo a necessidade de definir o Brasil a partir dos principais traços da natureza, o que segundo ele a tornaria uma “grande potência marítima e comerciante”. De acordo com as ideias de Pinheiro, só as fronteiras naturais seriam capazes de conservar a nação protegendo-a de invasões dos vizinhos<sup>358</sup>. As obras em questão são a *Memória Acerca dos Naturais Limites do Brasil*, produzida em 1827 e entregue ao

---

<sup>354</sup> Idem, idem.

<sup>355</sup> VARGAS, Op. Cit., 2017, p. 29.

<sup>356</sup> A *Carte de l'Amérique Méridionale* foi produzida pelo geógrafo francês JeanBaptiste Bourguignon D'Anville, em 1748, sob encomenda do diplomata português dom Luís da Cunha para nortear as negociações de fronteiras entre Espanha e Portugal de seus territórios na América. Já o *Mapa das Cortes*, ou *Mapa dos confins do Brazil com as terras da Coroa da Espanha na América Meridional*, foi produzido em 1749, por intermédio do secretário do rei Alexandre Gusmão, responsável por articular o Tratado de Madri. Ver mais em: FERREIRA, Mário Clemente. O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid a cartografia a serviço da diplomacia. *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37, 2007; FURTADO, Júnia Ferreira. Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra da Sucessão Espanhola, o Tratado de Utrecht e a América portuguesa na cartografia de D'Anville. *Topoi*, v. 12, n. 23, 2011.

<sup>357</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra da Sucessão Espanhola, o Tratado de Utrecht e a América portuguesa na cartografia de D'Anville. *Topoi*, v. 12, n. 23, 2011, p. 70.

<sup>358</sup> PEIXOTO, Op. Cit., 2005, p. 169. Não foi possível analisar a *Memória Acerca dos Naturais Limites do Brasil* de José Feliciano Fernandes Pinheiro na íntegra, por isso, utilizamos os trechos apresentados na Tese de Renato Amado Peixoto e as análises feitas por ele. O documento encontra-se na

Imperador para ser guardada “entre os seus segredos mais importantes”<sup>359</sup>; e os *Anais da Província de S. Pedro*, publicada em 1839.

Segundo Renato Amado Peixoto, essa última obra teria se constituído como a primeira ata de intenções do IHGB, tendo em vista o lugar de Pinheiro como primeiro presidente da instituição, e embora a publicação tenha sido posterior a fundação do Instituto, sua redação era anterior, tendo aparecido já no primeiro número de sua revista<sup>360</sup>. Em sua tese, Peixoto, ao discutir a construção do conceito de Pinheiro, afirmou que segundo a concepção de espaço apresentada na *Memória* os limites brasileiros deveriam

se alargar na fronteira meridional desde as nascentes do rio Paraguai, passando pelo rio Paraná e pelo rio Uruguai até o Rio da Prata. [...] Quanto a fronteira setentrional, **dever-se-ia ignorar os Tratados anteriores**, buscando-se e fortificando-se o território onde as nascentes do Paraguai se uniriam às do Amazonas, constituindo-se uma ligação entre os “dois gigantes” [grifo nosso]<sup>361</sup>

A partir dessa descrição é possível perceber que o autor vinculava a natureza ao argumento da nulidade dos tratados, descrevendo quais limites deveriam ser expandidos e fortificados pelo governo. Nessa perspectiva, o rio Paraguai se ligava ao Amazonas, servindo como fronteira “natural” para o Brasil, o que o destacaria do restante da América, criando, assim, uma união entre espaço e território<sup>362</sup>. Nos *Anais da Província de S. Pedro*, ele explica melhor suas ideias relacionadas ao conceito de Fronteira Natural, afirmando que as divisões fluviais deveriam ser aproveitadas, uma vez que por serem, em sua concepção, “sempre invariáveis, nos terião dado garantias de tranquilidade, e forrado as guerras e disputas intermináveis”<sup>363</sup>. Deste modo, a ação dos homens sob essa natureza e os interesses vinculados a definir os limites da nação a partir de rios, que transformavam o Brasil em uma espécie de ilha, não são citados pelo autor que apresenta esses cursos d’água como algo “que a natureza nos proporcionou”<sup>364</sup>.

Esse argumento apresentado por Pinheiro, possibilitava remodelar os limites da nação de acordo com seus interesses e perspectivas do espaço. Projeto que era defendido em primeiro lugar, por meio de uma trama jurídica, na qual se afirmava a não existência de um acordo de fronteira em vigor, tendo em vista que durante o período colonial, ao passo que um novo tratado

<sup>359</sup> José Feliciano Fernandes Pinheiro, *Memória acerca dos naturais limites do Brasil*, 18/03/1827. IHGB, Lata 421, Pasta 16, apud PEIXOTO, Op. Cit, 2005, p. 169.

<sup>360</sup> PEIXOTO, Op. Cit, 2005, p. 211.

<sup>361</sup> Idem, p. 212.

<sup>362</sup> PEIXOTO, Op. Cit, 2005, p. 72.

<sup>363</sup> PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *Anais da Província de S. Pedro*. Paris: Typographia de Casimir, 1839, p. 200.

<sup>364</sup> Idem, ibidem.

era celebrado o anterior era revogado<sup>365</sup>. E, em segundo lugar, pelo contexto histórico, na qual a posse do território deveria ser definida pela descrição de uma relação contínua e ininterrupta<sup>366</sup>.

No entanto, é necessário compreender que o conceito de fronteira natural, conforme apresentado por Pinheiro e utilizado posteriormente por Candido Mendes, só foi articulado no século XIX, “quando se busca constituir a antiguidade da inscrição do espaço nacional através do seu remetimento à uma construção anterior”<sup>367</sup>. Todavia, as ideias discutidas por Pinheiro em suas obras apresentam similaridades contundentes com aquelas apresentadas por Aires de Casal em sua *Corografia Brasílica*, publicada em 1817. Por essa razão, Renato Amado Peixoto afirma que a ideia de ‘fronteira natural’ foi um produto da *disseminação* da obra de Casal que já chamava atenção para a existência de um “Brasil natural”<sup>368</sup>. Entretanto, só na obra de Pinheiro a definição ganhou uma finalidade política, sendo capaz de influenciar na definição oficial do território<sup>369</sup>.

Partindo dessa compreensão e das discussões realizadas pelo teórico norte americano Harold Bloom, entende-se nessa pesquisa que os conceitos utilizados na definição do espaço nacional, foram construídos a partir de um processo de *desleitura* e *desescrita*, sendo mutuamente influenciados. Para Bloom, essa influência significa que

não existem textos, apenas relações entre textos. Estas relações dependem de um ato crítico, uma desleitura ou desapropriação, que um poema exerce sobre o outro [...] A relação de influência governa a leitura assim como governa a escrita, e a leitura, portanto, é uma desescrita assim como a escrita é uma desleitura<sup>370</sup>.

Nessa perspectiva, da mesma forma que Pinheiro havia sido influenciado pelas obras de Aires de Casal, seus conceitos e definições seriam reinterpretados por outros autores que entrariam em contato seus escritos. Essa relação de influência, citada por Bloom também pode ser estendida para a construção dos mapas, tendo em vista que nenhum cartógrafo está trabalhando em espaços totalmente desconhecidos, nem cria uma coisa totalmente nova, pois os mapas não são desenhados sem copiar outros anteriores<sup>371</sup>. O próprio Candido Mendes utilizou inúmeros mapas, listados no *Atlas*, para fundamentar e construir sua própria

<sup>365</sup> VARGAS, Op. Cit, 2017, p. 29.

<sup>366</sup> PEIXOTO, Op. Cit, 2005, p. 201.

<sup>367</sup> Idem, p. 19.

<sup>368</sup> Conforme discutido no tópico 1.1.

<sup>369</sup> PEIXOTO, Op. Cit, 2005, p. 203.

<sup>370</sup> BLOOM, Harold. *Um mapa da desleitura*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2003.

<sup>371</sup> MAGALHÃES, Joaquim Romero. Mundos em miniatura: aproximação a alguns aspectos da cartografia portuguesa do Brasil (séculos XVI a XVIII). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.17. n.1. 2009, p. 70.



representação do espaço, adicionando e mantendo as informações que percebia como necessárias.

Contudo, é preciso também compreender que esses processos de desleitura e desescrita não são neutros, sendo influenciados por diversos fatores como novas demandas, diferentes perspectivas do espaço e variados interesses vinculados aos sujeitos que realizavam essas releituras. Mesmo porque, com esses trabalhos os autores procuravam consolidar suas perspectivas do território, fazendo valer seus interesses na definição dessas fronteiras.

Esse é o caso de José Antônio Pimenta Bueno que, em 1836, publicou a *Memória sobre os limites de Mato Grosso* na qual discutia os problemas fronteiriços do Brasil com a Bolívia. Nessa obra Pimenta Bueno definia os limites setentrionais do Brasil a partir do conceito de fronteiras naturais, mas agora trazia para o centro da discussão o conceito de ‘posse do território’, que também havia sido utilizado por Pinheiro como argumento para a nulidade dos tratados<sup>372</sup>. Para Pimenta Bueno, esses conceitos deveriam ser utilizados para delimitar uma fronteira para o Brasil que fosse protegida por limites naturais e cobrisse as principais vias de comércio e pontos habitados. De forma resumida, ao passo que ele requiria uma parcela do território que havia sido perdida no Tratado de Santo Idelfonso, também afirmava ser desnecessária a aquisição de novos territórios, dada a impossibilidade de administrá-los. Sendo assim, seria mais conveniente que o Brasil cedesse territórios que não eram aproveitados em troca de uma delimitação dos limites.

Nesse sentido, é possível perceber que, em primeiro lugar, o tratado era contestado para que fosse possível preservar pontos de interesse do Estado, como estradas e povoações. O que levou Pimenta Bueno a alargar o conceito de posse do território defendido por Pinheiro, que agora não deveria mais se restringir apenas ao estabelecimento atual, mas também aqueles que possuíssem uma conexão pregressa ou transitória, como era o caso dos territórios perdidos no tratado acima citado<sup>373</sup>. Desta maneira, Pimenta Bueno estabeleceu o conceito de ‘posse não interrompida’, que mais uma vez surgiu de uma discussão anterior, sendo modificada para atender as novas demandas que apareciam. Demandas essas que eram enfrentadas pelo próprio autor, uma vez que ele ocupava o posto de presidente da província de Mato Grosso na época da publicação do livro.

E, em segundo lugar, a perspectiva do espaço apresentada por Pimenta Bueno nesse trabalho foi endossada pela SNE que, já em 1836, entregou a Duarte da Ponte Ribeiro “três projetos de fronteiras para serem apresentados aos representantes bolivianos, todos extraídos

---

<sup>372</sup> PEIXOTO, Op. Cit, 2005, p. 205.

<sup>373</sup> Idem, ibidem.

das ‘Memórias’ de Pimenta Bueno e conformados com os conceitos de ‘posse continuada’ e ‘fronteiras naturais’<sup>374</sup>. Sendo assim, esse processo de influência que governava a escrita desses autores, contribuiu diretamente para construção da nação brasileira e de seus territórios. No entanto, a existência dessas inúmeras representações que se influenciavam e eram reescritas a partir de novas relações de poder, faz com que exista uma ruptura entre a imagem territorial projetada e a real, mesmo porque uma imagem nunca é transcrita tal qual o plano<sup>375</sup>.

Esse mesmo processo se daria ainda com o terceiro e último conceito de definição territorial aqui discutido. Trata-se daquele que a partir da década de 1850, se tornaria a política oficial do governo para a definição dos limites nacionais: o *uti possidetis*. Discutido por Duarte da Ponte Ribeiro, ainda em 1837, quando negociava os limites entre o Brasil e a Bolívia, o conceito é um princípio do direito internacional que reconhece a legitimidade da posse do território para quem de fato exerce controle político e militar sobre a região em litígio, ou seja, sua posse efetiva<sup>376</sup>.

Segundo Renato Amado Peixoto, a utilização do conceito passou a ser defendida por Ribeiro a partir do momento que ele compreende que o governo boliviano não só não possuía em seus arquivos o Tratado de 1777, como também não o reconhecia mais como sua base para a fixação dos limites. A partir de então, ele teria pedido novas instruções a SNE, questionando se deveria continuar insistindo no tratado de Santo Idelfonso ou passaria a utilizar o *uti possidetis*<sup>377</sup>. Já Synesio Sampaio Goes Filho, foi ainda mais longe e afirma que teria sido o próprio governo da Bolívia que teria sugerido a utilização do princípio<sup>378</sup>.

De todo modo, essa discussão se aproximava dos conceitos construídos por Pimenta Bueno em seu livro, que foi utilizado pela SNE nas negociações com a Bolívia. Desta forma, ainda segundo Renato Amado Peixoto, Ribeiro teria encadeado o conceito de posse não interrompida a um antigo instrumento jurídico, transformando-o em uma linguagem que poderia ser aceita simultaneamente por dois grupos receptores distintos e com interesses completamente divergentes<sup>379</sup>. Nessa perspectiva, os limites nacionais seriam demarcados a partir de fronteiras naturais, que por sua vez seriam definidas a partir de documentos que comprovassem a posse sobre o território, ou seja, o *uti possidetis*.

<sup>374</sup> PEIXOTO, Op. Cit, 2005.

<sup>375</sup> RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Editora Ática, 1980.

<sup>376</sup> JANK, Leandro Macedo. *Duarte da Ponte Ribeiro: território e territorialidade no império do Brasil*. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2014.

<sup>377</sup> PEIXOTO, Op. Cit, 2005, p. 208.

<sup>378</sup> GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2015, p. 244.

<sup>379</sup> PEIXOTO, Op. Cit, 2005, p. 208.

Contudo, mesmo que a nulidade dos tratados fosse defendida por esses autores, a SNE continuou a utilizá-los como parte de sua política, até 1848, quando o *uti possidetis* se tornou a doutrina de limites oficial. Esse processo, de definir a utilização ou não dos tratados anteriores, gerou grandes debates entre os intelectuais mesmo após a definição da SNE, uma vez que perpassava pelas várias imagens desejadas desse território. Sendo assim, mesmo que tais conceitos tenham sido produzidos a partir de membros do IHGB, tendo se consolidado ao longo da década de 1840 e se tornado a *norma narrativa* a ser seguida e cobrada pela comissão geográfica, essa não era a única concepção de espaço que existia nesse momento.

Já a partir de 1849, surgiram trabalhos dentro do Instituto<sup>380</sup>, criticando o uso restrito do *uti possidetis*, uma vez que, de acordo com essa percepção, as negociações que utilizavam estritamente esse princípio concediam muitos territórios as repúblicas vizinhas. Esse processo gerava perda para o Brasil, que deveria alcançar o limite máximo da expansão portuguesa na América, verificado nas corografias do século XVIII<sup>381</sup>. Por sua vez, Duarte da Ponte Ribeiro assegurava que o *uti possidetis* não deveria se referir a tratados anteriores, uma vez que isso tornaria o princípio inútil e inconveniente, já que seria necessário examinar e discutir os direitos que os tratados outorgavam<sup>382</sup>. Sendo assim, para ele

o Brasil deve[ria] sustentar a todo transe a **fronteira que tiver efetiva posse**, e buscar por transações razoáveis cobrir melhor esses estabelecimentos sendo possível; mas que não deve[ria] insistir em realizar uma **fronteira ideal**, iniciada em outros tempos, quando para efetuá-la podiam dar-se noutra parte compensações que hoje são impassíveis com novos Estados [grifo nosso]<sup>383</sup>.

A partir dessas discussões, muitos trabalhos que contrariavam as ideias de Ribeiro a respeito do *uti possidetis*, foram censuradas pela comissão geográfica, resultando na ruptura entre Ribeiro e o IHGB, em 1853<sup>384</sup>, bem como de suas ideias sobre a definição do território nacional. É nesse sentido, que os limites apresentados por Mendes no *Atlas*, derivavam ou eram uma desleitura, retomando a discussão de Bloom, de todo esse processo (Gráfico 2). Fazendo com que seu trabalho também sofresse influência dos conceitos e obras citadas anteriormente e que nesse momento já estavam consolidadas na política oficial de limites.

<sup>380</sup> Os referidos trabalhos são: *Apontamentos Diplomáticos* de Ernesto Ferreira França Filho e *Memória Histórica* de Joaquim José Machado de Oliveira. Ver mais em: PEIXOTO, Op. cit., p. 229.

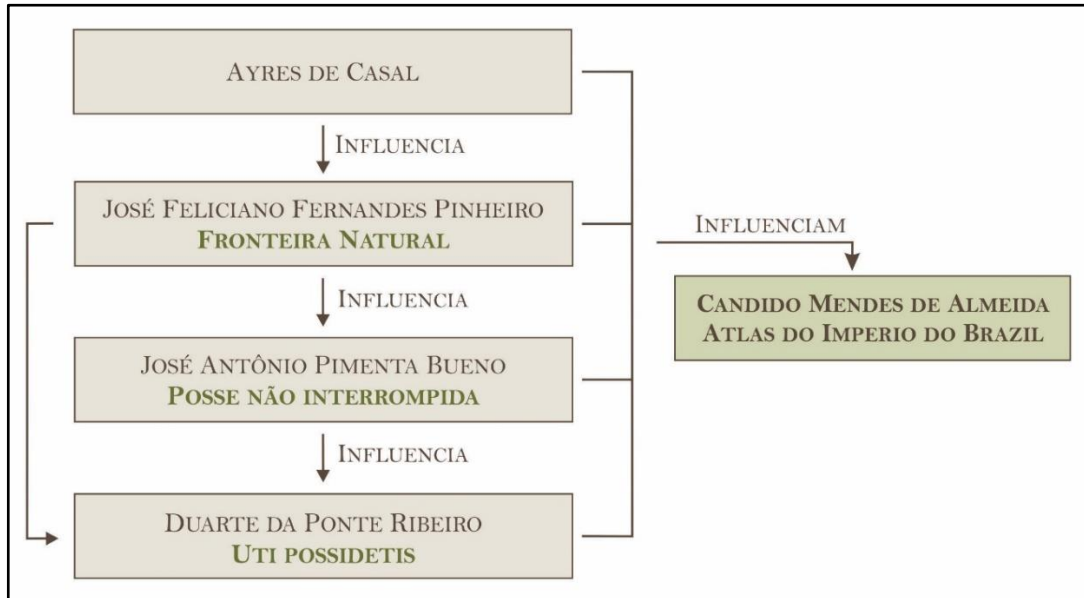
<sup>381</sup> Idem, p. 227.

<sup>382</sup> Ribeiro, Duarte da Ponte Ribeiro. Apontamentos à Pre-Memória sobre a política da Venezuela e Nova Granada, de 23 de setembro de 1868. AHI, Lata 269 / pasta 4.

<sup>383</sup> Carta de Duarte da Ponte Ribeiro para Paulino José Soares de Sousa, em 31/05/1852. AHI, Missão Especial nas Repúblicas do Pacífico, 1851-52.

<sup>384</sup> PEIXOTO, Op. Cit, 2005.

**Gráfico 2 – Processo de influência entre os conceitos de Fronteira Natural, Posse não interrompida, Uti possidetis e o trabalho de Candido Mendes segundo a teoria de Harold Bloom**



Referência: BLOOM, Harold. *Um mapa da desleitura*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2003.

Isso não significa, no entanto, que esse processo se baseava apenas na replicação dos projetos e ideias, tal qual haviam sido apresentados por esses autores. Em primeiro lugar, as imagens territoriais construídas nessas obras comunicavam as intenções e realidades dos atores que estavam vivenciando e representando esse espaço<sup>385</sup>, existindo assim, variadas perspectivas no próprio processo de consolidação dos conceitos. Em segundo lugar, Candido Mendes, como mais um ator desse teatro cartógrafo, apresentou em seu trabalho, representações que passavam por suas próprias perspectivas e realidades, mesmo tendo alguns objetivos congruentes com os demais trabalhos.

Sendo assim, ao passo que ele definia as fronteiras a partir da natureza e do *uti possidetis*, também criticava a cessão de territórios, afirmando que não compreendia “qual o interesse que coube ao Império em reduzir tanto as linhas de sua fronteira”<sup>386</sup>. Além disso, antes mesmo de iniciar a discussão sobre um limite específico, já informava que

sem desprezar a lição dos Autores que deste assumpto se tem ocupado, as disposições dos antigos tratados [...] e os trabalhos das diferentes comissões demarcadoras, que correm impressos; procuramos sobre tudo cingirmonos à letra dos Tratados e convenções modernos, no que estivesse definitivamente assentado<sup>387</sup>

<sup>385</sup> RAFFESTIN, Op. Cit, 1980.

<sup>386</sup> ALMEIDA, Op. cit., 1868, p. 09.

<sup>387</sup> Idem, p. 227.

Candido Mendes até citou partes dos tratados denominados por ele de antigos, contudo, não os utilizou para desenhar as fronteiras apresentadas em seus mapas, desviando-se da ideia de fronteira ideal criticada por Ribeiro e defendida pelo IHGB. Os trechos dos tratados são apresentados em função do que ele denominou de “interesse histórico”, fazendo com que ao passo que Mendes apresentava características da derivação, também fosse influenciado por outros trabalhos e conceitos citados anteriormente, que nesse momento já estavam consolidados, fazendo parte do roteiro que definia o território.

É importante salientar que Candido Mendes trata com mais especificidades das fronteiras nacionais, ou seja, relativas as províncias. Os limites do Brasil com os países vizinhos ocupam menos de duas das trinta e uma páginas do texto do *Atlas*. Muito provavelmente ele compreendia as problemáticas em produzir uma representação desse espaço, de utilizar documentos para defender uma fronteira que ainda estava em negociação. Além disso, como explica Júnia Ferreira Furtado, o processo de produção dos mapas “leva[m] muito mais em consideração os fins a que se destinam do que o território que representam”<sup>388</sup>, e nesse caso não se pode esquecer que se tratava de um atlas para o ensino que poderia ser lido por qualquer pessoa com poder para comprá-lo, fosse do Brasil ou não. Essas questões ficam nítidas na escolha dos documentos utilizados por ele, que se limitavam aos relatórios da Secretaria de Negócios Estrangeiros e mapas já existentes, ou seja, limites que o governo estava defendendo.

Já em relação as fronteiras nacionais, o debate se adensa. Para justificar os limites traçados, Candido Mendes apresentou um histórico de como os territórios provinciais se organizaram, partindo dos primeiros colonizadores que foram listados ao final do *Atlas* em um quadro dos primeiros donatários. Nessa parte, os conceitos de *uti possidetis* e de Fronteira Natural continuam influenciando sua perspectiva do espaço, no entanto, ele apresentava suas opiniões de forma mais direta e enfática, chamando atenção para a falta de legislações que definissem os limites provinciais e os problemas que decorriam disso<sup>389</sup>.

Esse, na verdade, pode ser considerado o principal tema do *Atlas*, ou pelo menos, a questão que Candido Mendes deu mais atenção. Os artigos das províncias descrevem os seus limites, não existem dados sobre a economia ou sociedade que as compõem, o que está em jogo é basicamente seu território, sua identidade geopolítica que é assegurada por uma história pregressa de ocupação. No entanto, é importante perceber que por meio desta descrição, Mendes para além de alertar sobre os conflitos, também procurava definir a quem “realmente”

---

<sup>388</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. História e cartografia: do mapa do metrô de Londres ao mapa do São Francisco. In: *História & Parceria*

<sup>389</sup> Ver nessa dissertação o tópico: “*Filhas do acaso*”: o *Atlas do Imperio do Brazil* e a proposta de reorganização do território nacional.

pertenciam as áreas que se encontravam em litígio utilizando-se do *uti possidetis* e das Fronteiras Naturais para legitimar suas projeções desse espaço.

Obviamente, essa era uma tentativa de definir os territórios segundo sua perspectiva e os interesses de seu grupo, pois como explica Claude Raffestin “qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a **imagem desejada** de um território, de um local e de relações” [grifo nosso]<sup>390</sup>. A discussão relacionada aos limites das províncias de São Paulo e do Paraná, levantada por Candido Mendes no *Atlas*, oferecem uma boa perspectiva das questões aqui apresentadas. Isso porque, de acordo com o autor não existiam disposições legislativas que regulassem essas fronteiras e os documentos que as descreviam eram muito incertos, levando-o a propor uma resolução que foi representada nos mapas. No artigo da Província do Paraná ele descreveu os limites por ele utilizados afirmando que,

**não tendo linha certa** moveu-nos a definil-a tanto no mappa de S. Paulo como no desta Província da seguinte forma, a partir do occidente:

Tomamos o thalweg dos rios Paranapanema e Itareré, as margens esquerda, de um dos galhos do Apiahy, e a direita do outro mais oriental, e da nascente deste á do rio Itapirapuan até a Ribeira de Iguape, subindo por ella até a foz do rio Pardo, e pela corrente deste acima até sua nascente, seguindo depois pelo cume da serra negra até o varadouro ou isthmo, em direcção ao córrego ou ribeira do Ararapira até o mar, pela respectiva margem meridional que deve pertencer a está província

**Na falta de linha divisória clara, e decretada, seguimos esta por nos parecer mais natural, e mais pronunciada** sem prejudicar nenhuma das províncias limitrophes [grifo nosso]<sup>391</sup>

Deste modo, era justamente o argumento de uma inexistência de definições legais que abria espaço para Mendes apresentar sua proposta de definição desse território, que, por sua vez, era legitimada pelo conceito de fronteira natural. A proposta de Mendes, no entanto, não surgiu do nada, ela foi baseada no Relatório de Presidente da Província do Paraná, de 1856, que delimitava a fronteira a partir do rio Paranapanema, Itareré e do Varadouro que dividia o municio de Paranaguá do de Cananéa no litoral<sup>392</sup>. O relatório, contudo, afirmava que não estava “definitivamente traçada a linha, que liga o ponto do Varadouro com o Itareré, e a esse respeito existe até a mais completa falta de conhecimentos”<sup>393</sup>, o que deixava uma espécie de brecha a ser preenchida.

É importante ter em mente, que nesse caso, o território que formava o Paraná, até 1853 fazia parte da província de São Paulo como comarca de Curitiba, fazendo com que os problemas relacionados as questões de limite decorressem, em grande parte, do próprio processo de

<sup>390</sup> RAFFESTIN, Op. Cit, 1980, p.114.

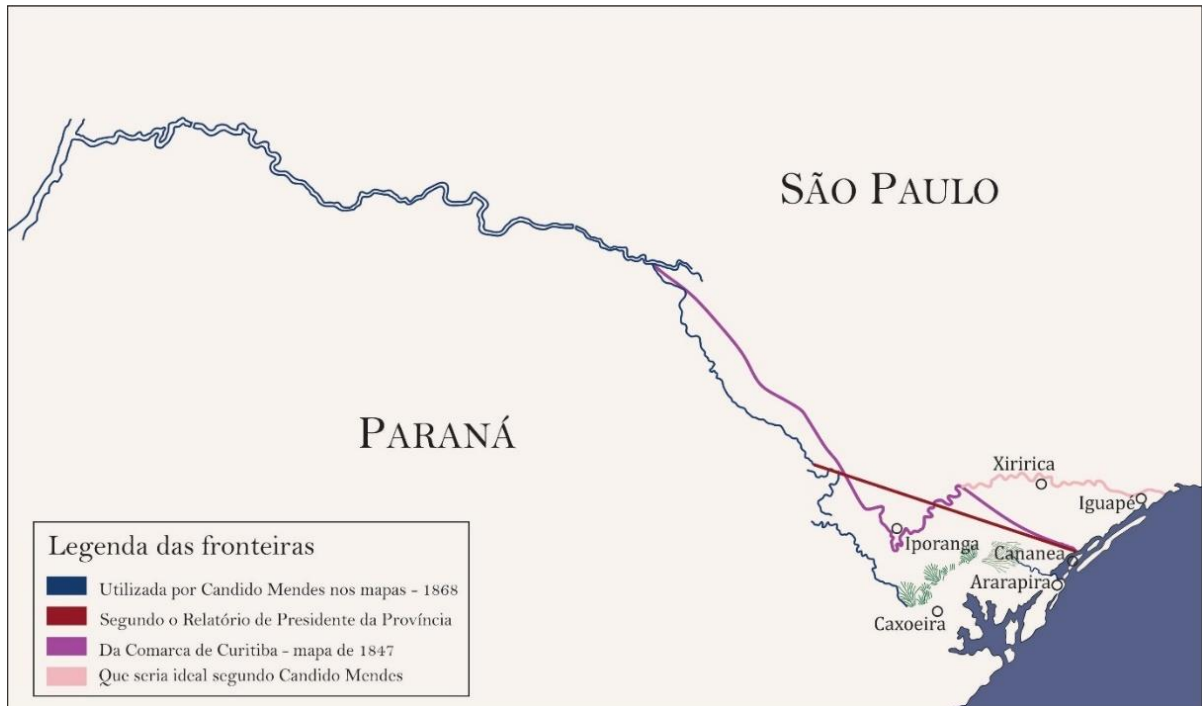
<sup>391</sup> ALMEIDA, Op. Cit, 1868, p. 21.

<sup>392</sup> Relatório de Presidente da Província do Paraná, 1856, p. 89.

<sup>393</sup> Idem, ibidem.

construção desse território. Desta forma, a necessidade de conhecer mais profundamente e definir esse limite era nova, tendo em vista que em 1868, fazia apenas 15 anos que o Paraná existia enquanto província independente, tornando-se uma questão a ser resolvida pelo Império. Além disso, o espaço que circunscrevia a fronteira entre São Paulo e Paraná ainda não era totalmente conhecido pelo governo, dificultando ainda mais a sua definição.

#### Mapa 4 - propostas da fronteira entre Paraná e São Paulo existentes no século XIX



Legenda: produzido pela autora a partir da *Carta Corographica da Província de São Paulo*, organizada por J. de Villiers de L'ile-Adam, 1847; do Mapa da Província do Paraná e de São Paulo, *Atlas do Imperio do Brazil*, 1868; e do *Relatório de Presidente da Província do Paraná* de 1856.

Na Carta Corográfica da Província de São Paulo, organizada por J. de Villiers de L'ile-Adam, em 1847, existe uma anotação logo abaixo do rio Paranapanema, pelo lado da então comarca de Curitiba, informando que ali tinham “terrenos desconhecidos aonde se acham porem algumas fazendas de crias”<sup>394</sup>. Essa falta de informações, levou o autor a não representar alguns dos rios que aparecem nos mapas posteriores, e que eram utilizados, inclusive por Candido Mendes, para definir esta fronteira. Por isso, no mapa de 1847, o limite parte da vila de Cananea, que fica um pouco acima do ponto determinado por Mendes, se ligando em uma reta ao rio Iguape e depois ao rio Verde que se liga ao Paranapanema também por uma linha reta.

Assim, a diferença entre os três limites citados, estava concentrada justamente na região que ainda não era bem conhecida pelos cartógrafos. Mas ao passo que era explorado pelo

<sup>394</sup> Carta Corographica da Província de São Paulo, organizada por J. de Villiers de L'ile-Adam, 1847.

governo e a natureza passava a guiar a definição dos limites, as fronteiras artificiais, representadas por retas, foram sendo substituídas pelo curso dos rios. No entanto, é necessário perceber como as *fronteiras naturais* e o *uti possidetis*, mesmo sendo a base para as definições dos limites nacionais, não eram os únicos requisitos utilizados para defini-los. Na verdade, esses conceitos eram mobilizados para endossar projeções do espaço que eram interessantes naquele momento para os indivíduos envolvidos em sua definição. É possível observar que ainda existe uma quarta versão dessa fronteira. Apresentada por Candido Mendes no artigo da província do Paraná, ele defendia que havia sido um

**erro não se haver dado por limite á esta província a ribeira de Iguape até o mar**, seguindo depois o seu affluente itapirapuan, conforme traçamos no nosso mappa, até encontrar as nascentes do Itareré.

**Era uma fronteira mais bem definida, de fácil demarcação**, e pouparia no futuro conflictos, que a confusão que existe, promete [grifo nosso]<sup>395</sup>

De acordo com essa proposta de uma fronteira ideal, que preveniria possíveis conflitos futuros, o Paraná ganharia novos territórios e municípios de São Paulo, projeto que já era defendido no relatório de 1856 citado anteriormente. De todo modo, o que é interessante nessas múltiplas propostas de fronteira é que ao passo que elas continuavam sendo delimitadas a partir da natureza, os rios e as serras que eram utilizados como referência quase sempre mudavam para solucionar inconveniências apresentadas por quem produzia os mapas. Contudo, longe de uma simples mudança, esse processo, modificava a quem pertencia determinados territórios, como é o caso dos municípios de Cananea, Iguape e Xiririca<sup>396</sup>, que passariam para o Paraná, caso fosse implementado a fronteira apresentada na citação acima.

Sendo assim, para além de “seguir a natureza”, os limites deveriam seguir o que era conveniente aos interesses políticos e econômicos do Estado, ou nesse caso, ao que Candido Mendes entendia como mais interessante para o Estado. Mesmo as fronteiras sendo embasadas no desenho da natureza, projetos diferentes sobre o espaço se confrontavam, uma vez que, muitas vezes a própria natureza era objeto de disputa, e definir a fronteira era delimitar o que ficaria dentro e fora dos domínios. Portanto, é necessário primeiro compreender a vegetação e os rios como objetos de disputa, envolvidos numa trama de natureza e de poder<sup>397</sup> que não estava relacionado apenas com o território em si, mas também, com as funções que, principalmente, os rios possuíam nesse momento.

<sup>395</sup> ALMEIDA, Op. Cit, 1868, p. 21.

<sup>396</sup> Relatório de Presidente da Província do Paraná, 1856, p. 89.

<sup>397</sup> OLIVEIRA, Gabriel Pereira de. *O Rio e o Caminho Natural: proposta de canais do São Francisco, aspectos físicos fluviais e dinâmicas políticas no Brasil Império (1846-1886)*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2015, p. 17.



Isso porque, no Brasil, desde o período colonial, os rios foram transformados em canais de comunicação e circulação de riquezas, pessoas e mercadorias, por meio do qual era possível adentrar no território<sup>398</sup> e chegar ao litoral a baixos custos e em segurança. Como afirma, Sergio Buarque de Holanda, “não faltavam ocasiões em que os rios, deixando de significar um estorvo para o caminhante, se transformavam, eles próprios, em caminhos”<sup>399</sup>. Deste modo, mesmo aqueles cursos d’água que não eram navegáveis, costumavam possuir estradas em suas margens, uma vez que os rios tanto cumpriam uma função de referência espacial, servindo como uma espécie de guia aos viajantes, como também garantiam a sobrevivência das pessoas e animais que estavam se deslocando<sup>400</sup>.

São baseados nessas questões, que os próprios tratados celebrados com as nações vizinhas, citados brevemente no início deste tópico, definiam para além das fronteiras, as regras relacionadas a navegação dos rios (Tabela 1). Do mesmo modo, os limites provinciais, que como chamava atenção Candido Mendes, ainda não estavam totalmente definidos, eram permeados por discussões relacionadas as disputas dos rios que eram utilizados como fronteira. Tais disputas, se tornaram ainda mais frequentes na segunda metade do século XIX, quando as vias de comunicação começaram a ganhar mais relevância “em face da expansão do mercado capitalista internacional”<sup>401</sup>. A partir de então, a natureza começava a deixar de ser romantizada e passava a ser encarada pela lógica da modernidade, sendo designado aos rios o papel de ligar os Estados brasileiros a esses novos mercados espalhados pelos mais distantes confins do planeta<sup>402</sup>.

Esse era o caso do rio São Francisco, que se tornou um meio essencial para o escoamento de mercadorias produzidas no interior do país, uma vez que cortava cinco províncias de norte a sul do Império. Além disso, sua extensão era utilizada para delimitar a fronteira de quatro destas províncias – Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia – todas interessadas em dominar os fluxos fluviais, ou ao menos garantir uma parte dele. O que na prática, significava o poder de intermediar a circulação comercial entre o interior e o litoral. Assim, ao longo do século XIX, o São Francisco foi palco de diversos projetos e disputas, que tinham o objetivo de garantir os interesses de um determinado grupo regional, o que por sua

---

<sup>398</sup> PORTZ, Solange et al. *O Rio Paraná e a Dinâmica da Fronteira nos Séculos XIX e XX*. Pleiade, 2020, p. 37.

<sup>399</sup> HOLANDA, Sergio Buarque de. *Monções e Capítulos de expansão paulista*. São Paulo: Editora Schwarcz, p. 37.

<sup>400</sup> REIS, Op. Cit., 2015, p. 38.

<sup>401</sup> OLIVEIRA, Op. Cit, 2015, p. 15.

<sup>402</sup> Idem, p. 22.

vez, influenciava diretamente na definição das fronteiras que ainda não estavam totalmente delimitadas gerando disputas entre as elites provinciais.

De acordo com Gabriel Pereira de Oliveira, para exercer grande controle sobre as águas, era necessário que a província conseguisse firmar seu porto como a porta de entrada e saída para o São Francisco<sup>403</sup>. Entretanto, por mais que os rios fossem encarados como caminhos já prontos, existiam diversos fatores que poderiam impossibilitar a navegação mesmo em cursos d'água maiores como este. Na maior parte das vezes tratavam-se de obstáculos físicos, cachoeiras, trechos mais estreitos ou grandes rochas que impediam a circulação, tonando impossível a passagem dos viajantes que precisavam desviar a rota em direção ao litoral. Outras vezes, os empecilhos eram políticos, ligados ao interesse de dominar o fluxo de mercadorias.

Nesse sentido, as elites regionais, guiadas por uma noção de modernidade baseada na dominação da natureza pelo desenvolvimento tecnológico ocidental<sup>404</sup>, procuraram instituir diversas modificações, denominadas de “melhorias”, no anseio de consolidar suas rotas como mais viáveis. Isso porque, “julgar uma barreira como intransponível era determinante para a delimitação sobre até qual trecho a navegação a vapor seria viável e, conseqüentemente, sobre qual seria o melhor caminho para ligar o Alto São Francisco ao Oceano Atlântico”<sup>405</sup>. Assim, surgiram diversas discussões relacionadas até onde o rio era navegável, e quais empecilhos seriam possíveis, ou não, de superar pelas “melhorias” realizadas pelas ações humanas.

Todavia, as províncias possuíam ideias conflitantes sobre esse assunto. A elite política da Bahia, por exemplo, a partir da pesquisa de exploradores como o engenheiro Fernando Halfeld<sup>406</sup>, defendia que o limite máximo era a cachoeira de Sobradinho, fronteira desta província com a de Pernambuco. A partir daí, como somente embarcações menores poderiam, ainda que com muita dificuldade, deslocar-se<sup>407</sup>, os produtos deveriam ser escoados para o porto em Salvador por estradas de ferro, entre elas a D. Pedro II, que também os permitiria chegar a Minas Gerais e ao Rio de Janeiro.

No Relatório de Presidente da Província da Bahia de 1874, essa solução era defendida na página 207, em uma sessão intitulada “navegação do rio S. Francisco”. Segundo o documento, caso a medida fosse instituída, não prejudicaria a região “além da cachoeira do

---

<sup>403</sup> Idem, p. 31.

<sup>404</sup> REIS, Op. Cit., 2015, p. 33.

<sup>405</sup> OLIVEIRA, Op. Cit, 2015, p. 41.

<sup>406</sup> Engenheiro alemão, nascido em 1797. Veio para o Brasil em 1825, se tornando engenheiro da província de Minas Gerais em 1836, publicando diversos trabalhos sobre o Brasil. Morreu em 1873.

<sup>407</sup> Idem, p. 43.

Sobradinho”, mas sim, formariam “o systema de comunicação d’aquelles importantes territórios para o norte, o centro e o sul do Imperio”<sup>408</sup>. Assim, estava cravada a justificativa da Bahia do porque o governo deveria investir na construção da estrada de ferro, e não no “melhoramento” do trecho seguinte que era julgado não navegável. Seguindo essa ideia, o alto São Francisco se ligaria não só ao oceano, como a todo interior do Império, estabelecendo-se um sistema integrado de transporte entre os trens e a navegação<sup>409</sup>.

Contudo, a necessidade da Bahia em legitimar essa rota não estava relacionada apenas aos empecilhos físicos ou ao interesse do governo imperial, na verdade, esses fatores eram utilizados para conceder validade as soluções propostas. Assim como os próprios rios, essas disputas se desenrolavam possuindo inúmeras ramificações. Uma delas, estava ligada justamente a delimitação da fronteira destas províncias que, como citado anteriormente, era demarcada pelo rio São Francisco. Este, na visão dos intelectuais oitocentistas, era a fronteira “natural e clara”<sup>410</sup>, não só por ser embasada em elementos naturais, como também por ser entendida como algo incontestável, cuja formação poderia ser comprovada por documentos que remetiam a colonização do território, ou seja, *o uti possidetis*.

No entanto, Candido Mendes ao tratar desse assunto no artigo da província da Bahia, chamava atenção para o fato de que a fronteira ainda não estava demarcada por uma lei, resultando em diversos conflitos. Sobre este assunto, ele afirmava que o limite teria

**divisa mui clara no thalweg do rio S. Francisco** se estivesse demarcada, discriminando-se as ilhas que lhe devião pertencer. [...] **Pelo que respeita a fronteira pelo de S. Francisco, não quer Pernambuco reconhecer o direito desta província ao thalweg do rio, e o mesmo sustenta Alagoas no pequeno espaço que possui;** e porquanto prevalecendo esta doutrina, a linha divisória está feita e demarcada<sup>411</sup>

Assim, é possível compreender primeiro, que a fronteira ainda não estava consolidada, encontrando-se envolvida em disputas relacionadas aos interesses dos governantes locais. E segundo, que esses interesses passavam pelos usos atribuídos ao rio pelas províncias limítrofes. Isso porque, mesmo os rios sendo entendidos nesse momento como divisões territoriais que eram invariáveis e ofertadas pela própria natureza<sup>412</sup>, existiam algumas possibilidades relacionadas a essa função de fronteira que era definida a partir das relações de poder. Sendo assim, a linha delimitadora poderia ser traçada a partir de uma das margens, fazendo com que

<sup>408</sup> Relatório de Presidente da Província da Bahia, 1874, p. 207.

<sup>409</sup> CUNHA, Aloisio Santos da. *Descaminhos do Trem: as ferrovias na Bahia e o caso do trem da grota (1912 – 1976)*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2011, p. 37.

<sup>410</sup> ALMEIDA, Op. Cit., 1868.

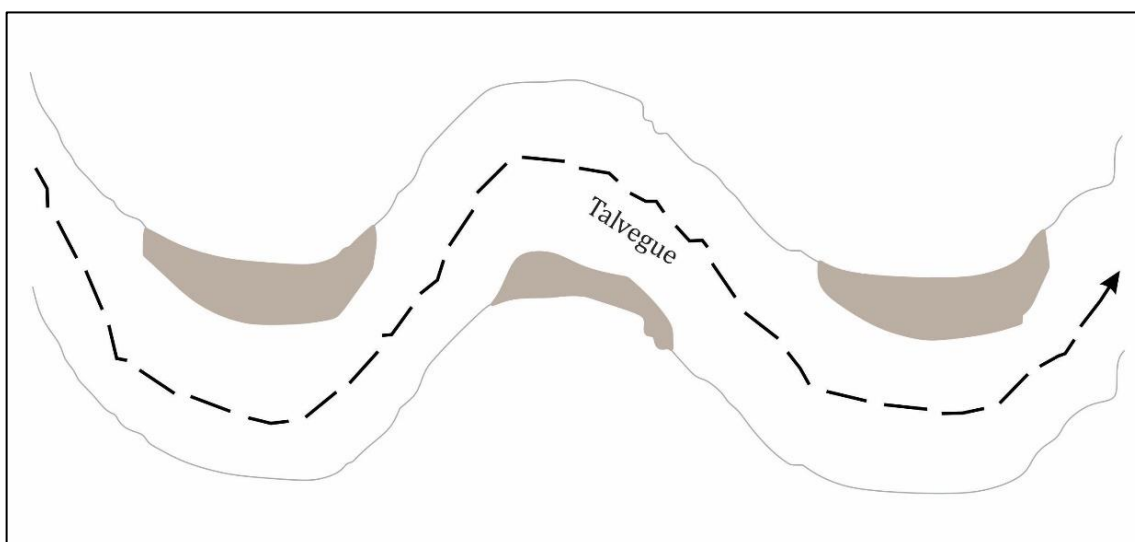
<sup>411</sup> Idem, p. 17.

<sup>412</sup> PINHEIRO, Op. Cit., 1839, p. 200.

o rio pertencesse totalmente a um Estado; na linha meridiana, que dividia meio a meio os rios que não eram navegáveis; ou na linha de talvegue<sup>413</sup>, citada por Mendes na citação a cima. A utilização desta, era bastante comum durante o oitocentos, principalmente quando se tratava de navegáveis, como era o caso do São Francisco.

Isso porque, o termo em questão, escrito no século XIX como thalweg, referia-se a linha mais profunda do rio, ou seja, por onde os navios a vapor passariam (imagem 2), fazendo com que utilizar o talvegue como referência ajudasse a não se atribuir a apenas um dos Estados ribeirinhos o controle dos principais canais de navegação<sup>414</sup>. Sendo assim, ao não reconhecer o direito da Bahia ao talvegue do rio, minava-se a chance dessa província navegar no curso que era compartilhado com Pernambuco e Alagoas, limitando seu alcance a Cachoeira de Sobradinho.

### Imagem 2 – representação do Talvegue de um rio



Fonte: Organizado pela autora a partir do: LEITE, Maurício Augusto. *Bacia Hidrográfica*, Slide, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil.

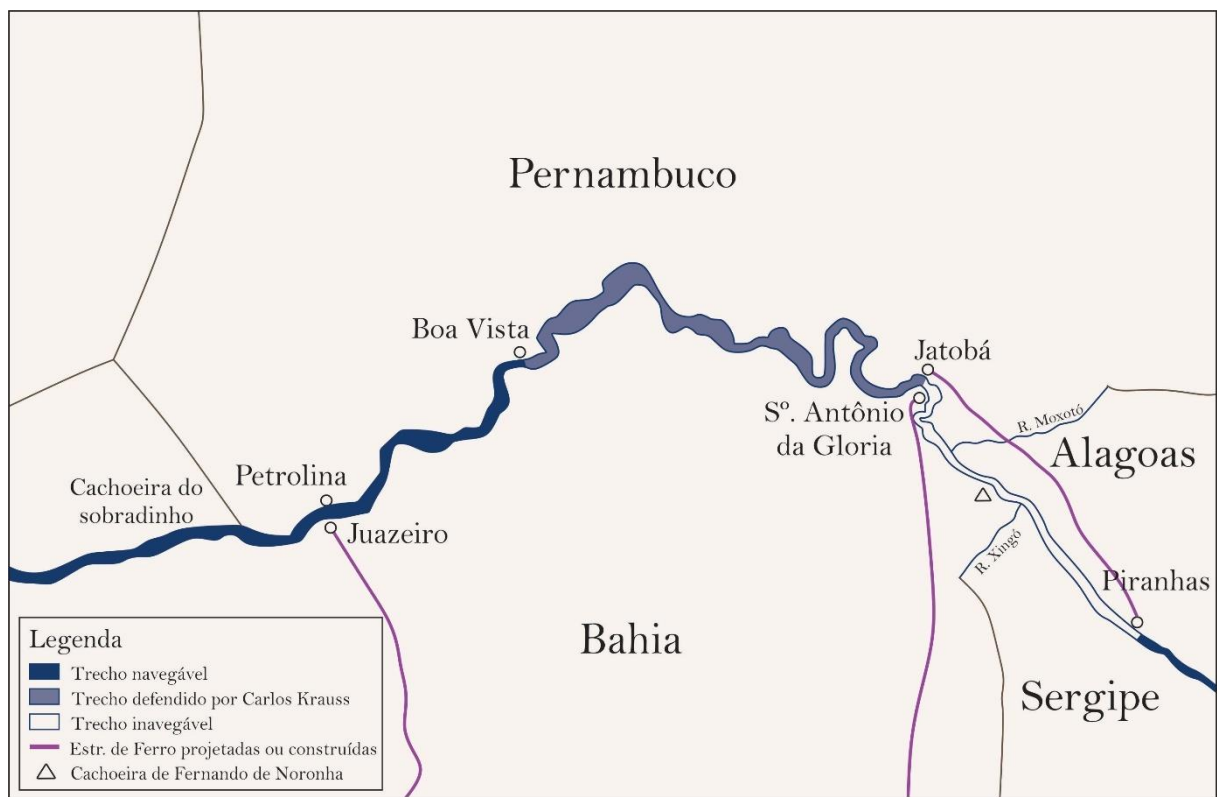
A partir dessas informações é possível perceber, uma das disputas envolvendo o rio, bem como imaginar o porquê de a elite política baiana defender a impossibilidade da navegação no trecho em litígio e propor a construção de uma estrada de ferro próxima a Sobradinho. Uma vez que não conseguiriam chegar ao oceano, ou pelo menos mais próximo a ele, pelo rio, era necessário criar condições para desviar ao interior do seu território o escoamento do comércio do alto sertão, dificultando os projetos das províncias subsequentes.

<sup>413</sup> SEABRA, Miguel Pascoal Costa Saldanha. *O Conceito de Fronteira: uma abordagem multifacetada*. Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa, 2012, p. 19

<sup>414</sup> VARGAS, Op. Cit, 2017.

Todavia, a disputa pelo talvegue não era uma batalha encerrada. Por mais que essa elite política costumasse afirmar a não navegabilidade no trecho entre Sobradinho e a vila de Piranhas (Mapa 5), continuavam a defender suas pretensões ao ponto mais profundo do rio. Utilizando-se do *Uti possidetis*, os representantes da província negavam-se a reconhecer a definição de fronteira proposta por Alagoas e Pernambuco, afirmando que teriam “colonisado, e descoberto taes territorios, e feito demarca-los em epochas remotas”<sup>415</sup>. Trazendo, assim, para discussão um argumento tanto histórico como jurídico, baseado em uma posse pregressa<sup>416</sup>.

**Mapa 5 - trechos do rio São Francisco considerados navegáveis e estradas de ferro construídas em 1909**



Legenda: produzido pela autora a partir dos mapas das províncias da Pernambuco, Bahia, Sergipe e Alagoas, presentes no Atlas do Imperio do Brazil, 1868; do Mapa do Estado da Bahia, produzido por Francisco Homem de Melo, Atlas do Brasil, 1909; e do relatório Reconhecimento Geral sobre o rio de São Francisco na parte inferior á Cachoeira do Sobradinho, produzido por Carlos Krauss.

Isso não significa, no entanto, que o projeto defendido pela Bahia fosse decorrente unicamente do litígio da fronteira. Sem dúvida, existiam inúmeros outros interesses que movimentavam esse processo, influenciando os planos de melhoramentos defendidos por cada uma das províncias aqui citadas. Contudo, não se pode esquecer que o limite que era

<sup>415</sup> ALMEIDA, Op. Cit., 1868, p. 17.

<sup>416</sup> PEIXOTO, Op. Cit, 2005,p. 201.

reivindicado estava relacionado aos interesses que se pretendia proteger, fazendo com que, os projetos e discussões relacionadas a esse espaço influenciassem diretamente na definição da fronteira. Sendo assim, tanto a persistência por parte do governo da Bahia em defender seu acesso ao talvegue de um rio que julgava não navegável, como o não consentimento por parte das outras províncias ribeirinhas, levanta questionamentos referente aos possíveis projetos que ainda poderia se ter sobre a região.

Questionamentos esses que desembocam em uma segunda ramificação dessa disputa. Isso porque, no mesmo ano em que Candido Mendes publicava o *Atlas do Imperio do Brasil*, o governo da província de Alagoas, contratava o Engenheiro Carlos Krauss<sup>417</sup> para estudar a porção entre Sobradinho e Piranhas, com o intuito de contestar a delimitação dos trechos julgados navegáveis<sup>418</sup>. A partir de suas pesquisas, Krauss elaborou um relatório e um mapa<sup>419</sup>, publicado em 1869, no qual defendia ser possível, primeiro, desobstruir o seguimento entre sobradinho e Jatobá, possibilitando a navegação a vapor. E em segundo, construir entre Jatobá e Piranhas uma estrada de ferro que interligaria, a única parte que Krauss julgava não ser possível navegar (mapa 5).

Essa proposta, garantia uma ligação direta com o mar por meio do próprio rio, já que a partir de Piranhas, não havia nenhum empecilho, fosse físico ou político, que impedisse a circulação de pessoas e mercadorias. Sem dúvidas, essas afirmações significavam um “profundo golpe nos anseios de províncias como Pernambuco e Bahia em dominar as circulações do São Francisco”<sup>420</sup>. No entanto, no caso da Bahia, essas questões poderiam justificar os motivos do governo não abrir mão do talvegue do rio na disputa pela fronteira. Já que aceitar tal posicionamento, era perder o “direito” a um espaço que poderia se tornar útil em um futuro próximo. Afinal, qual era o intuito do trabalho de Krauss, se não demonstrar “como o talvegue daquele trecho do rio possuiria condições de navegabilidade”<sup>421</sup>.

Sendo assim, torna-se necessário perceber essa natureza sem qualquer traço de neutralidade, procurando compreender, a complexa rede de significados que são atribuídos a

---

<sup>417</sup> Engenheiro Alemão, que em 1863 foi diretor da colônia do Rio Novo, no Espírito Santo. Publicou diversos trabalhos cartográficos a respeito do território Brasileiro como: o estudo de uma estrada ligando a colônia de Leopoldina a Porto Velho, em 1864, e o levantamentos entre Piranhas e Sobradinho, em 1868.

<sup>418</sup> OLIVEIRA, Op. Cit, 2015, p.43

<sup>419</sup> KRAUSS, Carlos. Reconhecimento Geral sobre o rio de São Francisco na parte inferior á Cachoeira do Sobradinho. Estudos preliminares para uma via ferrea do Porto das Piranhas a Jatobá onde a navegação éinterrompida pela Cachoeira de Paulo Affonso. In: Anexo T. Relatorio apresentado á Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da Decima Quarta Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas Joaquim Antão Fernandes Leão. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1869.

<sup>420</sup> OLIVEIRA, Op. cit., 2015, p. 44.

<sup>421</sup> Idem, p.74.

ela<sup>422</sup>. A partir disso, é possível perceber cursos de água, como o São Francisco, não apenas como um suposto instrumento natural que delimitava os territórios, mas também, como um meio de comunicação vantajoso que era disputado pelas províncias ribeirinhas. Essas questões podem ser notadas próprio modo como Krauss iniciou o Relatório. Logo na primeira página, ele criticava abertamente, os interesses de Pernambuco e Bahia em controlar o escoamento do alto sertão, ou como ele afirmava “de chamar para o seu lado os produtos da parte superior do rio”<sup>423</sup>. Para o engenheiro, a construção de estradas de ferro cortando o interior dessas províncias só haviam recebido apoio do governo, porque

quando se tratava de organizar as respectivas companhias, **supunha-se praticamente impossível a navegação de Boa-vista rio a baixo, e confirmado este grave erro pelos trabalhos do engenheiro Halfred**, parece, que seriamente ninguém mais se lembrou do rival, que por aquele lado poderá disputar terreno cobiçado pelos competidores do Recife e da Bahia [grifo nosso]<sup>424</sup>

Essa crítica ao trabalho do engenheiro Fernando Halfred servia para legitimar seus resultados, já que tal medida só era possível mediante as novas informações, entendidas como menos inexatas e mais favoráveis a desobstrução do rio<sup>425</sup>, que, por sua vez, contrariavam os dados apresentados anteriormente por Halfred. Em todo caso, essa era uma disputa relacionada a qual projeto iria vencer e se consolidar, tendo em vista que julgar como equivocados o trabalho de Halfred estava em pleno acordo com os interesses de certos grupos da pequena província de Alagoas<sup>426</sup>.

A maioria desses projetos, foram sendo gravados nas representações cartográficas produzidas nas décadas seguintes, que registravam sobre o papel, sobretudo, as estradas de ferro que iam sendo projetadas e construídas. Um bom exemplo disso são os mapas publicados no *Atlas do Brasil*, produzido por Francisco Homem de Melo, em 1909. Lançado quarenta e um anos após o de Candido Mendes, era o segundo a ser produzido no Brasil, e mostrava de forma nítida o desenvolvimento das estradas de ferro que apareciam de forma ainda tímida nos mapas de Mendes.

No caso das estradas que cortavam o território em direção ao rio São Francisco, algumas questões chamam atenção. Primeiro, que a ferrovia entre Jatobá e Piranhas, proposta por Carlos Krauss, em 1868, se concretizou em 1883 com o nome de Estrada de Ferro de Paulo Afonso, muito provavelmente junto com a navegação do trecho entre Boa Vista e Piranhas. E

---

<sup>422</sup> REIS, 2015, Op. Cit.

<sup>423</sup> KRAUSS, Op. Cit., 1869, p. 05.

<sup>424</sup> Idem, p. 06.

<sup>425</sup> Idem, ibidem.

<sup>426</sup> OLIVEIRA, Op. Cit., 2015, p. 44.

segundo, que existia uma estrada de ferro projetada, com vistas a ligar o porto de Salvador a cidade de Santo Antônio da Gloria, situada na margem do São Francisco, próximo a Estrada de Ferro de Paulo Afonso (imagem 3). Ou seja, no ponto onde supostamente agora se encerrava a navegação do rio no território da Bahia. Nesse último caso, cabe salientar que a ferrovia não saiu do papel, existindo poucas fontes, além do mapa de Homem de Melo, que forneça alguma informação.

De qualquer forma, essas disputas permitem perceber, como a natureza, que segundo os intelectuais, possuía uma lógica própria da engenharia apontando o limite correto a ser seguido, era, na verdade, encarada por perspectivas conflitantes de seus observadores, que se utilizavam dos conceitos discutidos ao longo deste tópico, para forjar e legitimar suas propostas de fronteira sob essa natureza que era, ela mesmo, objeto de disputa. No caso envolvendo o rio São Francisco, ainda é interessante perceber, como mesmo o embate pelo talvegue não modificando em nada o território das províncias de Alagoas, Pernambuco e Bahia, o rio ainda se configurava como objeto de disputa. Isso porque, eram os interesses políticos e econômicos que determinavam os usos do rio pelas províncias, fazendo com que surgissem conflitos como esse, envolvendo a definição de fronteiras.

Contudo, nem sempre os limites nacionais e internacionais do Brasil foram delimitados pela natureza. Segundo Renato Amado Peixoto, até o século XIX,

os limites do modelo setentrional não eram balizados por praticamente nenhum marco natural: seus limites eram genericamente representados pelo uso da poligonal, a qual era construída tendo por vértices as fortalezas que constituíam o limite militar português e como base nos rios que serviram como vias de penetração à metrópole portuguesa<sup>427</sup>.

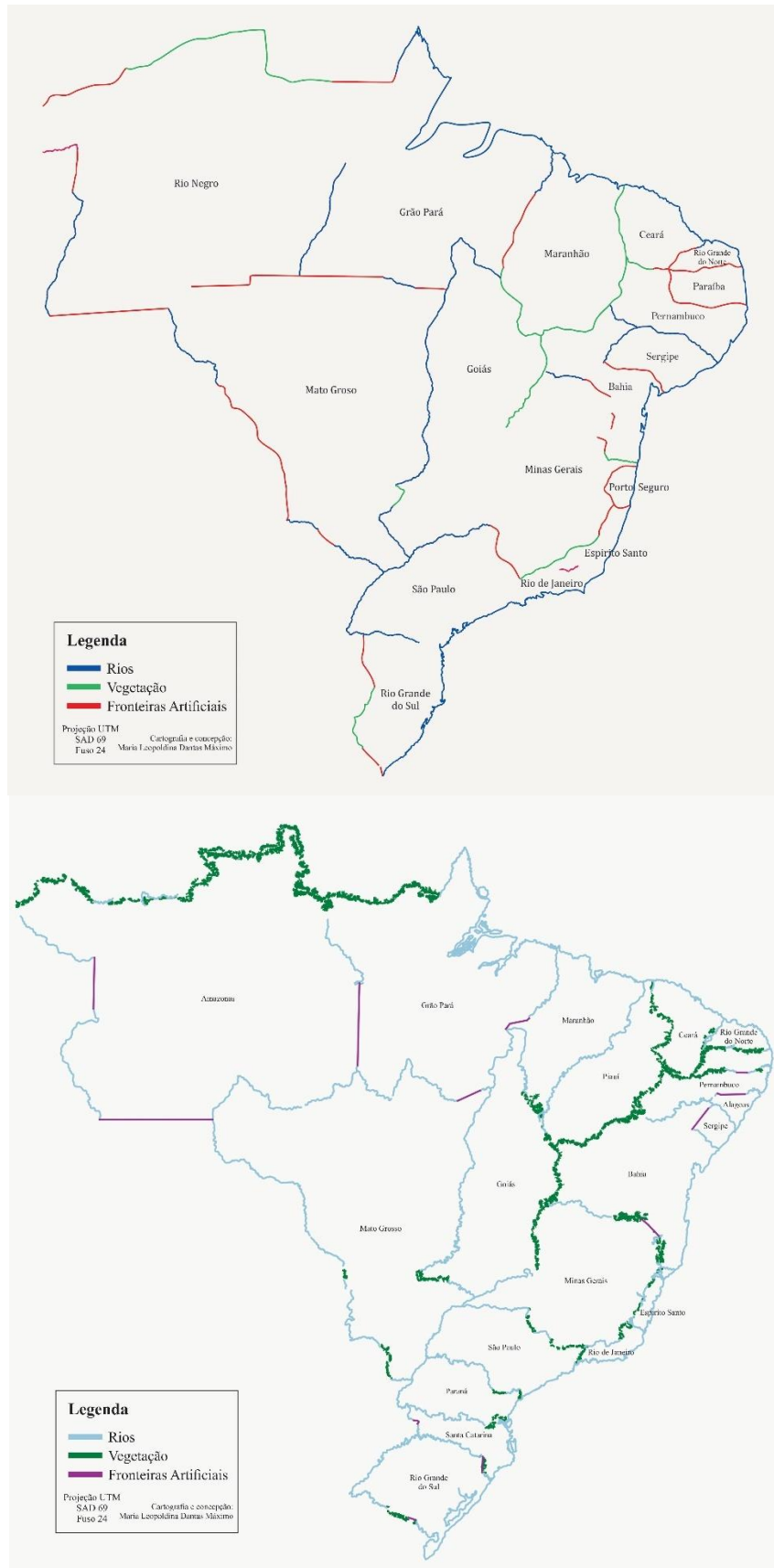
Essa característica é totalmente contrária ao momento em que Candido Mendes produziu o *Atlas*, quando existiam poucos limites artificiais, ou seja, aqueles que não utilizam a natureza na definição, mas, sim, algum artifício construído pelo homem como: estradas, ferrovias, muros, represas e linhas geodésicas. A partir da vetorização do Mapa do Brasil n. I, é possível perceber que tanto as fronteiras internacionais como nacionais, mesmo que ainda não estivessem totalmente definidas, foram representadas a partir de rios e montanhas, como reflexo das discussões realizadas nesse período, tanto no IHGB como na SNE (Mapa 6).

---

<sup>427</sup> PEIXOTO, Op. Cit, 2005, p. 38.



**Mapa 6 – Fronteiras naturais e artificiais do Brasil em 1868**



Fonte: Carte Géographique, Statistique Historique et Polique du Bresil, 1826 e Atlas do Imperio do Brazil, 1868

É importante salientar que as fronteiras artificiais são normalmente definidas como aquelas “derivadas da vontade ou ação dos homens”<sup>428</sup>, uma vez que seriam utilizados aspectos construídos pela humanidade – como estradas, represas, estradas de ferro – para delimitar um determinado território. Entretanto, essa é uma explicação superficial que precisa ser questionada, tendo em vista que as fronteiras tidas como naturais, como bem visto nos exemplos discutidos nesse tópico, também são derivadas dos projetos e interesses que circunscreveram a sua definição, ou seja, da “ação dos homens”. Como explica o geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves

fronteira deriva de front, expressão do campo militar que significa um espaço que ainda está sendo objeto de luta nos limites espaciais de duas forças em confronto aberto por afirmar seu controle. **Definido quem controla o front este se transforma em fronteira que, depois, passa a ser naturalizada.** Daí dizer-se que o rio Grande faz a fronteira entre os Estados Unidos e o México; que o rio Paraguai separa a Bolívia do Brasil e por aí vai. **Nenhum rio separa coisa alguma, na verdade, une. A palavra fronteira tem como raiz front que indica que por trás das fronteiras sempre está a política, seja por meios diplomáticos, seja por meio da guerra [grifo nosso]**<sup>429</sup>

No século XIX, esse processo de naturalização, citado por Porto-Gonçalves, reveste as próprias obras e discussões que procuravam definir o território. Candido Mendes, por exemplo, ao longo de todo o *Atlas* argumenta que os limites nacionais adotados por ele nas representações foram os mais “**naturaes** e claros”<sup>430</sup>. Por sua vez, José Feliciano Fernandes Pinheiro já no primeiro capítulo do *Annaes da província de São Pedro*, afirmava que o rio Paraguai seria “nossa **natural** barreira invariável se fosse desde logo cimentada por estabelecimentos nacionaes”<sup>431</sup>, ou seja, pela ocupação efetiva do território. Por fim, Duarte da Ponte Ribeiro na memória, de 1870, sobre as questões de limites entre o Brasil e a República da Nova Granada (atual Bolívia), afirmou que “as aquisições territoriais n’america se fôram effectuando segundo a expansão **natural** dos povos”<sup>432</sup>.

Deste modo, as narrativas construídas por esses intelectuais representavam uma natureza romantizada e dotada de uma lógica própria, na qual os rios, por exemplo, faziam seu caminho sinuoso por onde fossem encontrados menos resistência no ambiente, fazendo com que coubesse às projeções humanas apenas a tarefa de obedecer às direções apontadas pelos

<sup>428</sup> VARGAS, Op. Cit., 2017, p. 68.

<sup>429</sup> PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Geograficidade do Social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. *Revista Eletrônica de Associação dos Geógrafos Brasileiros*, Seção Três Lagoas, V.1, n° 3, 2006.

<sup>430</sup> ALMEIDA, Op. Cit., 1868, p. 14.

<sup>431</sup> PINHEIRO, Op. Cit., 1839, p. 03-04.

<sup>432</sup> Memória sobre as questões de limite entre o Imperio do Brazil e a República da Nova Granada pelo conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro, 1870, p. 06

traços naturais<sup>433</sup>. Baseado nessa leitura do espaço, a cartografia funcionaria para projetar uma fronteira que atendesse aos interesses políticos e econômicos, mas também como o principal meio de interpretar o mundo natural, que era quem deveria indicar os contornos desse território. Esse era o caso dos limites da província de Mato Grosso, Grão-Pará e Amazonas. Ao tratar desse espaço, Candido Mendes afirmou que por não existir nenhuma lei definindo essa fronteira, ele utilizaria “os limites mais naturais e mais claros, **o curso dos rios que nenhuma dúvida deixão na divisão do territorios**”<sup>434</sup>. Sendo assim, Mendes proporcionava ao seu projeto um caráter ‘natural’, tornando-o óbvio e inquestionável, já que a natureza era utilizada como fonte de autoridade<sup>435</sup>.

Assim, os jogos de poder e os interesses que circunscreviam a formação do território e a construção dos limites nacionais eram encobertos por uma narrativa que colocava a natureza como sinônimo de assertividade e legitimidade. Fazendo com que parecesse que as decisões não derivavam das vontades dos homens, mas da natureza, que era anterior a eles. No entanto, como visto anteriormente, a própria natureza era alvo de disputa, como era o caso do rio São Francisco. Sendo assim, as fronteiras que recebem o nome de naturais são, assim como as artificiais, construídas pelas ações dos homens, que por sua vez oculta a historicidade “para fazer-las o instrumento de uma dominação que procura se perpetuar”<sup>436</sup>.

No livro *Metamorfose do Espaço Habitado*, Milton Santos discute os termos “natural” e “artificial” relacionados ao conceito de Paisagem, ou seja, tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, formada por volumes, cores, movimentos, odores, sons e etc.<sup>437</sup> De acordo com suas ideias, a paisagem artificial realmente é aquela transformada pelo homem, enquanto a paisagem natural a que ainda não foi mudada pelo esforço humano. Entretanto, como ele afirma, mesmo quando um lugar não é fisicamente tocado pela força do homem, ele, todavia, é objeto de preocupação e de intenções econômicas ou políticas, uma vez que à medida que o homem se defronta com a natureza, há entre os dois uma relação cultural, que é também política, técnica, etc.<sup>438</sup>. Sendo assim, para Milton Santos existe uma natureza artificial<sup>439</sup> que é resultado dessas relações socioculturais e políticas.

Partindo desse entendimento, os limites que eram considerados os “mais naturais” pelos intelectuais do século XIX, eram aquelas que melhor se encaixavam nos interesses e nos

---

<sup>433</sup> OLIVEIRA, Op. Cit, 2015.

<sup>434</sup> ALMEIDA, Op. Cit., 1868, p. 31.

<sup>435</sup> OLIVEIRA, Op. Cit, 2015, p. 49.

<sup>436</sup> RAFFESTIN, Op. Cit, 1980, p. 166.

<sup>437</sup> SANTOS, Op. Cit, 2014.

<sup>438</sup> Idem, p. 22.

<sup>439</sup> Idem, p. 24.

projetos que predominavam, fazendo com que a fronteira, mesmo quando delimitada pela natureza, fosse artificial. Ou seja, possuísse a marca do homem. É necessário, portanto, compreender que os limites não são nem inocentes, nem naturais, muito menos arbitrários. Como explica Claude Raffestin, eles fazem parte do jogo de reprodução social: produção, troca, consumo. E a reprodução social não é nada mais do que a territorialidade, pois os limites são vividos e consumidos<sup>440</sup>.

### 3.3 “Filhas do acaso”: o Atlas do Imperio do Brazil e a proposta de reorganização do território nacional

Nos mappas parciaes das províncias forão contemplados as divisões judiciarias, mas os seus limites não estão traçados com o preciso rigor. A deficiência de estudos topographicos, de accordo com as paixões e interesses políticos tornão a geographia do nosso Paiz, sobre maneira instavel. **Não há um anno em que não soffra considerável modificação. [...] Nós não temos um padrão por onde aferir o que he um districto, uma parochia, um município, uma Comarca e uma Provincia [grifo nosso]**<sup>441</sup>.

Durante quase todo o século XIX, a indefinição e mobilidade do território brasileiro, foi debatida e criticada por muitos políticos e intelectuais preocupados em construir uma nação moderna e civilizada. Para eles, garantir e fixar os limites era parte integrante do processo de formação da nação<sup>442</sup>, tendo em vista que o território havia sido tomado como referência para própria unidade nacional. Contudo, diferente do que normalmente se costuma pensar, essa situação não se restringia apenas às fronteiras internacionais do Império com as Repúblicas vizinhas, mas também, as divisões internas desse território, ou seja, os limites das províncias e de seus setores burocráticos. O espaço nacional, portanto, não estava totalmente definido em quase nenhum aspecto, e como a própria nação era sobretudo imaginada<sup>443</sup>.

Como se pode perceber na citação acima, retirada da introdução do *Atlas do Imperio do Brazil*, essa indefinição era entendida em primeiro lugar, como resultado da falta de legislações que definissem de forma racional esse espaço, acabando com as mudanças constantes relacionadas aos interesses políticos. E, em segundo lugar, a escassez de estudos sobre as características físicas e geográficas do território do Império, que não era totalmente conhecido e mapeado pelo governo, tornando seu estudo essencial para o desenvolvimento e para a ação do poder central.

<sup>440</sup> RAFFESTIN, Op. Cit, 1980, p. 170

<sup>441</sup> ALMEIDA, Op. Cit, 1868, p. 08.

<sup>442</sup> GUIMARÃES, Op. Cit, 2011, p. 239.

<sup>443</sup> ANDERSON, Op. Cit, 2008, p. 10.

Esta importância atribuída ao território era salientada na própria Constituição de 1824. No entanto, mais do que isso, ela evidenciava como esse espaço ainda era móvel, deixando especificado no Art. 2 que o “territorio é dividido em Provincias na fôrma em que actualmente se acha, **as quaes poderão ser subdivididas, como pedir o bem do Estado**” [grifo nosso]<sup>444</sup>. Ou seja, a constituição deixava aberta a possibilidade de realizar modificações no território e até criar novas províncias, como fosse “melhor” para Nação.

Entretanto, esse artigo tratava de forma bastante resumida da divisão do Império, principalmente se comparado com a descrição que aparecia no projeto da Constituição de 1823, que acabou não sendo outorgada. Nesta, a indivisibilidade do território era firmada, as províncias que faziam parte do Império foram listadas uma a uma, e sobretudo, a realização de mudanças no território não aparecia apenas como uma indicação de possibilidade, mas sim uma instrução.

Art. 4. **Far-se-á do Território do Império conveniente divisão** em Comarcas, destas em Distritos, e dos Distritos em Termos, e nas divisões se atenderá aos limites naturais, e igualdade de população, quanto for possível<sup>445</sup>

Sendo assim, a necessidade de reorganizar o território do Império já era reconhecida pelo governo desde 1823, principalmente no que se referia a diferença territorial e populacional existente entre as províncias. Para Francisco Adolfo de Varnhagen, tal processo havia sido desencadeado pelas doações arbitrárias realizadas pelos reis portugueses durante a colonização<sup>446</sup>, resultando em províncias assimétricas, na qual algumas possuíam “territórios enormes, enquanto outras se encontravam em um espaço tão diminuto que mal conseguiam encontrar recursos para se manter”<sup>447</sup>. Essa percepção era compartilhada por Candido Mendes que por meio de uma descrição histórica dos limites provinciais criticava o governo colonial por “fixarem largas fronteiras aos territorios que lhes erão subordinados, pouco lhes importando a dificuldade de regê-los, e ainda menos se o senso geographico era ou não transviado”<sup>448</sup>.

De acordo com essa ideia, a formação das capitanias havia resultado em províncias que não possuíam nenhum método ou regra que definisse seus limites, tornando-as “filhas do

<sup>444</sup> BRASIL. Constituição (1824). Lex: Constituição Política do Império do Brazil, de 25 de março de 1824.

<sup>445</sup> “Projecto de Constituição para o Império do Brazil”. In: Eduardo Martins, A assembléa Constituinte de 1823 e sua posição em relação à construção da cidadania no Brasil. Tese de Doutorado. Assis. Unesp. 2008. Anexo.

<sup>446</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo. Memorial Orgânico: uma proposta para o Brasil em meados do século XIX/ com ensaios introdutórios de Arno Wehling. –Brasília: FUNAG, 2016.

<sup>447</sup> GREGÓRIO, Vitor Marcos. Dividindo as Provincias do Império: a emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado nacional brasileiro (1826-1854). Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2012, p. 57.

<sup>448</sup> ALMEIDA, Op. Cit, 1868, p. 28.

acaso”<sup>449</sup>, como afirmava o deputado Luiz Carlos Fonseca em sessão do Parlamento. Situação essa, que na visão desses senhores, era sinônimo de divisões “muito más, muito irregulares”, em que “a acção dos governos provinciaes que parte das capitaes não [podiam] chegar aos diferentes pontos de muitas províncias”<sup>450</sup>. Portanto, para além de uma desigualdade em termos de superfície e população, existiam ainda outros problemas relacionados ao próprio modo como essas estruturas se desenrolavam pelo território, a partir dos setores burocráticos.

As divisões judiciais e eclesiásticas, por exemplo, possuíam uma descontinuidade e sobreposição que criava dificuldades enormes a administração<sup>451</sup>, uma vez que em primeiro lugar, as partes constituintes desse grande império se desenvolviam de formas desiguais, já que não eram atendidos da mesma forma pelas políticas públicas, nem recebiam uma ação mais pronta e eficaz para resolver seus problemas e atender às suas necessidades específicas<sup>452</sup>. Esse processo, ocorria principalmente nas regiões com grande extensão territorial ou população diminuta, mesmo porque, a representação política do Império, era diretamente relacionada a esses fatores<sup>453</sup>.

Em segundo lugar, esse estado das coisas, levava a um temor pela unidade do país, uma vez que grandes porções de terra ficavam submetidas a uma única administração provincial, que além de nem sempre agir de forma eficaz, possuíam um poder que colocava em xeque a própria nação. No artigo da província de Minas Gerais, uma das maiores e mais populosas do império, Mendes tratava dessas questões, questionando

que singular systema de Governo he o nosso, que **por falta de uma sensata divisão de províncias, deixa tão mal administrados grande numero de brasileiros**, como os que infelizmente vegetão ao desamparo nas ubérrimas margens do rio de S. Francisco, sob a dependência de trez Provincias, que nenhum bem lhes podem fazer!

**E que razão d'Estado há para manter-se esses acervos anormais de territórios, indecifráveis perante a Geographia e a politica, e que sob a especiosa denominação de Provincias, são para a nossa nacionalidade como para nossa união um perigo no futuro [grifo nosso]**<sup>454</sup>

Para Mendes, não existia justificativa política para se manter uma organização que tanto deixava parte da população sem auxílio, como abria oportunidade para um desequilíbrio no poder, que tornasse possível parte da nação se separar do restante do país ou, ser reivindicada por alguma nação vizinha. Até porque, como explica José Murilo de Carvalho, essa assimetria

<sup>449</sup> Anais do Parlamento Brasileiro. Sessão de 13 de maio de 1843, p. 170.

<sup>450</sup> Idem, ibidem.

<sup>451</sup> GREGÓRIO, Op. Cit, 2012, p. 24.

<sup>452</sup> Idem, p. 75.

<sup>453</sup> CARVALHO, Op. cit, 2008, p. 28.

<sup>454</sup> ALMEIDA, Op. cit, 1868, p. 26

entre as províncias “levava ao maior favorecimento de umas em relações as outras, gerando ressentimentos sobretudo nas que perdiam influência devido á decadência econômica”<sup>455</sup>.

Quando analisamos os tamanhos das províncias e suas populações, usando como base as informações apresentadas por Candido Mendes nos mapas do *Atlas*, é possível perceber como as províncias que tinham um maior poder político e econômico naquele momento, como é o caso de São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, possuíam também as maiores populações do país, tendo boa parte de seu território povoado. Em contraposição, entre as cinco unidades com maior extensão territorial, Minas Gerais era a única que dispunha também uma população considerável, enquanto províncias como Amazonas e Mato-Grosso, tinham os maiores territórios e as menores populações (tabela 2).

**Tabela 2 – Extensão e população das maiores províncias**

TAMANHO (leguas <sup>2</sup> )	PROVINCIA	POPULAÇÃO
66.300	Amazonas	100.000.
50.175	Mato grosso	100.000
40.000	Grão-Pará	350.000
26.000	Goiás	250.000
<b>20.000</b>	<b>Minas Gerais</b>	<b>1.300.000</b>
16.000	Maranhão	500.000
<b>14.836</b>	<b>Bahia</b>	<b>1.450.000</b>
10.500	Piauí	250.000
<b>10.300</b>	<b>São Paulo</b>	<b>900.000</b>

Fonte: ALMEIDA, Candido Mendes de. *Atlas do Império do Brazil*. Rio de Janeiro: Instituto Philomathico, 1868, p. 08

Nesse contexto, uma reorganização total da divisão do território que substituísse as desigualdades existentes entre as províncias, começou a ser defendida pela maior parte dos políticos e intelectuais brasileiros, que discutiram a importância dessas mudanças em diversos meios, como parlamento, livros que tratavam sobre assuntos diversos, ou em artigos publicados nos periódicos espalhados pelas províncias. Para eles, era necessário superar esse processo em direção a outro mais moderno que acompanhasse a civilização que era desejada para nação. E “modernizar é, como explica Antônio Carlos Robert, entre outras coisas, reorganizar e ocupar o território, dota-lo de novos equipamentos e sistemas de engenharia”<sup>456</sup>, ou seja, valorizar o espaço e garantir a atuação do poder centralizado.

<sup>455</sup> CARVALHO, Op. cit, 2008, p. 28.

<sup>456</sup> MORAES, Antônio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. 3ª edição, São Paulo: Annablume, 2008.

Sendo assim, a ideia era abandonar essa organização em prol de uma nova divisão que fosse mais regular, fazendo com que as províncias, dentro do possível, possuíssem um tamanho e população similar, uma vez que isto resultaria em igualdade na distribuição de riquezas e oportunidades e era sinônimo de eficiência administrativa<sup>457</sup>. Esses pontos, são bem condensados em um artigo publicado em 1854, no jornal *O velho Brazil*, no qual um autor anônimo afirmava que:

**Uma necessidade é geralmente reconhecida: a de uma melhor divisão do território do Império.** Províncias gigantescas que pela sua extensão frustram todos os cuidados da mais diligente administração, ao lado de províncias tão faltas de recursos que nem podem satisfazer aos primeiros encargos provinciais; questões de limites contínuas, dando lugar a reclamações e a queixas, e fomentando ressentimento e ódios funestíssimos; uma luta financeira entre as províncias, que impõem umas sobre os produtos das outras, com a mesma errônea economia política seguida por Estados diversos e às vezes hostis. **Eis que vê quem examina, ainda mesmo superficialmente, a nossa divisão provincial e as relações das diversas partes do território brasileiro [grifo nosso]**<sup>458</sup>

É interessante perceber como problemas diversos relacionados a administração, economia e até a relação entre as partes constituintes da nação, aparecem vinculadas a forma como o território estava organizado. Realmente, a unidade entre as províncias, tanto física como simbólica, era algo a ser construída, acabando com os *preconceitos*<sup>459</sup> e *ressentimentos* existentes. E dentro desse entendimento, a reorganização do território era entendida como essencial para estabelecer relações recíprocas entre essas partes do todo, já que facilitaria ocupar o território de forma mais regular e homogeneia, difundindo por esse vasto território os ideais de ordem e civilização defendidos pelos dirigentes imperiais<sup>460</sup>. Por isso, não bastava definir as fronteiras internas do Império e acabar com os conflitos existentes, era necessário realizar uma mudança no tamanho das províncias e na organização econômica dessa nação, de modo que ela passasse a ter uma unidade.

Entretanto, essas modificações na divisão do território, que já eram realizadas em uma menor escala, deveriam passar a seguir algum padrão, ou seja, algumas “regras” que fossem instituídas pelo governo central e replicadas pelos responsáveis por definir esses limites. Isso porque, segundo Candido Mendes essas Assembleias, se constituíam “verdadeiras maquinas de guerra contra a Geographia, e contra o interesse de uma regular administração”, cometendo

<sup>457</sup> GREGÓRIO, Op. Cit, 2012, p. 65

<sup>458</sup> *O velho Brazil*, 1854, p. 1 e 2.

<sup>459</sup> MARTIUS, Op. Cit, 1844.

<sup>460</sup> JANKE, Leandro Macedo. *Lembra para mudar: o Memorial Orgânico de Varnhagen e a Constituição do Império do Brasil como uma Nação compacta*. Dissertação (Mestrado) –Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, Rio de Janeiro, 2009, p. 60.



“graves erros, na forma adoptada na criação das modernas províncias, assim como na das dioceses”<sup>461</sup>. Deste modo, essas regras deveriam conduzir essa redivisão, de modo que o território fosse organizado da mesma forma em todos os cantos do país, e sobretudo, seguindo os interesses do governo central.

Sendo assim, o problema não era as mudanças em si, já que elas eram tidas como necessárias pela maior parte dos intelectuais e políticos do império, mas a forma como as Assembleias Provinciais e Gerais as conduziam, fazendo com que a organização geográfica do país se tornasse instável<sup>462</sup>, mediante as frequentes alterações. É tendo em vista essas questões, que no *Atlas*, Candido Mendes discutiu com mais profundidade a necessidade de definir os limites provinciais e suas subdivisões por meio de legislações que impedisse as constantes mudanças criticadas por ele.

Contudo, em um livro como o *Atlas*, que tratava especialmente do território do país e tentava substituir a falta de informações geográficas sobre a nação, Mendes não poderia deixar de dar sua opinião sobre a reorganização do território. Na introdução do trabalho, ele explicou quais padrões ele acreditava que deveriam seguir na redefinição da divisão do território, afirmando que

**se tomássemos determinada área para designar o quarteirão ou districto, embora não fosse como tal declarado o territorio sem que estivesse habitado pelo mínimo decretado da população, o território do nosso paiz se reorganizaria perfeitamente; ficando o quarteirão ou districto como primeira e ultima molécula da organização ou edifício territorial do Imperio, tanto no administrativo e no judicial, como no eleitoral, financeiro, militar e ecclesiastico.**

Com esse padrão como base, pode-se-ia fixar o máximo e o mínimo dos districtos que constituirião uma Parochia; assim como o numero destas indispensável para a criação do municipio, e consequentemente o numero destes necessários para que determinado territorio fosse elevado a comarca.

Mas vago que ora existe, ou a base simples da população torna-se o mais deficiente dos systemas para organização dos territorios em qualquer paiz<sup>463</sup>

Nessa perspectiva, a organização do território deveria começar da menor para maior molécula, de modo que uma já fosse formando e organizando a seguinte, a partir de um mesmo padrão. Definindo-se o número de pessoas que teria cada distrito ou quarteirão, era possível formar Paróquias, municípios e comarcas, com mais ou menos a mesma estrutura, definindo o território de uma vez por todas, a partir de uma perspectiva racional do espaço. A divisão do espaço, portanto, assim como uma Matrioshka, seria um conjunto, de tamanhos crescentes, organizados dentro um do outro, formando uma única peça no final, a própria nação.

---

<sup>461</sup> ALMEIDA, Op. Cit, 1868, p. 08.

<sup>462</sup> Idem, p. 07.

<sup>463</sup> Idem, p. 08.

Candido Mendes, no entanto, não apresentou muitos detalhes de como esse padrão seria aplicado, qual era o máximo e o mínimo de pessoas que seriam necessárias para formar cada unidade, ou qual o tamanho que as províncias deveriam possuir. Contudo, existem dois temas que ele fez questão de especificar. O primeiro é que esse sistema não funcionaria nos locais que não tivesse habitado pelo mínimo da população, o que era comum sobretudo nas províncias com grande extensão territorial. Tal colocação é interessante, porque em 1873, em um opúsculo intitulado de *Pinsonia ou a Elevação do Território Septentrional da Província do Grão-Pará á Cathegoria de Província com essa Denominação*, ele voltou a tratar da necessidade de uma reforma, focando desta vez nas partes não povoadas do Império, propondo uma organização diferente para elas. De acordo com ele,

em minha opinião tem sido um grande erro dos nossos Estadistas, o abandono da divisão do nosso território em províncias de regular extensão, **segregando os territórios deshabitados, aliás mui vastos, das províncias á que estão sujeitos sem interesse algum para o Imperio, e podem no futuro constituir um perigo para a integridade desta**, grande comunidade política pela cubiça que excitam, máxime nessa época [...]

**Separados das províncias os territórios deshabitados, sem prejuízo de sua natural circumscripção, podiam ficar sob a direcção do Governo Geral;** que, fazendo-os convenientes dividir em áreas regulares, podia mui commoda e utilmente encetar logo o povoamento dos que por sua situação e recursos, obtiveram em breve cifra de população indispensável para se constituírem em províncias

**E' o systema dos Estados-Unidos e á meu ver mui sensato e proveitoso**<sup>464</sup>

Para Candido Mendes, as áreas não povoadas, que, como ele afirma, eram extensas, se constituíam um problema para a nação, já que, mais uma vez, colocavam em risco a unidade do território. Tal processo, se dava tanto porque o não povoamento significava na maioria das vezes que o espaço não estava sobre controle do governo central, como também, porque a política oficial de definição dos limites estava vinculada a posse e utilização do território, ou seja, o *uti possidetis*<sup>465</sup>.

Nesse sentido, Mendes propõe que no caso das áreas ainda desocupadas, fosse utilizado, como referência, o sistema que havia sido adotado nos Estado Unidos para organizar as terras conquistadas além das treze colônias no final do século XVIII. No projeto norte Americano, o território havia sido dividido “da maneira mais perfeita possível o que, dentro dos ideais iluministas de reforço da racionalidade, significava a adoção de uma organização

<sup>464</sup> ALMEIDA, Candido Mendes. *Pinsonia: a elevação do território septentrional da Província do Grão-Pará a cathegoria de Província com uma essa denominação*. São Paulo: Nova Typographia de João Paulo Hildebramdt, 1873, p. IV.

<sup>465</sup> Ver nessa dissertação o tópico: 2.2 “O curso dos rios nenhuma duvida deixão na divisão dos territorios”: limites nacionais, fronteiras naturais e Uti possidetis.

geométrica do espaço”<sup>466</sup>, ou seja, uma divisão puramente cartesiana, separando o território em áreas do mesmo tamanho. Assim como no Brasil, essa divisão visava estabelecer uma administração mais ágil nas partes isoladas, que teria seu povoamento e crescimento controlado e incentivado pelo governo.

É interessante perceber, ainda, como Candido Mendes fez questão de enfatizar que tal ação não causaria prejuízo às províncias, levantando mais uma vez a questão dos interesses regionais, o que possibilita perceber como eles interferiam diretamente nas mudanças territoriais. Mesmo porque, como afirma Claude Reffestin, os limites exprimem a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço, fazendo com que delimitar seja manifestar um poder numa determinada área<sup>467</sup>. Deste modo, para que projetos como esse fossem instituídos, modificando os limites do território e suas organizações, era necessário que eles fossem endossados e aceitos pelos deputados que como representantes de suas províncias precisavam ser convencidos de que tal medida não prejudicaria seus interesses.

Essa questão fica ainda mais nítida, quando ele explica como seria a administração desses possíveis novos territórios, já que de acordo com sua proposta eles ficariam submetidos diretamente ao Governo Geral. Esse entendimento, na prática significava a não criação de um aparelho estatal para cada um desses espaços, não interferindo diretamente nas bases do poder como na criação novas vagas para deputados, sendo necessário menos dinheiro para colocar em prática esse projeto.

O segundo tema destacado por Candido Mendes em sua proposta, era que a redivisão do território deveria se estender por todos os setores burocráticos do Império, ou seja, as divisões administrativas, judiciárias, eclesiásticas e eleitorais. Mais do que nunca era uma reorganização completa do território, já que normalmente as propostas defendiam uma redivisão apenas da parte administrativa do Império, ou seja, as províncias. Esse era o caso de Varnhagen, que em 1853, escreveu um livro denominado de *Memorial Organico*, dedicado a analisar exclusivamente a “realidade territorial do império e propor um novo ordenamento administrativo”<sup>468</sup>

Diferente de Mendes, Varnhagen desenvolveu bastante o tema, explicando como ele acreditava que as fronteiras deveriam ser definidas, quantas e quais eram as províncias que deveriam passar a existir, e quais padrões essa redivisão seguiria. Contudo, em relação aos outros setores, o autor afirmava que tanto a eclesiástica como o judicial não indicavam naquele

---

<sup>466</sup> GREGÓRIO, Op. Cit, 2012, p. 44.

<sup>467</sup> REFFESTIN, Op. Cit, 1980, p. 152.

<sup>468</sup> GREGÓRIO, Op. Cit, 2012, p. 53.

momento necessárias reformas, sendo mais urgente “proporcionar-se às províncias mais harmonia, mais igualdade, e fazer que a ação governativa não seja mais eficaz e benéfica em umas que em outras”. Sendo assim, as comarcas e dioceses deveriam seguir “como até aqui, enquanto o tempo não indicar para elas as necessárias reformas”<sup>469</sup>, sendo, portanto, uma questão a ser resolvida no futuro.

Desta forma, a proposta de Varnhagen consistia em reorganizar apenas o território provincial, formando dezenove unidades que possuíssem tamanho, riqueza e população similar, sem realizar modificações nas outras estruturas burocráticas que permeavam esse espaço das províncias. Essa era uma situação totalmente diferente da defendida por Candido Mendes, que ao descrever como essas divisões estavam organizadas, não economizou críticas no *Atlas do Imperio do Brazil*, incluindo-as de forma expressa em sua proposta de reorganização do território.

Os problemas atribuídos por Mendes a como essa divisão estava organizada naquele momento foi apresentada de forma fragmentada ao longo de todo o *Atlas*. Nos artigos das províncias, aos poucos ele retomava o assunto, realizando uma nova crítica, ou adicionando uma nova informação que corroborava com a sua proposta de reordenamento apresentada rapidamente na introdução. Essa construção narrativa muito provavelmente estava relacionada com a própria finalidade do trabalho, uma vez que mesmo apresentando diversos projetos pessoais do autor, ele era antes de tudo um compendio escolar, destinado ao ensino.

De qualquer modo, a grande crítica de Mendes estava relacionada a assimetria existente em todas essas divisões, já que não possuíam nenhum padrão “por onde aferir o que he um districto, uma parochia, um município, uma Comarca e uma Provincia”<sup>470</sup>, resultando nas constantes mudanças que atrapalhavam a administração. A Divisão Eleitoral por exemplo, estava organizada, segundo Mendes, em 46 distritos, no entanto, não existiam regras que definissem o tamanho do território, ou a quantidade de pessoas necessária para criação de cada um deles. Um exemplo notório desse processo são as províncias de São Paulo e Ceará que possuíam cada uma 3 distritos eleitorais, no entanto, eles eram responsáveis por administrar espaços completamente diferentes, já que enquanto a primeira possuía 900.000 pessoas e 10.300 léguas quadradas, a segunda tinha apenas 550.000 pessoas e 3.627 léguas quadradas.

Já em termos Eclesiásticos, existiam 12 dioceses que na maior parte dos casos compreendiam o território de mais de uma província que fosse relativamente próxima. Contudo, para Mendes, essa diminuta quantidade gerava alguns inconvenientes, como era o caso da

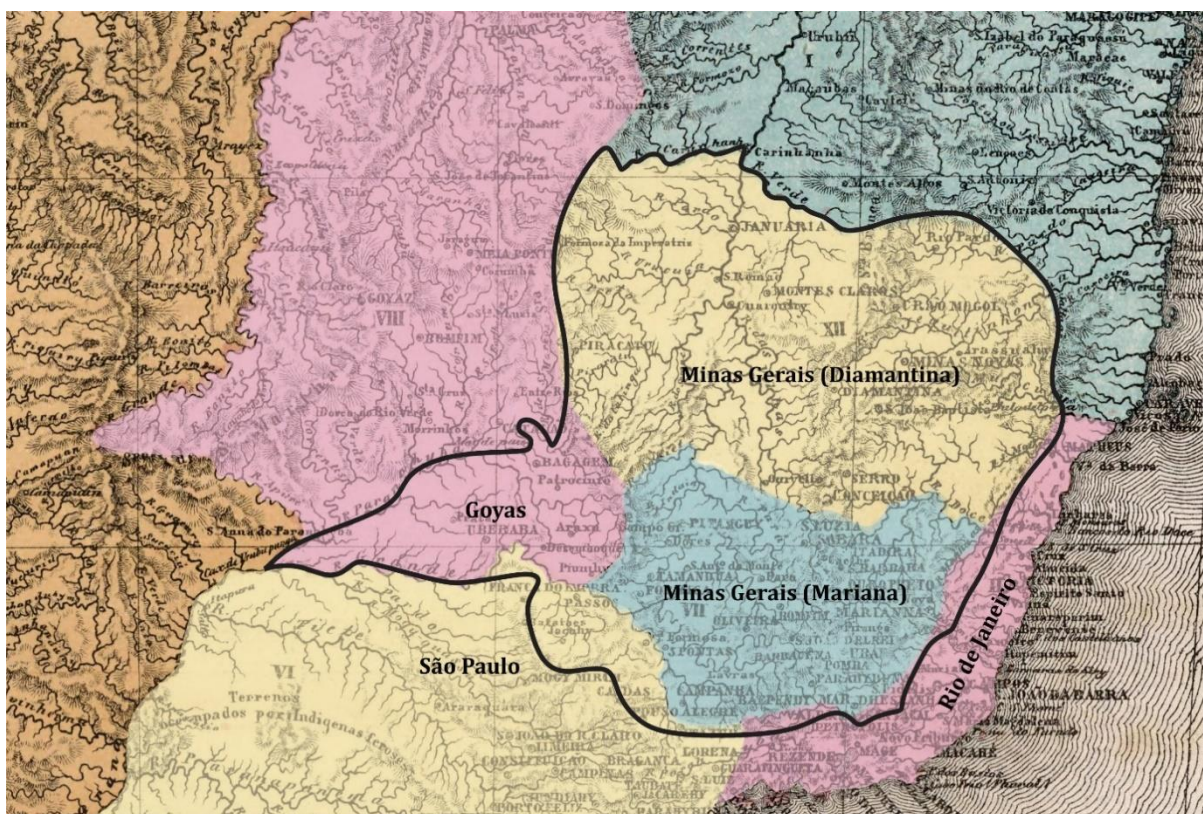
---

<sup>469</sup> VARNHAGEN, Op. Cit, 2016, p. 138.

<sup>470</sup> ALMEIDA, Op. Cit, 1868, p. 08.

província de Minas Gerais que pertencia a cinco dioceses diferentes. Sendo duas próprias da província (Diamantina e Mariana), e ainda “do Rio de Janeiro, na parte oriental, do de São Paulo na parte Meridional, e do de Goyas da ocidental” (mapa 7), sendo considerada, uma “anomalia que carece extinguir criando-se novas províncias e dioceses com extremas bem salientes e demarcadas”<sup>471</sup>.

**Mapa 7 – Mapa das dioceses da província de Minas Gerais.**



Fonte: *Atlas do Imperio do Brazil*, mapa do Brasil III.

No entanto, poucas mudanças foram efetuadas nesse sentido durante todo o período imperial, apenas três novas dioceses fossem criadas<sup>472</sup> não alterando quase nada a assimetria existente no tamanho dessas unidades. Esse processo, como explica, Germano Moreira Campos estava relacionado ao controle exercido pelo Estado sobre a vida eclesiástica brasileira, que restringia a atuação da Igreja para melhor fiscalizar os seus passos, no sentido de conduzi-la a um ajuste com o projeto nacional, transformando-a em um departamento da administração civil que deveria ser útil aos interesses do estado<sup>473</sup>. A perspectiva apresentada por Varnhagen em seu trabalho, fornece indício dessa percepção, uma vez que ele não se alongou nesse assunto,

<sup>471</sup> Idem, p. 08.

<sup>472</sup> As dioceses são: Fortaleza, Diamantina e Porto Alegre.

<sup>473</sup> CAMPOS, Germano Moreira. *Ultramontanismo na Diocese de Mariana: o governo de D. Antônio Ferreira Viçoso (1844-1875)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto, Programa de Pós-graduação em História, Mariana, 2010.

apenas reconhecendo que existiam dioceses que se estendiam a outras províncias, mas “não via inconveniente de uma comarca com julgados em duas ou três diferentes divisões administrativas”<sup>474</sup>.

Sem dúvida, mesmo que esses autores estivessem propondo ideias que possuíam certa similaridade ou, pelo menos, tinham um mesmo objetivo final, seus projetos apresentavam formas diferentes de compreender o espaço Brasileiro e como deveria funcionar sua organização burocrática. Isso porque, mesmo existindo um projeto coletivo, ele não era vivenciado de modo totalmente homogêneo pelos indivíduos que o compartilham, já que existe, uma rede de negociações que é individual, e sempre interage com outros projetos dentro do *campo de possibilidade* que está inserido<sup>475</sup>. Assim, Candido Mendes, Varnhagen e outros intelectuais oitocentistas, faziam parte desse *projeto* coletivo que defendia a redivisão do território nacional, mas a produção de seus trabalhos passava por suas individualidades, representando, assim, os seus interesses pessoais.

No caso de Mendes, seu interesse em tratar da parte Eleitoral e Eclesiástica do Império fica nítido na própria forma que ele organizou o *Atlas*, tendo em vista que ele dedicou uma parte separada do texto para listar quais eram os distritos e dioceses existentes, e sobretudo, construiu uma representação cartográfica dessas delimitações. Entre os 4 mapas do Brasil presentes no *Atlas* “trez estão escriptos, contendo as circunscripções ou divisões administrativas, eclesiasticas e eleitoraes”<sup>476</sup>, ficando a judiciária para os mapas provinciais. Incluir esses mapas, foi uma escolha de Candido Mendes, baseada nas informações que ele acreditava que eram importantes apresentar em seu trabalho, das suas preferências e prioridades culturais, uma vez que os mapas “nunca são uma realidade inocente ditada pela verdade intrínseca dos fatos, eles são parte de um discurso persuasivo que pretende convencer”<sup>477</sup>.

Em relação a divisão judiciária, suas críticas eram referentes a falta de definição oficial dos limites das comarcas, e as constantes modificações ocasionadas pelas Assembleias Provinciais que impedia, segundo ele, traçar tais limites com o preciso rigor. Tais críticas, apareciam no final de cada artigo, em uma parte intitulada *divisão judiciária*, na qual o autor fazia um breve comentário sobre a organização, citando na maior parte das vezes as dificuldades para mapear tais limites, em virtude da falta de legislação. No artigo da província do Amazonas, primeiro do *Atlas*, ele afirmava:

---

<sup>474</sup> VARNHAGEN, Op. Cit, 2016, p. 138.

<sup>475</sup> VELHO, Op. Cit, 1999.

<sup>476</sup> ALMEIDA, Op. Cit, 1868, p. 08.

<sup>477</sup> HARLEY, Op. Cit, 2005, p. 63.

se acha dividida em trez comarcas: **mas os limites dessas divisões traçadas em côres não representam em todo o seu rigor a circumscripção legal, por dificuldades que ainda não podemos vencer pelo vago e incerteza da Legislação Provincial.** [...]

Grupamos por meio de cores os Municipios, que segundo os Relatorios do Ministerio da Justiça, despendião da mesma circumscripção denominada Comarca, na forma que nos pareceu mais natural e razoável do ponto de vista geographico<sup>478</sup>

É importante lembrar que a escassez de informações geográficas e de mapas do território brasileiro, era considerada um problema nesse período, já que era por meio dessas representações que o Estado conseguia visualizar sua extensão territorial, mantendo seu poder e traçando projetos para esse espaço. Como explica Brian Harley, eles facilitam a expressão geográfica dos sistemas sociais, eram um meio de consolidar o poder do Estado, e como instrumento de vigilância, prestam ao mesmo tempo à coleta de informações pertinentes para o controle dos cidadãos e a vigilância direta de sua conduta<sup>479</sup>. Nesse sentido, no caso dos limites das comarcas, a problemática das constantes modificações encontrava a necessidade de ter o espaço mapeado de forma sistemática, uma vez que uma representação cartográfica é um recorte de um determinado espaço no tempo, fazendo com que a modificação desse espaço, deixasse o mapa desatualizado.

À vista disso, mais do que modificar a divisão do Império, era fundamental, assim como nos limites internacionais, cristalizar esse território, definindo de uma vez por todas suas bases territoriais. Tal definição, considerada por Candido Mendes “da maior conveniência publica á todos os respeitos”<sup>480</sup>, deveria ser realizada por uma lei geral, tirando da Assembleia Provincial essa função. Assim, aos poucos esse espaço produzido a partir do que os intelectuais entendiam como melhor para o Estado, deveria se tornar “natural” quando incorporado à natureza, já que como explica Milton Santos, o que vemos ser construído é, para as gerações seguintes, o que existe diante deles como natureza<sup>481</sup>.

Deste modo, na visão de Mendes a unidade do país, seu desenvolvimento econômico e boa administração, passava pela reorganização de todos os setores burocráticos do Império, que também precisavam ser definidos de forma racional para que a unidade da nação se concretizasse. No entanto, a falta de informações sobre as características geográficas brasileiras, bem como da população e riqueza de cada região, era também considerada um grande empecilho para realizar essa reforma naquele momento. Esse estado das coisas, ao longo dos

<sup>478</sup> ALMEIDA, Op. Cit, 1868, p. 11.

<sup>479</sup> HARLEY, Op. Cit, 2005.

<sup>480</sup> ALMEIDA, Op. Cit, 1868, p. 08.

<sup>481</sup> SANTOS, Op. Cit, 2014, p. 83.

anos, foi sendo citado de forma recorrente nos textos e debates que tratavam sobre uma reorganização do território nacional. Já em 1846, por exemplo, o deputado Luiz Carlos Fonseca<sup>482</sup>, afirmava que

é certamente uma das primeiras necessidades do paiz uma boa divisão territorial; mas pergunto eu, **remediamos nós este mal, curaremos este mal, creando províncias tão a esmo como os nossos antepassados? Quaes são as informações, quaes os dados que temos? A que exames estatísticos ou topographicos se tem procedido? Como ás cegas havemos de fazer divisões de províncias? queremos curar o mal, portando-nos do mesmo modo que os nossos antepassados?**<sup>483</sup>

Para ele, portanto, se a redivisão do território fosse efetivada naquele momento, continuaria a se criar províncias assimétricas e de forma arbitrária, já que não existiam dados estatísticos e topográficos de todas as regiões, sendo impossível resolver o problema, ou como ele afirmava, *colher o fruto do remédio que queriam aplicar*<sup>484</sup>. Contudo, o levantamento dessas informações, sobretudo, dos dados topográficos, não era percebido no horizonte da maior parte desses sujeitos que defendiam a necessidade imediata de uma melhor divisão das províncias. O próprio Varnhagen, questionou em seu *Memorial Orgânico* a que distância o Brasil estava de ter mapas levantados minuciosamente e em grande escala, com um cadastro e estatística da maior “exatidão”, colocando tal aspecto como uma perfeição.

**Em que século futuro a chegaremos a conseguir?** Não possuímos, nem possuiremos tão cedo, um mapa levantado geodesicamente, e as escassas informações estatísticas que temos merecem uma confiança secundária. **Assim, por enquanto não poderemos nós seguir rigorosamente esses princípios recomendados para uma exata divisão de território**<sup>485</sup>

Mesmo reconhecendo essa questão, diferente de Luiz Carlos Fonseca ele não via a reorganização como uma impossibilidade, propondo modos para contorná-la. Esse era o caso da utilização dos rios conhecidos para orientar a definição dos limites internos do império, já que na sua visão, essa medida “numa lei simplifica[ria] sua redação e lhe da[ria] clara e terminante inteligência”<sup>486</sup>. Mas como explica Leandro Macedo Janke, a escolha pelo curso dos rios como elemento central não se limitava apenas à ausência de mapas e dados estatísticos de pouca confiabilidade, mas também tinha por objetivo destacar as características insulares do território do Império<sup>487</sup>.

<sup>482</sup> Medico brasileiro, eleito deputado pela província de Minas Gerais, e senador do império entre 1875 e 1887, quando faleceu.

<sup>483</sup> Anais do Parlamento Brasileiro. Sessão de 17 de agosto de 1846, p. 515.

<sup>484</sup> Idem, ibidem.

<sup>485</sup> VARNHAGEN, Op. Cit, 2016, p. 139.

<sup>486</sup> Idem, p. 140.

<sup>487</sup> JANKE, Op. Cit, 2009, p. 66.



De qualquer modo, a proposta de uma redefinição total do território, mesmo sendo muito citada pelos sujeitos durante todo o século XIX, nunca foi seriamente considerada pelos deputados e senadores como uma medida viável<sup>488</sup>. Era sim, considerado uma grande necessidade, mas era um projeto para ser desenvolvido no futuro, estava dentro do *horizonte de expectativa*<sup>489</sup> desses daqueles que pensavam a questão em meados do século XIX. Essa projeção fica nítida no trabalho de Cândido Mendes, já que em primeiro lugar, ele era destinado a formar os futuros governantes do Império que no futuro poderiam colocar em prática o projeto.

E, em segundo lugar, porque o próprio *Atlas* apresentava informações topográficas e populacional do Império, o que poderia tornar a redefinição do território um pouco mais possível. Fato esse, que foi mencionado no jornal *Diário de Belém: folha política, noticiosa e commercial*, em 1869, em uma matéria a respeito da geografia do Brasil, de acordo com ela, a obra de Mendes não era somente “um accessimo importante a geographia existente”, mas também, deveria “torna-se um novo ponto de partida para a legislação e governo do Imperio, o qual tem agora neste novo atlas, abudantes materiais **sobre o que basear planos para seu futuro desenvolvimento**”<sup>490</sup>. No entanto, mais uma vez, o melhoramento do espaço era colocado como uma projeção futura, cujo ponto de partida poderia ser o *Atlas*.

Mas não eram apenas a falta de informações que impossibilitavam a realização desse projeto, os jogos de poder que ocupavam esses espaços e davam vida às fronteiras e setores burocráticos também eram um entrave, talvez até mais importante. Como explica David Harvey, o espaço “é sempre um contingente de poder social, e a reorganização do espaço sempre é uma reorganização da estrutura mediante a qual o poder social é expresso”<sup>491</sup>, e, no caso do Brasil, o poder, inclusive político, era definido também pela população e riqueza das províncias.

Baseado em todas essas questões, é possível perceber que a reorganização de todo o território nacional, não era algo fácil de se concretizar naquele momento. Por isso, o que era mais comum entre aqueles que procuravam efetuar mudanças nesse espaço, era propor a divisão de alguma província específica, principalmente das que geralmente eram consideradas de grande extensão. Esses projetos, assim como os de redefinição total do território, também eram

---

<sup>488</sup> GREGÓRIO, Op. Cit, 2012, p. 53.

<sup>489</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

<sup>490</sup> Diário de Belém: folha política, noticiosa e commercial, 12 de fevereiro de 1868, p. 02.

<sup>491</sup> HARVEY, Op. Cit, 2010, p. 233.

apresentados em jornais e livros, mas nesse caso, ganhavam destaque, sobretudo, no Parlamento Brasileiro, onde eram propostas e ponderadas pelos representantes de todas as províncias.

Para se ter ideia, só na primeira metade do século, foram propostas: a emancipação da comarca do Rio Negro, levando a criação da província do Amazonas em 1850; a emancipação da Comarca de Curitiba, que se desvinculou de São Paulo, em 1853; a criação de uma nova província denominada de Kariris Novos<sup>492</sup>, que teria Crato como capital; e inúmeros projetos visando a divisão de províncias como Minas Gerais, Bahia, Goiás e Grão Pará<sup>493</sup>. No entanto, dentre essas, apenas os dois primeiros se concretizaram no período imperial, os outros, ou não passaram de largas discussões, surgindo entraves diversos que inviabilizavam sua efetivação, ou não chegaram nem a ser debatidas.

Esse foi o caso de um projeto apresentado por Candido Mendes de Almeida, em julho 1853, propondo a criação de uma nova província localizada na margem esquerda do rio Amazonas. De acordo com a proposta, a nova unidade administrativa, denominada de Oyapockia, teria seu território desmembrado da província do Grão-Pará, ocupando toda a área acima do rio Amazonas, resultando em um espaço quase do tamanho de São Paulo (mapa 8).

**Mapa 8 – Território que deveria pertencer a província do Oyapockia.**



Fonte: Anais do Parlamento Brasileiro. Sessão de 1 de julho de 1853, p. 170 e o ALMEIDA, Candido Mendes de. *Atlas do Imperio do Brazil*. Rio de Janeiro: Instituto Philomathico, 1868.

<sup>492</sup> REIS JÚNIOR, Darlan. Senhores e Trabalhadores no Cariri Cearense: terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XIX. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História Social, Fortaleza, 2014, p. 48.

<sup>493</sup> GREGÓRIO, Op. Cit, 2012.

O interessante, no entanto, é que mesmo tendo sido assinada por outros 15 deputados, a proposta não chegou a ser debatida na câmara, tendo o início de sua discussão “postergada a tal ponto que acabou por jamais acontecer”<sup>494</sup>. Isso não significa, no entanto, que o projeto não tenha tido importância dentro do jogo político imperial, uma vez que mesmo não tendo sido discutido no parlamento, foi criticado e defendido em inúmeros periódicos, continuando a receber esforços de Candido Mendes por mais de 20 anos. O que possibilita perceber como a construção e reorganização do território nacional foi pautada por interesses individuais e coletivos que eram envoltos por um discurso nacionalista que diziam visar o bem da nação.

No caso do Oyapockia, Mendes apresentava como justificativa para criação dessa nova província a necessidade de proteger o rio Amazonas e seus territórios adjacentes, dos Estados Unidos. Isso porque, de acordo com seu projeto, os norte-americanos, procuravam tornar livre a navegação do rio e anexar parte da região pertencente ao Império, enviando exploradores ligados à marinha para estudar a região, com o argumento de que o espaço encontrava-se abandonado pelo Brasil. A esse respeito, Mendes afirmava em seu discurso de sustentação do projeto que

**escreve-se nos Estados-Unidos da America Septentrional de norte ao sul, de leste a oeste de Boston a Nova-Orleans, de Baltimore a S. Luiz, que o Amazonas deve pertencer aos Estados Unidos, por ser este o paiz que está no caso de melhor navegal-o, e que os terrenos banhados do mesmo rio, que não têm sido por ora aproveitados pelo Brazil, o devem ser por aquella nação. [...]**

Parece-me, Sr. Presidente, que estes factos são da maior importancia, e que **não devem ser desprezados nem pelo governo, nem por esta camara, e nem pelo paiz.** (apoiados)<sup>495</sup>

Baseado nessas informações, que segundo ele já eram conhecidas pelos outros deputados, o governo deveria olhar com atenção para esse problema, criando garantias de que o território ficaria protegido e acabando com os argumentos que seriam apresentados pelos norte-americanos de que o rio e seu entorno não eram aproveitados pelo Estado brasileiro. Na visão de Mendes, a forma de resolver isso era justamente, criar uma nova unidade administrativa, a fim de ocupar a região e proteger as fronteiras. E o melhor lugar para isso era “entre o rio e o oceano”<sup>496</sup>, ou seja, na foz do Amazonas, tanto por ser a porta de entrada de países como os Estados Unidos como também por ser a parte mais desamparada, segundo Mendes.

---

<sup>494</sup> Idem, p. 453.

<sup>495</sup> Anais do Parlamento Brasileiro. Sessão de 1 de julho de 1853, p. 170.

<sup>496</sup> Idem, ibidem.

Nesse mesmo discurso, inclusive, ele se lamentou pelas acusações feitas pelos Estados Unidos não serem totalmente sem fundamentos, já que em sua perspectiva o país realmente não estava aproveitando os territórios férteis, nem a navegação do Amazonas que “possuíamos há mais de 300 anos, e que é sem dúvida o maior thesouro que existe no mundo quando a rios navegáveis”<sup>497</sup>. Mendes afirmava ainda, que essa mesma região era ponto de atenção no período colonial, quando haviam sido construídas fortalezas nos “nos lugares que estavam mais expostos aos perigos, e em acclarar os nossos limites”<sup>498</sup>. Por isso, caberia ao atual governo, continuar a desempenhar papel tão importante na região, mantendo em seguranças suas fronteiras, uma vez que esse domínio do espaço era uma fonte fundamental e pervasiva de poder social na vida cotidiana<sup>499</sup>.

Contudo, essa não era uma opinião compartilhada por todos os políticos e intelectuais da época. Enquanto apresentava esses argumentos no parlamento, Mendes foi interrompido repetidas vezes pelo deputado da província da Bahia, Angelo Muniz da Silva Ferraz<sup>500</sup>, que não teve sua fala transcrita para os anais. Do mesmo modo, ainda em 1853, um correspondente do jornal *O Cearense*, ao listar os projetos que estavam sendo debatidos no Rio de Janeiro, citou a criação da província do Oyapokia, criticando duramente a justificativa apresentada por Mendes.

dis elle, querem tomar-nos o Amasonas!... **bem me dizia meo mestre de latim, que há gente que em vez de miolos, não sei o que tem na cabeça!** Ora uma **província no meio de um deserto** á apenas percorrido por algumas tribos selvagens para oppor barreira a invasão dos Est.-Unidos!<sup>501</sup>

O problema, nesse caso, não era se existia necessidade ou não de proteger esse espaço de uma possível invasão, mas a proposta de Mendes para resolver isso, já que segundo esse fragmento, a região norte do Grão-Pará não possuía uma grande população, existindo indígenas que não eram subordinados ao poder imperial vivendo na localidade. Esse argumento, foi muito utilizado pelos opositores do projeto que afirmavam não existir condições de transformar essa parte em uma nova província, por fatores estruturais, econômicos e até mesmo populacionais. Esse último, inclusive, foi reconhecido por Candido Mendes já na apresentação do projeto, no qual afirmou que uma população de 25 a 30 mil habitantes não era suficiente para criar uma província *na parte central do país*, no entanto, em sua perspectiva tal medida não se aplicava a

---

<sup>497</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>498</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>499</sup> HARVEY, Op. Cit, 2010, p. 207.

<sup>500</sup> Nasceu em 3 de novembro de 1812, no Brasil. Formou-se em direito pela Universidade de Olinda. Foi nomeado Promotor Público, em 1835, sendo eleito Deputado da Assembleia Provincial da Bahia. Elegeu-se Deputado pela província da Bahia entre 1845 e 1855. Foi ministro da Guerra entre 1865-1866 e Ministro da Fazenda entre 1859 e 1861, faleceu em 18 de janeiro de 1867.

<sup>501</sup> O cearense, 26 de julho de 1853.

um território “que está nos limites do imperio, territorio que se póde julgar ameaçado de ser presa de uma nação tão anciosa por fazer conquistas”<sup>502</sup>, os Estados Unidos.

Outra crítica a criação da província estaria relacionada a impossibilidade de Macapá ser a capital em virtude de supostas doenças que atingiam a todos os moradores, como resultado de águas que eram contaminadas pela seiva venenosa de uma arvore chamada de assacú<sup>503</sup>. Segundo essa perspectiva, essa parte do país seria “hum verdadeiro matadouro”, onde “vivem todos envenenados não so dos miasmas dos muitos pântanos, como ainda das aguas contaminadas”<sup>504</sup>, não tendo porque o governo investir grandes somas na criação de uma nova unidade administrativa.

De qualquer modo, os mesmos motivos apontados por Candido Mendes para criação da província, ou seja, aproveitar melhor a região que estava abandonada, povoando e melhorando, era também utilizada como argumento para que isso não acontecesse, já que ela não teria condições para conter as ameaças das nações estrangeiras. Todavia, esses argumentos utilizados por Mendes foram se modificando, junto de algumas outras ideias do projeto, nas duas décadas seguintes quando ele publicou dois trabalhos nos quais tratava e ampliava essa discussão.

O primeiro foi publicado como parte do *Atlas do Império do Brasil*, no qual a província ainda em projeto ganhou um artigo e um mapa próprio (mapa 9), assim como as demais unidades já existentes. Neles, Mendes apresentava os limites e a organização de um espaço que não correspondia a realidade da época, mas da nova divisão defendida por ele. Como explica Júnia Furtado, não é raro essa inversão do mapa inventar o território que representa e não o contrário, uma vez que mais do que um produto do espaço vindo apenas depois dele – tanto temporalmente quanto conceitualmente – um documento cartográfico pode se configurar em um projeto político para o futuro<sup>505</sup>. Já o segundo trabalho, foi o opúsculo de 1873, que tinha como objetivo apresentar a Comissão Estatística da Câmara dos Deputados alguns dados que dessem sustentação ao projeto, apresentado 20 anos antes.

---

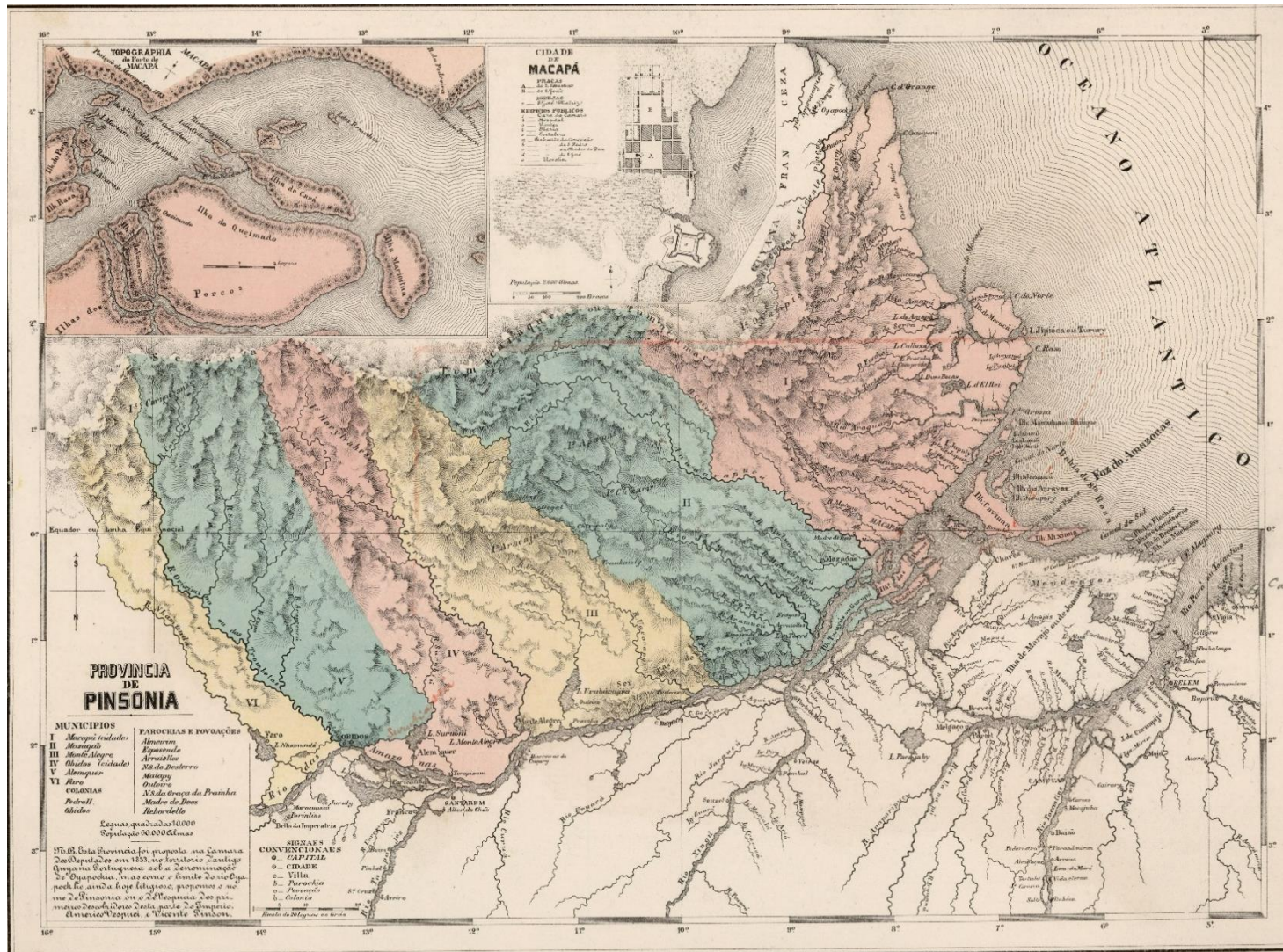
<sup>502</sup> Anais do Parlamento Brasileiro. 1 de julho de 1853, p. 170.

<sup>503</sup> Planta que produz o látex que pode ser venenoso.

<sup>504</sup> ALMEIDA, Op. Cit., 1873, p. XI.

<sup>505</sup> FURTADO, Op. Cit,

Mapa 9 – Mapa da província de Pinsonia



Referência: ALMEIDA, Candido Mendes de. *Atlas do Imperio do Brazil*. Rio de Janeiro: Instituto Philomathico, 1868

As modificações apresentadas nesses trabalhos estavam vinculadas com as mudanças de perspectiva, novos debates e demandas que surgiram no cenário político do Império, fazendo com que Mendes precisasse rever suas ideias para que elas fossem aceitas. Esse foi caso do próprio nome sugerido para o território em 1853, que por ser considerado “inconveniente, tendo em mira as pretensões da França ao domínio completo do rio Oyapock”<sup>506</sup>, foi modificado pelo autor já no *Atlas*, passando a se chamar Pinsonia a partir de então, em homenagem ao descobridor de seu território Vicente Yanes Pison.

Outra modificação notável do projeto é que as justificativas para criar a província, a partir desses dois escritos, deixavam de estar exclusivamente vinculadas a uma ameaça norte-americana, passando a ser sustentada por argumentos ligados a sociedade e economia brasileira. Para Mendes, era essencial que o Estado passasse a dar mais atenção para esse espaço, que estava completamente abandonado mesmo possuindo atrativos econômicos importantes para o Império em virtude de sua localização e recursos naturais. De acordo com ele era baseado nessas razões que havia proposto o projeto a câmara dos deputados, pois

sempre que lançávamos os olhos para aquelle lado do imperio, quando estudavamos a sua carta, **não podíamos comprehender a razão do abandono de tão importante territorio**, cujas vantagens se tão manifestas, tendo-se em consideração a posição, e os recursos que em si concentra, especialmente o artigo – gomma elástica [...]

**Estabeleça-se um governo em Macapá que garanta o viver nessa e em outras ilhas da foz do amazonas, e em breve ellas se povoarão, e pagarão ao paiz com juro onzeneiros essa simples proteção**<sup>507</sup>

Em uma análise isolada, de fato, parece apenas que Mendes percebia o potencial existente na região que não recebia tanta atenção do governo central e do Grão-Pará, chamando atenção para uma importante oportunidade de investimento que se pagaria brevemente a todo o país. Contudo, quando se compara esse texto ao projeto inicial, percebe-se que a partir do *Atlas do Império do Brazil*, o autor passaria a apresentar um apelo mais comercial do que protecionista. Mudança essa, diretamente vinculada as novas discussões políticas, tendo em vista que a ideia de que a região do Amazonas estava ameaçada era dotada de extrema atualidade em 1853, perdendo força alguns anos depois<sup>508</sup>, quando passou-se a defender a abertura do comércio no rio Amazonas, concretizada em 1867.

Sendo assim, seu principal argumento em 1853, ou seja, a questão de que o Brasil poderia perder parte de seu território para outra nação, passava agora para o segundo plano, muito mais como um temor do que como um argumento decisivo para realização do projeto.

<sup>506</sup> ALMEIDA, Op. Cit, 1868, p. 32.

<sup>507</sup> Idem, ibidem.

<sup>508</sup> GREGÓRIO, Op. Cit, 2012, p. 456.

Visto que Mendes deixa evidente que isso só aconteceria se o Estado continuasse a desprezar esse espaço, considerado por ele como uma *joia do império*, que ainda possuía “a foz do rio mar sem cidades e outras povoações importantes, com ilhas de grande extensão perfeitamente desertas” como prova de que, dizia ele, “não somos dignos de possuir um tal tesouro”<sup>509</sup>. É interessante perceber, que no Brasil, o aproveitamento e domínio dos espaços desde o período colonial, foi diretamente atrelado a sua ocupação efetiva, fazendo com que espaços considerados desertos, fossem tratados como sinônimo da ausência de civilização, sendo necessária a ação do Estado.

Além disso, como explica Ilmar Mattos, existia uma forte discussão relacionada a dispersão da população pelo vasto território, uma vez que isso encarecia a mão de obra, dificultando a obtenção de braços para a agricultura e a civilização do país<sup>510</sup>. Nesse sentido, a valorização desse espaço deveria ser efetivada a partir da criação da província de Pinsonia, que por meio de um governo próprio, partindo diretamente da cidade de Macapá, poderia melhor aproveitar esse espaço, desenvolvendo com mais facilidade “o progresso material da nova província, e ainda do intelectual e moral”<sup>511</sup>. O que estava em pleno acordo com o projeto centralizados dos conservadores, a partir de 1850, que dirigiram esforços para aproximar cada vez mais as áreas distantes do país da administração sediada na corte do Rio de Janeiro<sup>512</sup>.

Nessa perspectiva, baseada na localização da nova província na foz do rio Amazonas e do porto na cidade de Macapá, Mendes passou a defender que a melhor forma de promover esse progresso era investir no comércio, ou melhor na construção de uma estrutura que possibilitasse transformar a região e o porto em um grande mercado, que segundo ele eram “pontos de apoio dessa grande frutuosa indústria”, o comércio. Por isso, tendo em vista convencer da necessidade da concretização de seu projeto, Mendes afirmava constantemente não conseguir compreender a razão desse espaço continuar esquecido, afirmando que

Basta lançar as vistas para a situação de Macapá, para logo se comprehender quão mal inspirado andou o Governo Imperial privado o Brasil daquelle beneficio. **Parece que os ciúmes de Belém foram a cauda desse ainda reparável descuido.**

Que mal resultaria ao imperio de haver dous grandes mercados na foz do Amazonas (Macapá), e outro do Tocantins (Belém)?<sup>513</sup>

A ação do Estado, a partir da criação da nova província, portanto, deveria tornar possível que a região próxima de Macapá fosse incorporada no contexto político-econômico do

<sup>509</sup> ALMEIDA, Op. Cit, 1868, p. 33

<sup>510</sup> MATTOS, Op. Cit, 2011, p. 257.

<sup>511</sup> ALMEIDA, Op. Cit, 1873, p. VII.

<sup>512</sup> GREGÓRIO, Op. Cit, 2012, p. 16.

<sup>513</sup> ALMEIDA, Op. Cit, 1873, p. VII.



Império e das trocas comerciais internacionais que já aconteciam no Grão-Pará, a partir do estabelecimento do comércio pelo rio, que mais uma vez aparecia como cenário de uma disputa<sup>514</sup> entre as elites regionais. Sendo assim, a necessidade de estabelecer uma administração em Macapá, estava ligada também a possíveis problemas existentes entre o governo provincial e os moradores da comarca de Macapá, que acusavam a Assembleia Provincial de recusar o repasse de verbas para obras públicas da cidade, deixando a região abandonada. Esses argumentos estavam presentes em uma petição assinada por trezentas e oitenta e sete moradores da comarca, enviada à Câmara dos deputados, em 8 de julho de 1870, no qual eles afirmavam que

desde esse tempo que os homens da capital da provincia no votarão ao maior desprezo [...] Deixarão cahir os nossos melhores edificios publicos como fosse a grande caza destinada para alfandega, cadêa, Caza da Camara, a mesma Matriz já teria desaparecido se os nossos esforços não aguentassem; a Fortaleza que representa um grande capital tende a demonstrar-se, se o Governo não se apressar em garantil-a contra a queda da ribanceira do rio. <sup>515</sup>

Acusar o governo provincial de agir deliberadamente contra os habitantes de uma comarca não era uma estratégia nova dentro do debate de reforma territorial brasileira, tendo sido uma ferramenta argumentativa relativamente poderosa em debates como da emancipação de Curitiba. Isso porque, a criação de uma nova unidade administrativa implicava no sacrifício de todo o conjunto do Império, que teria que arcar com o aumento das despesas, “pagando a conta” enquanto a província não conseguisse rendimentos necessários para se manter e gerar lucros. Sendo assim, era preciso apresentar um conjunto de fatores para fazer com que “dentro de uma lógica de um sistema representativo de tipo federativo, os deputados aceitassem votar por uma medida que acarretaria consequências negativas para suas províncias”<sup>516</sup>.

Nesse sentido, os argumentos mais utilizados eram justamente aqueles apresentados por Mendes ao longo dos anos, ou seja, a proteção do território e de suas fronteiras; o desenvolvimento comercial da região, que poderia gerar lucros para toda a nação valendo os gastos necessários para sua criação; e finalmente, o abandono pelo governo provincial impedindo seu desenvolvimento. Contudo, no caso da província de Pinsonia, nenhuma dessas justificativas foram fortes o suficiente para fazer com que o projeto fosse ao menos debatido no Parlamento, sobretudo, porque recebeu oposição direta dos próprios deputados paraenses, que encaminharam, em 1855, uma petição à Comissão de Estatística pedindo que o projeto não

---

<sup>514</sup> Ver nessa dissertação: tópico 2.2 “O curso dos rios nenhuma duvida deixão na divisão dos territorios”: limites nacionais, fronteiras naturais e *Uti possidetis*.

<sup>515</sup> ALMEIDA, Op. Cit, 1873, p. XV.

<sup>516</sup> GREGÓRIO, Op. Cit, 2012, p. 459.

fosse em hipótese alguma aprovado pelos deputados<sup>517</sup>. Em seus textos posteriores, Candido Mendes de Almeida tratou desse fato afirmando que

a noticia deste projecto abalou muito os espíritos na cidade de Belém, capital da Provincia do Grão-Pará, que lobrigarão nessa criação, uma diminuição de interesses e de importancia para a cidade que se julga a rainha do Amazonas, no momento em que a navegação do rio se ia fazer á vapor por meio da criação de uma forte Companhia<sup>518</sup>

Para ele, portanto, a negativa dos paraenses em apoiar o projeto estava relacionada ao interesse que eles possuíam de manter o monopólio sobre o comércio pelo rio Amazonas, a partir do porto de Belém, principalmente, depois que a Companhia de Navegação e Comércio do rio Amazonas havia sido instituída. Para Vitor Gregório, era esse medo de ver um porto concorrente, melhor posicionado e capaz de substituir vantajosamente aquela cidade em muitas transações comerciais, que teria feito com que surgisse uma obvia oposição à criação da província<sup>519</sup>.

Foi ainda na tentativa de contornar essa oposição e fazer com que seu projeto passasse para uma segunda discussão, que Mendes publicou o opúsculo, com o objetivo de apresentar informações e *esclarecimentos* aos membros da Comissão de Estatística da Câmara. Isso porque, de acordo com ele, tal passo só aconteceria quando os dados fossem levantados e enviados pela Assembleia Provincial do Grão-Pará, medida essa que havia sido requerida desde 1859, mas nunca realizada. Tendo em vista a petição enviada pelos deputados a mesma Comissão de Estatística, o texto era, portanto, uma tentativa de conseguir que o projeto fosse debatido independente do apoio dos paraenses. Contudo, a medida também não teve êxito, Mendes morreu oito anos depois sem ver seu projeto concretizado.

---

<sup>517</sup> Idem, p. 453.

<sup>518</sup> ALMEIDA, Op. Cit, 1868, p. 32.

<sup>519</sup> GREGÓRIO, Op. Cit, 2012.

## CAPITULO 4 UNIDADE E AUTONOMIA: COMO JUNTAR TODAS AS PARTES DESSA NAÇÃO?

### 4.1 “(...) se a Côrte tivesse mais visinha do norte”: distância, recursos e relações provinciais

Esse território descoberto há mais de trez séculos, ainda hoje se acha **quase que abandonado. A nação que o conquistou não lhe deu todo o apreço** a que elle tinha jús, **como cedeu com outros pontos do Brazil** mas afortunados [...] **Se a Côrte tivesse mais visinha do norte, por certo nos recordaríamos com outro empenho do grande tesouro que possuímos**, do que das margens do Rio da Prata, onde nossos interesses não avultão tanto [grifo nosso]<sup>520</sup>

O *Atlas do Império do Brasil* fazia parte do projeto mais amplo de construção da nação brasileira. Sem dúvida, por meio do texto, dos mapas ou da própria estrutura do *Atlas*, Candido Mendes procurou representar o Império como fato geográfico cujo território já estaria naturalmente definido pela própria natureza. Em um momento em que a unidade do território “se confundia a cada passo com a de corpo político”<sup>521</sup>, a historização desse espaço, legitimava a sua indivisibilidade e proporcionava uma identidade comum, ajudando a contornar a heterogeneidade do Império. Assim, a partir de um jogo de escalas<sup>522</sup>, trabalhos como o de Mendes, procuravam produzir uma unidade simbólica entre as partes e o todo ajudando na produção de vínculos coletivos.

Contudo, esse mesmo discurso denunciava as rupturas que visava esconder. Ao longo do *Atlas*, ao passo que ele defendia a centralização política da monarquia e o seu papel de gestora dos interesses nacionais, também criticava ações desiguais do governo nas diferentes regiões do país, sobretudo, nas províncias do Norte. Essa parte do Império – que nesse momento era dividido apenas em duas áreas (norte e sul) – na segunda metade do século XIX, havia perdido parte do seu poder político, em virtude das mudanças nas relações econômicas mundiais, que tinham desvalorizado seus principais produtos de exportação<sup>523</sup>. Em sentido contrário, o vale do Paraíba, ganhava novos poderes mediante a expansão da indústria cafeeira, modificando as relações entre o centro e as periferias.

É nessa perspectiva que os comentários de Mendes, ainda contidos ao longo do trabalho, ganham folego no último artigo no qual ele apresentava o projeto da província de

<sup>520</sup> ALMEIDA, Op. Cit, 1868, p. 33.

<sup>521</sup> MATTOS, Op. Cit, 2011, p. 95.

<sup>522</sup> REVEL, Op. Cit, 1998.

<sup>523</sup> REIS, Op. Cit, 2015, p. 99.

Pinsonia<sup>524</sup>. Como se pode notar na citação transcrita acima, ele criticava de modo bastante direto, a falta de investimentos e atenção do Governo Imperial com a região da foz do Amazonas (atual Amapá), que estaria abandonada. Com um tom de ressentimento, ele afirmava que essa falta de *empenho* do governo na parte Norte do país, estaria relacionada a distância com a corte. Distância, que nesse caso não era apenas geográfica, mas também dos próprios interesses que circunscreviam os projetos, dos denominados “melhoramentos” realizados nas províncias pelo Estado.

Tendo em vista que, as províncias eram percebidas como circunscrições territoriais, unidades locais, ou parciais de uma só e mesma unidade geral<sup>525</sup>, as críticas a possível centralização dos investimentos do governo nas áreas vizinhas a corte, por certo iria de encontro com o seu discurso de unidade nacional. No entanto, como explica Vitor Marcos Gregório, Mendes teve toda sua carreira política vinculada a sua província natal, o Maranhão, atuando sempre como representante de seus próprios “comprobianos”<sup>526</sup>. Desta forma, a proposta de criação da Pinsonia, bem como seus comentários a respeito da política do governo com a parte Norte do país, estava relacionada com os interesses de sua província e das vizinhas, com quem possuía relações econômicas e políticas mais próximas.

Historicamente, o comércio maranhense matinha parcerias com grande parte do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Grão-Pará, fornecendo e comprando produtos que dinamizavam a economia da região, na qual a comunicação se mostrava mais prática. Esse era um dos motivos que envolvia a proposta de criação da nova província, tendo em vista que era mais fácil e econômico para o Norte, comercializar com Macapá do que com Belém, já que não precisariam adentrar em águas fluviais<sup>527</sup>. Tais relações ficam nítidas na própria proposta enviada ao parlamento, dado que entre os dezesseis deputados que assinaram o projeto, apenas um não possuía relações explícitas com o Norte.

Contudo, o trabalho de Candido Mendes ganha relações mais complexas, uma vez que como político conservador, ele não deixou de acreditar e defender a centralização política. Mesmo neste caso, sua reclamação, vem envolta de um discurso com pretensões nacionalistas, justificando que sua revolta era fruto do patriotismo e do medo de que parte do território fosse perdido, rompendo a integridade do corpo político nacional.

todos os dias **o nosso patriotismo se sobressalta** com o presentimento de que pelo abandono sem justificação de tão brilhante joia do Imperio,

<sup>524</sup> Ver nessa dissertação o tópico: “*Filhas do acaso*”: o *Atlas do Imperio do Brazil e a proposta de reorganização do território nacional*.

<sup>525</sup> MATTOS, Op. Cit, 2011.

<sup>526</sup> GREGÓRIO, Op. Cit, 2012, p. 450.

<sup>527</sup> Idem, p. 455.

possa esta passar a outras mãos, onde por certo lhe darião o verdadeiro merecimento. Então, e tarde, se infelizmente isto suceder, **lastimaremos o tempo inutilmente perdido** [grifo nosso]<sup>528</sup>

Esse discurso, além de justificar suas críticas em um livro que era dedicado ao imperador, também servia como importante instrumento político, em um momento no qual a história da nação era escrita por autores como o próprio Candido Mendes. História essa, que não se limitava apenas aos sujeitos, mas também no próprio território visto como o corpo da nação. Nesse processo, o tempo, percebido como um agente absoluto de mudança<sup>529</sup>, era considerado uma peça chave para consolidação do poder sobre os espaços ditos *abandonados*, a partir de sua posse efetiva, bem como de melhoramentos planejados e executados. A defesa da unidade do país, assim, tentava esconder os problemas práticos da administração e dos interesses que existiam nas diversas partes do Império, processos que eram questionados pelos próprios sujeitos que apoiavam tal estrutura.

Isso porque, tal desigualdade dos investimentos, era uma reclamação comum entre os representantes do Norte, sobretudo, na segunda metade do século XIX, quando “as realizações materiais são apresentadas como ícones do verdadeiro ingresso na civilização”<sup>530</sup> e os lucros do algodão e do açúcar entram em declínio. Processo, que fazia crescer ainda mais as reivindicações por melhorias como a construção de estradas, portos e principalmente ferrovias, percebidas como uma tábua de salvação para a decadente lavoura algodoeira, já que facilitaria o escoamento da produção<sup>531</sup>. Bem como destacava a política geográfica do governo que unia supremacia política a econômica<sup>532</sup>, concedendo subsídios às províncias cujo economia estava em alta.

Entre os sujeitos que questionaram essas desigualdades regionais, estava o alagoano Tavares Bastos<sup>533</sup>. Diferente de Candido Mendes, ele defendia a necessidade de uma descentralização política, que beneficiasse as províncias septentrionais prejudicadas, segundo ele, pelos interesses dos políticos da capital. Em seu livro *A Província*, publicado em 1870, Bastos afirmava que a região, desde o Primeiro Reinado, tinha sua população dizimada nas

<sup>528</sup> ALMEIDA, Op. Cit, 1868, p. 35.

<sup>529</sup> REIS, Op. Cit, 2015, p. 24.

<sup>530</sup> SILVA, Ana Rosa Clochet da. Comunidade a Nação. Regionalização do poder, localismo e construções indenitárias em Minas Gerais (1821-1831). *Almanack Brasiliense* [online]. n° 02, nov/2005, p. 53.

<sup>531</sup> MELO, Evaldo Cabral. *O Norte Agrário e o Império: 1871-1889*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

<sup>532</sup> FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato brasileiro*. 5ª edição, Editora Globo, Rio de Janeiro, 2012.

<sup>533</sup> Político, escritor e Jornalista brasileiro, nascido em 20 de abril de 1839. Formou-se em direito na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1856, sendo eleito deputado pela Província de Alagoas, em 1860. Publicou o livro *A Província*, em 1870, *A Situação e o Partido Liberal*, em 1872 e os *Estudos sobre a reforma Eleitoral*, em 1873. Era liberal, sendo considerado o precursor do federalismo no Brasil. Faleceu em 3 de dezembro de 1875.

guerras com as Republicas vizinhas, sem colher nenhuma vantagem, já que os melhoramentos custeados pelo Estado ficavam concentrados, principalmente, no Sul do país. Por esses motivos, no final de seu texto ele questionava:

quanto a melhoramentos materiaes, tem acaso o Norte um só porto, sem exceptuar o de Pernambuco, onde se hajam feito trabalhos sérios? **Em Sete das províncias septentrionaes, nenhum serviço notavel custêa o Estado.** [...] é o norte interessado nessa **concentração administrativa**, que sujeita o paiz á ineluctavel **supremazia dos políticos da capital?** [grifo nosso]<sup>534</sup>

Mais uma vez, a distância de interesses com a corte e o privilegiamento de seus territórios vizinhos, era questionada por meio de um discurso que defendia de modo mais incisivo e direto os interesses regionais do autor. Era necessário estabelecer o equilíbrio para consolidar a integridade do Brasil, se não, “a vantagem da unidade” para o Norte, dizia Bastos, só existiria “pelo lado da grandeza e da força; mas do ponto de vista financeiro”<sup>535</sup>, a separação era indiferente. Contudo, como explica Ilmar Mattos, a unidade não deveria ser confundida com igualdade<sup>536</sup>, ela estava condicionada a capacidade de acomodar elites que tinham como prioridade o atendimento de suas demandas<sup>537</sup>. E nesse caso, as bases da política estavam centradas na aliança entre o imperador, a alta magistratura e o grande comércio cafeeicultor<sup>538</sup>.

Nesse sentido, o governo passou a privilegiar os interesses do setor agroexportador, que fazia crescer os rendimentos no mercado internacional, incluindo o Brasil no rol de Estados civilizados. Além disso, a corte se tornava o ponto de referência dos interesses nacionais, uma vez que era o centro da produção econômica, pressionando em todos os campos da política financeira.<sup>539</sup> Assim, a formação de um Estado centralizado não era o desejo de todos os políticos, muito menos havia beneficiado todos os territórios brasileiros, como mostrava Tavares Bastos. No apêndice, intitulado sugestivamente *O Norte e o Sul*, tais críticas a centralização política, eram endossadas com dados estatísticos sobre os rendimentos e despesas destas unidades administrativas para o governo imperial.

Segundo ele, os primeiros contribuía com uma receita razoável, que poderia ser utilizada no “desenvolvimento material e moral, sinão fossem absorvidos pelos juros da dívida pública e pelo custeamento da administração central”<sup>540</sup>, que em nada os beneficiavam. Tal processo se dava em decorrência do Ato Adicional, que reservou à corte a taxaço sobre

<sup>534</sup> BASTOS, Tavares. *A provincia. Estudo sobre a descentralização no Brasil*. 1870, p. 402.

<sup>535</sup> Idem, 400.

<sup>536</sup> MATTOS, Op. Cit, 2011, p. 98.

<sup>537</sup> DOLHNIKOFF, Mirian. *O pacto imperial origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005, p. 14.

<sup>538</sup> CARVALHO, Op. Cit, 2008, p. 249.

<sup>539</sup> FAORO, Op. Cit, 2012.

<sup>540</sup> BASTOS, Op. Cit, 1870.

mercadorias estrangeiras, permitindo a bitributação apenas sobre os produtos de exportação<sup>541</sup>, que para o Norte não eram tão expressivos. A falta de autonomia orçamentária, assim, as colocava em uma situação complexa, enfrentando sérios problemas de escassez de renda, considerando que grande parte dos tributos, que poderiam ser ali utilizados eram recolhidos pela corte. Sendo assim, para Tavares Bastos, “a descentralização permitiria uma maior correspondência entre a esfera institucional e a base social do país, respeitando as peculiaridades e necessidades de cada uma de suas partes constitutivas<sup>542</sup>.”

Principalmente porque a centralização prejudicava, sobretudo, as províncias com população e tamanho menor, já que o modelo parlamentar adotado no país incluía a prática de submeter obrigatoriamente ao parlamento a aprovação do orçamento<sup>543</sup>, cabendo aos deputados reivindicar novas verbas e projetos para suas respectivas províncias. O que era um problema em um Império, no qual o número de deputados e senadores era definido pelo tamanho da população e riqueza das províncias, fazendo com que a assimetria dos seus territórios influenciasse de forma direta na obtenção dos recursos e investimentos de cada região. Assim, no caso do Norte, províncias maiores como Pernambuco e Bahia, ainda conseguiam angariar verbas para suas localidades, tendo em vista que o número considerável de representantes no Parlamento, enquanto as outras tinham dificuldade para encontrar apoio para suas demandas.

Esse era o caso do Rio Grande do Norte, que de acordo com o deputado Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti<sup>544</sup>, até 1860, não tinha obtido “consignações alguma dos cofres publicos, por mais esforço que tenham feito os seus representantes”<sup>545</sup>. Tal processo, dificultava, na visão do político, o desenvolvimento do vale do Ceará-Mirim, que por mais fértil que fosse, ainda dependia dos auxílios do governo para todo o seu aproveitamento, sendo necessário promover a desobstrução da barra do rio Cunhaú no litoral<sup>546</sup>. Contudo, a falta de dinamismo econômico era uma das justificativas do governo para não investir na província, que possuía o terceiro menor território do Império, e uma economia baseada na pecuária e no cultivo da cana de açúcar e do algodão. Tentando defende-la e apresentá-la como atrativa, Cavalcante afirmava

---

<sup>541</sup> REIS, Flavio. Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão. São Luís: [s.n.], 2007.

<sup>542</sup> FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e Descentralização no Império. O debate entre Tavares Bastos e visconde de Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 1999.

<sup>543</sup> CARVALHO, Op. cit, 2008, p. 263.

<sup>544</sup> Nasceu em 15 de janeiro de 1825, em Recife. Formou-se em direito pela Universidade de Olinda, em 1847, sendo nomeado no ano seguinte Promotor Público da Comarca de Maioridade (Martins). Em 1852, foi eleito sete vezes deputado pelo Rio Grande do Norte. Faleceu em 25 de novembro de 1890.

<sup>545</sup> Anais do Parlamento Brasileiro, sessão do dia 28 de julho de 1860, p. 313.

<sup>546</sup> Idem, Ibidem.

que a crença de que a província não tinha 'condições de riqueza e futuro'<sup>547</sup>, era falsa e ultrapassada, não devendo mais ser utilizada como justificativa para a falta de auxílio imperial.

Um dos indícios de seu desenvolvimento, eram as rendas arrecadadas pela província. Aqui as receitas eram utilizadas como defesa para o projeto do deputado, que apresentava dados mostrando o crescimento entre 1853 e 1860. Além disso, ele afirmava que havia provinciais que contribuíam menos com a renda geral, como por exemplo o Amazonas, e conseguiam 'consignações continuadas', enquanto nada era fornecido para o Rio Grande do Norte. Deste modo, promover melhorias nessa região, era antes de mais nada, investir no Império, já que o dinheiro auxiliaria no desenvolvimento da agricultura e do comércio, retornando aos cofres públicos.

esse melhoramento tem de aproveitar a todo o sul da provincia, em que há para mais de 100 engenhos de assucar, que exporta além disso uma grande quantidade de algodão, couros salgados, ceareaes etc; [...] E', pois, um objecto de **reconhecida utilidade publica**; e a este respeito lembrarei ao governo que só insisto actualmente por **medidas que vão favorecer o desenvolvimento da agricultura e do commercio**, e que por conseguinte **indemnizarão** logo qualquer encargo que pese sobre o tesouro para sua realização [grifo nosso]<sup>548</sup>

O argumento, de que as os investimentos trariam benefícios para toda Nação, era bastante utilizado pelos políticos para convencer os outros representantes. Mesmo assim, Cavalcante não obteve êxito. O que de acordo com ele era bastante comum entre as províncias pequenas. A emenda, assim, não chegou nem a ser debatida no parlamento, cujo único deputado pelo Rio Grande do Norte era ele, sendo apenas colocada como um projeto que poderia ser realizado no futuro, depois de melhor estudo.

Como explica Gabriela Nunes Ferreira, a estrutura administrativa do governo para extrair recursos e controlar a sociedade, ou seja, o Ministério da Fazenda, da Justiça e do Império, "era bastante desconcentrada, alcançando todos os níveis do governo (do central até o local)". O mesmo, no entanto, "não ocorria quanto às atividades "redistributivas", ligadas ao desenvolvimento social e econômico"<sup>549</sup>. Estas, eram dificultadas pelos interesses que colidiam no jogo parlamentar, bem como pela imensidão do território que dificultava a ação do Estado nas regiões mais longínquas, uma vez que, não existia uma unidade econômica, ou cultural entre todas as partes do Império.

Faltavam, ainda, estruturas técnicas que ajudassem a superar os problemas de comunicação e possibilitassem que o governo adquirisse informações sobre esses espaços,

---

<sup>547</sup> Idem, Ibidem.

<sup>548</sup> Idem, Ibidem.

<sup>549</sup> FERREIRA, Op. cit., 1999, p. 45.



conhecendo as reais necessidades de cada localidade. É importante lembrar, que uma das justificativas de Candido Mendes para a produção do *Atlas*, era auxiliar na formação geográfica dos futuros governantes do país. O que era considerado essencial para o bom gerenciamento e desenvolvimento de um espaço que ainda não era totalmente conhecido pelo governo, que enfrentava dificuldades para encontrar mapas e dados estatísticos de determinadas regiões

Nesse sentido, a dificuldade das províncias septentrionais em receber recursos financeiros do governo, estava relacionada tanto a política geográfica da coroa, que beneficiava espaços cuja economia se expandia fornecendo lucros para o Estado. Bem como, a própria organização territorial das *partes* que constituíam a nação. É interessante perceber, que esses fatores não agiam de forma isolada, possuindo relações profundas, uma vez que tanto a estrutura da província – o tamanho de sua população, economia e representação – impactava no seu poder e desenvolvimento, como a política geográfica dificultava ainda mais para províncias menores conseguir consignações.

Tal relação é perceptível nas discussões a respeito da ampliação dos limites de Sergipe, que deveria ganhar novos territórios da Bahia, equilibrando a diferença territorial existente entre as duas. No *Atlas*, Candido Mendes defendendo essa ideia, apresentou um Relatório de Presidente da Província, de 1860, que reivindicava essa modificação, relacionando a assimetria existente no território do Brasil, aos favores concedidos pelo poder imperial.

Não compreendo qual a conveniencia de tamanha desproporção entre o território destas duas provincias; eu só vejo males nesta diferença e nenhum beneficio; **ao passo que as Províncias de 1ª ordem como a da Bahia obtem todos os favores do Estado, as de quarta ordem como a de Sergipe jasm no esquecimento**, e com muita dificuldade obtem pequenos favores. Bahia, Pernambuco, Minas, S. Paulo e Rio de Janeiro forão dotadas com estradas de ferro, e o governo garante-lhes o juro de 5%; Sergipe não tem uma estrada de rodagem, não tem um Canal. [...]  
**Não se poderá por acaso marcar novos limites que augmentem convenientemente o território de Sergipe? [grifo nosso]<sup>550</sup>**

Para o então presidente da província de Sergipe, o tamanho reduzido da província impedia que ela tivesse acesso a determinados favores do governo, como era o caso de juros baixos e obras públicas, que eram reservadas as províncias com maiores poderes políticos, ou de ‘primeira ordem’. Essas eram justamente, aquelas mais povoadas, com um território e recursos consideráveis, que por consequência, possuíam um número grande de Deputados para defender os seus interesses. Para se ter ideia, a Bahia contava com quatorze representantes, em oposição Sergipe, que estava na mesma posição do Rio Grande do Norte, com apenas dois. Desta forma, mesmo que a economia do Norte, de modo geral, estivesse em declínio, ainda

---

<sup>550</sup> Relatório de Presidente da Província de Sergipe, In: *Atlas do Império do Brasil*, p. 16.

existia a preponderância de uma província sobre as outras, que implicava em diferentes graus de dificuldades para a obtenção de favores do Governo Geral.

Para modificar essa estrutura, era indeclinável realizar uma nova divisão, que deveria ser mais conveniente e justa a todas as províncias, de modo que possibilitasse “fazer com igualdade a distribuição dos dinheiros publicos por todas ellas, e da seiva nutriente da administração geral”<sup>551</sup>. Para esses sujeitos, portanto, dividir o território de forma simétrica era, em primeiro lugar, um modo de equilibrar as forças, acabando com possíveis ‘ciúmes e rivalidades’ a partir de um sistema administrativo mais eficiente<sup>552</sup>. E, em segundo lugar, possibilitava fixar de uma vez por todas as fronteiras internas, acabando com constantes modificações e cessando os litígios que poderiam comprometer a integridade do império<sup>553</sup>.

Litígios esses que também estavam vinculados a arrecadação das rendas públicas, uma vez que não era incomum que a administração de uma província ultrapassasse seus limites atuando em um território que não estava sob sua jurisdição para, por exemplo, cobrar impostos em vilas e cidades próximas da fronteira. Isso porque a estrutura orçamentaria do Império havia deixado as províncias o recolhimento de impostos pouco rentáveis<sup>554</sup>, fazendo com que fosse necessário alargar os tributos sobre os gêneros primários de exportação, as atividades comerciais e a propriedade urbana. Além disso, era indeclinável que seus agentes atuassem de forma eficiente, assegurando que os tributos fossem extraídos dos mais diversos pontos do território, para que as rendas suplantassem as despesas públicas.

Nesse sentido, os limites eram ultrapassados provocando grandes queixas nos relatórios de presidente da província e nos jornais, já que gerava perda para administração de origem e estremecia as bases do poder, uma vez que a delimitação “exprime a relação que um grupo matem com uma porção do espaço”<sup>555</sup>. Tal processo acontecia tanto intencionalmente, como também pelo desconhecimento do território, uma vez que as fronteiras não eram bem demarcadas. Assim, a falta de legislações que definissem os limites das províncias e os tornassem conhecidos, eram muitas vezes citados como potencializador dessas invasões que não estavam vinculadas apenas a questões orçamentárias, envolvendo aspectos de todos os

---

<sup>551</sup> Relatório de Presidente da Província de Sergipe, In: *Atlas do Império do Brasil*, p. 16.

<sup>552</sup> GREGÓRIO, Op. Cit, 2012.

<sup>553</sup> Ver nessa dissertação o tópico: “*Filhas do acaso*”: *o Atlas do Imperio do Brazil e a proposta de reorganização do território nacional*.

<sup>554</sup> MONTEIRO, Jerlyane Dayse. *Da Província à Corte: deputados paraibanos e a formação do Estado nacional (1831-1840)* Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-graduação em História, João Pessoa, 2014.

<sup>555</sup> RAFFESTIN, Op. Cit, 1980.

setores burocráticos. Logo, mesmo não eliminando todos os conflitos entre as unidades administrativas, a demarcação encerraria os conflitos do qual a fronteira pudesse ser pretexto<sup>556</sup>.

Por certo, essas disputas envolvendo povoados fronteiriços ocorriam por todo Império, contudo, em seu *Atlas*, Candido Mendes destacou as ‘invasões criminosas’, como ele denominou, principalmente ao tratar da região hoje conhecida como Nordeste<sup>557</sup>. Nesse caso, como se pode ver na tabela abaixo (Tabela 3), as reclamações não apareciam nem mesmo nos artigos do Amazonas e Grão Pará que ocupam um pequeno espaço no trabalho. A razão para isso poderia variar desde uma escolha editorial do autor, a limitações decorrentes das fontes consultadas, ou até mesmo questões políticas, já que esse destaque não aparece de uma forma negativa, mas enfatizando a necessidade de redefinição do espaço.

**Tabela 3 – Invasões citadas por Candido Mendes de Almeida no Atlas do Império do Brasil**

Províncias	Territórios em litígio	Setor burocrático
<b>Ceará</b> <b>Piauí</b>	Príncipe Imperial, Tamboril e S. Gonçalo	Administrativa
<b>Piauí</b> <b>Maranhão</b>	Não especificado	Não especificado
<b>Paraíba</b> <b>Rio Grande do Norte</b>	Baia da Traição e Bahia dos Marcos	Judiciaria
<b>Paraíba</b> <b>Pernambuco</b>	Pedra de Fogo e a Paroquia de Taquara	Eclesiástica
<b>Alagoas</b> <b>Sergipe</b>	Ilha de Paraúna	Eclesiástica e administrativa
<b>Sergipe</b> <b>Bahia</b>	Paroquia de Abadia	Administrativa

Referência: Atlas do Imperio do Brazil, Candido Mendes de Almeida, 1868.

De todo modo, o que cabe perceber aqui é como as questões debatidas no *Atlas*, extrapolavam o aspecto territorial de uma organização racional do espaço, estando diretamente conectadas a diferentes dimensões da vida político organizacional da Nação, como é o caso das relações econômicas entre o centro e as províncias. Isso porque, a construção desse espaço está vinculada tanto as relações sociais dos indivíduos que o ocupavam, tecendo suas dimensões a partir do capital e dos recursos técnicos disponíveis. Como também, aos interesses externos, que são os maiores beneficiários do sistema de utilização dos recursos produzidos,

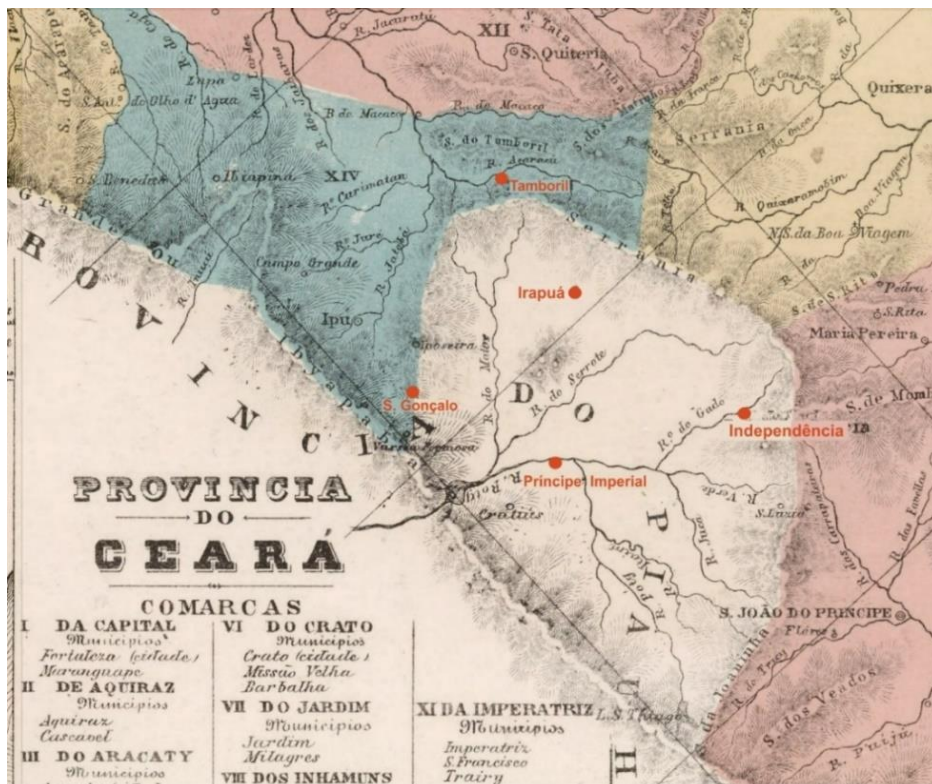
<sup>556</sup> Idem, p. 167.

<sup>557</sup> Essa denominação só começa a ser utilizada no século XX.

influenciando a partir dos seus interesses e realizações econômicas<sup>558</sup>. Assim, as dificuldades – como por exemplo, orçamentárias – enfrentadas pelos sujeitos reverberavam, sob as estruturas desse espaço, influenciando na sua produção e definição ao longo do século XIX.

A discussão a respeito dos limites do Ceará e Piauí, levantada por Candido Mendes no *Atlas*, oferece uma boa perspectiva das questões aqui apresentadas. De acordo com ele, as províncias possuíam litígios em aberto na linha do Timonha, no qual o Piauí reivindicava uma parcela maior do litoral que lhe desse condições de possuir um bom porto. E também na comarca de Príncipe Imperial, que não tinha suas fronteiras respeitadas pelas autoridades civis e eclesiásticas das freguesias de S. Gonçalo e Tamboril do Ceará<sup>559</sup> (mapa 10). No processo de descrever os limites dessas unidades e suas indefinições, ele chamava atenção para problemas práticos, incluindo entre eles as invasões. É interessante perceber que o texto não aponta diretamente os aspectos sociopolíticos e econômicos desse litígio.

**Mapa 10 – Recorte do mapa do Ceará, mostrando Príncipe Imperial e Independência no Piauí; Tamboril e S. Gonçalo no Ceará**



Legenda: Atlas do Imperio do Brazil, Candido Mendes de Almeida, 1868.

O objetivo de Mendes não é problematizar as questões ou explicar os múltiplos fatores que desencadeavam a ação de uma província sobre o território da outra. Mesmo sendo um livro

<sup>558</sup> ANDRADE, Manoel Correia. *A produção do Espaço Norte riograndense*. Natal: UFRN, Ed. Universitária, 1981.

<sup>559</sup> ALMEIDA, Op. Cit, 1868, p. 12.

produzido para o ensino, Candido Mendes está tratando sobre questões do seu cotidiano e cita o assunto no contexto específico da falta de legislações que definissem o território, agravando as disputas. Contudo, a relação com a política geográfica do governo, a dificuldade de conseguir melhorias, e as questões orçamentárias, estão presentes de forma indireta, seja nas temáticas abordadas, ou fontes escolhidas por ele. O que, por sua vez, possibilita pensar a relação entre produção do espaço nacional e as necessidades administrativas de manter seu controle e desenvolver sua economia, pois como explica David Harvey, “o domínio do espaço é uma fonte fundamental e persuasiva de poder social, sobre a vida cotidiana”<sup>560</sup>.

Desta forma, tratando a respeito das invasões da comarca de Príncipe Imperial, destacada na imagem acima, Mendes apresentou um Relatório de Presidente de Província, de 1864, que explicava mais profundamente o problema por meio do relato do vigário Antônio Cavalcanti de Macedo Albuquerque. Este, respondendo um ofício enviado pela administração do Piauí, afirmava que o desrespeito aos limites era um problema antigo que continuava sem solução, uma vez que as autoridades de Tamboril e S. Gonçalo, “de vez em quando se vão apossando daquelles sítios para onde são chamados por seus habitantes”<sup>561</sup>. A administração do Piauí, segundo ele, já havia tentado finalizar esses problemas, em 1853, por meio de uma reorganização do território, criando as freguesias de Príncipe Imperial e Independência, que, até então, faziam parte de Marvão.

Célula base da organização eclesiástica, as freguesias, normalmente, circunscreviam uma porção menor do território, no qual desenrolavam-se todas as atividades da vida religiosa sob orientação de um vigário. Além disso, serviam também a administração civil, auxiliando na cobrança de impostos<sup>562</sup>. Nesse sentido, diminuir o campo de atuação, deveria aproximar as autoridades provinciais dos moradores da região, possibilitando que o Estado se fizesse presente, reafirmando o seu poder sobre o espaço e evitando as invasões. Isso porque, segundo Albuquerque, em virtude da distância dessas localidades com a sede da freguesia, os vigários de Marvão, não apareciam todos os anos para realizar as *desobrigas*, ou seja, o preceito obrigatório da confissão durante a páscoa<sup>563</sup>. O que abria espaço para a ação dos clérigos cearenses, a quem os moradores “recorrião convidando-o para vir levantar altar em suas casas”<sup>564</sup>, sendo rapidamente atendidos.

---

<sup>560</sup> HARVEY, Op. Cit, 2010, p. 207.

<sup>561</sup> Relatório de Presidente da Província do Piauí. In: *Atlas do Império do Brasil*, p. 12.

<sup>562</sup> FONSECA, Cláudia Damasceno. A convenção dos Sertões: a ocupação do território e a instalação das estruturas do poder eclesiástico. In: *Arraias e vilas d’el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas* [online]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. Humanitas series, p. 85.

<sup>563</sup> Relatório de Presidente da Província do Piauí. In: *Atlas do Império do Brasil*, p. 12

<sup>564</sup> Idem, ibidem.

Esse processo possibilitava aos vigários do Ceará manter os territórios em que estavam atuando, com apoio dos próprios moradores que passavam a contribuir com as rendas da outra administração. Esse era o caso da fazenda Irapuá de baixo, que segundo o vigário de Príncipe Imperial, até meados de 1857, quando pertencia a casa do senhor Sebatião Ribeiro de Mello fazia parte dessa freguesia pagando os *dízimos* a administração da fazenda do Piauí. No entanto, ao passo que foi arrematada pelo Tenente Coronel Luiz Texeira, passou a ser situada “e sê-la da freguezia de S. Gonçalo, hoje do Tamboril”<sup>565</sup>, pagando ao Ceará.

Ao contrário do que se pode imaginar, nesse caso, os *dízimos* arrecadados na freguesia estavam longe de ser destinados à Igreja Católica. Segundo Oscar de Oliveira, a partir do Período Regencial, os *dízimos* eclesiásticos foram abolidos, se tornando estritamente civis, destinados as rendas provinciais<sup>566</sup>. Assim, era um imposto aplicado sobre as produções das fazendas, ou seja, o café, açúcar, gado, pescados e etc. No caso do Piauí, o destaque dado pelo vigário a perda do *dízimo* da fazenda de Iruapuá de Baixo, estava vinculada a importância dessa taxa para a região, já que de acordo com o presidente de 1864, Franklin Americo de Menezes Doria<sup>567</sup>, o *dízimo* dos gados, era “a fonte principal de riqueza da provincia”, sendo a região de Príncipe Imperial e Independência importantes contribuintes<sup>568</sup>. Além disso, estes não eram casos isolados, de acordo com o vigário Macedo Albuquerque já haviam sido “usurpados mais de cem sítios e fazendas”<sup>569</sup>.

Por outro lado, é importante perceber que as relações que envolviam essas ‘invasões’ eram mais complexas, já que, de acordo com o próprio relato do vigário, a ação das autoridades do Ceará acontecia sobre territórios que não recebiam suporte do Piauí, gerando ressentimento entre os moradores locais. Segundo ele, tinha chegado “á tal ponto que basta um individuo ter qualquer quigila”, ou seja, antipatia, que passava-se “imediatamente para as freguesias de S. Gonçalo ou Tamboril”<sup>570</sup>. Assim, a presença das autoridades cearenses estava relacionada tanto aos seus próprios interesses econômicos e políticos, como também da comunidade fronteiriça que vivenciava cotidianamente esse espaço, formando novas alianças.

---

<sup>565</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>566</sup> OLIVEIRA, Oscar de. *Os Dízimos Eclesiásticos do Brasil: nos períodos da Colônia e do Império*. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1964.

<sup>567</sup> Nasceu em 12 de julho de 1836, na Bahia. Formou-se em direito, sendo eleito deputado provincial da Bahia em 1863. Foi presidente da província do Piauí, em 1864, do Maranhão, em 1866 e do Pernambuco em 1880. Em 1872, foi eleito deputado, sendo ainda, Ministro da Guerra, em 1881. Publicou o livro de poesias denominado de *Enlevos*. Faleceu em 28 de outubro de 1906.

<sup>568</sup> A Imprensa: o periódico político, 25 de setembro de 1865, p. 2.

<sup>569</sup> Relatório de Presidente da Província do Piauí. In: *Atlas do Império do Brasil*, p. 12.

<sup>570</sup> Idem, *ibidem*

Nesse processo, as próprias condições geográficas facilitavam essas relações, uma vez que, tratava-se de povoados bem próximos, localizados no interior do território e cercados por serras que dificultavam o contato com as autoridades do Piauí<sup>571</sup>. Essa situação, era bastante confortável para os políticos cearenses, que logo incorporam em seus discursos, a ideia de que a Serra Grande, ou da Ibiapaba era o *limite natural* dessa província, reivindicando modificações nos limites que lhes concedesse a Comarca de Príncipe Imperial. Já em 1836, José Martiniano de Alencar<sup>572</sup>, afirmava no Relatório Provincial que

a demarcação de limites de qualquer provincia deve ser a mais natural, e favorável ao incremento da felicidade de seus habitantes. [...] He verdade da primeira intuição que a **villa do Príncipe Imperial**, pertencente a provincia do Piahy **deve ficar encravada nesta provincia** tanto por ficar a quem da Serra Grande **pela qual fixou a natureza os limites dessa provincia com aquella do Piahy** pela parte do oeste, e estar mais próxima a esta capital, e mais distante de Oeiras, como pela não pequena dificuldade, que tem aparecido em punirem-se os criminosos e conterem-se os desordeiros [grifo nosso]<sup>573</sup>.

O conceito de Fronteira Natural só passou a ser amplamente utilizado para definir os limites brasileiros – provinciais ou nacionais – a partir da década de 1840, quando as obras de José Feliciano Fernandes Pinheiro se popularizaram entre os intelectuais, fazendo parte da política oficial da Secretaria de Negócios Estrangeiros – SNE. Assim, é interessante perceber como Alencar, fez uso de ideias que começavam a ser debatidas, para defender um limite que concedia a sua província territórios sob os quais tinham diversos interesses. Utilizando-se da natureza, ele dotava sua projeção do espaço de assertividade e legitimidade, criando uma antiguidade para os limites, que parecia ser anterior aos próprios homens já que, como ele afirma na citação acima, a própria natureza havia fixado.

De qualquer modo, essas reivindicações se tornaram realidade, em outubro de 1880, quando o decreto 3.012, anexou ao Ceará essa área, em troca de Amarração no Litoral, fixando a serra da Ibiapaba como o limite das províncias (mapa 11). Essa decisão, visava acabar com as desavenças e resolver as disputas que se desenrolavam nesse espaço, todavia, não teve existo, uma vez que nenhum dos envolvidos se contentaram com a permuta, interpretando de maneiras distinta o decreto<sup>574</sup>. Desta forma, quase um século e meio após a modificação, essa divisa

<sup>571</sup> IRFFI, Ana Sara Cortez. “A Hinterlândia ainda era mais profunda do que nos tempos atuais” - o ‘Alto sertão’ e a produção do território no Império do Brasil. História (São Paulo) [online]. 2021, v. 40.

<sup>572</sup> Nasceu em 16 de outubro de 1794, na cidade do Crato. Foi um dos líderes da Revolução de 1817 e da Confederação do Equador, em 1824. Foi presidente da província do Ceará, sendo eleito deputado em 1830. Em 1832, tornou-se senador pela província do Ceará, cargo que permaneceu até sua morte em 15 de março de 1860.

<sup>573</sup> Revista do Instituto do Ceará, Documentos Diversos, 1893, p. 222.

<sup>574</sup> SOUZA, Vlândia da Silva. *As divisas interestaduais brasileiras: uma análise sobre a permanência do litígio territorial entre Ceará e Piauí*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Geografia, Fortaleza, 2020.





A mobilidade dessa zona de fronteira, portanto, impactava diretamente nas rendas provinciais – tanto de forma positiva como negativa – a partir da eficácia da ação dos governos que procuravam efetivar seu poder sobre o território, recolhendo os tributos. Nesse caso, contudo, os litígios se tornavam ainda mais intensos, em virtude da estrutura orçamentaria e relação com o governo geral, que limitava as opções para obtenção das rendas de províncias que tinham dificuldade para conseguir repasses do Estado. Assim, a reorganização do território, era um ponto chave para diminuir os atritos provinciais, evitando possíveis rupturas no tecido nacional. Se as ações redistributivas conseguissem chegar a todos os níveis, a Nação poderia, enfim, crescer como um todo.

Como se sabe, a assimetria do território continuou por todo o período imperial, sendo efetuadas apenas algumas divisões de províncias, como Amazonas e Paraná<sup>576</sup>. Assim, as reivindicações pelo equilíbrio na distribuição das verbas também perduram, aparecendo em diversos veículos, como jornais, relatórios e no parlamento, nos quais políticos e intelectuais deixavam suas queixas nítidas. Elas se concentravam, sobretudo, na ideia de que o Sul era privilegiado na conquista de investimentos relacionados a imigração estrangeira e a construção de ferrovias, que naquele momento representava o sinal mais visível de favor governamental<sup>577</sup>.

Na visão desses sujeitos esses fatores atrapalhavam a economia do Norte, impedindo-a de crescer, já que não tinham acesso a “nova seiva de uma população activa, e inteligente”<sup>578</sup>, nem as vias de comunicação que ganhavam relevância crescente em face do mercado capitalista internacional<sup>579</sup>. O jornal *O Cearense*, publicou, em 1866, um verbete anônimo que tratava dessas questões, segundo o texto:

ao passo que as provincias do Sul se enriquecem [...] **ao passo que os altos poderes do estado lhes concedem amplos beneficios de engrandecimento material**, como essas Estradas de Ferro, colonias estrangeiras, subvenções a diversas industrias, **as provincias do Norte lutam com os seus limitados recursos** [...]. Por que os emigrantes tem com effeito preferido a provincia de S. Paulo? Não é tanto pela benignidade de clima, como por que encontram por lá esses meios facéis de viação, sahida prompta, e barata aos generos de sua industria. **Eis o que nos falta; e essa falta não é só sensível á emigração estrangeira, é ainda mais ao desenvolvimento da nossa propria industria.** Os pobres politicos não se preocupam com o desenvolvimento industrial de certas provincias [grifo nosso]<sup>580</sup>

<sup>576</sup> Ver nessa dissertação o tópico: “*Filhas do acaso*”: *o Atlas do Imperio do Brazil e a proposta de reorganização do território nacional*.

<sup>577</sup> MELO, Op. Cit, 1984, p. 191.

<sup>578</sup> O cearense, 27 de fevereiro de 1866, p. 1.

<sup>579</sup> OLIVEIRA, Op. Cit, 2015, p. 15.

<sup>580</sup> O cearense, 27 de fevereiro de 1866, p. 1.

Essas eram reclamações muito parecidas com as apresentadas por Candido Mendes, em 1868, pelos relatórios citados ao longo do tópico e por Tavares Bastos, em 1870. Nesse caso, mesmo que o objetivo do autor fosse defender o incentivo da imigração estrangeira para o Norte, ele também abordava outras queixas presentes nos trabalhos desses intelectuais, colocando essa como mais uma ação do Estado que não chegava a essa região. Na sua opinião faltava toda uma estrutura que incentivasse a indústria, promovendo o desenvolvimento do império como um todo.

De qualquer modo, de acordo com Jose Murilo de Carvalho, a imigração foi um item baixo de despesa administrativa, mesmo sendo uma das reivindicações mais constantes entre os proprietários rurais, sendo a oposição das províncias do Norte uma das razões para isso<sup>581</sup>. Dessa forma, as acusações realizadas por essas deputações e as disputas no parlamento, geravam certa pressão nas despesas empreendidas pelo governo central, que precisava conciliar todos os interesses que entravam em choque, para não colocar em “perigo a nacionalidade colectiva”<sup>582</sup>. Assim, esse debate entre o possível desequilíbrio nos favores concedidos as regiões do Império, não era recebida de forma positiva quando aparecia no Parlamento, uma vez que levantava uma questão maior relacionada ao patriotismo desses senhores e a unidade da nação.

Isso fica nítido nas discussões acerca da construção das estradas de ferro Central da Bahia, responsável por ligar essa província ao Pernambuco; e a de D. Pedro II, que ligaria o Rio de Janeiro a Minas Gerais. Sendo construída simultaneamente, foi um tema que gerou grandes conflitos entre as elites regionais e discussões acaloradas no parlamento, no qual as rachaduras na sustentação política do Império eram evidenciadas. Em meio as negociações por recursos para construção dessas ferrovias, não custava até que acusações de uma deputação sobre a outra começasse. Essas rivalidades no que se referia a distribuição dos investimentos imperiais foi parte integrante dos debates, antes mesmo da construção do primeiro trilho<sup>583</sup>.

A análise dos Anais do Parlamento do Brasil, na década de 1860, possibilita perceber como nesse processo, os interesses nacionais de assegurar a interligação e controle do território Brasileiro, convergiam e conflitavam com os interesses regionais, que eram conquistados nesse espaço. Em meio as negociações, as falas dos deputados tentavam conciliar os imperativos da nação e os anseios Provinciais<sup>584</sup>. Assim, de um lado, os representantes da Bahia e Pernambuco,

---

<sup>581</sup> CARVALHO, Op. Cit, 2008, p. 281.

<sup>582</sup> O Liberal: periódico político, 1866, p. 4.

<sup>583</sup> CAMELO FILHO, José Vieira. *A Implantação e Consolidação das Estradas de Ferro no Nordeste do Brasileiro*. Tese (doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2000.

<sup>584</sup> REIS, Op. Cit, 2015, p. 94.

utilizavam-se das queixas da falta de incentivos, como argumento para angariar a participação em novos projetos. Do outro, os de São Paulo e Minas Gerais afirmavam que as discussões deveriam ocorrer de forma calma, sem que fosse levantada o espírito de rivalidades provinciais.

Em resposta às acusações dos representantes nortistas, sobre esse privilegiamento concedido pelo governo, o deputado de São Paulo, Joaquim Octávio Nébias<sup>585</sup>, apontava na sessão de 18 de maio de 1864, que

**Não se trata de favorecer o norte ou sul com prejuizo reciproco.** Não se trata de dotar o norte, por exemplos de favores e progressos que sejam contrarios à prosperidade do sul, e, vice-versa, **não se procura dotar o sul com recursos e protecção que por ventura fossem nocivos e maleficos as provincias do norte.**

Qualquer parte desta grande empreza consignada no projecto podia, na minha opinião, ser realizada sem que **norte e sul tivessem queixa a apresentar no parlamento [grifo nosso]**<sup>586</sup>

O posicionamento do deputado visava, encerrar as acusações que perduravam desde a sessão anterior. Para isso, Nebias, passou a listar todas os favores que haviam sido concedidos pelo governo tanto ao Norte como ao Sul, já que na sua perspectiva, não existia esse favorecimento de uma ou outra parte do Império. De qualquer modo, nas décadas de 1860 e 70, enquanto a construção da E.F de D. Pedro II, se expandia em direção ao vale da Paraíba e Minas Gerais, a da Bahia ficou estagnada, somente sendo finalizada em 1950<sup>587</sup>. Tal circunstância, estava relacionada aos aspectos econômicos, já que a expansão do café gerava interesses tanto do Estado como de investidores, nacionais e estrangeiros.

Assim, nessa mesma sessão, o deputado do Paraná, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá<sup>588</sup>, defendendo que a E.F. D. Pedro II, afirmou que essa deveria ser finalizada antes de qualquer outra, uma vez que, a justa repartição da riqueza pelo país não estava centrada na igualdade como dizia os representantes do Norte, mas na “aplicação dos seus recursos pelo modo mais productivo e conveniente nos fins geraes”<sup>589</sup>. Portanto, os recursos deveriam, pelo bem da nação, serem utilizados na construção dessa ferrovia, localizada em um espaço cuja economia estava em ascensão, cabendo a bancada do Norte, apoiar essa ideia “pelo impulso do

---

<sup>585</sup> Nasceu dia 1 de junho de 1811. Formou-se na faculdade de Direito de São Paulo em 1834, assumindo no mesmo ano o cargo de Juiz municipal de Santos. Foi eleito deputado em diversas legislaturas entre 1843 e 1872. Ocupou o Cargo de ministro da secretaria de Estado dos Negócios da Justiça em 1870, falecendo em julho de 1872.

<sup>586</sup> Anais do Parlamento Brasileiro, sessão de 18 de maio de 1864, p. 108.

<sup>587</sup> CAMELO FILHO, Op. Cit, 2000.

<sup>588</sup> Político e intelectual Brasileiro, nascido em 1 de junho de 1827. Formou-se na Faculdade de São Paulo. Foi eleito deputado pela província do Paraná entre 1854-1861, sendo nomeado Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura Comércio e Obras Públicas, em 1864. Foi presidente da provincial do Paraná, saindo do cargo em virtude da proclamação da república, quando exilou-se na Europa, onde morreu em 7 de outubro de 1903.

<sup>589</sup> Anais do Parlamento Brasileiro, sessão de 18 de maio de 1864, p. 108.

seu patriotismo”<sup>590</sup>. Caso contrário, estariam colocando seus interesses pessoais acima daqueles do país, que deveria ser sempre privilegiado.

Desse modo, ao longo dos anos, aqueles políticos nortenhos que afirmavam que suas localidades estavam abandonadas pelo governo geral, criticando a falta de verbas e projetos para melhorias materiais, eram acusados de tentar criar uma rivalidade entre as províncias, que deveriam formar uma só nação. Por isso, mesmo que no fundo, reprovassem a organização do sistema vigente, era comum que esses senhores, assim como Candido Mendes no *Atlas*, procurassem deixar evidente que não estava indo contra a monarquia ou unidade do país. Casimiro Madureira, na sessão de 14 de maio de 1864, afirmava que

O que foi, Sr. presidente, verdadeiramente bombástico, o que foi mais que fulminante, foi o nobre deputado querer atirar-nos a scisão, a desunião entre o norte e sul; esta é que foi uma phrase perigosa, que V. Ex. não devia ter adiantado e nem proferido; **todos nós somos irmãos, todos nós nos confraternizamos; não ha, nem nunca houve, pensamento hostil do Norte para o Sul [...]**

O nobre deputado disse, Sr. presidente, que injustiça! que as provincias do Norte querião esmagar as do Sul. Protesto contra esta proposição, summamente inconveniente; **não está nem na intenção, nos habitos e nem nas praticas do Norte procurar plantar a menor diferença entre o Norte e Sul do Brazil. Esta idéa seria perigosissima;** isto nos traria grandes males no futuro, calamidades publicas, que havião de submergir a mim, ao nobre deputado e a todos [grifo nosso]<sup>591</sup>

Logo, o deputado assumiu um lugar de defesa, reiterando que a ideia de rivalidade entre as partes do Império, poderia causar males no futuro. A nação, assim, era colocada como uma família que, mesmo brigando, permaneceria unida, o que possibilitava, reivindicar novas ações do governo para suas províncias, sem que parecesse estar defendendo os interesses regionais. De qualquer modo, como explica Raymundo Faoro, esses sujeitos não queriam a separação, estavam reclamando maior parte e melhor quinhão na partilha do poder<sup>592</sup>. O que passava pelas difíceis negociações no Parlamento, que eram influenciadas por diversos aspectos políticos e da organização do Império, como foi debatido ao longo desse tópico.

Além disso, existia outras estratégias essenciais para o Governo se ligar a pontos mais longínquos do território, controlando o espaço e as pessoas que nele viviam, como por exemplo, a cartografia. Assim como as obras de melhoramento, os mapas eram considerados um agente de civilização e progresso, ajudando na idealização das próprias obras públicas, onde eram estudados e projetados os portos, estradas de ferro e canais. Nesse sentido, ao longo do século XIX, os mapas se tornaram um ator essencial para defender a eficiência de obras e definir o seu

<sup>590</sup> Idem, ibidem.

<sup>591</sup> Anais do Parlamento Brasileiro, 2 de junho de 1868, p. 47.

<sup>592</sup> FAORO, Op. Cit, 2012, p. 375.

melhor caminhos, sendo utilizados como sinônimo do interesse do Estado. É nessa perspectiva, que no *Atlas do Império do Brasil*, Candido Mendes de Almeida, destacou a necessidade de se produzir novas representações da parte Norte do país, afirmando que as províncias possuíam deficiências em trabalhos topográficos que dificultavam sua administração e progresso. Este é, o tema do próximo tópico.

#### **4.2 “As trevas não nos he possível de todo espancar”:** espaços “desconhecidos” e o poder de mapear

“Não está em nenhum mapa; os verdadeiros lugares nunca estão”. Herman Melville, 1851

Em 1909, foi publicado o terceiro atlas do Brasil<sup>593</sup>, que nesse momento já era uma jovem República. Seu organizador, era um dos intelectuais que 41 anos antes escreveu um elogio a Candido Mendes de Almeida, destacando que o “vasto Império do Brasil” possuía “regiões ainda mal exploradas e quase desconhecidas”<sup>594</sup>. No entanto, diferente do que Francisco Ignacio M. Homem de Melo poderia imaginar ao escrever essa *notícia literária* a respeito da importância da obra de Mendes para o estudo da geografia pátria, seu trabalho também representaria um país no qual esta situação não havia se resolvido por completo, existindo ainda problemas fronteiraços e diversos pontos não mapeados.

Essa necessidade de conhecer a nação e representar seus vastos territórios era parte da configuração de qualquer Estado moderno. Para administrar de forma eficiente o espaço, controlando e projetando modificações, era fundamental ao governo ter uma boa noção de suas possessões. Nesses casos, a experiência pessoal, o olhar e a lembrança não eram mais suficientes, era preciso ter sob suas vistas essas representações, que serviam como um instrumento da prática do poder sobre territórios e homens mais ou menos distantes<sup>595</sup>. Assim, o papel dos geógrafos se tornou essencial, sendo produzidos diversos tipos de mapas para cumprir objetivos diferentes. Como explica Yves Lacoste, o

Imperador deve ter uma representação global e precisa do império, de suas estruturas espaciais internas (províncias) e dos Estados que contornam – e uma carta em escala pequena é necessária. Em contrapartida, para tratar problemas que se colocam nessa ou naquela província, precisam de uma carta em escala maior, a fim de poder dar ordem a distância, com uma relativa precisão<sup>596</sup>.

No caso do Brasil, espaços distantes do poder central era o que não faltava. Tratava-se de uma país continental, com regiões que possuíam culturas, economias e interesses políticos

<sup>593</sup> O segundo Atlas, foi publicado em 1882, por organização de Cláudio Lomelino e o Barão Homem de Melo.

<sup>594</sup> A Instrução Publica: publicação hebdomadária, 8 de junho de 1873 p. 177.

<sup>595</sup> LACOSTE, Op. Cit, 2012, p. 42.

<sup>596</sup> Idem, ibidem.

distintos, bem como fracos vínculos entre si<sup>597</sup>. Fazendo com que, levantar o máximo de informações e possuir representações diversas que possibilitasse apreender os espaços em uma folha de papel, fosse fundamental. Não apenas para o controle, mas também, para delinear novos projetos e melhorias, bem como ajudar na construção de uma identidade nacional, possibilitando que seus integrantes comesçassem a se perceber como parte do todo. Mapear todo o espaço, assim, era visto como indispensável para superar o passado colonial, tornando-se referência de civilização deste lado do atlântico<sup>598</sup>.

A deficiência cartográfica brasileira era, portanto, um tema constante entre os políticos e intelectuais, figurando na ordem do dia das discussões políticas durante todo o período Imperial. Independente dos ideais políticos, as problemáticas decorrentes do desconhecimento de parte do território, e a necessidade de construir novos mapas, era reconhecida por todos. No entanto, de acordo com Antônio Gilberto Costa, no século XIX não houve muito empenho do governo para produção dos mapas de suas províncias, tanto porque as questões dos limites com as Repúblicas vizinhas demandavam maiores atenções, como por falta de recursos humanos e técnicos<sup>599</sup>. Mapear todas as partes do território, era uma tarefa extremamente difícil e de preço elevado.

Primeiro, era necessário montar uma comitiva especializada, reunir instrumentos técnicos e informações primárias que possibilitassem partir em direção ao espaço que seria cartografado. Ao chegar, depois longas viagens, normalmente se procurava lugares altos, do qual fosse possível observar e desenhar os primeiros contornos, como rios, ribeiras, montes, lagoas e etc. A partir de então, a equipe construía os primeiros esboços, ainda no local do levantamento, entregando no final do percurso, os dados para uma segunda equipe, que no gabinete, eram responsáveis por passar os borrões a limpo, reduzindo-os a uma única escala gráfica. Nessa fase, os levantamentos eram somados a outras informações, como cartas antigas e relatos de viagens, sendo construído o mapa final, com mais detalhes, símbolos e sinais apropriados<sup>600</sup>.

Como se pode ver, todo esse processo demandava uma dinâmica que dificilmente poderia ser aplicada em todas as partes do país. Naquelas que já existiam dados e trabalhos, os cartógrafos de gabinete, partiam das fontes para construir novos mapas. Mas, em contraposição,

---

<sup>597</sup> DOLHNIKOFF, Op. Cit, 2005, p.

<sup>598</sup> GUIMARAES, Op. Cit, 1988.

<sup>599</sup> COSTA, Antônio Gilberto. *Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

<sup>600</sup> BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Desenhando o Brasil: o saber cartográfico dos cosmógrafos e engenheiros militares da colônia e do império. In: COSTA, Antônio Gilberto. (org.) *Roteiro Prático da Cartografia: da América portuguesa ao Brasil império*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2007, p. 39.

os espaços que ainda não eram totalmente conhecidos, precisavam passar por esse levantamento inicial, que muitas vezes era inviável pelas próprias condições do ambiente em questão. Por isso, o mais comum era que conforme o espaço fosse sendo ocupado e desenvolvido, os levantamentos fossem sendo feitos, não só pelo governo central, mas pelos seus próprios moradores, uma vez que o espaço se tornava objeto de interesse desses sujeitos.

Já aqueles espaços que continuavam fora da zona de poder do Estado, acabavam sendo deixados em branco nos mapas (mapa 12). De acordo com Júnia Furtado, eles eram inseridos no universo da representação cartográfica por serem entendidos como áreas à espera do processo civilizador desse Império, mesmo que ainda não compartilhassem dos mesmos valores. Estando exterior a civilização, mas internas à província<sup>601</sup>. Na maior parte das vezes tratava-se de áreas no interior do território, e passam uma ideia de “vazios”, como se pode perceber no mapa abaixo. Esses, eram comuns e relativamente aceitos no período colonial, ganhando novas características no Império, uma vez que representavam rupturas no território que deveria ser contínuo, se configurando como um problema a ser resolvido.

Tal situação explica porque todo o território não era mapeado, não era uma realização simples. Assim, mesmo diante da preocupação do governo, a produção cartográfica foi pequena e pouco diversificada, sendo a maior parte dos mapas, “apenas cópias não atualizadas de documentos do período colonial”<sup>602</sup>. Esse era o caso dos mapas da província do Ceará, que na maior parte das vezes eram cópias da *Carta Geographica e Hydrographica*, produzida pelo engenheiro português Antonio Jose da Silva Paulet, em 1816. Candido Mendes, por exemplo, afirmou no artigo desta província, que haviam reproduzido “integralmente” o trabalho em questão, “fazendo os adiantamentos que comportavam a situação presente”<sup>603</sup>, ou seja, modificando alguns dados que não faziam mais parte da realidade da província.

Contudo, nem sempre essas pequenas modificações eram suficientes, Thomaz Pompeu ao escrever um comentário sobre a obra de Mendes, afirmou que a carta do Ceará possuía “defeitos, principalmente na parte noroeste, defeitos repetidos nas cartas de Paulet e de Conrado”<sup>604</sup>. Sem que novos levantamentos fossem realizados, era praticamente impossível publicar mapas que apresentassem informações atualizadas ou mais aprofundadas do espaço, corrigindo alguma divergência, em relação ao território, apresentada em trabalhos anteriores.

---

<sup>601</sup> FURTADO, Op. Cit, 2011, p. 174.

<sup>602</sup> COSTA, Op. Cit, 2007, p. 165.

<sup>603</sup> ALMEIDA, Op. Cit, 1868, p. 12.

<sup>604</sup> Correio Mercantil, e Instructivo, Politico Universal, 10 de novembro de 1868, p. 1





Assim, para ele, essa condição estaria relacionada a própria ocupação do território, que ainda não havia sido totalmente povoado, dificultando o seu completo conhecimento pelo Estado. Mesmo porque, não se tratava mais apenas de um mapeamento costeiro, e sim da interiorização, realizando levantamentos das potencialidades econômicas e reconhecimentos dos aspectos geográficos do território para seu efetivo controle<sup>606</sup>. Enquanto nação, era necessário que essas áreas estivessem dentro da zona de poder do Imperador para fazer parte do “mundo civilizado”, o qual era animado pelo ideal do progresso<sup>607</sup>. A falta de mapas, nesse sentido, era um indício de um problema mais amplo, ligado ao passado colonial, que precisava ser deixado para trás.

Como outros intelectuais do período, Candido Mendes reclamou constantemente em seu *Atlas* das dificuldades cartográficas brasileiras, sobretudo, da falta de mapas de algumas províncias. Ele era um dos intelectuais que considerava mapear o espaço e conhecer todas as características essenciais para administrar e civilizar o país, fosse por meio da educação, manutenção da ordem, desenvolvimento econômico, ou melhoramentos materiais, como era o caso das ferrovias. Os mapas, para ele, estavam na base de qualquer ação a ser desempenhada por aqueles que se encontravam dentro e fora desse espaço, fazendo com que sua inexistência, tornasse impossível a resolução de questões diárias<sup>608</sup>. Essa mesma perspectiva era apresentada pelo Visconde de Villiers de L’Ille Adam, em uma Carta enviada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, solicitando apoio para produzir um conjunto de mapas das províncias brasileiras. Segundo ele,

a vulgarização dos conhecimentos geográficos e estatísticos é talvez a primeira condição do bem estar de uma nação, já pela sua absoluta necessidade para a boa administração geral e local dos estados, e já pelo quanto convém a instrução da mocidade conhecer em primeiro lugar seu próprio país<sup>609</sup>

Assim, para além de produzir documentos cartográficos, também era necessário difundir seus atributos entre os cidadãos brasileiros, ensinando-lhes a utilizá-los de modo estratégico. Duas coisas que não acontecia, já que como demonstra esse documento, não existia uma política do Estado para o conhecimento cartográfico de todas as partes do território<sup>610</sup>. Foi nessa perspectiva, portanto, que surgiram trabalhos realizados por iniciativa privada, como era o caso de L’Ille Adam e de Candido Mendes. Produzidos para o mercado interno, seus

---

<sup>606</sup> BUENO, Op. Cit, 2007, p. 35.

<sup>607</sup> MATTOS, Op. Cit, 2011, p. 23.

<sup>608</sup> ALMEIDA, Op. Cit, 1868, p. 13.

<sup>609</sup> Carta de Solicitação de Apoio enviada por Visconde de Villiers de L’Ille Adam, in: COSTA, Op. cit, p. 169.

<sup>610</sup> COSTA, Op. Cit, 2007, p. 170.

organizadores utilizavam esse espaço para destacar a utilidade das suas obras para a nação, colocando-as como uma pequena contribuição, tendo em vista a falta de conhecimento físico-geográfico disponível. As críticas, a falta de cartas e outras informações, sempre estavam presentes, servindo até mesmo para explicar possíveis deslizes cometidos pelos autores.

Contudo, no caso de Candido Mendes, essas críticas possuíam características diferentes dependendo de qual província ele se referia. Ao contrário do que se pode imaginar, mesmo a obra possuindo aspectos editoriais padronizadas que passava uma ideia de homogeneidade, seu discurso não seguia essas mesmas características. Mas nem poderia, tendo em vista, em primeiro lugar, as rupturas existentes no tecido nacional, ocasionadas pelos diversos jogos de interesse que as elites províncias possuíam, bem como as rivalidades entre as regiões do império. E, em segundo lugar, que como qualquer outro mapa, o *Atlas* era a percepção de Candido Mendes, sendo construído a partir dos seus objetivos e perspectivas pessoais.

Deste modo, não teria como ele oferecer apenas uma representação neutra do espaço, o trabalho estava mergulhado nos projetos pessoais dos seus organizadores, que não era apenas Mendes. Nesse sentido, mesmo reclamando da falta de definição de todas as fronteiras internas do Império, é possível perceber que nos artigos referentes as províncias do Norte ele afirmava constantemente a necessidade de produzir novos mapas, apontando as dificuldades encontradas para angariar dados topográficos que fornecessem informações confiáveis sobre a população e organização do território. Sem exceção, ele reclamava dos defeitos dos mapas consultados, da escassez de estudos a respeito das divisões dos municípios e paróquias e de como a falta de cartas piorava as invasões e disputas internas<sup>611</sup>.

Ao tratar do Rio Grande do Norte, por exemplo, ele já iniciou o artigo afirmando que essa era muito deficiente em trabalhos topográficos, e que, por mais que tivesse procurado descobrir, só havia colhido um total de cinco<sup>612</sup> cartas para realizar consultas. Após lista-las, Mendes iniciou uma curta descrição dos limites dessa província, informando que esses eram os conhecidos no geral, mas que suas divisas não eram *claras, naturaes e incontestados*. Por essas razões, segundo ele, existia uma “tal obscuridade, cujas as trevas não [foi] possível de todo espancar”<sup>613</sup>, tendo em vista que nem mesmo os relatórios de presidente da província forneciam

---

<sup>611</sup> Ver nessa dissertação o tópico: “*se a Côte tivesse mais visinha do norte*”: *distância, recursos e relações provinciais*.

<sup>612</sup> ALMEIDA, Op. Cit, 1868, p. 13

<sup>613</sup> Idem, Ibidem.

informações sobre as fronteiras em questão. No entanto, Mendes já apresentava a solução para esses problemas no final do artigo, afirmando que

o levantamento de cartas topographicas de cada provincia definindo os seus limites **seriam de interesse incalculável tanto para o bom regimen administrativo, judicial e ecclesiastico, como para as relações commerciaes**, que terão por certo outro desenvolvimento, se taes territórios fossem melhor conhecidos [grifo nosso]<sup>614</sup>

As províncias a que ele se refere, eram aquelas que faziam fronteira com o Rio Grande do Norte, cujas linhas ainda não se encontravam definidas. Contudo, como ele mesmo declara, as cartas seriam interessantes não apenas para definir os limites, mas também para administração e desenvolvimento da economia. Assim, os problemas das províncias e a obscuridade do Rio Grande do Norte seriam resolvidas por meio do conhecimento cartográfico, que deveria ser promovido pelo governo central, dando condições para que essa região se desenvolvesse.

Enquanto isso, ao tratar das províncias localizadas no Sul do país, o discurso de Candido Mendes destoa dessa primeira parte do trabalho, sendo apresentado de outro modo. Aqui, ele destacou apenas a falta de legislação que definisse os limites, sem relacionar esse fato a necessidade de construir novos mapas. Para se ter ideia, de todos os artigos, o único que ele reclamou da quantidade de informações topográficas, foi o do Município Neutro, o que é bastante esperado, levando em consideração que este era a capital do Império. Mesmo nesse caso, tratava-se de cartas mais específicas, como plantas da cidade, que retratassem apenas esse pequeno espaço organizado, em 1833. Mesmo porque, para a carta do Rio de Janeiro ele listou 25 mapas consultados. Contudo, essa falta de reclamações não significava que essa região estivesse completamente mapeada e definida, o que fica evidente nas representações desse espaço.

O caso mais expressivo é o da província de São Paulo, que até o final do século XIX, possuía uma grande parcela da parte oeste do seu território desconhecida pelo governo, que tinha dificuldade para realizar levantamentos nas áreas mais afastadas das margens rio Tietê. Por esse motivo, durante esse período, era comum que os cartógrafos deixassem esse espaço em branco, colocando uma pequena nota informando que os *Terrenos eram desconhecidos ou desabitados*. Em seu trabalho, Candido Mendes seguiu a tradição cartográfica do período; o interessante é que no artigo ele não faz nenhuma referência a esse fato, não aborda a necessidade de melhor povoar ou construir representações desse local. O tema, que parece ser importante para ele, some em outros artigos, e, de modo bem direto, Mendes apenas listou o processo de

---

<sup>614</sup> Idem, Ibidem.



passar uma ideia de falta de civilidade para uma região cujo a economia despontava, sendo guiada pelo ideal de progresso. Sem dúvidas, no primeiro momento, parece que ele estava reproduzindo um discurso já conhecido e muito estudado pela historiografia, no qual o Sul era colocado como moderno e civilizado, enquanto o Norte era representado como bárbaro e sem desenvolvimento. Tudo o que o Sul não deveria ser<sup>615</sup>. Nesse entendimento, a falta de trabalhos seria colocada por Mendes como sinônimo de atraso, de um espaço que ainda precisaria ser preenchido pela luz da ciência, responsável por *romper as trevas*.

Contudo, não é possível compreender as razões que levou Mendes a construir a narrativa deste modo, sem antes considerar o seu lugar social e as discussões políticas que ele e sua obra estavam envolvidos. Como discutido no tópico anterior, durante todo o Império, existia uma forte discussão dos políticos nortenhos a respeito da distribuição de verbas e melhorias pelo governo central, estando entre suas principais queixas a ideia de que essa região era esquecida, não recebendo a mesma atenção das províncias localizadas próximas da corte. Nesse sentido, o destaque dado por Candido Mendes à escassez de mapas que ajudasse a compreender e visualizar esse território, pode ser compreendida também como uma reivindicação pela atenção do Estado, um modo de defender os interesses de sua região.

Mesmo porque esse material auxiliaria no desenvolvimento da economia e na conquista dos projetos de melhoramento, como estradas de chão, ferrovias e portos, uma vez que seria possível utilizar o papel científico dos mapas para legitimar suas reivindicações. Afinal, *bastava olhar para o mapa*<sup>616</sup>. O que, sem dúvida, explica porque ele não utilizou os mesmos argumentos ao tratar de províncias como São Paulo. Nesse sentido, essa pesquisa considera que os pedidos por novos levantamentos topográficos e mapas atualizados, não eram uma crítica a ausência de civilidade do espaço, mas um enunciado da escassez de interesse do governo. Esse era o responsável pelo desenvolvimento de todas as partes da nação, cabendo a ele, mapear todas as áreas. Para Mendes, a falta de cartografia representava o desinteresse pelo espaço, que já era denunciada constantemente pelos políticos do Norte.

No artigo do Ceará, Candido Mendes destacou essa sua perspectiva dos mapas, ao tratar da carta de Antônio da Silva Paulet e das explorações que haviam acontecido no período colonial. Segundo ele,

o facto do levamento dessa carta naquela epocha (assim como as explorações do naturalista João da Silva Feijó), além de **demonstrar o interesse da metrópole por aquelle território**, tinha por fim dar solução aos conflictos

---

<sup>615</sup> ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez. 2011, p. 72.

<sup>616</sup> OLIVEIRA, Op. Cit, 2015, p. 49.

que forão ocorrendo com a sua organização em capitania, **solução que nunca mais tiveram [grifo nosso]**<sup>617</sup>

A produção desse mapa, assim, demonstrava a preocupação dos portugueses com essa porção do espaço, ao passo que também chamava atenção para necessidade de que o governo Imperial tomasse as mesmas providencias, levantando novas informações que ajudassem solucionar os conflitos ainda existentes. Os naturalistas eram considerados um grupo importante no conhecimento da nação, já que eles costumavam juntar uma gama de informações importantes, muitas vezes produzindo novas representações do espaço que haviam percorrido. O próprio IHGB, reconhecendo essa função disponibilizava parte das suas verbas para realização dessas expedições, mas também dedicava atenção especial para as áreas fronteiriças, ricas em conflitos<sup>618</sup>. Assim, o interesse do governo para produzir representações cartográficas foi ainda mais restrita para as províncias localizadas na região nordeste do Brasil. Ali, não foram produzidos muitos documentos cartográficos no período Imperial<sup>619</sup>, fato que é perceptível ao analisar os dados apresentados por Candido Mendes (tabela 4).

**Tabela 4 – Número de mapas consultados por Candido Mendes para produzir o Atlas do Imperio do Brazil**

Norte	Mapas	Sul
Bahia	20+	S. Pedro
Grão-Pará		Rio de Janeiro
Maranhão		Minas Gerais
x		Santa Catarina
x	14 a 16	Espírito Santo
		São Paulo
		Município Neutro
Pernambuco	10 a 12	Paraná
Ceará		Mato Grosso
Piauí		Goiás
Amazonas	05 a 07	x
Alagoas		
Sergipe		
Rio Grande do Norte		
Paraíba do Norte		

Referência: ALMEIDA, Candido Mendes de. Atlas do Imperio do Brazil. Rio de Janeiro: Instituto Philomathico, 1868.

<sup>617</sup> ALMEIDA, Op. Cit, 1868, p. 12.

<sup>618</sup> GUIMARÃES, Op. Cit, 2011, p. 158.

<sup>619</sup> COSTA, Op. Cit, 2007.

Como se pode notar na tabela acima, apenas três das onze províncias localizadas no Norte, possuíam mais de quatorze mapas consultados. A Bahia, cujo poder político ainda era considerável, o Grão-Pará que além de zona de fronteira, era parte do projeto da província de *Pinsonia*, e, por fim, o Maranhão, local de nascimento de Mendes. Para as demais, sua consulta ficou restrita a, no máximo, doze mapas. Situação totalmente diferente do Sul, que ao contrário, não possui nenhuma com menos que isso, mesmo no caso de locais como o Paraná, que só há pouco tempo tinha se desvinculado de São Paulo, se tornando independente. Esses números, poderiam estar vinculados aos objetivos e interesses que o Estado possuía no que diz respeito a essas localidades, visto que a economia do Norte não estava muito forte nesse período, enfrentando dura concorrência no mercado externo de açúcar. Processo esse que levava a diminuição dos investimentos públicos, concentrados no Vale da Paraíba<sup>620</sup>.

Se como afirmava os políticos nortenhos, não existia uma ação visando realizar os chamados melhoramentos materiais nesses espaços, o seu mapeamento ficava restrito a pequenos projetos. Mesmo porque, a idealização de empreendimentos como a construção de ferrovias, que se desenvolvia mais largamente no Sul, proporcionava a exploração minuciosa desses espaços. É importante observar, no entanto, que os trabalhos consultados por Candido Mendes não eram o conjunto total de todos os mapas existentes, uma vez que sua pesquisa se restringiu ao Arquivo Militar e documentos concedidos por amigos e aliados. No caso do Amazonas, por exemplo, Duarte da Ponte Ribeiro destacava na sua crítica do *Atlas do Império do Brasil*, que existam diversos mapas no arquivo da Secretaria de Negócios Estrangeiros – SNE que poderiam ser utilizados, no entanto, seu acesso era limitado para os membros do governo, uma vez que suas informações eram tidas como confidenciais<sup>621</sup>.

Assim, a representação dos espaços era influenciada por múltiplas questões sociais, econômicas e técnicas, que reverberavam no modo como os autores viam o espaço e construía os desenhos. Os discursos presentes tanto nos textos quanto nos mapas do *Atlas*, portanto, permitem perceber como esse trabalho, longe de ser neutro, era utilizado para construir concepções do espaço, bem como divulgar projetos e perspectivas de seus organizadores. Como era o caso das constantes reivindicações de Candido Mendes, por maiores atenções e investimentos do governo Imperial para as províncias do Norte, que eram colocadas como *esquecidas*, apesar de suas contribuições para economia nacional. Deste modo, a cartografia não se configurava como um instrumento de poder apenas pela sua função tática e estratégica,

---

<sup>620</sup> DOLHNIKOFF, Op. cit, 2005, p. 24.

<sup>621</sup> Ver nessa dissertação o tópico: *Produção, circulação e consumo dos mapas: Candido Mendes de Almeida e o teatro cartográfico oitocentista*

mas também pela autoridade que exercia mediante as informações expostas, que dificilmente eram questionadas pelo público mais amplo.

Isso porque ao consulta-los é comum que a maioria das pessoas criam na imagem que eles representam, os entendendo como documentos autoevidentes que replicam as estruturas do mundo sem nenhuma interferência humana<sup>622</sup>. O que possibilitou que durante todo o século XIX, esta ciência fosse amplamente utilizada na definição de fronteiras e na construção de diversos significados sobre o espaço que serviam aos interesses de seus organizadores. A partir do mapa, era possível transformar um vasto território, em algo mensurável e aparentemente definido, dando-lhe características que poderiam ser naturalizadas em decorrência de seu papel como agente da verdade.

É importante salientar, que tais características nem sempre estavam expostas de maneiras explícitas ou autoexplicativas nas representações, sendo necessário encará-las como linguagem a ser decodificada, uma vez que expressavam uma construção social do mundo por meio de signos e sinais<sup>623</sup>. No mapa, nada está disposto por acaso, cada linha, nome e gota de tinta presente na folha foi pensada por uma equipe para cumprir uma função específica dentro da mensagem que os organizadores gostariam de passar. A partir desses componentes, era possível construir a imagem final, que seria lida pelos os sujeitos que teriam acesso ao trabalho. O *Atlas*, por exemplo, foi produzido para um público leigo, que não necessariamente possuía conhecimento técnico para interpretar componentes gráficos mais complexos, que são comuns nos mapas produzidos para o Estado. Assim, uma mesma superfície, pode ser representada de maneiras diferentes, dependendo das intenções do autor, de como ele codifica o mundo, e da sua funcionalidade<sup>624</sup>.

As áreas deixadas em branco nos mapas, representam bem como a simbologia gráfica ajudou a construir concepções a respeito dos espaços. Sem dúvida, elas correspondiam as áreas não ocupadas pelo poder gestor, destacando as dificuldades ainda presentes no Estado Imperial, para conhecer seu território e transformar a nação em um corpo sólido e indiviso<sup>625</sup>. Contudo, o modo como esses espaços ocupavam a representação era uma escolha. A partir dos componentes, era possível tanto apresentar esses territórios como uma ameaça – pro Estado e para aqueles que tentavam adentrar – uma vez que o vazio que rasgava as folhas, levantava questionamentos a respeito do que havia no seu interior. Como também um espaço cheio de

---

<sup>622</sup> EDNEY, Op. Cit, 2016.

<sup>623</sup> HARLEY, Op. Cit, 2005.

<sup>624</sup> Idem, p. 66.

<sup>625</sup> MATTOS, 2011, Op. Cit.



novas possibilidades, cuja natureza ainda não havia sido completamente desvendada, representando grande potencial econômico, a partir de sua ocupação pela elite dirigente. De modo geral, a quietude na face da imensidão do interior do território, poderia significar um pedido ou uma ameaça<sup>626</sup>, dependia dos componentes a que eram vinculados pelos autores.

Ao fazer um levantamento das provinciais cujo território adentrou o século XX sem ser completamente mapeado, é possível perceber que no *Atlas*, Candido Mendes mobilizou as duas concepções para representar esses espaços, dependendo da província que ele estava tratando. Mais uma vez, os seus interesses regionais estavam em pauta, influenciando a forma como ele percebia e representava esses territórios. Característica que é comum aos idealizadores de mapas, já que como qualquer outro documento, o que lemos nas cartas estão tanto relacionados com os fenômenos vistos e medidos na paisagem, como com o mundo social invisível<sup>627</sup>. Sendo assim, o modo como as escolhas dos produtores influenciava na representação e interpretação dos espaços desconhecidos pode ser melhor observada quando comparado com outros trabalhos. Como nesse caso, a ideia é analisar os locais em branco, partimos do *Atlas do Brasil*, produzido por Francisco Ignacio Marcondes Homem de Melo em 1909. A partir desta obra é possível perceber como os mesmos espaços foram codificados 41 anos depois, em um outro contexto político, e por outros sujeitos, que possuíam realidades, noções ideológicas e culturais diferentes<sup>628</sup>.

Iniciando a análise a partir dos mapas das províncias de Espírito Santo e São Paulo, presentes no *Atlas do Império do Brasil*, é possível perceber que Mendes destacou as áreas que ainda não eram mapeadas, construindo a região como uma espécie de “*ameaça*”, um perigo. Essas características são visíveis, no próprio modo como ele se referiu aos espaços em questão, nomeados de *Sertão Desconhecido* e *Terreno ocupado por Indígenas Ferozes*, respectivamente (mapa 14). Em ambas as cartas, as características citadas anteriormente acompanhavam as expressões vinculadas a essas áreas, que foram representadas como grandes vazios, cortados apenas por alguns rios e montanhas que ainda não podiam ser totalmente representados. Nessas, como afirma Airton José Cavenaghi,

vê-se que o autor está imbuído de uma ideologia que desdobra concepções desenvolvidas desde o início da colonização do país quanto à **associação entre o atraso – representado pela presença de tribos indígenas – e o**

<sup>626</sup> CONRAD, Joseph. *O coração das trevas*. Porto Alegre: L&PM, 2011, p. 36.

<sup>627</sup> HARLEY, Op. Cit, 2005, p. 61.

<sup>628</sup> CAVENAGHI, Airton José. O território paulista na iconografia oitocentista: mapas, desenhos e fotografias. Análise de uma herança cotidiana. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.14. n.1, 2006.

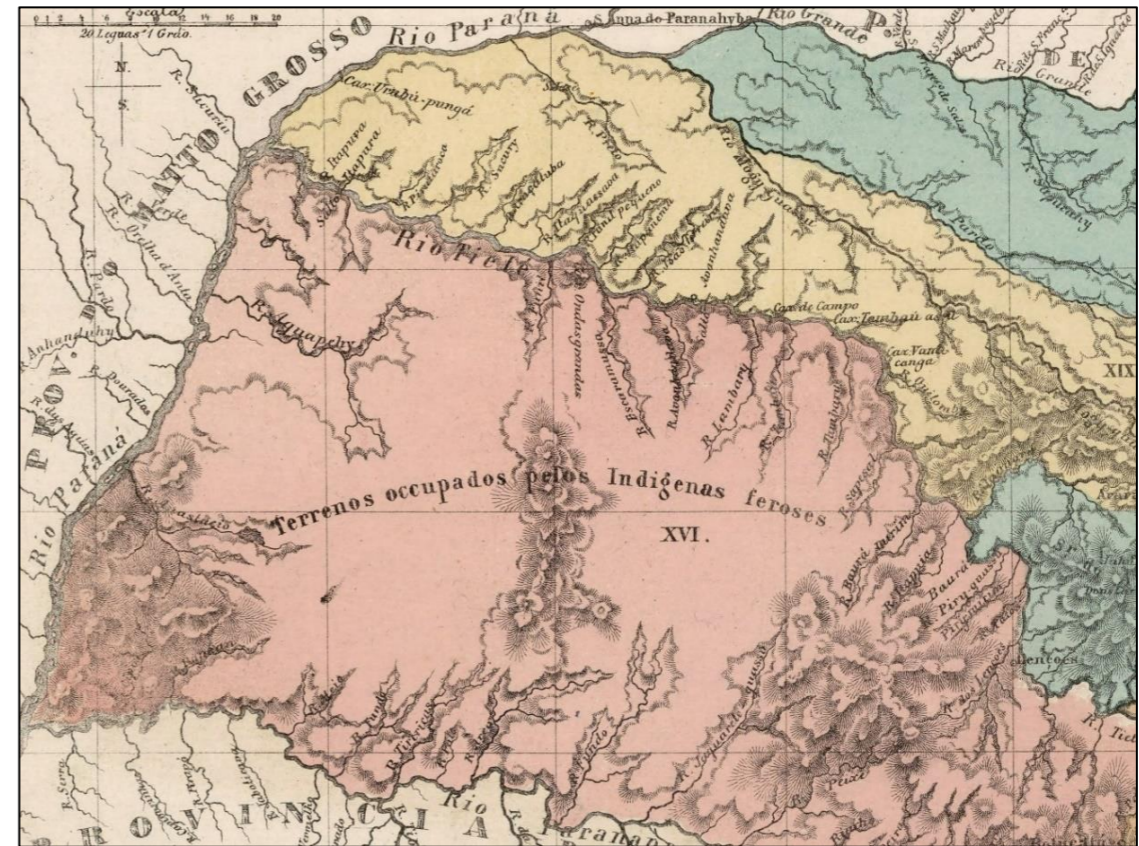
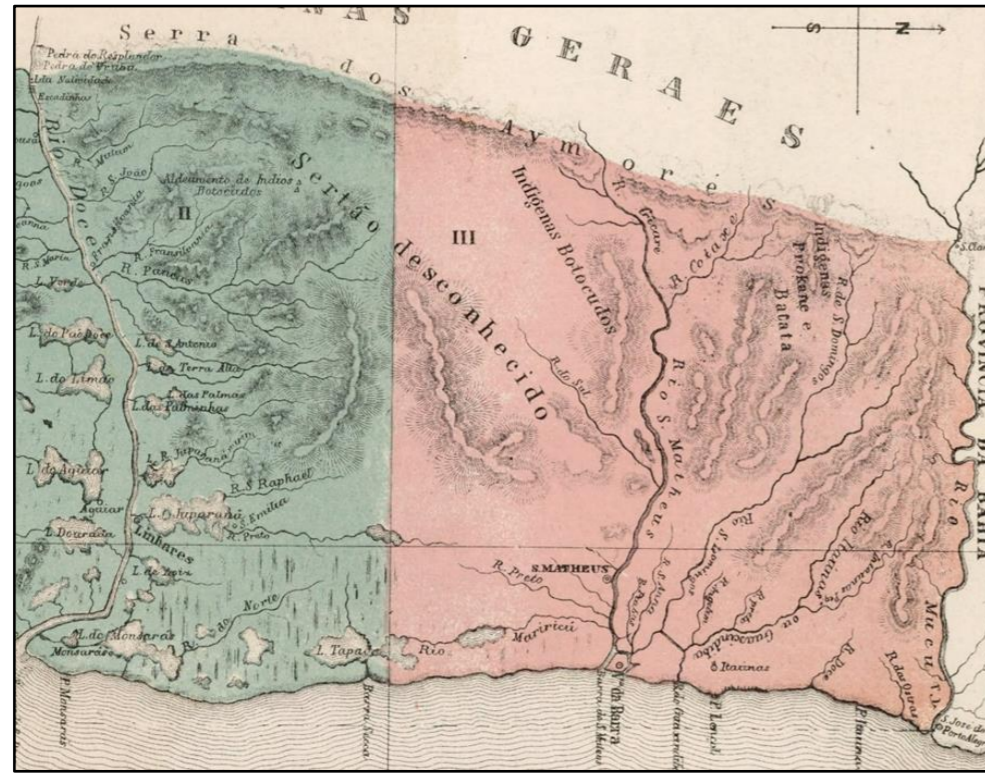
**desenvolvimento – expresso no avanço da "civilização", com a presença de aglomerados urbanos<sup>629</sup>.**

Tais concepções entravam em choque dentro dessas mesmas províncias, uma vez que os territórios desconhecidos eram representados em oposição a parte já ocupada, que servia como modelo de civilização, possuindo núcleos urbanos, estradas e ferrovias. As denominações desses espaços, portanto, não eram escolhidas de modo aleatório, ajudando a atribuir diversas características aos espaços que eram projetados nas cartas topográficas.

---

<sup>629</sup> CAVENAGHI, Airton José. Olhos do barão, boca do sertão: uma pequena história da fotografia e da cartografia no noroeste do território paulista (da segunda metade do século XIX ao início do século XX). Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, 2004, p. 169.

Mapa 14 – Recortes dos mapas das províncias do Espírito Santo e São Paulo mostrando os espaços vazios



Referência: ALMEIDA, Candido Mendes de. Atlas do Imperio do Brazil. Rio de Janeiro: Instituto Philomathico, 1868.

E nesse caso, Candido Mendes estava tratando de duas províncias localizadas no Sul do país, que faziam parte da economia cafeeira, recebendo maiores recursos do governo nesse momento. Não é à toa que, ao longo da segunda metade do século XIX, os mapas produzidos por paulistas, ou com apoio da província, passaram a ter a parte oeste denominada de *terrenos desconhecidos ou desabitados*, criando-se características mais convidativas para esse espaço que passava a ser visto como fértil e essencial para o cultivo do café. O elemento etimológico, era trabalhado para aproximar a região e adaptá-la às necessidades em vigor, funcionando quase como um convite, para aqueles sujeitos que já se reconheciam como membros do “mundo civilizado”<sup>630</sup>. O terreno, ainda desconhecido, pedia para ser dominado, ocupado e preenchido pelas técnicas do mundo moderno, o que ajudava as políticas voltadas para sua povoação, principalmente nos locais onde o governo tinha novos interesses.

Os Relatórios de Presidente de Província do mesmo período, demonstram o interesse e a dificuldade do Estado em ocupar essa área. As primeiras tentativas surgem por meio dos aldeamentos, que eram vendidos como uma preocupação em civilizar e cristianizar os grupos indígenas da região, mas na verdade, deveriam acabar com o “empecilho de dura transposição” que impedia o uso das terras almeçadas pela apropriação privada<sup>631</sup>. Diante da dificuldade de agrupá-los e manter o controle dos aldeamentos, na década de 1860, passou-se a considerar a construção de estradas, ligando localidades já ocupadas pelos considerados civilizados, visando afastar a população indígena dos espaços que se possuía interesses mais imediatos<sup>632</sup>. A ação também encontrou inúmeros obstáculos, e só foi cumprida totalmente no fim do século.

Assim, só em 1909, na carta presente no *Atlas do Homem de Mello*, essa área perdeu a classificação de desconhecida<sup>633</sup>. Vindo do Vale da Paraíba, onde começou sua carreira política, não é de se admirar que em seu trabalho a área apareça quase totalmente mapeada, com a demarcação de novos povoados e estradas de ferro, consideradas um enunciado de modernidade. Do mesmo modo, a porção do território do Espírito Santo, aparece como *Mattas desconhecida*. Dessa forma, tanto a representação de Candido Mendes, como dos cartógrafos subsequentes, apresenta diferentes perspectivas do espaço, guiadas por seus interesses pessoais, ideais políticos e culturais, que influenciavam diretamente no modo como percebiam e representavam o mundo<sup>634</sup>.

---

<sup>630</sup> MATTOS, Op. Cit, 2011, p. 23.

<sup>631</sup> DORNELLES, Soraia Sales. Expansão da Fronteira Agrícola do Centro-Sudoeste Paulista na Segunda Metade do Século XIX: presença e atuação indígena em terras almeçadas pela apropriação privada, “um empecilho de dura transposição”. *História (São Paulo)*, v.39, 2020, p. 10.

<sup>632</sup> Relatório de Presidente da Província de São Paulo (1859-1870)

<sup>633</sup> CAVENAGHI, Op. Cit, 2006, p. 234.

<sup>634</sup> HARLEY, Op. Cit, 2005.

No caso do *Atlas do Imperio do Brasil*, as questões políticas que permeavam essas representações ficam ainda mais evidentes quando se percebe que esses são os únicos mapas que receberam essas definições para espaços ainda não mapeados. Como expressa Cavenaghi, “nem mesmo nos locais de presença intensa da floresta, como nas Províncias do Amazonas ou na época do Grão-Pará, não é inserido qualquer tipo de comentário como contexto ideológico”<sup>635</sup> daquele que é colocado na representação do território paulista e do Espírito Santo. Essa escolha do autor se estendia as demais províncias do Norte que, mesmo possuindo áreas que também não eram totalmente conhecidas pelo governo, não ganharam notas com expressões que as vinculasse a essa ideia de falta de civilidade.

Pelo contrário, no mapa de Sergipe, por exemplo, a porção do espaço que foi representada sem a indicação de vilas, fazendas ou rios, recebeu a expressão *Campos de Criação de Gado* (mapa 15), fazendo com que a não existência de povoados e núcleos urbanos fosse vinculada a uma finalidade econômica do local. É importante lembrar que Mendes reivindicava, no artigo dessa província, a determinação de novas fronteiras que garantisse uma maior extensão territorial<sup>636</sup>, o que seria totalmente inviável se ele indicasse que a administração provincial não possuía controle nem mesmo da área que já dispunha. Em contrapartida, atribuir uma função econômica para o “vazio” que ficava no papel, funcionava como um argumento positivo para sua proposta de limites, já que destacava o potencial econômico da região e suas possíveis contribuições para o mercado nacional. Além disso, representava essa porção do espaço de modo convidativo, tanto a população interessada no mercado, como aos investimentos do governo.

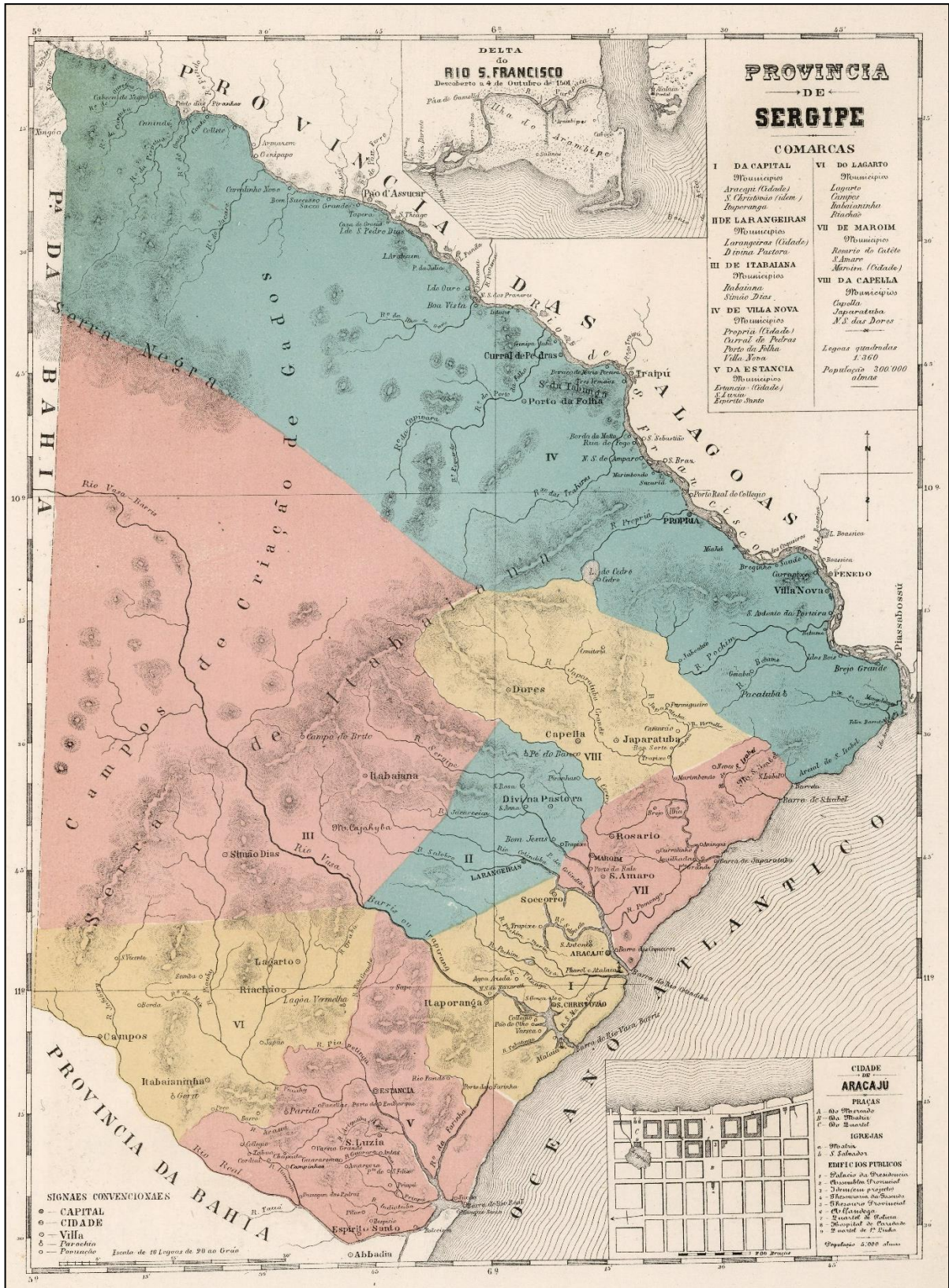
Assim, por meio dos signos e sinais escolhidos, Mendes procurou vincular concepções ‘positivas’ a essas regiões. Diferente dos mapas citados anteriormente, nessa parte do trabalho ele parece ocultar os locais que faltavam dados administrativos por parte do poder gestor, construindo estratégias para que muitas vezes não precisasse nem sequer informar acerca desses espaços. Para isso, ele se utilizou de um outro componente gráfico: a vegetação. A partir da representação de serras e montanhas, Mendes preenchia as áreas sob as quais não detinha referências completas ou que, simplesmente, ainda não possuía considerados núcleos urbanos, disfarçando as lacunas que ficavam na representação. Deste modo, ao olhar o mapa, no primeiro momento parece que todo território era mapeado e dominado pelo poder estatal, o que não era verdade, uma vez que províncias como Paraíba, Rio Grande do Norte e Grão-Pará, ainda são representadas com espaços *vazios* no *Atlas* de 1909.

---

<sup>635</sup> CAVENAGHI, Op. Cit, 2004, p. 169.

<sup>636</sup> ALMEIDA, Op. Cit, 1868, p. 16.

Mapa 15 – Mapa da Provincia de Sergipe



Referência: ALMEIDA, Candido Mendes de. Atlas do Imperio do Brazil. Rio de Janeiro: Instituto Philomathico, 1868.

Segundo Maria dos Santos, a utilização de relevos que não denotavam qualquer dimensão informativa, salvo exceções, foi utilizado desde o período colonial para evitar os vazios, sendo representados sem denotar qualquer aspecto fisionômico da flora ou distribuição geográfica<sup>637</sup>. No oitocentos, essas características continuam presentes nos trabalhos publicados, principalmente naqueles que representavam uma considerável porção do espaço, como províncias ou todo o país. Isso porque, quanto menor a escala do mapa, mais simplificado e generalizado ele precisa ser, o que de acordo com Fernand Joly, não ocorre sem uma certa deformação ou deslocamento dos objetos cartografados<sup>638</sup>.

Essas características são facilmente percebidas na representação da província do Rio Grande do Norte, que segundo Candido Mendes só possuía cinco cartas para consulta, dificultando o levantamento de informações para produzir o desenho do espaço. Mesmo destacando essa falta de dados por parte do poder gestor, no mapa, o autor não deixou nenhuma área que parecesse está ainda não mapeada, apresentando inúmeras serranias sem denominações. Situação que difere totalmente da carta presente no *Atlas* de 1909, no qual o mesmo território aparecia com um relevo mais pontual, fazendo com que alguns locais aparentassem mais vazios, como era o caso da área entre os rios Upanema e Assú, na qual toda a vegetação presente no mapa de Mendes some, ficando apenas a serra de S. Sebastião. Já outros locais passavam a ser preenchidos por novos núcleos urbanos e estradas de ferro, como o litoral da província (mapa 16).

Do mesmo modo, no mapa do Grão-Pará, produzido por Mendes, o espaço próximo da fronteira com o Matto Grosso, sobretudo, entre os rios Tapajó e Xingu, foi representado coberto por um relevo que ganhou outras características no de Homem de Melo. Nesse, foram representadas apenas três serras não identificadas<sup>639</sup>, denotando a falta de dados acerca do espaço que nesse momento recebeu a expressão *terrenos pouco explorados* (mapa 16). Se 41 anos após Candido Medes produzir o mapa, o espaço ainda continuava pouco conhecido, porque a mesma denominação não foi percebida por ele como necessária? Essa escolha, chama logo atenção, tendo em vista que ele optou por utilizá-la em províncias como São Paulo, que naquele momento despontava economicamente. O que tornava bem mais inconveniente para imagem de país civilizado que os intelectuais procuravam construir, que uma das únicas “províncias a não ser mapeada por inteira fosse a que mais sofria modificações materiais”<sup>640</sup>.

---

<sup>637</sup> SANTOS, Maria D. Técnicas e elementos da cartografia da América Portuguesa e do Brasil Império. In: COSTA, Antônio Gilberto. (org.) *Roteiro Prático da Cartografia: da América portuguesa ao Brasil império*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2007, p. 39.

<sup>638</sup> JOLY, Op. Cit, 1990, p. 19.

<sup>639</sup> Provavelmente a do Cachimbo.

<sup>640</sup> CAVENAGHI, Op. Cit, 2006, p. 233.





É importante perceber, que a natureza era uma parte importante do discurso de Candido Mendes, que defendia a definição dos limites por meio do conceito de *fronteira natural*<sup>641</sup>. Assim, o contorno dessas unidades administrativas costumava ser representado por rios ou serras, que nesse caso eram mais detalhadas, enquanto o relevo do restante do território ganhava características mais generalistas, uma vez que não eram o foco do trabalho. No entanto, mesmo sendo algo comum nos mapas do período, o modo como Mendes apresentou essa vegetação não deixou de ser observada por seus contemporâneos. Ainda em 1868, o jornalista piauiense, David Moreira Caldas, ao escrever um elogio a respeito do *Atlas* para periódico *A Imprensa*, afirmou que

falecem-me as expressões, para devidamente agradecer a V. Exc. a menção demasiadamente honrosa que se dignou fazer de meu obscuro nome, naquela obra monumental: **os relevos, embora de ordem muito secundaria, permanec[iam] esculpidos no pedestal de bonze.**<sup>642</sup>

Caldas, havia produzido no ano anterior, uma carta da cidade de Terezinha, que como pode se perceber na citação acima, foi listada como consultada por Mendes. A rapidez com que o autor do *Atlas* teve acesso ao trabalho, e sua preocupação em incluir na galeria de autores, levanta um questionamento sobre a possível proximidade entre os dois. Relação que se destaca quando se pensa como a afirmação, destoava de todo o resto do comentário publicado no jornal, no qual só eram apontados pontos positivos da obra. Por que escolher essa característica para tecer a tímida crítica? David Caldas, não especificou os motivos para ele achar o relevo de *ordem muito secundaria*, mas estava tratando de um ponto de vista técnico, que não levava em conta os interesses de Mendes, nem a relação entre a produção da carta e o mundo social. Questões que precisam ser consideradas pela investigação histórica, tendo em vista que o modo como foram representados esses componentes gráficos – em ambos os atlas aqui citados – longe de ser aleatório era uma escolha dos sujeitos envolvidos na sua criação.

As expressões usadas, os signos distribuídos, e as informações que se procurava apresentar, eram escolhas que auxiliavam diretamente na construção de imagens para os espaços, que eram objetos de interesse e disputa. Ao comparar como essas áreas foram representadas nos atlas de Candido Mendes e Homem de Melo, é possível perceber algumas diferenças, que estavam, sem dúvidas, relacionadas a questões técnicas, já que representar a natureza por meio de símbolos convencionados implica limitações<sup>643</sup>. Mas também estavam

<sup>641</sup> Ver nessa dissertação o tópico: “*O curso dos rios nenhuma duvida deixão na divisão dos territorios*”: limites nacionais, fronteiras naturais e *Uti possidetis*

<sup>642</sup> *A Imprensa*: Periodico Político, 12 de setembro de 1868, p. 1.

<sup>643</sup> JOLY, Op. Cit, 1990, p. 19.

ligadas as escolhas dos produtores na seleção do que aparecia na carta, como é caso de optar, ou não, por preencher o vazio a partir de um elemento como o relevo, ou vincular expressões que destacava a falta de dados.

Assim, as escolhas de Candido Mendes, em produzir representações que construíssem concepções positivas para as províncias do Norte, estava vinculada aos seus interesses políticos e pessoais, ajudando a defender os projetos que ele apresentou, envolvendo essa mesma região. Como era o caso da construção da província de Pinsonia, e da crítica em relação aos investimentos e projetos do Governo Imperial. Deste modo, as diferenças existentes no modo como Candido Mendes representou os espaços que ainda não eram mapeados, reforça a ideia de que os pedidos do autor por novos documentos cartográficos, nos artigos das províncias septentrionais, estavam vinculados a ideia de chamar atenção do Estado para necessidade de investir mais nesse espaço, demonstrando um maior interesse pela região. Sendo assim, novos mapas eram necessários, tanto para uma melhor administração, como para a modernização desse território, que era sempre apresentada por seus representantes políticos como fértil.

Situação que permite perceber como a produção cartográfica, estava diretamente vinculada aos interesses políticos e econômicos que se possuía pelos espaços, ajudando na investigação de tais questões. O que pode ser percebido no caso das Províncias do Norte, sobretudo que corresponde a região que hoje é denominada de Nordeste. Isso porque, a preocupação do governo em mapear o espaço se expandiu, no final do século XIX, quando a seca “foi descoberta como tema que mobilizava, que emocionava, que podia servir como argumento para exigir recursos financeiros [e] construção de obras”<sup>644</sup>. Nesse momento, o espaço passa a receber maiores atenções do governo, que nas primeiras décadas da República, criou instituições como a Inspeção de Obras Contra as Secas – IOCS, visando encontrar alternativas para amenizar as consequências do fenômeno das estiagens sucessivas<sup>645</sup>.

A primeira ação para atingir esse fim foi justamente a realização do mapeamento do espaço, construindo uma série de cartografias que ajudasse a conhecer de fato a região e propor soluções que deveriam ser executadas pelo IOCS<sup>646</sup>. Assim, no momento que passou a existir o interesse em modificar esse espaço, a necessidade de realizar um levantamento detalhado, com ajuda de uma equipe de profissionais especializados começou a ser percebida como fundamental.

---

<sup>644</sup> ALBUQUERQUE JR., Op. Cit, 2011.

<sup>645</sup> FERREIRA, Angela Lúcia; SILVA, D. R. R. ; SIMONINI, Y. A produção cartográfica da Inspeção de Obras Contra as Secas e a intervenção no Nordeste brasileiro no início do século XX. In: XV Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2015, La Habana. Anais eletrônicos... La Habana: Facultad de Geografía, Universidad de La Habana, 2015. v. 1.

<sup>646</sup> Idem, ibidem.

## 5 Considerações Finais

Os jogos de poder e interesses vinculados ao *Atlas do Império do Brasil*, publicado por Candido Mendes de Almeida, em 1868, foi o motor para realização dessa pesquisa. Era de interesse apontar que o processo de produção, circulação e consumo dessa obra estava vinculada aos projetos de construção da nação brasileira, que já vinham sendo desenvolvidos por políticos e intelectuais que buscavam assegurar a unidade do país. Isso porque a independência não havia significado o surgimento de uma comunidade, que precisava ser imaginada e construída, uma vez que séculos de colonização haviam resultado em um espaço compartimentado, com regiões dispersas e com frágeis vínculos entre si. Nesse processo, a continuidade do amplo território brasileiro, foi tomada como garantia da unidade da nação, sendo utilizada na idealização de uma identidade nacional, que se baseava na ideia de um passado comum: a colonização europeia.

Essa narrativa, idealizada por inúmeros intelectuais ligados ao IHGB, como o próprio Candido Mendes, defendia a existência de um Brasil visto a partir da perspectiva natural, cujo território já se encontrava definido desde a chegada dos portugueses, servindo para ocultar a fragmentação do país, bem como as disputas – internas e externas – que circunscrevia o território. Ao analisar o *Atlas*, foi possível perceber que essa ideia era mobilizada ao longo de toda a obra, tanto nos textos que descreviam as fronteiras do território baseadas no processo de ocupação, como na organização dos mapas, que apresentavam cada uma das isoladas províncias como parte de um todo. Tais evidências, ajudaram a compreender como o saber geográfico, ao longo do oitocentos, era entendido como fundamental para a unificação do Império, auxiliando no fortalecimento dos vínculos que estavam sendo difundidos.

Além disso, também ficou evidente que essa produção cartográfica também deveria cumprir sua função mais conhecida, fornecendo um saber sobre o espaço que possibilitasse aos governantes uma melhor percepção, garantindo controle do território e uma administração mais eficiente. Tanto no *Atlas* como nos demais documentos consultados, foi possível destacar que a falta de conhecimento desse território pelo poder central se configurava – contraditoriamente – como uma constante crítica pelos intelectuais, que defendiam a necessidade política de se investir na produção de um saber sobre o espaço. Uma das razões apresentadas por Mendes para publicação dessa obra, era justamente minimizar esse desconhecimento do país, que era visto como uma dificuldade para o seu desenvolvimento. O argumento colocava o trabalho de Candido Mendes como um grande serviço à nação, o que sem dúvida, legitimava as informações apresentadas e o ajudava a receber subsídios do Estado.

Os comentários e elogios publicados nos jornais nos anos subsequentes a publicação do objeto de pesquisa, replicavam essa ideia, destacando a importância que a obra teria para nação, e como os esforços do “patriota” deveriam ser reconhecidos pelo Estado. Do mesmo modo, os anais do parlamento permitiram investigar os prêmios e favores concedidos a Candido Mendes, e ainda, sua adoção ao Colégio D. Pedro II, como material pedagógico que seria vendido aos filhos da elite. O *Atlas do Imperio do Brazil*, assim, encontrava um local favorável para cumprir suas funções, servindo para conscientizar os futuros governantes da importância de conhecer todo país, e inculcando um sentimento de pertencimento a comunidade que se imaginava. Afinal, esse trabalho tinha sido pensado para informar as gerações seguintes sobre as características históricas e geográficas do Brasil, que até então não possuía mapas específicos e detalhados.

Analisar a relação do *Atlas* com essa instituição de ensino possibilitou perceber como na década de 1850, a História e a Geografia sobre o Brasil ganharam espaço na educação da elite, que deveria utilizar os ensinamentos fornecidos pelo passado no desenvolvimento do Império. As grades curriculares e os estatutos do colégio faziam as discussões referentes a essas novas demandas e a criação de novas disciplinas que ampliavam a necessidade de um material como o *Atlas*. Os alunos não deveriam estudar e conhecer as especificidades dos outros países antes de esmiuçar cada palmo do território a que pertenciam. Assim, o *Atlas* tanto reafirma essa ideia, como possibilitava que ela fosse colocada em prática. Era a primeira vez que um Atlas era produzido no Brasil, pelo olhar de um brasileiro e para os brasileiros. Não que inexistisse outros materiais cartográficos sendo construídos nesse momento, no entanto, ou costumavam ser representações destinadas aos oficiais do governo, ou eram parciais, ficavam reservadas aos espaços desenhados.

Os processos de produção, circulação e consumo do *Atlas* revelaram informações importantes sobre essas ideias que Candido Mendes buscava defender, ajudando a compreender as especificidades desse material e as relações que envolveram a publicação desses mapas. A partir de pequenos rastros deixados ao longo dos mapas, como também dos elogios a respeito do trabalho percebemos a criação de uma litografia exclusivamente para produzir o *Atlas*, os sujeitos que forneceram documentos e cartografias a Mendes, bem como, as disputas envolvendo as poucas críticas feitas ao *Atlas*, como era o caso de Duarte da Ponte Ribeiro. Com isso, foi possível destacar que existiam diferentes modos de mapear, ou seja, diferentes projeções do espaço que eram construídas a partir de documentos que deveriam ‘comprovar’ a posse do território.

Esses diferentes modos de perceber e representar o território nacional estavam diretamente ligadas aos conceitos de posse não interrompida, fronteiras naturais e *Uti Possidetis*, criados ao longo do oitocentos, tanto no IHGB como na SNE, pelos sujeitos envolvidos nas negociações das fronteiras externas. Tais conceitos, que tornaram parte das políticas oficiais do governo, influenciaram trabalhos como os de Candido Mendes, sendo reescritos a partir das necessidades que o autor possuía. Assim, ao passo que ele defendeu a ideia de que os rios e montanhas eram a melhor alternativa para definir não só as fronteiras nacionais como as provinciais, apresentando uma antiguidade que era escrita pela natureza, também criticou as concepções de territórios a outros países durante negociações. Processo que permite pensar a respeito de quais instituições ele mantinha proximidade, compartilhando ideias e projetos, bem como perceber as disputas envolvendo as definições das fronteiras e a própria natureza.

É interessante salientar que essas disputas não estavam restritas às repúblicas vizinhas, se desenvolvendo entre as províncias que ainda não tinham seus limites definidos por leis. Propor soluções para essa situação foi um dos principais objetivos de Mendes, que ao longo do *Atlas*, defendeu a necessidade de fixar definitivamente as fronteiras internas, de dividir as províncias com grande extensão territorial, bem como, redefinir toda a estrutura administrativa do Império. Tais projetos, já eram amplamente debatidos tanto entre os intelectuais como no Parlamento brasileiro, parecendo ser um consenso a necessidade de dividir o espaço a partir de ideias racionais e científicas. Assim, o resultado seria a criação de províncias com tamanho, população e riqueza semelhantes, acabando a assimetria que gerava desequilíbrio de poder entre as elites nacionais.

Ao analisar os projetos existentes, foi possível perceber que mesmo possuindo um objetivo semelhante, eles defendiam interesses e perspectivas diferentes, mostrando as mesmas rupturas que visavam esconder. Além disso, também demonstraram como o território estava envolvido em questões práticas da administração, que influenciavam diferentemente em como os projetos eram apresentados e defendidos. Um exemplo desse processo eram as constantes queixas apresentadas pelos políticos das províncias do Norte a respeito da quantidade de verbas e obras públicas enviadas para essa região. Segundo os discursos apresentados nos jornais, no senado e em livros do período, o *Estado* costumava privilegiar províncias localizadas no Sul do país, utilizando como justificativa o desenvolvimento financeiro desses espaços em virtude do café.

Ao analisar essas queixas, foi possível aferir que o número de deputados e senadores – definidos a partir da população – influenciava na conquista das verbas, que precisavam ser

votadas nessas instituições. Assim, províncias menores, que contavam com um ou dois representantes, precisavam encontrar apoiadores em outras bancadas para suas reivindicações, o que dificilmente acontecia, tendo em vista que os interesses locais estavam em disputa. Candido Mendes, em alguns de seus trabalhos, chamou atenção para essa relação entre o Norte e o Governo Central, afirmando que a região onde atualmente é o Estado do Amapá, encontrava-se abandonada pelo Império, que não realizava nenhuma melhoria a fim de desenvolver esse espaço. Baseado nessas ideias, ele propõe a criação de uma nova unidade administrativa denominada de Pinsonia, na qual deveria se concentrar parte das relações econômicas da bacia do Amazonas, garantindo o desenvolvimento do espaço.

Alvo de atenção de Mendes por pelo menos 18 anos, o projeto nunca se concretizou, mostrando que o espaço nacional foi se construindo a partir da aceitação ou não dessas várias propostas que eram realizadas. O *Atlas*, assim, mais do que apresentar uma representação do espaço, também demonstra o interesse de seu autor em deixar uma marca no espaço que se constituía, defendendo os interesses de seus aliados. Processo que era endossado tanto pela ideia de nacionalismo, como pela ciência cartográfica que frequentemente era tida como verdade inquestionável.

Baseado nas disputas que são perceptíveis entre os grupos do Norte e do Sul do império, achou-se por bem tentar compreender como esses espaços eram representados no *Atlas*. Nesse momento, foi logo notado que o autor ao longo do texto demonstra uma enorme preocupação em relação aos poucos mapas dessa região, defendendo a necessidade de que novos estudos fossem realizados. Em contraposição, foi perceptível também que diferente das representações de províncias como São Paulo e Espírito Santo, o autor não evidenciava os territórios que ainda não eram conhecidos ou dominados pelo Estado. Assim, tendo em mente que os mapas são utilizados para construir concepções positivas e negativas sobre os espaços por meio dos signos e sinais escolhidos pelos seus idealizadores, foi possível perceber que o modo como os territórios eram representados estavam diretamente ligados com os interesses e mensagem que se procurava comunicar.

Para analisar essa questão, foi utilizado o *Atlas do Brasil*, publicado em 1909, pelo Paulista Homem de Melo. Nesse trabalho, a situação se inverte. Enquanto províncias como São Paulo perdem a inscrição de “terreno ocupado por Indigenas Ferrozes” – presente no trabalho de Mendes – espaços ainda não totalmente povoados do Norte, são deixados “vazios”, ou tem a presença indígena destacada. Essas contradições entre ambos os trabalhos demonstram como as relações provinciais influenciavam na representação dos espaços, e como os mapas eram utilizados como instrumento de poder e que poderiam legitimar projetos. Assim, conclui-se que

no trabalho de Candido Mendes, a falta de trabalhos cartográficos era também um modo de denunciar a falta de atenção do Estado, que poderia ser demonstrada a partir do interesse em produzir representações desse espaço, que ajudasse na realização de novos projetos.

## Fontes

### **Biblioteca Nacional (BN)**

Carta Corográfica da Província de São Paulo. J. de Villiers de L'ile-Adam, 1847.

Nova carta chorographica do Imperio do Brazil. Pedro Torquato Xavier de Brito. Rio de Janeiro: Litografia do Arquivo Militar.

Carta Corographica do Ceará, organizada segundo os documentos existentes. Antonio Gonçalves da Justa Araujo, 1881.

Carta Corographica do Imperio do Brasil dedicada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Conrado Jacob de Niemeyer. Rio de Janeiro: Heaton & Rensburg, 1846.

Carta Geográfica' de uma parte do Império do Brasil confinante com a Confederação Argentina e a República do Paraguai. Duarte da Ponte Ribeiro e Ilaltino Jose Mendonça de Carvalho, 1856.

Cartas topographicas e administrativas das provincias do Brasil. Visconde J. de Villiers de L'ile Adam. Rio de Janeiro: Garnier Irmãos livreiros, 1850.

Mappa do Sul do Imperio do Brazil e Paizes Limitrophes. Antonio Francisco de Paula e Souza, H. L. dos Santos Werneck e C. Krauss. Rio de Janeiro: Imperial Instituto Artístico, 1865.

Carta da capitania do Ceará: levantada por ordem do Governador Manoel Ignacio de Sampaio por seu ajudante e ordens Antonio José da S. Paulet, 1818.

Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro (1868).

A Imprensa: periódico politico (1868).

A instrucção publica: publicação hebdomadária (1873).

Correio Mercantil, e Instructivo, Politico Universal (1868).

Correio Paulistano (1868).

Dezeseis de Julho: órgão conservador (1870).

Diário de Belém: folha política, noticiosa e commercial (1868).

Diário do Rio de Janeiro (1856-1869).

Gazeta Jurídica: revista mensal de doutrina, jurisprudencia e legislação (1875).

Jornal Aurora Fluminense (1838).

Jornal do Commercio (1868).



O Apostolo (1868).

O Cearense (1851-1853).

O Liberal: periódico político (1866).

O Velho Brazil (1854).

Revista Minerva Brasiliense (1893).

### **David Rumsey Map Collection**

ALMEIDA, Candido Mendes de. **Atlas do Imperio do Brazil**. Rio de Janeiro: Instituto Philomathico, 1868.

### **Arquivo Nacional**

MELO, Francisco Homem de Melo. **Atlas do Brasil**. Rio de Janeiro: F. Briguiet e cia, 1909.

### **Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB)**

Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1849-1869).

### **Instituto do Ceará (IC)**

Revista do Instituto do Ceará (1843).

### **Assembleia Legislativa**

Anais do Parlamento Brasileiro (1843-1869).

Anais do Senado Brasileiro (1870).

### **Center for Research Libraries, University of Chicago (CRL)**

Relatório da Repartição dos Negócios do Império (1857-1872).

Relatório de Presidente da Provincia de Alagoas (1874).

Relatório de Presidente da Provincia de Bahia (1874).

Relatório de Presidente da Província de São Paulo (1859-1870).

Relatório de Presidente da Provincia do Paraná (1856).

Relatório do Presidente da Provincia de Maranhão (1869).

### **Obras da época**

ALMEIDA, Candido Mendes. **Pinsonia: a elevação do território septentrional da Provincia do Grão-Pará a cathegoria de Provincia com uma essa denominação**. São Paulo: Nova Typographia de João Paulo Hildebramdt, 1873, p. IV.

BASTOS, Tavares. **A província. Estudo sobre a descentralização no Brasil.** 1870.

KRAUSS, Carlos. Reconhecimento Geral sobre o rio de São Francisco na parte inferior á Cachoeira do Sobradinho. Estudos preliminares para uma via ferrea do Porto das Piranhas a Jatobá onde a navegação é interrompida pela Cachoeira de Paulo Affonso. In: Anexo T. **Relatorio apresentado á Assembléa Geral Legislativa** na primeira sessão da Decima Quarta Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas Joaquim Antão Fernandes Leão. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1869.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. **Como se deve escrever a História do Brasil.** Revista do IHGB, Rio de Janeiro, 1844.

MEMORIA sobre as questões de limite entre o Imperio do Brazil e a República da Nova Granada pelo conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro, 1870.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes, **Memória acerca dos naturais limites do Brasil**, 18/03/1827. IHGB, Lata 421, Pasta 16.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. **Annaes da província de São Pedro.** Paris: Typographia de Casimir, 1839.

RIBEIRO, Duarte da Ponte Ribeiro. Apontamentos à Pre-Memória sobre a política da Venezuela e Nova Granada, de 23 de setembro de 1868. AHI, Lata 269 / pasta 4.

SENEFELDER, Alois. **A complete course of lithograph: containing clear and explicit instructions in all the different branches and manners of that art.** Londres: Ackermann, 1819.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História Geral do Brasil.** 1 ed, v. 1.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Memorial Orgânico: uma proposta para o Brasil em meados do século XIX/ com ensaios introdutórios de Arno Wehling.** –Brasília: FUNAG, 2016.

VILLAÇA, Antônio Carlos. **O Senador Candido Mendes.** Rio de Janeiro: EDUCAM, 1981.

### **Leis, Regulamentos, Decretos**

BRASIL. Constituição (1824). Lex: **Constituição Política do Império do Brazil, de 25 de março de 1824.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm). Acesso em: 19 set.2022.

BRASIL. **Decreto nº 1.568, de 24 de Fevereiro de 1855.** Approva o Regulamento complementar dos Estatutos das Faculdades de Direito do Imperio para a execução do § 3.º do Art. 21 do Decreto N.º 1.386 de 28 de Abril de 1854. Coleção de Leis do Império do Brasil, p. 166, 1855.

COLEÇÃO das Leis do Império do Brasil de 1854 e 1891.

MEMORIA sobre as questões de limite entre o Imperio do Brazil e a República da Nova Granada pelo conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro, 1870.

PROJECTO de Constituição para o Império do Brazil. In: Eduardo Martins, **A assembléia Constituinte de 1823 e sua posição em relação à construção da cidadania no Brasil**. Tese de Doutorado. Assis. Unesp. 2008. Anexo.

### **Manuscritos**

RIBEIRO, Duarte da Ponte. 'Pró-memória 126: Golpe de vista sobre o Atlas do Imperio do Brazil publicado pelo senhor Candido Mendes de Almeida, e considerações aos mappas que ele diz ter adotado por base da demonstração geographica que apresenta. Acompanhado de um mappa da fronteira setentrional do Imperio organizado em conformidade com trabalhos das comissões scientificas e outros peritos, que examinaram aquela parte do territorio', 1868. AHI, Arquivo Particular de Duarte da Ponte Ribeiro, Lata 288, Maço 2, Pasta 1, Documento 1.

CARTA de Duarte da Ponte Ribeiro para Paulino José Soares de Sousa, em 31/05/1852. AHI, Missão Especial nas Repúblicas do Pacífico, 1851-52.

### **Referências Bibliográficas**

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez. 2011.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Manoel Correia. **A produção do Espaço Norte riograndense**. Natal: UFRN, Ed. Universitária, 1981.

BARROS, José D'Assunção. **Introdução aos seus usos historiográficos**. Petrópolis: Vozes, 2019.

BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila e SALLES Ricardo (org.) **O Brasil Imperial, volume II (1831-1870)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

BEIER, José Rogério; MARHTIN, Daniel. Aspectos da representação do território paulista em sua cartografia impressa: uma análise cartobibliográfica (1833-1932). **CONFINS (PARIS)**, v. 1, 2018.

BLACK, J. **Mapas e História: Construindo imagens do passado**. Bauru: Edusc, 2005.

BLOOM, Harold. **Um mapa da desleitura**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2003.

BOEIRA, Luciana Fernandes. Lendo imagens: a litografia no Brasil do século XIX. **SAECULUM: Revista de História**, João Pessoa, 2013.

BORGES, M. E. L.; Atlas Históricos: com eles também se escrevem memórias nacionais. In: DUTRA, Eliana R. de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. (Org.). **Política Nação e Edição: o lugar dos Impressos na Construção da Vida Política**. Brasil, Europa e Américas. sécs. XVII-XX. 01ed. São Paulo: Annablume, 2006.

BOSI, Alfredo. Cultura. In: CARVALHO, José Murilo (coord.). **História do Brasil Nação (1808-2010) – volume 2 – A construção nacional (1830-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Desenhando o Brasil: o saber cartográfico dos cosmógrafos e engenheiros militares da colônia e do império. In: COSTA, Antônio Gilberto. (org.) **Roteiro Prático da Cartografia: da América portuguesa ao Brasil império**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2007.

CAMELO FILHO, José Vieira. **A Implantação e Consolidação das Estradas de Ferro no Nordeste do Brasileiro**. Tese (doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2000.

CAMPOS, Germano Moreira. **Ultramontanismo na Diocese de Mariana: o governo de D. Antônio Ferreira Viçoso (1844-1875)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto, Programa de Pós-graduação em História, Mariana, 2010.

CARLOS, Lilian Beatriz. **Uma relação à dois: a história e a geografia nos primeiros anos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-graduação em História, São Leopoldo, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem/Teatro das Sombras**. 4ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. A Vida Política. In: CARVALHO, José Murilo (coord.). **História do Brasil Nação (1808-2010) – volume 2 – A construção nacional (1830-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

CAVENAGHI, Airton José. O Atlas do Império do Brasil e as Representações Existentes no Livro: “História da Vida Privada no Brasil”: Império a Corte e a modernidade de Nacional. História, Historiadores, Historiografia, **Projeto História**, nº 41, 2010.

CAVENAGHI, Airton José. O território paulista na iconografia oitocentista: mapas, desenhos e fotografias. Análise de uma herança cotidiana. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.14. n.1, 2006.

CAVENAGHI, Airton José. **Olhos do barão, boca do sertão: uma pequena história da fotografia e da cartografia no noroeste do território paulista (da segunda metade do século XIX ao início do século XX)**. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, 2004.

CHALHOUB, Sidney. População e Sociedade. In: CARVALHO, José Murilo (coord.). **História do Brasil Nação (1808-2010) – volume 2 – A construção nacional (1830-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

CONRAD, Joseph. **O coração das trevas**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid**. Brasília: FUNAG/Imprensa Nacional do Estado de São Paulo, Tomo I, 2006.

COSTA, Antônio Gilberto. **Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

CUNHA, Luiz Antonio. As raízes da escola de ofício manufactureiros no Brasil – 1808 – 1820. In: **Fórum Educacional**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 1979.

CUNHA, Aloisio Santos da. **Descaminhos do Trem**: as ferrovias na Bahia e o caso do trem da grota (1912 – 1976). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2011.

DOLHNIKOFF, Miriam. **História do Brasil Império**. São Paulo: contexto, 2017.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial origens do federalismo no Brasil do século XIX**. São Paulo: Globo, 2005.

DORNELLES, Soraia Sales. Expansão da Fronteira Agrícola do Centro-Sudoeste Paulista na Segunda Metade do Século XIX: presença e atuação indígena em terras almejadas pela apropriação privada, “um empecilho de dura transposição”. **História (São Paulo)**, v.39, 2020.

EDNEY, Matthew H. Teoria e História da Cartografia. **Espaço e cultura**, UERJ, RJ, n.3, 2016.

EDNEY, Matthew H. **Cartography**: the ideal and its history. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2019.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: formação do patronato brasileiro. 5ª edição, Editora Globo, Rio de Janeiro, 2012.

FERREIRA, Angela Lúcia; SILVA, D. R. R.; SIMONINI, Y. A produção cartográfica da Inspeção de Obras Contra as Secas e a intervenção no Nordeste brasileiro no início do século XX. In: **ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA**, 15., 2015, La Habana. Anais eletrônicos [...]. La Habana: Facultad de Geografía, Universidad de La Habana, 2015. v. 1.

FERREIRA, Gabriela Nunes. **Centralização e Descentralização no Império. O debate entre Tavares Bastos e visconde de Uruguai**. São Paulo: Editora 34, 1999.

FERREIRA, Mário Clemente. O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid: a cartografia a serviço da diplomacia. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37, 2007.

FERREIRA, Orlando da Costa. **Imagem e Letra**: introdução à bibliologia brasileira: a imagem gravada. São Paulo: EDUSP; Melhoramentos; Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977.

FONSECA, Cláudia Damasceno. A convenção dos Sertões: a ocupação do território e a instalação das estruturas do poder eclesiástico. In: **ARRAIAS e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas** [online]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FURTADO, Júnia Ferreira. Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra da Sucessão Espanhola, o Tratado de Utrecht e a América portuguesa na cartografia de D'Anville. **Topoi**, v. 12, n. 23, 2011.

FURTADO, Júnia Ferreira. História e cartografia: do mapa do metrô de Londres ao mapa do São Francisco. In: **História & Parceria**

FURTADO, Júnia Ferreira. **O Mapa que descobriu o Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Versal; São Paulo: Odebrecht, 2013.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. **Navegantes, bandeirantes, diplomatas**: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. Brasília: FUNAG, 2015.

GREGÓRIO, Vitor Marcos. **Dividindo as Províncias do Império**: a emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado nacional brasileiro (1826-1854). Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2012.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e Nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. N. 1, 1988.

HARLEY, B. **Mapas, saber e poder**. *Confins*, n.5, p.1-24, 24 abr. 2009.

HARLEY, B. **La Nueva Naturaleza de los Mapas. Ensayos sobre la historia de la Cartografía**. México, Fondo de Cultura, 2005.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

HERSCHMANN, Micael M. & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O imaginário moderno no Brasil. In: HERSCHMANN, Micael M. & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (orgs). **A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programas, mito e realidade**. 8ª ed. São Paulo: paz e terra, 2020.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Monções e Capítulos de expansão paulista**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2014.

IRFFI, Ana Sara Cortez. “**A Hinterlândia ainda era mais profunda do que nos tempos atuais**” - o ‘**Alto sertão**’ e a produção do território no Império do Brasil. *História* (São Paulo) [online]. 2021, v. 40

JANK, Leandro Macedo. **Duarte da Ponte Ribeiro**: território e territorialidade no império do Brasil. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2014.

JANK, Leandro Macedo. **Lembra para mudar**: o Memorial Orgânico de Varnhagen e a Constituição do Império do Brasil como uma Nação compacta. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, Rio de Janeiro, 2009.

JOLY, Fernand. **A Cartografia**. 17 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KROPF, Simone Petraglia. O saber para prever, a fim de prover: a engenharia de um Brasil moderno. In: HERSCHMANN, Micael M. & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (orgs). **A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LACOSTE, Yves. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 19ª ed, Campinas, São Paulo: Papirus, 2012

MAGALHÃES, Joaquim Romero. Mundos em miniatura: aproximação a alguns aspectos da cartografia portuguesa do Brasil (séculos XVI a XVIII). **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.17. n.1. 2009.

MAGNOLI, Demétrio. **O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808/1912)**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

MAIA, Eduardo José Pereira. **A Geografia Escolar na Província de Minas Gerais no período de 1854 a 1889**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2014.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. 2ed. São Paulo: Hucitec, 2011

MELO, Evaldo Cabral. **O Norte Agrário e o Império: 1871-1889**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

MENDONCA, Ana Waleska P. C.; LOPES, Ivone Goulart; SOARES, Jefferson da Costa; PATROCLO, Luciana Borges. A criação do Colégio de Pedro II e seu impacto na constituição do magistério público secundário no Brasil. **Educ. Pesquisa**, vol.39, n.4, 2013.

MENEZES, Paulo Roberto de Jesus. **Sociedade, imagem e biografia na litografia de Sebastião Sisson**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social, Rio de Janeiro, 2008.

MONTEIRO, Jerlyane Dayse. **Da Província à Corte: deputados paraibanos e a formação do Estado nacional (1831-1840)**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-graduação em História, João Pessoa, 2014.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 3ª ed., São Paulo: Annablume, 2008

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. O Partido Conservador e a educação literária no Império brasileiro (1841-1863). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 4, 2015.

OLIVEIRA, Gabriel Pereira de. **O Rio e o Caminho Natural: proposta de canais do São Francisco, aspectos físicos fluviais e dinâmicas políticas no Brasil Império (1846-1886)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2015.

OLIVEIRA, Oscar de. **Os Dízimos Eclesiásticos do Brasil: nos períodos da Colônia e do Império**. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1964.

PEIXOTO, Renato Amado. **A Máscara da Medusa: a Construção do Espaço Nacional Brasileiro Através das Corografias e da Cartografia no Século XIX.** Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2005.

PENNA, Fernando A. **Sob o nome e a capa do Imperador: a criação do Colégio de Pedro Segundo e a construção do seu currículo.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

PEREIRA, João Paulo Costa Rolim Pereira. **Os indígenas na primeira história da Paraíba: um estudo sobre a História da Província da Parahyba de Maximiano Lopes Machado.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em História, João Pessoa, 2012.

PORTZ, Solange et al. O Rio Paraná e a Dinâmica da Fronteira nos Séculos XIX e XX. **Pleiade**, 2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Geograficidade do Social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. **Revista Eletrônica de Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Seção Três Lagoas, V.1, n° 3, 2006.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Editora Ática, 1980.

RAMOS, Francisco Regis Lopes. **O Fato e a Fabula: o Ceará na escrita da História.** Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012.

REIS JÚNIOR, Darlan. **Senhores e Trabalhadores no Cariri Cearense: terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XIX.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História Social, Fortaleza, 2014.

REIS, Ana Isabel R. P. C. **O Espaço a Serviço do Tempo: a estrada de ferro de Baturité e a invenção do Ceará.** Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2015.

REIS, Flavio. **Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão.** São Luís: [s.n.], 2007.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. in: REVEL (org.). **Jogos de Escalas: experiência da microanálise.** 01ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. O Colégio Pedro II e a Institucionalização da Geografia Escolar no Brasil Império. **Giramundo**, Rio de Janeiro, V.1, N. 1, p. 15-34, 2014

SANTOS, Maria D. Técnicas e elementos da cartografia da América Portuguesa e do Brasil Império. In: COSTA, Antônio Gilberto. (org.) **Roteiro Prático da Cartografia: da América portuguesa ao Brasil império.** Belo Horizonte: EdUFMG, 2007.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia.** 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.



SCOTT, J. C. **The Art of Not Being Governed: An Anarchist History of Upland Southeast Asia**. New Haven & London: Yale University Press, 2009.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

SEABRA, Miguel Pascoal Costa Saldanha. **O Conceito de Fronteira**: uma abordagem multifacetada. Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa, 2012.

SILVA, Ana Rosa Cloquet da. Comunidade a Nação. Regionalização do poder, localismo e construções indenitárias em Minas Gerais (1821-1831). **Almanack Brasiliense** [online]. nº 02, nov/2005.

SOUZA, Vlória da Silva. **As divisas interestaduais brasileiras**: uma análise sobre a permanência do litígio territorial entre Ceará e Piauí. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Geografia, Fortaleza, 2020.

VARGAS, Fábio Aristimunho. **Formação das Fronteiras Latino-Americanas**. Brasília: FUNAG, 2017.

VELHO, G. **Projeto e Metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

ZOTTI, Solange Aparecida. O Ensino Secundário no Império Brasileiro: considerações sobre a função social e currículo do Colégio D. Pedro II. **Revista Histerbr**, Campinas, N.18, livro 3.